



UNIVERSIDADE D
COIMBRA

Sofia da Palma Rodrigues

“POR TI, PORTUGAL, EU JURO!”
MEMÓRIAS E TESTEMUNHOS DOS COMANDOS AFRICANOS DA
GUINÉ (1971-1974)

Tese no âmbito do doutoramento em Pós-colonialismos e Cidadania Global
orientada pela Professora Doutora Maria Paula Meneses e pelo Professor Doutor
Mustafah Dhada e apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de
Coimbra

Outubro de 2021



UNIVERSIDADE D
COIMBRA

Sofia da Palma Rodrigues

“POR TI, PORTUGAL, EU JURO!”

MEMÓRIAS E TESTEMUNHOS DOS COMANDOS AFRICANOS
DA GUINÉ (1971-1974)

Tese no âmbito do Doutoramento em Pós-Colonialismos e Cidadania Global
orientada pela Professora Doutora Maria Paula Meneses e pelo Professor
Doutor Mustafah Dhada e apresentada à Faculdade de Economia da
Universidade de Coimbra.

Setembro de 2021

FCT

Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

A presente tese resulta do trabalho desenvolvido no âmbito da Bolsa de Doutoramento com referência PD/BD/113924/2015, financiada por fundos nacionais através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

Agradecimentos

À minha mãe, que muito antes de eu poder compreender o que são palavras, e o seu poder, me ergueu uma biblioteca recheada de livros e, acima de tudo, de afetos.

Ao meu pai, que tem o dom dos que conseguem tornar leve e sereno tudo o que tocam. No turbilhão de emoções que embrulharam a realização desta tese, não me foi exceção.

Ao Ricardo, pelo amor e cuidado de sempre. Por nunca ser travão. Por ser, em simultâneo, o melhor trampolim e o melhor colchão de quedas que conheço.

À Dea, a minha alma gémea. Sem a sua amizade, teria sido tudo menos intenso, menos divertido e menos visceral.

Ao Boa, à Ceren, à Verónica e ao Medina, pelos tantos horizontes que me abriram. Pela amizade e generosidade com que me ajudaram a perceber que o mundo que conhecemos será sempre uma pequenina parte de incontáveis experiências possíveis.

À Teté, à Joana e ao Raul, pelas conversas infinitas em Bissau, e por me terem dado tantas chaves para abrir portas.

À Maria Paula Meneses, orientadora desta tese, por me ter mostrado caminhos que nunca pensei pisar. Sem os seus comentários certos, sem o seu apoio, este trabalho não teria sido possível.

A todos os comandos africanos da Guiné que me confiaram as suas histórias.

Resumo em português

Enquanto foi governador da Guiné (1968-1973), António de Spínola fundou o Batalhão de Comandos Africanos, a única tropa de elite das Forças Armadas Portuguesas integralmente composta por africanos negros. A estes homens, fez promessas de uma vida melhor, garantindo-lhes que seriam eles quem comandaria os destinos do território quando Portugal vencesse a guerra (1961-1974). Que seriam eles quem, na Guiné, ficaria à frente do novo projeto de Estado que planeava implementar: um Estado pluricontinental, composto por províncias autónomas que, no seu todo, formariam o Portugal do futuro. O desfecho deste projeto político, que se opunha aos ventos da História que sopravam na metrópole, está no centro da análise desta tese. Ao perseguir as narrativas de homens que, depois da conquista das independências, deixaram de caber no sonho português e perderam a nacionalidade portuguesa, este trabalho questiona e aprofunda os dilemas da descolonização a partir do processo guineense. Tendo como base uma pesquisa multidisciplinar e multissituada (Marcus, 1995), assente nos questionamentos, reivindicações e metodologias propostas pela História Oral (Spear, 1981; Mazrui, 1985; Vansina, 1985) e pelas Epistemologias do Sul (Santos & Meneses, 2013), traz para o debate da História os testemunhos dos homens que formaram o Batalhão de Comandos Africanos da Guiné e propõe-se discutir o absolutismo da narrativa contada pelo Estado-nação (Ranger, 1971, 2004).

Resumo em crioulo da Guiné-Bissau

Otchal i sedu ba Gubernadur na Guiné (1968-1973), António de Spínola kiria Batalion di Comandos Africanos, ku sedu ba único tropa bem purparado di Forças Armadas di Portugal kumpudo som pa pretos di tchon di África. Pa es omis ku faci parte di tropa Spínola pirmiti elis di kuma si Portugal ganha guerra (1961-1974), elis ku na bim manda na Guiné. Na se mon ki na sta nobu planu di gubernason ku na bim sedu un tchon na diferentis continentis, nundé ku kada kim na manda na disel ma djuntado i sedo som um Portugal. Fim di es planos di gubernason, ku kontado di manera diferente na tera di colono i sedu motivo di reflexon di es Tese. I obidu historias di omis ku dipus di Independencia di Guiné nunca mas e ka faci parti di Portugal i e pirdi se nacionalidades, di es manera es tarbadjo procura sibi na fundo es tema i di mesmo manera i ta punta pabia di ke ku proceso di discolonizason na Guiné sedu um processo nunde ki parci ki soluson ka tem pa nim um lado. Pa es um pisquisa i buscado manga di asuntos i na manga di kaus (Marcus, 1995), na nunde ki fasidu purguntas, revendicasons i métodos ku rukumendado pa Historia contado di boca pa boca (Spear, 1981; Mazrui, 1985; Vansina, 1985) i pa Epistemologias di sul (Santos & Meneses, 2013), i ticido pa dibati historia di es omis ki tustumunhos ku faci parti di Comandos Africanos di Guiné i també i pa i discutido história ku contado som pa um lado pa Estado-nação (Ranger, 1971, 2004).

Resumo em inglês

António de Spínola founded the African Commandos Battalion, the only elite troop of the Portuguese Armed Forces fully comprised of black Africans, during his time as Governor of Guinea (1968-1973). He promised these men a better life, and that they would be in charge of Guinea's destiny when Portugal won the war (1961-1974). He promised them that, in Guinea, they would be at the forefront of the new State project he planned to implement: a pluricontinental State comprised of autonomous provinces that, as a whole, would form the Portugal of the future. The undoing of this political project, that challenged the prevailing winds blowing in mainland Portugal, is at the heart of the analysis undertaken within this thesis. In pursuing the narratives of men who, after the wars of independence, ceased to form part of the Portuguese dream and lost their Portuguese nationality, this work questions and digs deep into the dilemmas of decolonialization in the context of the Guinean process. This research bases its questioning, assertions and methodologies on those proposed by Oral Traditions (Spear, 1981; Mazrui, 1985; Vansina, 1985) and the Epistemologies of the South (Santos & Meneses, 2013), incorporating a multidisciplinary and multi-sited approach (Marcus, 1995) to include the testimonies of the men who comprised the Battalion of African Commandos of Guinea in the historical debate and to open a discussion on the absolutist nature of the narrative presented by the Nation-State (Ranger, 1971, 2004).

Lista de acrónimos

BcmdsG — Batalhão de Comandos da Guiné

CAP — Comissão de Assuntos Políticos

CCmds — Companhias de Comandos

CDEAO — Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental

COE — Centro de Operações Especiais

CTIG — Comando Territorial Independente da Guiné

FAP — Forças Armadas Portuguesas

FLING — Frente de Luta para a Independência da Guiné

FRELIMO — Frente de Libertação de Moçambique

MING — Movimento para a Independência Nacional da Guiné

MLG — Movimento de Libertação da Guiné

MPLA — Movimento Popular de Libertação de Angola

ONU — Organização das Nações Unidas

PIDE — Polícia Internacional e de Defesa do Estado

PAI — Frente de Libertação da Guiné e Cabo Verde — PAI

PAIGC — Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde

UPG — União Popular da Guiné

UPLG — União Popular de Libertação da Guiné

UNGP — União dos Naturais da Guiné Portuguesa

As histórias dão forma à experiência e permitem-nos andar pela vida sem cegar. Sem elas, tudo o que acontece flutuaria, indiferenciado. (...) Penso que as histórias nos fazem humanos. Só quando as contamos permanecemos como tal. (...) As histórias são História. Escreve-as, edita-as e conta-as com precisão, compreensão e contexto e com uma devoção inabalável pela verdade. (...) As histórias são a nossa alma. Escreve-as e edita-as e conta-as com todo o teu ser. Conta-as como se elas fossem tudo o que importa. Importa que o faças como se isso fosse tudo o que existe. (...) Queria passar mais tempo com pessoas que não fossem necessariamente alvo de uma notícia. Acreditava nessa altura — e acredito agora ainda mais — que o papel do escritor de não-ficção deveria ser com pessoas privadas cujas vidas representam um significado maior. (Banaszynski, 2007, pp. 5-7)¹

¹“Stories give shape to experience and allow us to go through life unblind. Without them, everything that happens would float around, undifferentiated. (...) I think that stories make us human. Only by telling them do we stay so. (...) Stories are history. Write and edit and tell yours with accuracy and understanding and context and with unwavering devotion to the truth. (...) Stories are our soul. Write and edit and tell yours with your whole selves. Tell them as if they are all that matters. It matters that you do it as if that’s all there is. (...) I wanted to spend more time with people who were not necessarily newsworthy. I believed then — and I believe now even more — that the role of the non-fiction writer should be with private people whose lives represent a larger significance” (Banaszynski, 2007, pp. 5-7).

Índice

Agradecimentos.....	Pág. V
Resumo em português.....	Pág. VII
Resumo em crioulo.....	Pág. IX
Resumo em inglês.....	Pág. XI
Lista de acrónimos.....	Pág. XIII
índice.....	Pág. XVII e XVIII
Introdução.....	Pág. 1-5
Capítulo 1 O quê, porquê e como.....	Pág. 7-38
1.1 Objetivos, hipóteses e perguntas.....	Pág. 8-11
1.2 A história oral como parte da História.....	Pág. 11-14
1.3 Porquê a Guiné, porquê os comandos africanos?.....	Pág. 15-17
1.4 Metodologia.....	Pág. 17-27
1.4.1 O arquivo.....	Pág. 20-23
1.4.2 O guião de entrevistas.....	Pág. 23-24
1.4.3 Entrevistas.....	Pág. 25-27
1.5 O trabalho de campo na Guiné-Bissau.....	Pág. 27-34
1.6 Tratamento das entrevistas.....	Pág. 34-36
1.7 Quem sou eu? Anseios e questionamentos.....	Pág. 36-38
Capítulo 2 Guiné: duas nações imaginadas.....	Pág. 39-78
2.1 A História da nação e a história nacionalista: que conflitos?.....	Pág. 39-43
2.2 As origens do Estado moderno e da elite política na Guiné-Bissau.....	Pág. 43-50
2.3 A emergência dos movimentos pela libertação da Guiné e o início da guerra.....	Pág. 50-58
2.4 António de Spínola: a peça-chave no xadrez da guerra na Guiné.....	Pág. 58-70
2.5 Testemunhos para uma outra História	Pág. 70-78
Capítulo 3 A africanização das Forças Armadas Portuguesas.....	Pág. 79-116
3.1 Tropas africanas: marionetas de um regime.....	Pág. 80-85
3.2 A tropa comandos.....	Pág. 85-88
3.3 Os comandos da Guiné.....	Pág. 88-99
3.4 Testemunhos para uma outra História.....	Pág. 99-116

Capítulo 4 Descolonização e promessas por cumprir.....	Pág. 117-166
4.1 O desmantelamento do Batalhão de Comandos Africanos da Guiné.....	Pág. 117-128
4.2 Abandono e perseguições.....	Pág. 128-135
4.3 A luta por um reconhecimento.....	Pág. 135-138
4.4 Testemunhos para uma outra História.....	Pág. 138-166
Capítulo 5 Conclusões: denunciar o silenciamento, questionar a História.....	Pág. 167-178
5.1 Considerações finais.....	Pág. 174-178
Anexos.....	Pág. 179-217
Bibliografia.....	Pág. 219-231

Introdução

De resto, se uma cara tem duas metades — uma bela, outra medrosa —, os inimigos só veem o medo, e os amantes, o belo. São no fundo cegueiras particulares, especializações que surgem (espontâneas) em certos instantes. É verdade que os teus antepassados (falamos contigo, Bloom) não construíram montanhas, porém, mataram muito, e alguns contaram histórias que ainda hoje sobrevivem (Tavares, 2013, pp. 34-35).

Durante a Guerra Colonial/de Libertação² (1961-1974), Portugal recrutou 1 milhão e quatrocentos mil tropas para combaterem em Moçambique, em Angola e na Guiné. Um terço destes soldados eram africanos, obrigados pelo Estado a cumprir o serviço militar (Barata et al., 1988). Cidadãos portugueses que, à medida que o conflito avançava, foram substituindo as tropas metropolitanas no campo de batalha e ajudaram o império a passar a imagem de uma nação integradora e multirracial, numa altura em que a Organização das Nações Unidas já tinha reconhecido o direito dos povos à autodeterminação e forçava Portugal a retirar-se dos territórios que ocupava em África.³ Esta tese focar-se-á num universo muito específico deste contexto: os comandos africanos da Guiné que integraram as três companhias criadas por António de Spínola em 1971, homens a quem o então governador prometeu a futura liderança do território quando a guerrilha do PAIGC dali saísse derrotada — presciência que, como hoje se sabe, nunca aconteceu. Quase 50 anos depois, os sujeitos ouvidos neste trabalho testemunham aquilo que viveram e deitam por terra o mito do bom colonialismo português em África. A história que têm para contar é uma história de guerra, perseguição e morte. Uma história em que, por um lado, foram marionetas de um regime que os usou, explorou e, no final, deitou fora; e, por outro, foram mortos e perseguidos por personificarem o inimigo, a ameaça à

² Usam-se as duas formulações porque enquanto em Portugal “Guerra Colonial” é o termo usado para definir o conflito que o país travou em África na década de 1960 e 1970, na Guiné-Bissau, e restantes territórios ocupados, o nome dado ao mesmo acontecimento é “Guerra de Libertação”.

³ Optou-se pela utilização dos termos “metropolitano” e “africano” para distinguir as tropas enviadas para a guerra a partir de Portugal continental das que nasceram no continente africano, então designadas pelas Forças Armadas Portuguesas (FAP) como “nativas”. Evitam-se, assim, os adjetivos “branco” e “negro” porque em alguns dos territórios que foram palco de conflito (como Angola e Moçambique) existiram tropas brancas nascidas em África e integradas nas FAP.

nova ordem política. Uma história que parte de um lugar de enunciação outro e, por isso, agrega novos contributos e questionamentos à narrativa até agora contada.

Depois da independência da Guiné-Bissau, os homens que integraram as três Companhias de Comandos (CCmds) Africanos (1971-1974), à semelhança do que sucedeu com os harkis na Argélia (Daum, 2015; McDonnell, 2018; Lettau, 2019), ficaram duplamente reféns: 1) do regime colonial que os instrumentalizou e deles se serviu para fazer face aos desafios levantados pela guerra, abandonando-os à sua sorte com a retirada das Forças Armadas Portuguesas (FAP) do território; 2) da nova ordem política, que prometeu integrá-los, mas não deixou de os perceber como o inimigo, uma ameaça a eliminar. São sujeitos que ocupam uma “zona cinzenta” (Levi, 1989), a quem é vedado um lugar dentro das fronteiras narrativas onde ambos os Estados — o português e o bissau-guineense — colocaram o “nós” e os “outros” e, por isso, estão até hoje entre um cá e lá que os obriga a habitar um terceiro espaço violento (Bhabha, 2004a, p. 55 e 56), resultante de um “processo histórico que os ultrapassou (Gomes, 2013, p. 140)”.

O passado constrói-se e alimenta-se de cegueiras e omissões que, ao longo dos anos, vão penetrando na memória e no imaginário social coletivos (Boyarin, 1994). São interpretações maniqueístas da realidade que contribuem para que se perpetue uma análise das relações dos atores da História assente numa perigosa, incompleta e limitada dialética dicotómica. Exaltam-se os heróis e atiram-se para a margem todos os que são considerados intrusos. A História é o ringue de batalha onde esta memória se disputa. Enquanto disciplina, tem-se sobretudo centrado em contar a narrativa patriótica do Estado-nação. Num movimento contrário, esta pesquisa foca-se na recolha de testemunhos que põem em causa as narrativas oficiais que tanto Portugal como a Guiné-Bissau escolheram contar sobre si, em relatos de pessoas que foram cuspidas para fora de ambos os projetos políticos.

Esta tese não é, por isso, uma tese em História, mas sobre micronarrativas silenciadas — relatos que não se encaixam na história do Estado-nação e, ainda assim, continuam a ser parte constituinte da História do(s) nacionalismo(s), esse edifício em permanente construção que, como salienta Ranger (1971, p. 52), é

“um assunto vivo”, não fechado, ao qual poderão sempre ser adicionadas novas camadas. Insere-se na área dos Estudos Pós-Coloniais, uma linha de pensamento inaugurada por académicos do Médio Oriente e Sul da Ásia — *Orientalism*, Edward W. Said (1978); *Can the subaltern speak?*, Gayatri Chakravorty Spivak (1988); *The Location of Culture*, Homi K. Bhabha (1994); — que se centra no estudo dos impactos da dominação imperial durante o século XX e problematiza a forma como esta continua a ser preponderante para a “linha abissal” (Santos, 2013a) que separa o Ocidente, e os privilégios de que esta geografia continua a ser detentora, do resto do mundo. Analisa-se o “pós-colonial” não como uma nova era, que se inaugura no século XX, mas como o resultado de um processo em *continuum*, em que o colonialismo europeu é encarado como uma forma de ocupação e exploração não cessada, com impactos que se estendem até aos dias de hoje e originam diversos fenómenos — materiais e imateriais — que não deixaram de existir com a queda dos impérios (Ashcroft, Griffiths, & Tiffin, 2002; Santos & Meneses, 2013; Bhabha, 2014). Tem como principais sustentos teóricos os questionamentos, reivindicações e metodologias propostas pela História Oral (Spear, 1981; Mazrui, 1985; Vansina, 1985) e pelas Epistemologias do Sul (Santos & Meneses, 2013), e convoca autores que problematizam a polarização da narrativa dos Estados-nação (Ranger, 1971; Scott, 1998; Bhabha, 2004b, 2004a; Ranger, 2004; Scott, 2009; Anderson, 2012), o nacionalismo africano (Andrade, 1997; Cardoso, 2002; Meneses, 2015; Wilder, 2015) e o carácter híbrido dos sujeitos pós-coloniais (Hall, 2003; Bhabha, 2004a). Apoia-se ainda na linha de pensamento interseccional, inaugurado pelos estudos feministas (McCall, 2005), que rejeita as clássicas categorias de análise binárias e sugere perceber como diferentes eixos da identidade — género, classe, raça, idade, capacidade física, geografia — se sobrepõem e podem adquirir múltiplas formas de opressão, dominação e discriminação.

Ao reconhecer nos relatos das memórias destes homens um importante contributo para a História, que não está presente nas fontes tradicionalmente contempladas nesta disciplina, este trabalho pretende ir “além de um pensamento abissal” (Santos, 2013a) — que põe, de um lado, aqueles que são reconhecidos enquanto sujeitos e, do outro, os que são sistemicamente

silenciados —, transformando ativamente “ausências” em “emergências” (Santos, 2002). Deste modo, debate-se pela valorização de outras formas de saber e pelo não “desperdício da experiência” (Santos, 2000) que, aqui, se traduz nos contributos inéditos que os testemunhos ouvidos trazem para a narrativa histórica até agora contada sobre a guerra. Desta forma, criam-se possibilidades de diálogo mais horizontais, numa tentativa de combater a “colonialidade do poder e do saber” (Quijano, 1992) — que coloca a cultura europeia como o modelo universal e elimina os imaginários e conhecimentos que lhe são exógenos — e de promover processos de uma maior “justiça cognitiva”, contrariando a “lógica capitalista, impessoal e devastadora” que contribui para uma “ordem política desigual e assumidamente monocultural” (Meneses, 2009, p. 231). “Trazer as memórias desses ‘suis’ confrontando-as com silenciamentos, narrativas míticas e pensamentos abissais que subsistem no Norte, é uma forma de resgatar as ‘epistemologias do sul’ para que a história da violência não se oponha à violência do esquecimento” (Santos, 2013b, p. 13). Uma forma de tornar possível a emergência de uma “política de memória” (Boyarin, 1994; Hodgkin & Radstone, 2003) que, pouco a pouco, substitua uma “política de esquecimento” (Yerushalmi, 1988). Através de uma pesquisa multidisciplinar e multissituada (Marcus, 1995), que combina testemunhos orais com artigos de jornais, suportes multimédia, documentos legais, e a consulta de arquivo e de uma vasta bibliografia, esta tese pretende ser um contributo para uma maior democratização da História (Césaire, 1978).

Deste modo, no capítulo 1 serão apresentadas as perguntas e hipóteses basilares desta pesquisa, os objetivos a que se propõe e o caminho percorrido, aprofundando-se as bases metodológicas que a sustentam e as razões que as justificam; no capítulo 2 questionar-se-á o lugar monopolizador do Estado na história deste território e serão apresentadas diversas nuances consideradas relevantes para melhor se compreender o contexto político e social que envolve o recrutamento de africanos para as FAP; no capítulo 3 será traçado o percurso de como as tropas africanas foram sendo, a partir do final do século XIX, integradas no exército colonial português, dando-se especial importância à reconstituição histórica da criação do Batalhão de Comandos Africanos da Guiné, onde se integram as três CCmds Africanos estudadas; o capítulo 4 focar-

-se-á no desmantelamento desta unidade, nas negociações levadas a cabo entre Portugal e o PAIGC depois do 25 de Abril e no impacto que o fim da guerra e a saída das FAP da Guiné teve na vida destes homens; por último, no capítulo 5, será problematizada a forma como se construiu uma narrativa e memória coletivas sobre a participação dos comandos africanos da Guiné na Guerra Colonial/de Libertação. Os relatos na primeira pessoa dos homens que integraram o Batalhão de Comandos da Guiné, denominados de “testemunhos para uma outra História”, encerram os capítulos 2, 3, e 4, sucedendo um caminho que permitiu enquadrar os seus testemunhos política, social, económica e historicamente.

O abandono das tropas africanas das FAP e a desresponsabilização com que praticamente cinco décadas depois o Estado português continua a enfrentá-lo é um exemplo paradigmático de como a herança colonial continua a tolher as sociedades pós-coloniais; de como o término do colonialismo como regime político continua a traduzir-se em relações sociais profundamente desiguais. A relação entre colonizador e colonizado é, por isso, aqui encarada como um campo constante de comunicação, negociação e tradução onde se tenta problematizar a hibridez deste elo (Bhabha, 1990; Hall, 2003; Bhabha, 2004a), fazendo-se uma escolha consciente e ativa para ouvir sujeitos emudecidos, homens com uma voz que, ao longo dos anos, foi sistemicamente silenciada (Spivak, 1988). Ao sacudir a memória que vingou da Guerra Colonial/de Libertação da Guiné com as reminiscências pessoais dos que tiveram a vida esquartejada pela violência desse conflito, este trabalho ambiciona ser mais um contributo para que uma narrativa alternativa à patriótica possa emergir, ser mais um passo para que as vozes destes homens possam ser parte da História, ao invés de pedaços que pairam externamente a ela (Carby, 1995). Vozes que correm o risco de desaparecer sem nunca terem sido escutadas. Vozes que se traduzem em memórias plurais, impossíveis de aglomerar nos blocos sólidos e estanques no qual se protegem as verdades unas. Vozes que contêm, no seu âmago, experiências vividas, perceções individuais, afetos... o mundo privado dos que travaram uma guerra pública (Antunes, 2015). Vozes impossíveis de enquadrar em análises dicotómicas, polarizadas e fracionárias. E, por isso, vozes incómodas.

Capítulo 1 | O quê, porquê e como

No entanto, a dialética do esquecimento confronta a historiografia com um problema agudo de escolha, exigindo a eliminação de um determinado passado para que o restante possa ser absorvido pelas suas narrativas. Quando as velhas diretrizes que regulavam essa escolha através de ideologias nacionalistas parecem desadequadas, quando as novas diretrizes formuladas para desafiar convicções liberais e racionalistas sobre o passado não parecem convincentes, é precisamente nesses momentos que o historiador é confrontado com esse dilema. A seletividade que é essencial à interpretação e faz parte do seu trabalho exige uma discriminação dolorosa entre factos, portanto, valores.⁴⁵ (Guha, 2002, p. 550)

Neste capítulo, apresento as perguntas e as hipóteses basilares desta tese, os objetivos a que se propõe e o caminho percorrido para encontrar respostas que, não poucas vezes, se foram transformando em mais perguntas. Serão aqui também explanadas as bases metodológicas nas quais me sustento e as razões que as justificam — não de uma forma isolada, mas levando em conta as características inerentes ao contexto social onde se insere a temática estudada, a minha subjetividade enquanto investigadora e a dinâmica relacional entre nós estabelecida. Não é também demais reforçar que esta não é uma tese em História, é um trabalho que parte de uma pesquisa multidisciplinar e multissituada (Marcus, 1995) — cujo enquadramento teórico foi previamente apresentado na introdução deste trabalho. Neste sentido, não tem qualquer pretensão de encontrar verdades absolutas, reconstituir minuciosamente factos e cronologias, ou esboçar retratos generalistas de um tempo perecido e, por isso, impossível de transportar intacto até ao presente. Ao invés, aponta o foco para uma pequena parte do todo, na tentativa de romper com a narrativa que, até então, tem contemplado a existência de duas histórias paralelas, e talhando

⁴ Todas as citações apresentadas nesta tese são traduzidas pela autora para língua portuguesa, apresentando-se a versão original em nota de rodapé.

⁵ “Yet the dialectic of forgetting confronts a historiography with an acute problem of choice by requiring it to delete some of any given past so that it can absorb the rest to its narratives. When old guidelines that once regulated such choice by nationalist ideologies seem inadequate, when new guidelines formulated to challenge liberal and rationalist assumptions about the past seem less than convincing, it is precisely at such moments that the historian is caught up in this dilemma. For the selectivity that is essential to interpretation and integral to his craft requires an agonizing discrimination between facts, hence, values” (Guha, 2002, p. 550).

caminho para que, de ora em diante, se possa discutir uma história comum e os seus impactos na vida de milhares de pessoas cujas vozes têm sido marginalizadas.

1.1 Objetivos, hipóteses e perguntas

Como se aprofundará no capítulo 4, os homens que integraram, a partir de 1971, as três Companhias de Comandos Africanos da Guiné foram levados a desempenhar um papel de importância ímpar no seio das Forças Armadas Portuguesas (FAP) na fase final da Guerra Colonial/de Libertação. Apesar disso, a sua presença é frequentemente escamoteada das narrativas coletivas, dos arquivos e das historiografias oficiais que tanto Portugal como a Guiné-Bissau ergueram sobre a Guerra Colonial/de Libertação. Por um lado, o pouco que hoje se sabe sobre a sua participação neste conflito é fruto da memória institucional de dois projetos políticos patrióticos, do reflexo do olhar das elites — sejam elas políticas, militares, intelectuais — que, ao escolherem o que contar, silenciaram vozes e experiências dos que, em alguma medida, punham em causa os projetos nacionais modernos dos Estados português e bissau-guineense. Por outro lado, o lugar que ocupam na historiografia de ambos os países é também resultado de como o imaginário social (Castoriadis, 1987; Taylor, 2004) os recorda, de como as sociedades portuguesa e bissau-guineense construíram metanarrativas (Lyotard, 1984) fragmentadas e fragmentárias sobre o seu contributo para a guerra. Por estes motivos, os homens que integraram as três Companhias de Comandos Africanos na Guiné ocupam, até hoje, uma “zona cinzenta” (Levi, 1989) em ambas as historiografias, um lugar onde as análises que polarizam heróis e vilões, vítimas e opressores, são manifestamente insuficientes para compreender a complexidade da teia de relações em causa.

Há memórias que consagram e memórias que desafiam. Os projetos políticos dos Estados-nação assentam nas primeiras — nas histórias patrióticas, nas narrativas fechadas —, porque a abertura para uma diversidade de vozes que neles não se encaixam enfraquece-os, põe-nos em causa. Por essa razão, as memórias e experiências pessoais e privadas dos que têm a guerra inscrita no corpo foram atiradas para a margem. A possibilidade de fazerem emergir relatos outros que — não só não se encaixam na narrativa oficial como muitas vezes a

contrariam — representam um perigo. Em oposição a este silenciamento, os testemunhos dos comandos africanos ouvidos neste trabalho refletem a “sua própria capacidade de ver, interpretar, influir na história” (Portelli, 1996, p. 61), em que “o desaparecimento do narrador onisciente anula a possibilidade de uma só e acertada versão dos factos (p. 64)“, sustento das narrativas nacionalistas.

Aquilo que, mais de 50 anos depois, decidem contar são reminiscências (Vansina, 1985, p. 8) de uma juventude vivida em guerra, de um passado que recordam como penoso, mas também como glorioso. São os estilhaços de um processo de conciliação e apaziguamento que, ao longo dos anos, tiveram de fazer consigo mesmos, a partir de um lugar onde criaram uma extensão de si próprios — que avaliou e refletiu sobre os acontecimentos — indo, por isso, muito além da memória ou recordação de um dado evento sucedido (Nelson & Fivush, 2019). Os testemunhos dos comandos africanos ouvidos neste trabalho questionam a História, são um *corpus* que desafia o conhecimento até agora produzido sobre este período. Relatos que, importa sublinhar, não estão isentos de juízos de valor — refletem o eu e dão tangibilidade às emoções. São memórias plurais, impossíveis de aglomerar no bloco sólido e estanque no qual se protegem as verdades unas. Memórias que contêm, no seu âmago, experiências vividas, percepções individuais, afetos... Um olhar pessoal, de dentro para fora, sobre uma guerra pública da qual se continua a conhecer, sobretudo, a carapaça.

Neste sentido, é ambição deste trabalho trazer para as narrativas históricas os relatos da memória daqueles que integraram as 1.^a, 2.^a e 3.^a Companhias de Comandos (CCmds) da Guiné (cf. anexos 5) e fazer uma “etnografia da memória” (Antunes, 2015, p. 23) que expõe estes testemunhos e confronta a subjetividade que deles emerge com os factos históricos até agora compilados sobre o tema (Portelli, p. 2). Expõe-se, assim, o lugar de violência e silêncio para o qual o Estado português atirou os negros⁶ que integraram as três Companhias de Comandos Africanos na Guiné e denuncia-se o impacto que este passado de

⁶ Ao contrário do que acontece noutros territórios explorados por Portugal em África, na Guiné-Bissau todos os homens que integraram as três Companhias de Comandos Africanos eram negros.

guerra teve e tem nos seus percursos de vida. É nesta violência e neste silenciamento — opacos, perenes e excludentes — que assentam as quatro hipóteses de partida desta tese: 1) a africanização da guerra foi uma forma de limpar a imagem do império português perante a comunidade internacional, passando a ideia de uma colonização branda e integradora, ao mesmo tempo que reduziu o número de tropas enviadas para África e, conseqüentemente, a morte dos soldados metropolitanos; 2) a criação das três Companhias de Comandos Africanos da Guiné, homens a quem foi prometido que ficariam à frente de uma região que viria a ser autónoma, constituiu a primeira tentativa de neocolonização de um território que, até ao início da guerra, não tinha um contacto maciço com a figura do colono vinda da metrópole, como se explanará no ponto 2.2 do capítulo 2; 3) a participação das Companhias de Comandos Africanos da Guiné foi invisibilizada e empurrada para o campo do não-acontecimento como fruto de uma ativa produção de não-existências (Santos, 2002) porque estes sujeitos não encaixavam na narrativa que os Estados português e bissau-guineense quiseram construir sobre si depois do 25 de Abril. Uma não-existência que resulta tanto do abandono a que Portugal votou estes homens no final da guerra (relegando a sua importância na mesma), como das perseguições e fuzilamentos a que foram sujeitos pelo PAIGC depois da independência; 4) Portugal assumiu, como se apresenta no capítulo, responsabilidades a que nunca deu resposta e mantém, até hoje, uma dívida histórica com estas pessoas. Para problematizar estas hipóteses, foi feita uma triangulação de fontes, como adiante se detalhará, assumindo-se o enquadramento dos relatos da memória dos homens que integraram as três Companhias de Comandos Africanos da Guiné, recolhidos durante as entrevistas realizadas em Portugal e na Guiné-Bissau, como o ponto a partir do qual se parte para toda a pesquisa realizada e o fundamento que justifica as escolhas do retalho teórico que pauta este trabalho.

O que têm os homens que integraram as três Companhias de Comandos Africanos na Guiné para contar sobre a sua participação na guerra? A pergunta-guia desta tese ambiciona fazer emergir vozes silenciadas, testemunhos que refletem a fala de um grupo até agora silenciado (Spivak, 1993; Santos, 2002; Ranger, 2004). Trata-se de um questionamento amplo que abraça muitos outros:

O que os levou a combater ao lado de Portugal? Que papel tiveram no conflito? O que significava ser comando africano entre 1971 e 1974? Que relação mantinham com as tropas metropolitanas? Como geriam as relações com familiares e amigos que lutavam do lado do PAIGC? O que significou, para eles, a libertação da Guiné-Bissau? Como analisam, retrospectivamente, aquilo que viveram? Mantêm, ainda hoje, elos com Portugal? Que influência teve e tem esta experiência nas suas vidas? Qual o papel dos Estados português e bissau-guineense nos seus destinos? Ambiciona-se, na procura de respostas, perceber de que forma relatos de memórias podem contribuir para confrontar e debater a História oficial que ambas as nações contaram sobre o conflito, e desmontar uma retórica construída para alcançar determinados propósitos políticos (Boyarin, 1994), como se debate no capítulo 5.

Para dar resposta a estas indagações, rejeitam-se análises lineares, contínuas e evolucionistas, que muito têm contribuído para o apagamento da importância das tropas africanas da história da Guerra Colonial/de Libertação da Guiné. Ao invés, pretende-se problematizar a participação dos homens que integraram as três Companhias de Comandos Africanos neste território e fazer com que as suas micronarrativas tenham um eco no mapa da historiografia. Uma historiografia que é aqui abordada não como um campo de batalha onde se procura uma verdade única, onde se luta para que uma versão do passado prevaleça sobre todas as outras, mas como um campo de diálogo e de confronto (Vansina, 1985, p. 195). Um projeto não fechado onde vozes outras podem encontrar um espaço de enunciação.

1.2 A história oral como parte da História

O enunciado é transitório, mas as memórias não. Ninguém nas sociedades orais duvida que as memórias podem ser repositórios fiéis que contêm a soma total da experiência humana passada e explicam (...) quais são as condições atuais (...) A tradição oral deve ser central para os estudantes

de cultura, ideologia, sociedade, psicologia, arte e finalmente história. (Vansina, 1985, p. xi e xii)⁷

A história dos africanos, contada a partir de África, assenta sobretudo em fontes orais, por oposição à historiografia ocidental que subjaz no documento escrito. Enquanto as primeiras são recordadas, recontadas, através de várias gerações, perpassam no tempo, os segundos permanecem estanques desde o momento em que são produzidos (Spear, 1981, p. 165; White, 2000b). Por estes motivos, para qualquer investigação que se debruce sobre o continente deveria ser imprescindível validar a tradição oral como evidência histórica:

A compreensão de África e do seu passado tem sido muito prejudicada pelos relatos que viajantes europeus escreveram sobre este continente. Nada indica que a tradição oral dos atuais habitantes de África não seja uma melhor referência da realidade passada de África do que os relatos vívidos e românticos de alguns exploradores europeus. (...) Talvez a preposição de que África não tem história não se baseie nem na afirmação de que África não tem acontecimentos passados dignos de registo, nem na afirmação de que a evidência disponível não era relevante para a história, mas mais numa terceira afirmação de que, até recentemente, não existiam historiadores qualificados na África subsariana. O argumento é o de que existe uma forma de análise, conduzida no passado por estudantes profissionais, regida por regras específicas de dedução e verificação, sem as quais não pode existir história num sentido científico. A tradição oral em África é uma forma de reportagem, muitas vezes melhor do que um relato jornalístico de um acontecimento específico. Se a história fosse apenas um relato, a tradição oral santificada pelo tempo e o jornalismo inspirado na velocidade seriam ambos história. (...) África tem um passado que vale a pena registar e analisar, e tem as evidências necessárias para esse registo e análise. Até recentemente, no entanto, esse passado não tem sido adequadamente submetido a análise pelos historiadores, em parte porque muito poucos dos que tinham essa qualificação eram africanos. Tal como não pode haver ciência sem cientistas, poesia sem poetas, não pode existir história sem historiadores. Nesse sentido estrito pode ser verdade que para algumas sociedades africanas a sua história esteja apenas a começar. (Mazrui, 1984, p. 18 e 19)⁸

⁷“The utterance is transitory, but the memories are not. No one in oral societies doubts that memories can be faithful repositories which contain the sum total of past human experience and explain the how and why of present day conditions. (...) Oral tradition should be central to students of culture, of ideology, of society, of psychology, of art, and, finally of history. (...) Among the various kinds of historical sources traditions occupy a special place. They are messages, but unwritten; their preservation entrusted to the memories of successive generations of people” (Vansina, 1985, p. xi e xii).

⁸ “The understanding of Africa and its past has been greatly bedeviled by reports written by European travelers through the continent. It is not at all certain that the oral tradition of living inhabitants in Africa today is not a far better indication of the reality of Africa’s past than the vivid and romantic accounts of some of the European explorers. (...) Perhaps the proposition that Africa has no history rested neither on the assertion that Africa has no past events worthy of recording, nor on the assertion that the evidence available was not relevant for history, rather on a third assertion that until recently much of Sub-Saharan Africa did not have trained historians. The argument here is that there is a form of analysis, conducted by professional students of the past, governed by specific rules of deduction and verification without which there can be no history in

O arquivo português sobre a Guerra Colonial é deste último um exemplo: totalmente mediado pelas autoridades estatais, conta-nos uma narrativa única, sólida e consistente, mas em que a pobreza de perspectivas apresentadas faz dele uma fonte incompleta e insuficiente. Assim, insistir em continuar a contar a História apenas com base nas fontes escritas, é perpetuar a colonialidade do saber (Quijano, 2005) impossibilitando que as vozes nelas submergidas possam relevar-se e inscrever-se no mapa da historiografia (White, 2000a).

As tradições orais têm um papel a desempenhar na reconstrução do passado. A sua importância varia de acordo com o local e a época. É um papel semelhante ao desempenhado pelas fontes escritas porque ambas são mensagens do passado para o presente, e as mensagens são elementos-chave na reconstrução histórica. Mas a relação entre ambas não é a da diva e do seu substituto: quando a escrita falha, a tradição entra em cena. Isto está errado. Onde quer que as tradições orais existam, elas são uma fonte indispensável de reconstrução. Corrigem outras perspectivas tanto quando outras perspectivas as corrigem. (Vansina, 1985, p. 199)⁹

A história oral só existe quando é contada, a maioria do tempo permanece apenas na mente das pessoas (Vansina, 1985, p. xi), esta tese ambiciosa, por isso, dar materialidade à narrativa de um grupo, tendo como principal fonte os testemunhos orais daqueles que dele fizeram parte; testemunhos que são resultado de reminiscências, boatos, relatos de vivências que lhes foram contemporâneas (Vansina, 1985, p. 12), e sobre os quais não interessa nesta pesquisa apurar a sua veracidade:

Para os historiadores, a questão não é apenas que história é verdadeira e que história é falsa (provavelmente todas são parcialmente verdadeiras, e muitas podem ser principalmente verdadeiras). Também é revelador que cada uma relacione um curso plausível de eventos que faz todo o sentido para uma diversidade de

this scientific sense. Oral tradition in Africa is a form of reporting. It is often better than a newspaper account of a particular event, but it belongs to the same category. If history were merely reporting, oral tradition sanctified by time and journalism inspired by speed would both be history. (...) Africa does have a past worth recording and analysing, and it has the necessary evidence for that record and analysis. Until recently, however, that past has not been adequately subjected to analysis by historians, partially because so few of the trained ones were Africans. Just as there can be no science without scientists, no poetry without poets, there can be no history without historians. In this narrow sense it might be true that for a large of African societies their history is just being born" (Mazrui, 1984, p. 18 and 19).

⁹ "Oral traditions have a part to play in the reconstruction of the past. The importance of this part varies according to place and time. It is a part similar to that played by written sources because both are messages from the past to the present, and messages are key elements in historical reconstruction. But the relationship is not one of the diva and her understudy appears: when writing fails, tradition comes on stage. This is wrong. Wherever oral traditions are extant they remain an indispensable source for reconstruction. They correct other perspectives just as much as other perspectives correct them" (Vansina, 1985, p. 199).

públicos. Aqui a questão é o que a plausibilidade de uma história particular revela sobre um determinado público. (...) Mentiras e segredos significam uma decisão coletiva ou individual de não contar? Não acredito. (...) Mentiras e segredos são explicações sobre o passado que são negociadas para públicos específicos, com fins específicos. O segredo e a mentira escondem, camuflam, mas certamente não escondem tudo. (...) Segredos e mentiras sinalizam que o que foi declarado segredo, o que foi considerado digno de mentira ou de ocultação, é mais significativo do que outras histórias e outras formas de contar. (White, 2000b, p. 14 e 15)¹⁰

Assim, este trabalho encara as memórias com uma tripla aceção: 1) como fonte (Vansina, 1985; Thompson, 1988; Portelli, 1996) — na medida em que esta diversidade de vozes ouvidas trará novos elementos para o debate da História; 2) como objeto de análise (Duarte, 2004) — porque os relatos narrados são também um “produto social” (Vansina, 1985, p. 94), resultado da autorreflexão e autoconstrução que cada sujeito fez do seu percurso — individualmente e no seio da sua comunidade. Daquilo que decidem contar e ocultar, do seu encontro comigo e, por último, de como eu, enquanto investigadora, analiso e seleciono a informação que me foi confiada e a ponho em perspetiva com outras fontes; 3) como agente, o facto de estes homens terem aceitado reviver o seu passado não está desprovido de uma intencionalidade. Querem ter um passaporte português, direito a assistência médica e à reforma, abrir caminho para que outros o consigam, ver a sua participação na guerra reconhecida. Ou seja, falamos de testemunhos que não são imparciais ou objetivos — tal e qual não o são a História dos historiadores e a História dos arquivos —, que contêm mensagens com uma intencionalidade que vai além do conteúdo que veiculam (Vansina, 1985, pp. 91-93).

¹⁰ “For historians the question isn’t only which story is true and which is false (probably all are partly true, and many may be mostly true). Also revealing is that each relates a plausible course of events that made perfect sense to a wide variety of audiences. Here the question is what the plausibility of a particular story reveals about a particular audience. (...) Do lies and secrets signify a collective or individual decision not to tell? I don’t think so. (...) Lies and secrets are explanations about the past that are negotiated for specific audiences, for specific ends. Secrecy and lies conceal, they camouflage, but they certainly don’t hide everything. (...) Secrets and lies signal that what has been declared secret, what has been deemed worthy of a lie or cover story, is more significant than other stories and other ways of telling” (White, 2000b, p. 14 e 15).

1.3 Porquê a Guiné, porquê os comandos africanos?

As primeiras motivações para a escolha deste tema cruzam-se com o meu percurso pessoal e profissional, enquanto jornalista, e com a relação que mantenho com a Guiné-Bissau — país no qual vivi e ao qual me desloco com frequência desde 2012. Numa dessas vezes, em 2013, enquanto tomava um café numa esplanada no centro de Bissau, fui interpelada por um homem com cerca de 30 anos cujo nome não retive. Reconstituo o que me disse, recorrendo às notas que escrevi sobre este encontro na altura:

Soube que é portuguesa e jornalista, quero pedir-lhe ajuda. O meu pai foi morto pelo PAIGC em 1976. Foi, como tantos outros que combateram nas Forças Armadas Portuguesas, perseguido e fuzilado. Até hoje, eu e a minha mãe tentamos junto da Embaixada de Portugal que a sua caderneta militar seja reconhecida. Queremos pedir a reforma e eu quero ter direito à nacionalidade portuguesa. Se o meu pai era português, eu também posso ter um passaporte por direito, não é assim?

O conteúdo desta conversa ficou-me latente: um assunto que tinha tanto de importante quanto de desconhecido. Quando penso retrospectivamente, é neste episódio e no entusiasmo que, desde o início, Maria Paula Meneses, orientadora desta tese, manifestou pela temática que vislumbro as raízes mais profundas deste trabalho. Posteriormente, ao aprofundar de um ponto de vista histórico o lugar que os comandos africanos ocuparam na africanização da guerra na Guiné, e o impacto que essa participação teve nas suas vidas durante e depois do conflito, confirmei a relevância do tema, que tinha tanto de instigante como de encoberto.

Como se aprofunda nos capítulos 3 e 5, o recrutamento das tropas africanas para o seio das FAP foi, por um lado, um importante alicerce na manutenção da presença portuguesa em Angola, Moçambique e na Guiné, e, por outro, um dos grandes problemas para resolver quando os movimentos de libertação conquistaram as independências. Apesar de existirem motivações comuns que explicam a africanização da guerra, esta assumiu contornos diferentes nos três territórios, como se explica no capítulo 3. A escolha por centrar este trabalho na Guiné e, mais concretamente, nos sujeitos que integraram as três Companhias de Comandos Africanos deste território, constituídas durante a governação de António de Spínola (1968-1973), prende-se, além das razões pessoais já referidas, com algumas especificidades: 1) As companhias de comandos e

fuzileiros africanos da Guiné foram os únicos grupos de tropa regular das FAP compostos, desde a base (soldados) até ao topo (capitães), em exclusivo por africanos negros, uma estratégia que assumiu especificidades e fez com que este território se destacasse como um caso à parte (Coelho, 2002, p. 144); 2) Enquanto governador-geral da Guiné, Spínola tinha como projeto político a integração deste território numa comunidade lusa composta por vários Estados federalistas (Spínola, 1974) e via nos comandos africanos o embrião das futuras Forças Armadas da Guiné independente, que atuariam sob os desígnios de Portugal (Afonso & Gomes, 2000, p. 204). Planeava, assim, a retirada das tropas brancas de modo a que o conflito evoluísse para uma guerra que oporia “um exército africano semelhante ao português às forças do PAIGC” (Gomes, 2013, p. 132) para garantir a sobrevivência do império português; 3) A Guiné foi o país onde houve uma menor integração das tropas africanas das FAP na nova ordem política (Coelho, 2002), e os comandos africanos, depois do abandono a que o Estado português os votou no período pós-independência, foram alvos de perseguições, prisões, e execuções sumárias, (Bernardo, 2007), ficando, até hoje, num limbo identitário (Bhabha, 2004a), sem um sentimento de pertença a nenhum dos países.

Depois da retirada das tropas metropolitanas da Guiné, estes homens tornaram-se sujeitos históricos abandonados pelo império que os doutrinou e cidadãos perseguidos pelo PAIGC, que os julgou pelas suas anteriores ações. Conquistada a independência, a nova ordem política considerou-os “traidores de raça e classe” (Gomes, 2013, p. 133), uma ameaça que, simbolicamente, representava a contra-nação, como se problematiza no capítulo 4. Deixados para trás pelo Estado português e tendo-lhes sido vedada a possibilidade de integrarem o novo país, tornaram-se indivíduos que vagueiam, até hoje, entre um território a que lhes disseram pertencer e a quem juraram fidelidade, Portugal, e a terra onde nasceram e não quiseram ou puderam abandonar, a Guiné-Bissau, como se pode constatar nos vários relatos apresentados no ponto 4.4 do capítulo 4. São um problema que Portugal cria, mas nunca resolve, e que paira até hoje sobre a alma da(s) História(s) dos dois países.

Por último, importa referir que a constatação de que esta poderia ser uma das últimas oportunidades para ouvir e registar os testemunhos destes homens foi

também relevante para a decisão de avançar com esta pesquisa. O tempo para que este grupo possa inscrever as suas vozes na História está muito próximo do limite, como o provam as pessoas ouvidas neste trabalho — em média com 68 anos, num país onde a esperança média de vida masculina é de 60 anos¹¹, muitas delas morreram pouco depois de termos conversado.¹²

1.4 Metodologia

Este trabalho tem como ponto nevrálgico 18 das 26 entrevistas de vida realizadas, entre abril de 2017 e outubro de 2018, na Guiné-Bissau e em Portugal, a militares que integraram as três CCmds Africanos da Guiné. Assenta, por isso, naquela que é considerada a principal ferramenta da história oral enquanto método — a entrevista — e parte, como já mencionado, da experiência narrada por indivíduos pertencentes a um mesmo grupo, assumindo os seus relatos como uma fonte de produção de conhecimento. Ao mesmo tempo, recusa a ilusão de que estes testemunhos possam ser “uma tomada de consciência imediata, de primeira mão, autêntica, fiel, à experiência histórica” (Portelli, 1996, p. 1), admitindo antes que ocupam um “espaço intermediário” entre a “terra de ninguém dos factos e da filosofia” e o “duvidoso confirm onde ambos se sobrepõem” (p. 1 e 2). Remetem para uma análise a dois tempos — aquele em que os factos tiveram lugar e o tempo presente (Ribeiro & Ribeiro, 2013).

Deste modo, fixar estas vozes permite perpetuá-las e fazê-las ecoar, inscrevendo-as na História. A intenção é a de construir uma “etnografia da memória” (Antunes, 2015, p. 23) deste grupo, recorrendo a diferentes fontes dispersas geograficamente que, em função do que se pretende estudar, se conectam e permitem criar comparações e lógicas de relacionamento. Nesse sentido, a metodologia utilizada adquire características de uma “etnografia multissituada” (Marcus, 1995):

A investigação multissituada é concebida em torno de cadeias, caminhos, fios, conjunções, ou justaposições de localizações em que o etnógrafo estabeleceu alguma forma de presença física literal, com uma lógica explícita e postulada de associação ou ligação entre

¹¹ De acordo com os dados da Organização Mundial de Saúde, relativos a 2018.

¹² Regressei à Guiné-Bissau em março de 2021, na sequência de uma reportagem jornalística sobre a mesma temática e, pelo menos, sete dos homens que entrevistei para este trabalho já tinham morrido.

lugares que de facto definem o argumento da etnografia (...) Ler para o enredo e, em seguida, testá-lo, embatendo-o na realidade da investigação etnográfica que constrói os seus lugares de acordo com uma narrativa convincente é um modo interessante e virtualmente não experimentado de construir pesquisas multissituadas. (...) Possivelmente o único género de trabalho em que esta técnica está agora a ser usada é através do renovado interesse pela memória social dos antropólogos e outros investigadores. (...) Os processos de lembrar e esquecer produzem precisamente o tipo de narrativas, enredos e alegorias que ameaçam reconfigurar, com versões muitas vezes perturbadoras (mitos, na verdade) que servem as ordens estatais e institucionais. Desta forma, tais narrativas e enredos são uma fonte rica de conexões, associações e relações sugeridas para moldar objetos de pesquisa multissituados. (p. 105 e 109)¹³

Ainda que, como já foi referido, não fosse intenção confrontar os entrevistados com a verdade dos factos históricos, ou ressaltar as contradições em que incorriam durante as conversas, a consulta de fontes primárias e secundárias ajudou a construir linhas cronológicas e de análise que permitiram identificar as principais temáticas a aprofundar, e levantaram uma série de questionamentos que se refletiram nas perguntas feitas durante as entrevistas. Foi neste diálogo e dialética constantes — recorrendo a uma triangulação de fontes de conhecimento (Vansina, 1985, p. 13) — que se desenhou a forma e a espessura deste trabalho.

“Follow the plot [seguir a intriga]”, como sugere a abordagem de Marcus (1995, p. 109), possibilitou estabelecer ligações entre os relatos de memórias contados — permitindo a sua melhor compreensão e enquadramento no momento em que foram proferidos — e outras narrativas a que tive acesso nos documentos do Arquivo Histórico Militar, na literatura sobre a Guerra Colonial e nas muitas conversas formais e informais que contribuíram para as reflexões aqui apresentadas. Destas, gostaria de destacar as entrevistas realizadas a Pedro Pires, comandante do PAIGC na Frente Sul entre 1969 e 1974 e presidente de

¹³ “Multi-sited research is designed around chains, paths, threads, conjunctions, or juxtapositions of locations in which the ethnographer established some form of literal, physical presence, with an explicit, posited logic of association or connection among sites that in fact defines the argument of the ethnography. (...) Reading for the plot and then testing this against the reality of ethnographic investigation that constructs its sites according to a compelling narrative is an interesting, virtually untried mode of constructing multi-sited research. (...) Perhaps the one genre of work where this technique is now being used is the renewed interest among anthropologists and others in social memory. (...) Processes of remembering and forgetting produce precisely those kinds of narratives, plots, and allegories that threaten to reconfigure in often disturbing ways versions (myths, in fact) that serve state and institutional orders. In this way, such narratives and plots are a rich source of connections, associations and suggested relationships for shaping multi-sited objects of research” (p. 105 e 109).

Cabo-Verde entre 2001 e 2011, à margem do Simpósio Aristides Pereira que decorreu na cidade da Praia, Cabo-Verde, entre 11 e 21 de novembro e 2017 (cf. anexo 9); as discussões realizadas à margem deste simpósio com os vários intervenientes que dele participaram; as partilhas feitas em Bissau, quase sempre à volta de uma mesa, com a Joana Sousa, a Teresa Montenegro e o Raul Fernandes — um trio que se revelou um compêndio vivo de experiência, memória e conhecimento e me iluminou o caminho sempre com amizade; e os comentários sagazes de Maria Paula Meneses, fundamentais para que esta tese seguisse o rumo aqui apresentado. As diferenças encontradas no confronto de todas estas vozes são encaradas não como antagónicas, mas como complementares, a prova de que cada método de pesquisa tem as suas limitações e não deve ambicionar responder sozinho aos desafios colocados por determinada realidade social.

A realização desta pesquisa baseia-se, assim, numa metodologia de carácter predominantemente qualitativo e interdisciplinar porque se debruça sobre o “(...) universo dos significados, motivações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos (...) que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (Minayo, 1993, p. 21 e 22).

A pesquisa qualitativa privilegia a singularidade do sujeito, pois a atitude de escuta e o interesse por parte do pesquisador desperta no outro o impulso de revelar-se mediante a narrativa oral por exemplo. Com ela, é possível caminhar na direção do resgate da experiência de vida pessoal, familiar, profissional e social da pessoa humana, indo para além dos aspetos circunstanciais materiais e estruturais que a envolve. (Brisola & Marcondes, 2011, p. 126)

Enquanto metodologia de pesquisa flexível, o registo de narrativas orais com base em entrevistas abertas e qualitativas (Kvale, 1996) permitiu chegar a dados relevantes da quotidianidade dos entrevistados, difíceis de aceder de outra forma e compreender o universo pessoal e coletivo dos homens que integraram as CCmds Africanos da Guiné, a interpretação que estes fazem da sua participação no conflito e a forma como resignificam essas vivências quase 50 anos depois do fim da guerra. Escolheram-se intencionalmente os sujeitos que melhor poderiam contribuir para este objetivo, sem que existisse uma preocupação excessiva com os números dos que compõem o universo desta pesquisa — os entrevistados não são valorados enquanto unidade estatística, mas como

referência qualitativa “em função da sua relação com o tema estudado” (Alberti, 2004, p. 32). O percurso metodológico que culmina nesta tese pode, assim, dividir-se em quatro fases, que se entrecruzam sem obedecerem a uma ordem cronológica: consulta de bibliografia primária e secundária; definição e revisão do guião de entrevistas; realização das entrevistas; análise das entrevistas.

1.4.1 O arquivo

Para a realização desta pesquisa, foram consultados com minúcia o Arquivo Histórico Militar, em Lisboa, o espólio da Fundação Amílcar Cabral, na cidade da Praia, em Cabo-Verde, o arquivo do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP)¹⁴, em Bissau, e a plataforma digital Casa Comum. Em todos, encontrei informação dispersa sobre a Guerra Colonial/de Libertação da Guiné, mas pouco específica sobre o tema em análise e insuficiente para realizar aquilo a que me propunha: uma genealogia das companhias africanas criadas nesse território. Tentei ainda, sem sucesso, consultar o arquivo do PAIGC, em Bissau, e o espólio privado de António de Spínola, que está na posse da sua família¹⁵. Foi no arquivo não tratado do Comando Territorial Independente da Guiné¹⁶ e nas caixas do

¹⁴ No INEP, o arquivo é de difícil acesso porque os seus documentos não estão organizados ou catalogados. Apesar de saber da existência de um arquivo oral, donde constam entrevistas realizadas no período imediatamente depois da independência, não consigo acedê-lo. Nos países africanos, a rutura colonial foi também um corte com o arquivo, com uma memória que consubstancia o colonialismo e que, por isso, não é preciso guardar. O arquivo é tratado com displicência, serve os académicos, mas não é do povo: “Why was the archive tradition weak in Africa? Firstly because most indigenous African cultures refuse to regard the past as a bygone or the present as transient. The ancestors are still with us and ourselves will be ancestors. If the present is not transient why bother to record it? (...) This is not to say that Africa is uniform. Quiet apart from other differences the continent as a whole operates within a triple heritage of culture. This triple heritage consists of indigenous, Islamic and Western traditions. Modern archives are mainly Western in conception, and they are also Islamic to some extent. But can they be indigenized? Or are they inevitably part of the imported sections of Africa’s triple heritage? To the extent that archives until recently have been viewed almost entirely as collections of written records, the indigenous aspects of the triangle have not been views as archival material” (Mazrui, 1985, p. 13).

¹⁵ Em Bissau, na sede do PAIGC, disseram-me que o arquivo estava “indisponível para consulta”. Na sequência de emails trocados com a sobrinha de António de Spínola, Sofia Campos Coelho, nos quais pedi acesso ao arquivo pessoal do ex-governador com o intuito de poder consultar informação relativa aos comandos africanos na Guiné, recebo, a 9 de julho de 2018, uma resposta: “Estive ontem com a minha mãe a consultar vários arquivos do meu tio e, infelizmente, após várias horas, não consegui encontrar qualquer documentação diretamente relacionada com o que pretende. De memória, a minha mãe dizia-me que, em concreto, não existia documentação sobre a questão. Recordo-me que, após lhe ser atribuído o posto de Marechal, o meu tio dedicou-se exaustivamente a tentar o reconhecimento dos direitos dos ex-combatentes. Lamento não a poder ajudar mais.”

¹⁶ Caixas 24 e 27/3.^a Repartição/CTIG; Caixa 24/2.^a Repartição/CTIG.

Comando Operacional¹⁷, que constam do mesmo fundo do Arquivo Histórico Militar, e nas Resenhas Histórico-Militares das Campanhas de África (Alves, Ferreira, & Rodrigues, 2009; Sousa & Miranda, 2014, 2015b, 2015a) que me deparei com a informação que considere mais relevante e à qual recorri de modo sistemático para esta pesquisa.

Fixada em encontrar os nomes dos homens que integraram as três CCmds Africanos da Guiné, dirigi-me pela primeira vez ao Arquivo Histórico Militar em setembro de 2017. Perguntei sobre a existência de uma lista que os identificasse, mas a resposta não foi animadora: “Esses documentos dos autóctones ou se perderam ou nunca foram feitos. A estar, tinham de estar aqui, e não estão. Isto não é ser racista, como agora se diz, mas estes homens eram os menos importantes do Exército.” Em Portugal, como em qualquer Estado-nação, os arquivos contam uma versão seletiva da História e, por isso, não refletem a importância das tropas africanas na guerra travada em África. Devem, por isso, ser encarados como um sujeito que produz determinado conhecimento (Stoler, 2002), uma fonte não idónea que reflete uma “ordem colonial das coisas” (p. 87). Aquilo a que Ranajit Guha chamou de “de deslizamentos retóricos que apagaram os factos da subjugação”¹⁸, uma autoridade que não deve estar acima da alçada da dúvida (2002, p. 539). Justifica-se, assim, a relevância da proposta deste trabalho: pedir àqueles que viveram os factos históricos arquivados que contem a sua versão sobre eles. Ou seja, que comentem a cristalização da História e a confrontem com insuficiências e novas possibilidades de releitura:

O questionamento da construção do conhecimento colonial e das categorias sociais privilegiadas por ele produzidas renovou o que esperar deles. A atenção aos domínios íntimos nos quais o Estado colonial intervinha levaram a reconsiderar o que consideramos ser os fundamentos da autoridade europeia e as suas tecnologias-chave. (...) Como parte de um impulso mais amplo, já não estamos a estudar as coisas, mas a forma como são feitas. Estudantes dos colonialismos dentro e fora da antropologia estão a passar tanto tempo a repensar o que constitui o arquivo colonial quanto a reconsiderar como os documentos escritos colidem e convergem com as memórias coloniais no campo pós-colonial. (Stoler, 2002, p. 89 e 90)¹⁹

¹⁷ Caixa 133/4.^a secção/2.^a divisão/COP3.

¹⁸ “Rhetorical slights of hand that erased the facts of subjugation”.

¹⁹ “Questioning the making of colonial knowledge and the privileged social categories it produced, has revamped what to expect of them. Attention to the intimate domains in which colonial state intervened had prompted reconsideration of what we hold to be the foundations of European authority and its key technologies. (...) As a part of a wider impulse, we are no longer studying things, but the making of them. Students of colonialisms in and outside of anthropology are

Depois de fazer uma extensa consulta no Arquivo Histórico Militar, na tentativa de encontrar informação referente à participação dos comandos africanos da Guiné nas FAP entre 1971 (ano em que foram criadas as três CCmds Africanos na Guiné) e 1974 (quando as FAP se retiraram do território), e não encontrar informação específica, cruzei-me com um dossier intitulado “Índice das histórias de unidades que estiveram no Ultramar”. Entusiasmado-me, mas, das cinco entradas onde surgem as palavras “comandos” e “Guiné”, nenhuma se refere aos comandos africanos. Em dois meses de pesquisa, passei-me pelas mãos mais de 50 caixas, mas aquilo que encontro são sobretudo relatórios das operações em que as três CCmds Africanos da Guiné participaram²⁰ e algumas declarações que comprovam os descontos destas tropas para a Segurança Social²¹. Esta informação revelou-se útil como linha condutora do guião de entrevistas e referência capaz de trazer à tona relatos mais pormenorizados de episódios específicos, mas era, todavia, insuficiente.

No final da pesquisa de arquivo em Portugal, os nomes daqueles que integraram as CCmds Africanos Guiné entre 1971 e 1974 continuavam a ser uma incógnita. Sem eles, o trabalho de campo estava bloqueado — mesmo que conseguisse encontrá-los, como confirmaria a identidade daqueles que não tinham documentos que comprovassem a sua integração nas FAP? Esgotei a minha última possibilidade quando escrevi à Associação de Comandos. Por email, garantiram-me não ter nenhuma informação relativa ao que procurava: “Em relação aos nomes dos militares que pertenceram às companhias de comandos africanos, o que a Associação tem é muito pouco. Pouco ou nada veio para Portugal.”

Foi a menos de um mês de partir para a Guiné-Bissau, em setembro de 2017, que um homem que pediu anonimato, com quem já tentara entrar em contacto várias vezes, me telefonou e assentiu que nos encontrássemos. A meio da conversa, trouxe-me uma caixa com uma série de documentos relativos às três CCmds Africanos da Guiné. Abriu-a e manuseou o seu conteúdo com cuidado.

spending as much time rethinking what constitutes the colonial archive as they are reconsidering how written documents collide and converge with colonial memories in the post-colonial field” (Stoler, 2002, p. 89 e 90).

²⁰Caixa 27/3.^a Repartição/CTIG/Dossier 2.

²¹ Caixa 27/3.^a Repartição/CTIG/Dossier 6.

Vislumbro uma meia-dúzia de folhas agrafadas, que me parecem ser uma lista de nomes, e peço para vê-las. “Talvez para a próxima lhe mostre... Ainda nos estamos a conhecer.” Quando nos voltámos a encontrar, tive acesso ao documento mais importante desta pesquisa, que continha a informação que procurava e cuja existência me tinha sido negada: a lista com os nomes dos homens que integraram a 1.^a, 2.^a e 3.^a CCmds Africanos na Guiné, carimbada pela Associação de Comandos em Portugal (cf. anexo 5). Como alertou Derrida (1995) não há poder político sem o controle dos arquivos, que são “a lei do que pode ser dito” (Foucault, 2000). Esta lista foi a chave para todo o trabalho que se seguiu, aquilo que permitiu ir além de um manto que controla e restringe.

1.4.2 O guião de entrevista

O primeiro guião elaborado era composto por 36 perguntas (cf. anexo 8), dividia-se em quatro fases — a entrada nas FAP, a vida de militar, a independência e o pós-independência — e tentava encontrar respostas para seis pontos fundamentais: 1) a forma como foi feito o recrutamento para as CCmds Africanos das FAP; 2) o tipo de relação estabelecida entre estes homens e a população guineense, e o seu conhecimento sobre o movimento de libertação da Guiné; 3) a existência de uma divisão étnica entre os que lutaram ao lado de Portugal e ao lado do PAIGC; 4) a forma como os comandos africanos participavam nas operações militares; 5) os constrangimentos por que passaram depois da independência da Guiné-Bissau; 6) o olhar que têm, praticamente 50 anos depois, sobre o seu percurso de vida — antes, durante e depois da guerra.

Logo na primeira entrevista, realizada em Lisboa a Abdulai Djaló, ficou claro que dificilmente seria possível seguir a ordem deste guião. À minha frente, tinha pessoas com emoções à flor da pele, que encontraram neste encontro uma primeira oportunidade para falar sobre tudo o que passaram, era imprescindível dar-lhes o espaço necessário para que pudessem pautar o rumo da entrevista, para escolher os pontos a enfatizar e aqueles sobre os quais não queriam falar:

Os depoimentos coletados também podem, em muitos casos, refutar as ideias que o pesquisador tinha a respeito do problema antes de iniciar a pesquisa de campo. Por tudo isso, o fundamental é estar aberto às surpresas, ao imprevisível e ao imponderável que emergem do trabalho de campo, mesmo que isso nos obrigue a rever nossos conceitos e a refazer o caminho trilhado. Dar espaço para a

emergência do novo é o que justifica a realização de pesquisas empíricas e o que as torna tão fascinantes e tão necessárias ao contexto, um tanto enrijecido e repetitivo, em que vêm sendo realizados boa parte de nossos estudos. (Duarte, 2004, p. 223)

Adotei, por isso, durante as entrevistas questionamentos voláteis e semiabertos e desisti do guião rígido que tinha inicialmente preparado. Este documento continuou, no entanto, a ser uma base importante na medida em que constituiu um alerta constante para os pontos importantes que não poderiam deixar de ser tocados. Assim, possibilitou-se a abertura de caminhos e reflexões imprevistos, que foram emergindo ao longo das conversas (Boni & Quaresma, 2005, p. 75).

“Fale-me da sua infância: onde nasceu, como era a sua aldeia, o que faziam os seus pais...”, assim começaram praticamente todas as entrevistas. Em seguida, o entrevistado tinha espaço para escolher as histórias que queria contar, sendo as minhas intervenções pontuais, apenas quando necessário desbloquear um silêncio prolongado ou redefinir o rumo da conversa. Não obstante, e seguindo o conselho de Brisola e Marcondes (2011) — “os eixos estruturadores são importantes na medida em que representam tópicos ou, a título de ilustração, “lembretes” ou ainda subtítulos de determinados assuntos que se pretende abordar com a entrevista, de forma que a linha de raciocínio lógico do entrevistador e entrevistado não se percam” (p. 130). Por isso, adotou-se como regra que todas as entrevistas teriam de passar pelos seguintes eixos temáticos: o contexto familiar; as lembranças sobre o início da guerra; a percepção, à época, sobre a finalidade do conflito; o recrutamento e as motivações para a integração nas FAP; a rotina enquanto tropa e o significado de ser comando africano; as operações militares mais marcantes e os desafios no campo de batalha; as memórias sobre Amílcar Cabral e António de Spínola; o significado do fim da guerra e da independência da Guiné; o sentimento de pertença a um país.

1.4.3 Entrevistas

O dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer. (Benjamin, 1987)

Para este trabalho, realizaram-se 26 entrevistas — na Área Metropolitana de Lisboa e em diferentes regiões da Guiné-Bissau — a indivíduos que se apresentaram como comandos africanos das FAP. Foram recolhidos o som e a imagem de todas as conversas, num total de cerca de 50 horas de gravações.²² Destas, consideraram-se apenas aquelas em que os entrevistados cruzavam um de três critérios: eram detentores da caderneta militar ou de outro documento militar que comprovava a sua integração numa das três Companhias de Comandos Africanos da Guiné; o seu nome e/ou número de militar coincidia com os dados que constavam das listas do Batalhão de Comandos Africanos da Guiné; o seu nome era referido por outros colegas com documentos e descrevia detalhadamente episódios pelos quais passou na tropa comando. Esta necessidade surgiu depois se ter constatado que alguns dos homens entrevistados, que se apresentavam como ex-comandos africanos, pertenciam a outras companhias de comandos mistas das FAP, e não às Companhias de Comandos Africanos criadas em 1971, universo sobre o qual esta tese se debruça. Do total de 26 entrevistados, 18 (cf. anexo 6) cumpriam um destes dois critérios e, por isso, são os seus testemunhos, apresentados na íntegra no capítulo 6, que dão relevância e sustento a este trabalho.

As entrevistas feitas a Abdulai Djaló (soldado da 1.^a CCmds Africanos) e a Juldé Djaguité (furriel da 2.^a CCmds Africanos), na Área Metropolitana de Lisboa entre maio e setembro de 2017, assumiram um carácter exploratório e revelaram-se preponderantes não só para validarem a pertinência do guião, mas também para o redefinirem. Já as conversas realizadas na Guiné-Bissau decorreram em três momentos diferentes: o primeiro entre outubro e novembro de 2017, o segundo entre março e maio de 2018 e o terceiro entre agosto e

²² Apesar de o foco deste trabalho recair nos comandos africanos que se encontram, atualmente, a viver na Guiné-Bissau, foram feitas duas entrevistas de carácter exploratório, na Área Metropolitana de Lisboa, a Abdulai Djaló (soldado da 1.^a CCmds Africanos) e Juldé Djaguité (furriel da 2.^a CCmds Africanos).

outubro de 2018. Esta opção justificou-se pela necessidade de um distanciamento que possibilitasse analisar a informação recolhida na primeira leva de entrevistas e, com base nela, colmatar falhas, afinar critérios de seleção dos entrevistados e reformular o guião de perguntas.

Todas as entrevistas foram também antecidas por um primeiro contacto informal — no qual me apresentava, explicava o que estava a fazer, pedia autorização para filmar e recolher o som e combinava o dia e a hora do encontro seguinte. Sempre que possível, estes decorreram ao início da manhã ou ao final de tarde, quando o sol estava mais baixo, no alpendre das casas dos entrevistados onde, frente a frente, nos sentávamos numa cadeira de plástico ou num banco de madeira. Havia quase sempre curiosos, homens e mulheres que ficavam para ouvir os primeiros minutos, mas poucos foram os que permaneciam até ao fim. As interferências externas foram raras e, quando aconteciam, contribuíam positivamente para o desenrolar da conversa. Das 18 entrevistas, três foram feitas em português e 15 em crioulo. Quando percebi que o discurso dos que escolheram falar em português enfrentava bloqueios significativos, passei a realizar todas as entrevistas em crioulo, o que possibilitou uma expressão mais fluida. A facilidade em chegar às pessoas que procurava e a disponibilidade para estas me receberem será, salvo as poucas exceções que referirei adiante, uma constante.

Para rematar este ponto, é também importante referir que a maioria dos sujeitos ouvidos neste trabalho não faz parte da cúpula do Exército — contam-se seis graduados (um 2.º sargento e cinco furriéis) e 12 soldados. Quanto ao local das entrevistas, cinco realizaram-se em Bissau, três em Farim, duas em Gabu, uma em Ingoré, três em Mansoa, uma em Quebo, uma no Saltinho e duas na Área Metropolitana Lisboa. A dispersão geográfica dos entrevistados — se estavam no Sul ou no Norte do Guiné, no campo ou na cidade — revelou-se uma das variáveis mais importantes para a diversidade dos relatos ouvidos: quanto maior a distância que separava os locais onde foram recrutados, mais díspares eram as memórias narradas. Mais do que pertencerem à mesma etnia, era o facto de, na altura em que foram recrutados, viverem no interior ou próximo de uma cidade que aproximou ou distanciou o conteúdo dos testemunhos ouvidos. Os homens ouvidos tinham entre 60 e 72 anos e uma média de idades de 68 anos. Todos,

sem exceção, disseram ser a primeira vez que falavam, retrospectiva e detalhadamente, sobre o que foi ser comando africano nas FAP. Hoje garantem já não temer represálias, como nos tempos depois da independência: quiseram ser identificados pelo nome completo e idade e, aqueles que sabiam escrever o seu nome, assinaram uma autorização a consentir que o conteúdo das entrevistas pudesse ser veiculado noutros espaços, que não apenas para fins de investigação académica. A intencionalidade da sua fala é clara: querem ser reconhecidos por Portugal, reivindicar a cidadania portuguesa que lhes foi usurpada depois da guerra e ter direito à reforma da Segurança Social portuguesa. Os que já conseguiram esse direito, esperam que o seu testemunho possa “ajudar outros colegas que ficaram na *koitadesa* [miséria]”. Há um desejo explícito de que a sua participação na guerra não seja esquecida e uma consciência de que o tempo se está a esgotar, de que dificilmente assistirão a um reconhecimento coletivo por parte de Portugal, como demonstram no ponto 4.4.2 do capítulo 4.

1.5 O trabalho de campo na Guiné-Bissau

Como já referido, o trabalho de campo na Guiné-Bissau foi realizado em três períodos distintos ao longo de um ano e meio. Numa primeira fase, centrei-me na cidade de Bissau, onde fiz os primeiros contactos e tentei localizar alguns dos nomes que me tinham sido indicados em Lisboa, e constavam da lista das três Companhias de Comandos Africanos a que tive acesso. Num segundo momento, o menos profícuo devido a uma série de imprevistos que explicarei adiante, saí da capital e fui ao Sul (Catió, Cadique Nalu e Iemberém) e ao Norte do país (São Domingos, Varela), na tentativa de encontrar vozes que me pudessem contar histórias diferentes das que tinha ouvido até então, de modo a garantir diversidade geográfica na recolha dos testemunhos. Por último, numa terceira viagem à Guiné, não planeada inicialmente, mas que se revelou imprescindível, percorri todo o país e fiz entrevistas em Buba, Quebo, Gabu, Mansoa e Farim. Enquanto nas duas primeiras fases extrapolei a amostra que me tinha proposto estudar, nesta última ouvi, em exclusivo, comandos africanos que cruzavam um dos dois critérios obrigatórios para integrarem a análise realizada nesta pesquisa. Depois de identificadas as lacunas a colmatar, foquei-

-me naquilo que considereei serem os elementos necessários para concluir o trabalho de campo: garantir que ouvia testemunhos oriundos de diversas etnias e regiões, vozes que tinham integrado uma das três CCmds Africanos em diferentes períodos, com o intuito de recolher relatos o mais heterogéneos possível.

Chego a Bissau a 9 de outubro de 2017 e, logo na manhã seguinte, encontro-me com o presidente da Associação dos Filhos e Viúvas dos Antigos Combatentes Portugueses que, meses antes, tinha organizado uma vigília em frente da Embaixada de Portugal para reivindicar o pagamento de pensões de sangue e invalidez e outros direitos dos seus pais e maridos, prometidos pelo Governo português no Acordo de Argel, a 23 de agosto de 1974, como se apresenta no capítulo 4. Suleimane Camará diz que me ajudará “com todo o gosto” porque “é muito importante que os portugueses reconheçam os ex-combatentes e os direitos dos seus filhos e viúvas”; uma declaração de interesse que será repetida várias vezes ao longo do trabalho de campo.

Apesar de não conhecer ninguém que tenha pertencido, em específico, às três Companhias de Comandos Africanos que estudo, Suleimane passa-me uma pasta com documentação relativa ao posicionamento de Portugal com os antigos combatentes guineenses, que enquadra os muitos reveses deste processo, em seguida apresentados no capítulo 5. E põe-me em contacto com Bacar Branco, vice-presidente da associação e filho de um antigo comando já falecido. Bacar fala muito e depressa, como se temesse o diluir do tempo antes que possa terminar o que tem para dizer. Em 2015, acabou o ensino secundário e, desde então, trabalha no que aparece. Gostava de ir para a universidade, mas *jetu ka ten* [não tem condições]. O seu português distingue-se do da maioria dos guineenses que nunca saíram do país²³, diz que o aprendeu com o pai e nos encontros da Igreja Evangélica. No curto percurso que fazemos juntos, percebo que poderá ajudar-me a encontrar alguns dos nomes que trago identificados e a esclarecer-me dúvidas de *kriol* que possam surgir durante as entrevistas. É assim que, guiada pelo acaso, me cruzo com aquele que será o meu braço direito

²³ Na Guiné-Bissau o português é a língua oficial, mas não é falada pela maioria da população, sendo o crioulo aquela que é considerada a língua nacional.

durante o trabalho na Guiné-Bissau e acompanhará grande parte das entrevistas realizadas.

Nesta primeira fase, foco-me na cidade de Bissau e nos seus arredores. É Bacar quem me sugere os três primeiros entrevistados: Jorge Emboma, Aurélio Azinhaga e Sifna Tinné. Enquanto conversamos, apercebo-me, pelas experiências narradas e pela data em que me dizem ter sido recrutados, que nenhum destes homens integrou as CCmds Africanos da Guiné, tinham integrado outras companhias — mistas e de operações especiais — mais à frente abordadas no ponto 3.3 do capítulo 3. Apesar disso, prossigo com as entrevistas por considerá-las um contributo importante para a problematização da temática e uma oportunidade de recolher testemunhos que não poderão ser narrados, na primeira pessoa, durante muito mais tempo.

É António Pelé, presidente da Associação Guineense dos Ex-Combatentes Portugueses, quem me diz para procurar Paulo Rodrigues (2.º sargento da 1.ª CCmds): “De certeza que foi comando e vive ali em Sintra.” Sintra é um bairro frenético no centro de Bissau, onde param os carros de transporte (meio de locomoção para quem vive na periferia da capital) e centenas de pessoas fazem negócio nas ruas. A primeira mulher a quem peço ajuda leva-me diretamente a um quintal, nas traseiras de uma casa que dá para a estrada, onde encontro o “tio Paulo” recostado numa cadeira de plástico vermelha. Explico-lhe quem sou e pergunto-lhe se teria disponibilidade para falarmos no dia seguinte. “Sim, sem problema, amanhã às oito horas estou aqui.”

Na Guiné-Bissau, o “efeito bola de neve” (Krackhardt & Porter, 1986) funciona tal e qual os teóricos o descrevem. Quando pergunto a Paulo se me pode indicar outros comandos africanos, alerta-me: “Havia muitos..., mas muitos morreram, outros estão velhos... Acho que o Bolinha, que está no bairro do Caracol, ainda está de vida...” Por esta altura, este é um dos meus maiores receios: que as pessoas com as quais me proponho trabalhar já tenham morrido. Mas, no dia seguinte, estou frente a frente com Fernando Cabral (soldado da 1.ª CCmds), que todos conhecem por Bolinha. Encontro-o sentado no chão de um café que serve pequenos-almoços. Fala e anda com dificuldade, resultado de um acidente vascular cerebral. Mesmo assim, insiste em levantar-se e caminhar até às traseiras da casa onde podemos conversar mais calmamente. Na mesma

semana, recebo um telefonema de um homem que se apresenta como Sori Bari²⁴ e diz ter vindo de Catió, no Sul da Guiné-Bissau, porque Suleimane Camará o avisou que “uma mulher andava à procura de comandos”. É assim, no passa-a-palavra e sem precisar procurar muito, que facilmente chego a Julião Correia (soldado da 1.^a CCmds), Lamine Camará (soldado da 2.^a CCmds) e Lamarama Djaló (furriel da 2.^a CCmds). Destes, Lamarama é o único que se mostra visivelmente incomodado com as perguntas, foi ex-deputado pelo Partido de Renovação Social durante três mandatos e nega conhecer colegas comandos que tenham sido fuzilados: “Eu nunca conheci uma pessoa que fosse fuzilada. Ouvi dizer que isso aconteceu, mas não sei onde é que foram os fuzilamentos. Nunca soube. [...] Claro que tive medo, mas o que passou, passou. Ninguém me perseguiu.”

Na véspera de deixar Bissau, Mamadou Camará (soldado da 1.^a CCmds) contacta-me pelo mesmo motivo de Bari. Como estou de partida, digo-lhe que voltaremos a falar em janeiro. Quando regresso pela segunda vez, em janeiro de 2018, tenho como plano realizar entrevistas fora da capital, nas cidades de Catió, Buba, Farim, Quebo e Gabu. Nessa altura, perspectivava que aquele seria o último momento de trabalho de campo. Chego a 25 de janeiro, uma semana antes da realização do Congresso do PAIGC, que o na altura presidente da República, José Mário Vaz, tentava boicotar. O abastecimento de água e luz falhava todos os dias entre as nove da manhã e as seis da tarde, o que dificultava a logística pessoal e o carregamento das baterias do gravador e da máquina de filmar. O clima era de tensão política: nas ruas circulavam carros da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CDEAO) e o acesso ao centro de Bissau estava muitas vezes vedado. Passo os primeiros dias a instalar-me e a inteirar-me do que se passa. Já estou há quase duas semanas em Bissau quando devolvo a chamada pendente a Mamadou Camará e marco a primeira entrevista. É também por esta altura que decido comprar um carro em segunda mão, para reduzir os imprevistos dos transportes públicos e deslocar-me com mais facilidade. Parecia-me a única possibilidade de conseguir chegar a localidades mais remotas no tempo que tinha disponível. Pouco antes de partir

²⁴ Sóri Só diz ter sido recrutado, na altura de Spínola, para ser comando africano, mas não ter suportado a exigência dos treinos a que o sujeitaram em Fá Mandinga.

para o Sul da Guiné-Bissau, cruço-me com Marina Temudo, investigadora do Departamento de Recursos Naturais, Ambiente e Território da Universidade de Lisboa, e percebemos que partilhamos o mesmo destino. Decidimos fazer a viagem juntas. Demoramos cinco horas para chegar a Catió, sede de um antigo quartel português, onde montamos a tenda e acampamos numa das divisões da casa de Mussa Mané, um amigo de Marina que já nos esperava e com quem partilhámos um caldo de chabéu ao jantar.

No dia seguinte, logo pela manhã, encontro-me novamente com Sori Bari, que já me havia procurado em Bissau, e peço-lhe ajuda para localizar outros comandos africanos. Mas Sori garante-me que em Catió não existe nenhum e dá-me alguns nomes em Gabu, Nhala, Mapatá, Quebo e Farim. Decido continuar a perguntar a quem vou encontrando pelas ruas de Catió, mas sem sucesso. Acabo horas à conversa com um ex-soldado de uma companhia de artilharia das FAP que me conta como os comandos africanos eram recrutados para a tropa e corrobora a versão que me tinha sido já tantas vezes narrada: “Os brancos chegavam com uma lista, iam ao Comité de Estado e tomavam o nome dos jovens na tabanca para depois os levarem para Bolama. Não perguntavam se queriam ou não ir, era à força, o PAIGC não estava na praça [cidade], por isso, não fazia nada.”

Seguimos para a cidade de Jemberém. Deixamos o carro no porto de Catió e atravessamos o rio Cumbidjã numa canoa de madeira, a única possibilidade de chegar ao destino depois de as chuvas terem tornado a estrada de terra batida inacessível. Nessa noite, dormimos em Cadique Nalu, na casa do reglo da tabanca (aldeia), onde a Marina já ficara anteriormente; no dia seguinte, alugo uma mota e sou guiada por Amaro Djaló, um jovem carpinteiro e artista plástico, até Jemberém. Quando chego, localizo a casa de Mamadou Bari, 1.º cabo da 1.ª CCmds, mas a filha informa-me que o pai está fora num *toca tchoro* [cerimónia fúnebre], e não sabe quando voltará. Começo, como de costume, a bater de porta em porta na esperança de que alguém conheça algum comando africano. Mas, desta vez, sem sorte. Tudo indica que, segundo as dezenas de pessoas com quem conversei, “Mamadou Bari é o único que sobra” na região. Apesar disso, detenho-me à conversa com Aua Dabu em Cantobói, numa tabanca perto de Jemberém, e com Salé Soaré, no regresso a Cadique Nalu. Ambas relatam

ter sido levadas para o mato pela guerrilha do PAIGC e que, até esse momento, não se lembram de alguma vez terem visto tropas portuguesas. Referem a existência de raparigas/mulheres milicianas, que pegavam nas armas para proteger a tabanca, enquanto os homens iam para o mato, e garantem ter feito parte da luta “junto com os machos”. Sobre os comandos africanos, Salé diz que “foram os piores”, “uns bandidos”. Mas quando lhe pergunto se alguma vez viu algum, se saberia distingui-los entre outros tropas, respondeu-me que não.

Decido aqui referir as conversas todas com Aua e Salé porque, não sendo o foco deste trabalho, reforçam um dos principais argumentos desta pesquisa: estar de um lado ou de outro da guerra não foi, necessariamente, uma decisão baseada numa consciência política.

No regresso a Bissau, o carro tem uma avaria que o impede de voltar a circular. Restavam apenas duas semanas e eu estava longe de reunir a diversidade de entrevistas planeadas. Decido apanhar uma boleia e seguir para norte, para *tchon* [chão] Felupe. Paro na cidade de São Domingos, onde o meu amigo Issa Indjai me fala de “um homem mesmo muito velho” que vive em Varela, uma tabanca a cerca de duas horas numa estrada de terra batida, e foi comando africano. Quando chego ao destino, dizem-me que a pessoa que procurava tinha acabado de sair para Bissau por motivos de doença.

Por esta altura, paro de tentar fazer entrevistas e passo os últimos dias na capital, a consultar o arquivo do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa — onde poucos são os documentos catalogados ou arrumados com ordem. A instabilidade política, a avaria do carro, as idas ao Sul e ao Norte da Guiné-Bissau sem encontrar um único comando africano reacendem as dúvidas sobre o sentido do trabalho que levava a cabo.

Percebo que será indispensável voltar para um terceiro momento de pesquisa e é isso que faço entre agosto e outubro de 2018. Foco-me em encontrar os comandos africanos que várias pessoas me tinham já garantido estarem vivos. Começo pela cidade de Buba, no Sul do país, e paro na casa de Vasco Fernandes Baio (soldado da 1.^a CCmds). Vasco tem um porte atlético e um corpo de quase dois metros, segue o tom da minha voz com a cabeça, mas as cataratas em estado avançado impedem-no de me ver, o que o deixa desconfortável com a conversa. Consente que volte mais tarde, mas

acabaríamos por ter uma conversa curta, que não considerei para este trabalho. Depois deste primeiro imprevisto, entro na rota que me levará até vários comandos africanos. Com os nomes e respetivas localizações apontadas no bloco, fui direta a quem procurava: em Quebu encontrei-me com Galé Jaló (soldado da 3.^a CCmds); no Saltinho com Mamadou Djaló (1.^o cabo da 2.^a CCmds) e Braima Bari (soldado da 3.^a CCmds); em Gabu com Joaquim Boquindi Mané (furriel da 1.^a CCmds); em Mansoa com Mário Umarú Sani (soldado da 1.^a CCmds), Armando Paulo Sambú (Furriel da 1.^a CCmds) e Luís Sambu (soldado da 1.^a CCmds); em Farim com Luís Hernani Quecói Turé (soldado da 2.^a CCmds), Malam Samá (soldado da 1.^a CCmds) e Serifo Djau (soldado da 2.^a CCmds); e em Bissau com João Seco Mamadou Mané (furriel da 1.^a CCmds). É assim que, em três meses, faço 11 entrevistas e reúno a diversidade de vozes de que sentia falta para poder dar por concluído o trabalho de campo.

Neste período, destaco a intensidade da semana que passei em Farim, uma espécie de cidade-fantasma, repleta de estradas e edifícios construídos no tempo colonial, onde praticamente só se encontram pessoas na rua pela manhã, na zona do mercado. Aqui, fiz três entrevistas, mas foram dezenas os homens que me procuraram e apresentaram como ex-comandos. No único hotel da cidade, onde fiquei alojada, ouve-se uma emissora de rádio portuguesa e, pela manhã, a televisão está ligada na RTP1; as loiças são iguais às que se poderiam encontrar em casa da minha avó e os móveis estão cobertos por *napperons*. Há vestígios de Portugal por todo o lado, como, até agora, não tinha encontrado em nenhum outro local na Guiné-Bissau. O dono, um ex-combatente português com mais de 85 anos, tenta explicar-me porquê:

Aqui em Farim estávamos todos com os portugueses, vivíamos bem no tempo colonial porque o quartel estava próximo e a cidade era bem abastecida. Havia de tudo um pouco: peixe, carne, bebidas... Depois, com a independência, os homens de Farim foram quase todos perseguidos. Não há família que não tenha alguém enterrado em Cumeré [nas matas desta cidade foram cavadas diversas valas comuns]. Foi uma desgraça, fomos todos abandonados, completamente. Já falei com o Quecói Turé, ele disse que passava aqui logo de manhã, tem uma história incrível.

Pouco depois de Luís Hernani Quecói Turé me cumprimentar, mostra-me as diversas cicatrizes que tem espalhadas pelo corpo. Treme muito, quando recorda aquilo por que passou, faz longas pausas antes de prosseguir com o seu testemunho. Tem uma história de sofrimento, prisão e tortura. À semelhança

dos outros homens com quem falei, a maioria das perguntas não precisaram de ser feitas, a conversa fluiu em catadupa, quase sem pausas, durante horas consecutivas.

Foi como se estes homens estivessem uma vida toda à espera para contar a sua história. Fazem, durante o momento da entrevista, uma catarse pessoal. Mário Umarú Sani, soldado da 1.^a Companhia de Comandos Africanos, que morreu pouco tempo depois de nos termos encontrado, é, talvez, quem melhor personifique esta sensação. Depois de ter sido preso e torturado na ilha de Carache²⁵ entre os anos de 1976 e 1979, iniciou uma fuga que contou mais de 40 anos e o levou a percorrer quase toda a África Ocidental. A 11 de outubro de 2017, encontrei-o sentado no alpendre da casa onde nasceu, em Mansoa. Tinha acabado de regressar à Guiné-Bissau e estava “à espera da morte”, disse-me. “Como é possível que eu já tenha sido assim?”, pergunta, incrédulo, enquanto aponta para a fotografia de um homem forte e de olhar vivo que nos observa da parede da sala. O seu corpo magro e periclitante é uma miragem daquela imagem. A sua voz, regada de lágrimas, treme — como se pressentisse o fim a bater à porta. Era a constatação última de uma vida sem volta a dar, em tudo diferente daquilo que sonhara:

É a primeira vez que vou contar esta história. Nunca falei com ninguém sobre isto, sempre recusei. É uma história que me faz desmoralizar completamente. Todos os dias tento esquecê-la porque, se ficar na cabeça, é um peso para mim, um peso doloroso. (...) Agora estou aqui com esperança de que um dia de Portugal venha alguém ajudar-me. Mas sei que não é possível, já tirei isso da cabeça, vou morrer com esta dor. Está a ver essa foto? Todos os dias olho para ela quando me levanto de manhã e lembro-me da minha vida. Estou cansado. Desde 74, é só sofrimento, só sofrimento.

1.6 Tratamento das entrevistas

Os testemunhos apresentados ao longo dos capítulos 2, 3, 4 e 5 são resultado da reorganização do material recolhido (Duarte, 2004) e dividem-se em cinco fases: 1) transcrição integral e tradução para português das conversas feitas em crioulo; 2) leitura e verificação das transcrições e anotações dos aspetos mais relevantes; 3) criação de uma tabela com variáveis objetivas — nome, local de recrutamento, local da entrevista, ano de nascimento, companhia de comandos

²⁵ Ilha do arquipélago das Bijagós onde vários presos políticos foram sujeitos a trabalhos forçados depois da independência da Guiné-Bissau.

a que pertencia, patente militar, número de caderneta militar, ano de incorporação, motivo para integrar a lista de entrevistados, motivação para integrar as FAP, nível de escolaridade quando entrou para a tropa, cidadão português, reformado da Segurança Social portuguesa — fundamental para facilitar a necessidade de aceder com imediatismo a alguns dados mais concretos ao longo do processo de análise; 4) segmentação do conteúdo das entrevistas em oito eixos; um processo que exigiu a alteração da ordem dos testemunhos e o seu reagrupamento por temas; 5) edição e agrupamento dos diversos testemunhos, respeitando-se, sempre que tal não comprometa o entendimento, a ordem em que foram proferidos bem como as expressões e palavras originais. As entrevistas foram transcritas por Luciana Maruta (português) e Joana Sousa e Teresa Montenegro (português e crioulo). Na tradução de crioulo para português, houve um cuidado adicional na escolha das palavras para garantir o respeito pela intencionalidade com que o interlocutor proferiu cada palavra.

Os momentos e regras que pautaram a análise das entrevistas não foram definidos à partida, mas antes estabelecidos no decorrer do processo de edição das mesmas. São, por isso, um edifício erguido em resposta a necessidades emergentes, de modo a cumprir os objetivos a que este trabalho se propõe e tentando não desvirtuar os relatos daqueles que aceitaram partilhar a sua experiência. Como alerta Rosália Duarte (2004),

(...) ao longo de todo o processo de análise, o material empírico estará sendo lido/visto/interpretado à luz da literatura científica de referência para o pesquisador, que produz teoria articulada ao conjunto de produções científicas com o qual se identifica. Vale lembrar, entretanto, que a fala do entrevistado tem valor nela mesma quando tomada como fonte de conhecimento e não pode ser utilizada como mera ilustração das teorias explicativas. Se recolhido e analisado de forma correta, o material fornecido por nossos informantes tem concretude, densidade e legitimidade suficientes para, se for o caso, fornecer subsídio e base para questionarmos nossos pressupostos e mesmo concepções teóricas estabelecidas e consolidadas. (2004, p. 223)

Importa ainda reforçar, como já dito, que não foi objetivo desta recolha de relatos encontrar verdades absolutas ou relações de causa-efeito mecânicas e inquestionáveis, mas antes registar testemunhos que refletem processos não-lineares, analogias, representações e interpretação que os próprios narradores fazem das suas experiências (Tickner, 2005, p. 2 e 3). Explora-se a diversidade

de pontos de vista ao invés de quantificá-los, mapeiam-se as continuidades, mas também as contradições e os silêncios.

1.7 Quem sou eu? Anseios e questionamentos

Mulher, branca, portuguesa e jovem. Que impacto tiveram estas características no meu trabalho? Que resultados seriam diferentes se esta investigação fosse dirigida por um investigador bissau-guineense? Que legitimidade tem alguém que usufrui dos privilégios de quem nasceu num país com uma história de colonização e extrativismo para fazer esta investigação? Ao longo do percurso, foram sempre muitos os questionamentos éticos. Parecia um *loop* sem fim: Seria capaz de refletir numa tese — sujeita a determinadas regras e formatações — conversas tidas num ambiente familiar, regadas a *uarga*, debaixo de um alpendre? Será que a forma como expliquei as minhas intenções foi realmente compreensível para as pessoas que aceitaram confidenciar-me a sua vida? Até que ponto o meu trabalho não iria legitimar o discurso populista da extrema-direita que instrumentaliza figuras como Marcelino da Mata para fazer vingar a ideia de Portugal como um país não racista e integrador?

“Mas tu és só isso — uma mulher portuguesa, branca e jovem? Não és também alguém que fala crioulo, tem amigos guineenses e conhece bem a Guiné-Bissau? Isso não contribuiu para o teu trabalho?” A pergunta de Maria Paula Meneses foi o alerta que me fez perceber que agora era eu quem estava a colocar-me naquilo que este trabalho critica: caixas identitárias estanques. Sim, claro, falar crioulo, ter amigos de anos no país, conhecer as estradas e os códigos sociais foram determinantes para que conseguisse chegar aos entrevistados e estabelecer com eles uma conversa a partir de um lugar de entendimento e empatia. Permitiu-me estabelecer relações de confiança, intimidade e reciprocidade (Fontana & Frey, 2005, p. 711) que resultaram numa maior predisposição e abertura para me contarem uma história que foi sendo problematizada ao longo das conversas, ao invés de um discurso repleto de automatismos e lugares-comuns com que, muitas vezes, os investigadores são confrontados. Afinal, eu conhecia algumas das “palavras-chave” de que fala Vansina (1985):

O significado exato das palavras usadas num testemunho nunca é uma questão simples quando se está a lidar com culturas desconhecidas. O significado de qualquer palavra só se torna inteligível quando o contexto em que foi proferida é levado em consideração. Para a maioria das palavras, isso não apresenta dificuldades. Mas algumas palavras são palavras-chave; não podem ser compreendidas a menos que a pessoa esteja totalmente familiarizada com a sociedade e a cultura da qual provêm. (1985, p. 85)²⁶

Fazer presente a minha subjetividade — quem era eu, donde partia e ao que ia, tentando não ignorar o que eu própria poderia significar naquele contexto, as assimetrias de poder impossíveis de colmatar (Kvale, 1996; Fontana & Frey, 2005), foi a forma que encontrei para apaziguar os muitos conflitos internos e delinear um caminho com o qual, ainda que não isento de incoerências, me sentisse apaziguada. Tentei ser também crítica da tendência que a academia europeia tem para olhar o outro como um sujeito passivo, convertendo-o num objeto. Quis evitar esse “pensamento abissal” (Santos, 2007), na tentativa de contribuir para uma mudança na monocultura da ciência, no sentido em que esta, em lugar de ser fundamentalista, é absorvida, negociada, dialogada com outros saberes (Meneses, 2009).

Não houve, por isso, qualquer intenção paternalista de dar voz aos que não têm voz (Spivak, 1993), mas, sim, de fazer ecoar vozes que poucos querem ouvir, de trazer para o debate público o abandono violento a que estes homens foram votados, tentando não ceder à tentação de procurar resolver perguntas em aberto antes de ter compreendido as respostas que me estavam a ser dadas. E, com a noção clara de que, no final, fui eu o filtro que crivou, foi a mim que coube decidir os termos em que este trabalho é apresentado (Zizek, 2008).

Por último, gostaria de reforçar que, enquanto investigadora, não parto de um lugar de neutralidade e assumo-o: as tropas africanas são um problema que Portugal cria — para limpar a sua imagem a nível internacional e poder continuar a fazer frente à guerra — mas não resolve, deixando milhares de pessoas abandonadas à sua sorte. Esta é a raiz que sustem a investigação aqui

²⁶ “The exact meaning of words used in a testimony is never a simple matter when dealing with unfamiliar cultures. The meaning of any word only becomes intelligible when the context in which it has been uttered is taken into account. For most words this poses no difficulty. But some words are key words; they cannot be understood unless one is thoroughly acquainted with the society and culture from which they stem” (1985, p. 85).

apresentada. Um trabalho que tem, também ele, uma intencionalidade: ser um contributo para que este tema entre na agenda política, levando o Estado português a reconhecer os direitos destas pessoas enquanto militares das FAP, enquanto homens que foram conduzidos a dar a vida por uma causa.

Capítulo 2 | Guiné: duas nações imaginadas

Dissemos que o Estado é a expressão da Nação; é primordialmente o meio de realizar a Nação. A história política ensina que a falta de organização estatal acarreta fatalmente a desagregação da Nação. (Senghor, 1965, p. 37)

Neste capítulo, começarão por ser explanadas as motivações que levam esta tese a questionar o lugar monopolizador do Estado na história da Guiné-Bissau para, em seguida, se apresentarem diversas nuances consideradas imprescindíveis para melhor se compreender o contexto político e social no qual foram criadas as três Companhias de Comandos Africanos das FAP na Guiné, o grupo sobre o qual este trabalho se propõe debruçar. De salientar que o foco das próximas páginas não recairá sobre os detalhes militares e operacionais da Guerra Colonial/de Libertação, mas em recortes conjunturais considerados relevantes para melhor compreender a(s) história(s) deste grupo — as contadas nos livros e nos arquivos (Capítulo 4) e as que os comandos africanos testemunham ao recordar as próprias experiências (Capítulo 6).

2.1 A História da nação e a história nacionalista: que conflitos?

A narrativa escrita sobre o território que hoje se denomina de Guiné-Bissau tem sido, ao longo dos anos, dissecada com base em análises dicotómicas que tentam trazer “ordem ao pandemónio que foi sempre para o observador branco a região das rias de água salgada entre o delta do Sine Salum e a Serra Leoa, entre o mar e as montanhas do Futa Jalon, entre o manguezal e a savana” (Abrantes, 2018, p. 10). Uma simplificação que se reflete nos trabalhos da maioria dos historiadores que se dedicam ao estudo desta região (Brooks, 1987, 1993; Barry, 1998; Forrest, 2003; Havik, 2004; Filho & (eds), 2010; Hawthorne, 2013) e tende a ignorar formas de organização sociais com lógicas distintas das dos pressupostos nos quais assenta o Estado-nação (Scott, 2009). Comunidades cosmopolitas e altamente organizadas passam, desta forma, a ser

acantonadas no conceito de grupo étnico²⁷ e a História da Guiné a ser compartimentada em dois grandes blocos: o primeiro, que terá começado entre o século XII e XIII, quando o poder do Império do Mali chega e se consolida a Senegâmbia do Sul (território que compreende a atual Guiné-Bissau); e o segundo, a partir do século XV, período que corresponde à chegada dos portugueses e de outros europeus à costa atlântica do Sul, à fragmentação do Império do Mali e à emergência do Gabu — a província mais ocidental que se independentiza e torna no Estado que controla o interior da Senegâmbia do Sul e no principal comerciante de pessoas escravizadas durante os séculos XVI, XVII e XVIII. Durante o Império de Gabu, os pastores fulas das montanhas de Futa Jallon terão iniciado jades contra os seus vizinhos mandingas e, por volta de 1850, os fulas que viviam no Gabu — e pagavam tributo aos mandingas — aliaram-se aos de Futa Jallon. Unidos, revoltaram-se contra os senhores e derrotaram os mandingas na batalha de Kansala, por volta de 1865. Depois, vieram as divisões de Berlim²⁸ e, no final do século XIX, os representantes de um grupo de países europeus reuniram-se para talhar o continente africano e dividir a régua e esquadro pessoas e territórios para os poderem controlar (Abrantes, 2018, p. 10 a 39).

Dissidente desta versão da História, o trabalho de Walter Rodney (1970) antecede-a e, numa tentativa de analisar com um olhar capaz de ver além das fronteiras coloniais, salienta que no século XVI a Senegâmbia se encontrava dividida em cinco províncias: Braço, Kaabu (Gabu), Concho, Susu, Cocoli e Caputa. Cada uma com o seu governador e sem qualquer evidência de que os muçulmanos tenham tomado conta da região, como a versão da historiografia que vingou tantas vezes repete. De acordo com a análise de Rodney, o Gabu

²⁷ Os termos “grupo étnico” e “etnia” são utilizados nesta tese com a consciência de que se tratam de invenções coloniais (Amselle, 1990; Ranger, 2012), usadas para catalogar e controlar os habitantes dos territórios ocupados pelos impérios (Amselle, 2005).

²⁸ A partir do início do século XIX, o “continente africano passou a ser cenário de interesses e rivalidades entre as grandes potências, justamente quando Portugal, com a independência do Brasil, se voltou também para ele (...)” (Exército, 1988, p. 31). É neste contexto que, entre 15 de novembro de 1884 e 26 de fevereiro de 1885, se realizou a Conferência de Berlim e se estabeleceram as regras que ditaram a ocupação dos impérios coloniais europeus no continente africano. A partir daí, foram traçadas as fronteiras das diversas colónias que, em muitos casos, se mantiveram mesmo depois de conquistadas as independências. Os vários territórios foram “distribuídos” pelos países europeus que os ocupavam de forma permanente e efetiva, e não respeitaram as divisões orgânicas já estabelecidas entre as diversas comunidades que viviam no continente.

não tinha nenhuma preponderância face às restantes províncias, será só depois dos anos 1970 que passa a ser referido como “de longe, a mais significativa das entidades pré-coloniais da região” (Forrest, 2003, p. 39).

A temerária resenha apresentada ambiciona, mais do que estabelecer uma ponte para o período sobre o qual esta tese se debruça, demonstrar como as organizações sociais que não se encaixam em estruturas que possam ser compreendidas através das linhas de análise aplicadas ao moderno Estado-nação tendem a ser inferiorizadas nas análises históricas, quando não mesmo eliminadas. Foi a incapacidade de compreender o “pandemónio” que fez com que, apesar das incertezas quanto à preponderância do Império de Gabu face a outras organizações sociais, essa tenha sido a versão que vingou e que é, até hoje, repetida (Abrantes, 2018). Desta forma, pretende-se chamar a atenção para a constante conflitualidade entre aquela que é a escrita da “história nacionalista” e a escrita da “história do nacionalismo” (Ranger, 2004). A primeira, como salienta Terence Ranger, tende a apresentar narrativas que espelham o “triumfante surgimento” do Estado ou de alguma organização que a ele se assemelhe — é uma história patriótica que considera irrelevante toda a narrativa que não é política; a segunda abarca a primeira, mas conta também outras histórias — de religião, violência, organização comunitária, por exemplo.

Os projetos nacionalistas submergem-se em narrativas maniqueístas, impõem um filtro opaco que não permite ir além do mito no qual se fundamentam. Não devem, por isso, ser encarados como uma matéria fechada, à qual a análise histórica pôs um ponto final. Mas, pelo contrário, como um “assunto vivo” com múltiplas ramificações que ainda não foram objeto de estudo (Ranger, 1971, p. 52). A história do Estado-nação ou de estruturas de poder que a ele se possam assemelhar é, por isso, apenas um fragmento do todo: “memórias heroicas (...) socialmente construídas para criarem referenciais identitários coletivos e mobilizações sociais” (Silva, 2018, p. 190). Uma versão do que aconteceu, uma ferramenta que, ao serviço do discurso patriótico, serve a manutenção de um determinado projeto político, mas tende também a esvaziá-lo dos seus múltiplos matizes. E, neste ponto, a Guiné-Bissau, onde primeiro se impôs o Estado colonial e só depois se ergueu a nação — generalizando-se, ao longo dos anos,

o sentimento de pertença de diversas comunidades a um mesmo território partilhado (Temudo, 2009; Kohl, 2010) — não foi uma exceção:

A história da luta de libertação nacional é central na memória coletiva do povo guineense e chega a confundir-se com a história de toda uma nação em construção. Tanto assim é que hoje, e por se tratar de um passado recente, a luta de libertação nacional é tida pelos Combatentes da Liberdade da Pátria como sua pertença. E nem todos concordam com a lembrança de alguns episódios dessa época, carregados de dores e enigmas por esclarecer. (Semedo, 2018, p. 264)

As imagens e narrativas que a história patriótica escolhe mostrar de si mesma — e que são depois repetidas até à exaustão perpassando gerações — são uma ferramenta que edita a memória coletiva e rescreve uma determinada versão do que aconteceu, controlando os signos e símbolos que a perpassam. Uma ferramenta que penetra o imaginário social e o transforma em algo partilhado, de forma inconsciente, por um grupo de indivíduos que tem em comum um sentimento de pertença a determinada sociedade (Taylor, 2004, pp. 23-30).

Como se verá em seguida, Portugal construiu-se como uma nação luso-tropicalista que, em análise própria e comparando-se com outras, sempre considerou o seu projeto colonial mais integrador; uma influência civilizadora necessária para que os povos africanos pudessem evoluir. Com um sólido trabalho ideológico, o Estado fez germinar nos portugueses um sentimento de orgulho e amor pela sua história imperial, fazendo-os crer serem detentores de uma “plasticidade social, versatilidade, apetência pela miscigenação e ausência de orgulho racial” (Castelo, 1999, p. 29), ao mesmo tempo que invisibilizou a evidente relação entre os feitos alcançados pela nação e o seu passado extrativista de dominação colonial (Quijano, 2005)²⁹. No caso da Guiné-Bissau, o PAIGC heroicizou os feitos conseguidos durante a luta de libertação e cristalizou a figura de Amílcar Cabral. O lema “*Cabral matadu, ma i ka murri*”³⁰ faz do seu desaparecimento um mito, transporta a sua figura até ao presente e torna-a num “imperativo inquestionável” (Barros & Lima, 2018, p. 242). Um

²⁹ Sobre este tema, salienta Leopold Senghor (1965, p. 80): “Efectivamente, na conquista europeia, a colonização beneficiou não somente a burguesia capitalista, mas também a classe média e o proletariado europeu. Permitiu a emigração dos ‘brancos pobres’ para os países colonizados, a conquista de mercados exóticos e de fáceis fontes de matéria-prima. Consequentemente, favoreceu o desenvolvimento industrial europeu e elevou o nível de vida das massas europeias. Isto foi verdade — tenhamos coragem de dizer — tanto na Europa Ocidental quanto na Oriental.”

³⁰ “Cabral foi morto, mas não morreu”.

escudo de proteção que possibilitou edificar o Estado-nação bissau-guineense assente na “ideia de unidade nacional herdada da luta de libertação” (Silva, 2018, p. 187), tornando as decisões políticas do novo Governo imunes ao julgamento de um projeto menos transformador do que aquilo que prometia, perpetuador de violências múltiplas, e que, desde a sua origem, apresentou problemas e vícios semelhantes aos dos seus antecessores, de quem herdou, como se verá em seguida, todo o aparato organizacional (Lopes, 1988)³¹.

2.2 As origens do Estado moderno e da elite política na Guiné-Bissau

Deste o início do século XV e durante mais de três séculos, a ação dos portugueses na costa ocidental africana resume-se, sobretudo, às “atividades comerciais que as feitorias e entrepostos comerciais, estrategicamente estabelecidos no litoral, efetuavam, com particular destaque para o tráfico de escravos, em troca de bugigangas e produtos de quinquilharia que os africanos recebiam como contrapartida desse comércio costeiro”, e que muito contribuiu para a “desagregação das comunidades políticas de que a atual Guiné-Bissau é tributária” (Pereira, 2003, p. 24). Até à segunda metade do século XIX, a soberania do Estado português na Guiné foi, por isso, “uma miragem” (Cardoso, 2002, p. 12), não existindo sinais evidentes de uma presença opressora do aparato estatal³²:

Entre os moradores figuravam com maior percentagem os cabo-verdianos, o que não causa admiração por ser o distrito então

³¹Os movimentos africanos de libertação sonharam um projeto emancipatório capaz de alcançar a libertação dos territórios ocupados e a autodeterminação dos seus povos, mas a descolonização levantou, como alerta Gary Wilder (Wilder, 2015) uma questão fundamental: em que contexto é que esta autodeterminação está a ser exercida? Crítico da forma como, no período pós-colonial, a emancipação dos povos colonizados foi reduzida a libertação nacional, e a conquista da sua autodeterminação a soberania do Estado, o autor chama a atenção para a necessidade de não se perder de vista a relação perene entre os “acordos pré-estabelecidos, os futuros possíveis e os legados históricos” e o impacto nos diferentes territórios africanos. Olhando especificamente para o exemplo da Guiné-Bissau, é importante que não se confunda a luta do PAIGC, que tinha em vista um projeto emancipador, com a efetivação desse mesmo projeto, limitado à partida por uma série de condicionantes que o precediam.

³² “A presença portuguesa na Guiné-Bissau, parcialmente efetivada até finais do século XX, restringia-se a feitorias comerciais, contrariamente a Cabo Verde onde predominaram os grandes e pequenos proprietários da terra. A ausência do Estado colonial na Guiné-Bissau, até à sua colonização no início do século XX, revelou, entre outros aspetos, a predominância de estruturas sociais e culturas de grupos étnicos, até então vistas de forma eurocêntrica no campo de disputas (...)” (Teixeira, 2015, p. 485).

dependência do arquipélago cujos naturais beneficiavam de certas regalias concedidas por régios alvarás. Privilégios que, todavia, não excluía torturas morais e físicas. Voluntários ou constrangidos eram eles os artífices humildes e ignorados da obra custosa de erguer. Quando não morriam vítimas das temidas doenças palustres, regressavam ao arquipélago anémicos, desiludidos. (...) A Guiné não tentava os europeus. Os que ali viviam eram em número bem reduzido. O paludismo que os ceifava ou deprimia, envelhecendo-os precocemente, dava às Praças um aspecto que nada tinha de atraente. (Duarte, 1952, p. 791 e 792)

“Guiné de Cabo Verde”, assim lhe chamaram os portugueses até 1879, quando o território deixou de ser gerido a partir do arquipélago de onde eram oriundos os militares e funcionários da administração local, muitos deles pessoas de quem o governador-geral de Cabo Verde se queria libertar (Cardoso, 2002, p. 12)³³. Depois desse ano, o distrito da Guiné separou-se definitivamente de Cabo Verde, passou a chamar-se Província da Guiné Portuguesa e a ter uma gestão autónoma: “O rei D. Luís, rubricando a carta de lei que Fontes Pereira de Melo submettera à sua real sanção, dava ao mais antigo território português no Ultramar a autonomia administrativa que seus habitantes tanto ambicionavam. Terminava assim uma dependência secular de que apenas o arquipélago beneficiava” (Duarte, 1952, p. 789) e inaugurava-se aquele a que Pélissier (1989, pp. 103-106) chamou “o fim do período cabo-verdiano”, ainda que, como se verá em seguida, tal não tenha acontecido de facto.

Terá sido também por esta altura que, pela primeira vez, se criaram condições para estruturas semelhantes às de um Estado moderno poderem emergir; timidamente, mas com uma envergadura suficiente para uma população que não chegava às 5000 pessoas³⁴ (Cardoso, 2002, pp. 12-14).³⁵ Durante a maior parte da ocupação portuguesa em África, a Guiné foi a “colónia de uma colónia” (Pélissier, 1989, pp. 41-45) e isso não mudaria de um dia para o outro. A

³³ Claro que, enquanto colónia de um regime imperial, continuava a depender do poder central tudo o que implicasse decisões estruturais ou a implementação de políticas de fundo.

³⁴ Para estes números contam apenas a população considerada “civilizada”, ficando de fora todos aqueles que o regime considerava de “indígenas”.

³⁵ “E logo [o novo governador] se dedicou esforçadamente ao trabalho de erguer o novo edifício da Administração pública preparando para tanto as medidas mais urgentes como regulamentos fiscais e policiais, a fim de pôr em ordem os serviços dos portos onde a Província colhia os rendimentos necessários à sua existência. Mereceram-lhe especial atenção o estado das freguesias desprovidas de sacerdotes e as igrejas desguarnecidas de paramentos e alfais, a distribuição da força militar pelos pontos em que era indispensável a sua presença, a constituição dos quadros do funcionalismo civil, a gerência das Juntas municipais, a organização do hospital da vila e das ambulâncias do interior” (Duarte, 1952, p. 793).

administração colonial manteve a prática de recrutar “poucos nativos instruídos”³⁶ e os cabo-verdianos que emigravam para a Guiné continuaram a ocupar cargos como funcionários da administração colonial (Cardoso, 2002, p. 16) — uma tendência que se manteve até meados do século XX, quando uma elite instruída, que se deparava com as poucas alternativas do arquipélago, passou a ter em França e no Portugal metropolitano os horizontes possíveis (Brooks, 1987, p. 304).

Apesar deste contexto, não existem evidências que permitam estabelecer uma relação de continuidade entre as elites culturais e económicas que se começaram a constituir nas épocas mais remotas da colonização e a elite política que emergiu no final do século XIX e cujos descendentes se fizeram notar no período durante e pós-independência (Cardoso, 2002, p. 14 e 15). Como alerta Carlos Cardoso, identifica-se aqui uma lacuna na investigação sobre o tema, não sendo possível perceber se os primeiros terão, ou não, produzido o embrião dos que viriam a encabeçar a luta de libertação nacional e, mais tarde, a dirigir a Guiné-Bissau independente.

No entanto, é possível balizar a consolidação da estrutura administrativa do Estado colonial na Guiné entre os anos 1920 e 1950. Foi depois de Salazar ter aprovado o Acto Colonial em 1930³⁷, ainda enquanto ministro das Colónias, que os territórios explorados por Portugal em África passaram a ser regulados como parte orgânica da nação, e a sua continuidade se tornou indissociável da manutenção do regime. Com base no paradigma de assimilação dos povos colonizados, a administração portuguesa esforçou-se, assim, por nutrir uma relação próxima com os líderes tradicionais, de modo a que estes pudessem servir de intermediários entre o Estado e as populações que pretendia “civilizar” (Cardoso, 2002). Ao contrário de Angola e Moçambique, colónias de povoamento, a Guiné era uma colónia de exploração onde praticamente não

³⁶ De acordo com o Anuário Estatístico do Ultramar, em 1950, quando a presença colonial se sedimenta na Guiné, existiam apenas 704 alunos “matriculados com aproveitamento no ensino primário” e 42 no “ensino liceal”; em Cabo Verde, no mesmo ano, havia 3171 alunos matriculados no “ensino primário” e 276 no “ensino liceal”. Esta diferença é ainda maior se tivermos em conta que, nesse ano, a população total da Guiné era de 510 777 pessoas e a de Cabo Verde de 147 328.

³⁷ O primeiro documento constitucional do Estado Novo.

viviam pessoas brancas³⁸ — em 1964, é o próprio Amílcar Cabral (2013b, p. 118) quem testemunha a “praticamente nula” presença europeia no campo. Na Guiné, vivia-se um contexto de opressão não velada, o que poderá ter dificultado a mobilização de pessoas para a luta armada: “Na Guiné, à parte certas zonas e certos grupos que, desde o início, nos acolheram favoravelmente, tivemos, ao contrário dos comunistas chineses, de conquistar o seu apoio por meio de esforços tenazes” (Cabral, 2013b, p. 120).

Depois da Segunda Guerra Mundial, Portugal passou a priorizar o “fomento e progresso da colónia”, em áreas como as obras públicas, os transportes, o saneamento, e a fazer uma maior aposta no recrutamento de militares, a quem caberia garantir a segurança e os “fins civilizadores” (Silva, 2008, p. 4)³⁹. Depois de setembro de 1944, com a chegada de Marcelo Caetano ao Ministério das Colónias, inicia-se uma progressiva promoção da “autonomia administrativa e o desenvolvimento económico e social” dos territórios ocupados por Portugal em África (Silva, 2006, p. 1). Esta terá sido também uma tentativa de enfraquecer os ímpetus dos movimentos a favor de uma maior democratização que começavam a fazer-se sentir nas colónias, ao mesmo tempo que se tentava atenuar a pressão exercida pelas forças anticolonialistas internacionais — que se opunham “aos dogmas tradicionais da soberania colonial das metrópoles”, como se pode ler a 8 de julho de 1930 em Diário de Governo, no decreto que aprovou o Acto Colonial. Por um lado, Caetano assumiu-se como o defensor da renovação do Estado Novo, por outro, a sua política continuou a assentar na “função histórica de possuir e colonizar domínios ultramarinos e de civilizar as populações indígenas”, como se lê no artigo 2.º do mesmo documento.

³⁸ De acordo com os Anuários Estatísticos do Império Colonial, em 1940, a população branca de Angola era de 44 083, em Moçambique de 27 438, enquanto a Guiné contava apenas 1419 pessoas brancas.

³⁹ A análise do Anuário Estatísticos de 1943 e 1951 indica uma tendência diferente da referida por António E. Duarte Silva: em 1943 a entrada de cidadãos com nacionalidade portuguesa na Guiné foi de 480 pessoas e em 1951 de 393 pessoas, verificando-se um decréscimo. É a partir de 1960 que este cenário muda — o número de portugueses a entrar na Guiné mais do que duplica neste ano, passando a contar-se 1037 entradas, mas só apresenta um aumento exponencial a partir de 1968 — com 13 835 pessoas a entrarem no território — cinco anos depois de o PAIGC ter iniciado a luta armada e o ano em que António de Spínola assume o cargo de governador da Guiné, ultrapassando pela primeira vez as 10 mil pessoas (cf. anexo 2).

No futuro do Ultramar vislumbrava-se o futuro da nação. E a Guiné seria o primeiro campo de ensaio onde soprariam estes ares desenvolvimentistas. A escolha justificava-se pela vontade de tornar o território mais conhecido e um exemplo a seguir, mas também pelo facto de este estar rodeado de colónias francesas e inglesas, numa região de forte diplomacia americana, e de as cidades de Bissau e Bolama terem potencial para se tornarem importantes pontos de transportes marítimo e aéreo num mundo pós-guerra (Silva, 2008, p. 3). Para encabeçar esta mudança, Marcelo Caetano escolheu, em 1945, Sarmento Rodrigues como governador-geral da Guiné. No novo mandato, foram proibidos os castigos corporais, promoveu-se a agricultura e a investigação científica e houve uma tentativa de expandir a administração colonial, e construir uma rede de infraestruturas que possibilitassem o desenvolvimento socioeconómico do território, permitindo associar os “assimilados” guineenses à governação (Silva, 2006, p. 1 e 2).⁴⁰

Terá sido também com Sarmento Rodrigues que se consolidou a entrega dos cargos intermédios da administração local a cabo-verdianos e mestiços, aos quais, progressivamente, também conseguiram aceder “alguns guineenses de cor escura” (Cardoso, 2002, p. 16):

Arredados pois, de uma forma geral, os Guineenses como agentes do sistema administrativo-colonial na Guiné, os Portugueses encorajaram com afincos a provisão nesses cargos de cabo-verdianos que possuíam as qualificações necessárias à sua ocupação. Tal facto contribuiu para criar junto de muitos guineenses uma ideia pouco abonatória dos cabo-verdianos (...) (Pereira, 2003, p. 32)

Ensaiaava-se, assim, uma nova forma de ação política onde a um “pequeno número de africanos relativamente privilegiados” (Cardoso, 2002, p. 16), na sua maioria cabo-verdianos⁴¹, se juntaram alguns “destacados elementos da

⁴⁰ De acordo com o Anuário Estatístico do Império Colonial, em 1940, o total de população da Guiné era de 351 089 pessoas, das quais 347 457 eram “negros”. Destes, apenas 2190 eram considerados “civilizados”. Ou seja, na Guiné os negros representavam 99% da população total, mas os “negros civilizados” eram apenas 0,6% do total de população. (cf. anexo 1)

⁴¹ Aristides Pereira, que assumiu a liderança do PAIGC depois da morte de Amílcar Cabral, conta como em outubro de 1948, foi para a Guiné para trabalhar nos Correios: “(...) Prestei provas e fiquei aguardando os resultados. Fiquei classificado dentro das vagas que havia, de maneira que era só esperar a nomeação e saber onde é que iria ser colocado. (...) Qualquer pessoa que tivesse qualquer noção de dignidade, coisa que a maior parte das pessoas, infelizmente, já tinha perdido (...) Os jovens aqui procuravam era macaquear o círculo do governador, vestir-se bem, passear na praça, tomar whiskies e gins na esplanada, e pronto. Nós outros, esse grupo de que lhe falei, tínhamos uma vida completamente diferente. Para gente dessa natureza só havia uma

comunidade local”, uma elite detentora de privilégio e que tinha acesso a uma educação e cultura ocidentais⁴², que possibilitava a alguns dos seus membros serem designados como funcionários da administração colonial.

É do seio destes assimilados e dos seus descendentes que se vai recrutar as primeiras elites das “províncias portuguesas” de indigenato. (...) Nomes ligados aos ideais de libertação nacional, que vão sendo protagonizados por homens e mulheres ligados às famílias Cabral, Almada, Pereira, Lacerda, Barbosa, Turpin, Fortes etc. (...). Muitos destes nomes são descendentes directos de famílias cabo-verdianas. Apenas alguns nomes de família como Correia, Vieira, eram de descendência guineense directa. (...) Uma elite burocrática, conhecedora dos mecanismos e das limitações do aparelho colonial português, que não só esteve à altura de dirigir a luta pela independência como é capaz de herdar do colonizador o aparelho de Estado e o próprio poder político, constituindo-se no núcleo principal da elite política ou elite do poder. (pp. 16,17)

É evidente a constatação de que, na Guiné, cabo-verdianos e guineenses viviam em mundos diametralmente diferentes: os primeiros eram “civilizados”, os segundos, na sua maioria, considerados “indígenas”. É neste contexto que Amílcar Cabral é contratado pelo Ministério do Ultramar para fazer o recenseamento agrícola da Guiné e depara-se com a realidade que aí se vivia. Numa entrevista a Leopoldo Amado, Aristides Pereira relata:

Em Bissau, às seis da tarde havia aquele apito para lembrar aos trabalhadores nativos que prestavam qualquer serviço na cidade que tinham que sair da zona. (...) E nós outros, pretos também, éramos considerados civilizados. Aí está a diferenciação que o próprio colonialista criou. Se formos ver a coisa, querendo ou não, qualquer guineense tinha de olhar para mim como um fulano vendido ao colonialista porque eu estava na zona dos brancos. E só depois de eu lá estar, só depois de muito avanço, só depois de praticamente começarem os movimentos emancipalistas nas ex-colónias é que aparece a única possibilidade de o indígena guineense poder tornar-se “civilizado”, porque dantes não havia nada disto. Bissau era praticamente a Amura e aquelas casinhas que hoje circunscrevem o actual Bissau velho. O resto era Chão de Papel, na altura chamada a zona indígena. (2003, p. 32 e 33)⁴³

possibilidade de vida melhor, saindo. Sabíamos, por exemplo, o que é que se ganhava na Guiné, como as coisas eram... Na Guiné, um aspirante ganhava 1500 escudos. (...) Aqui [em Cabo Verde] 481 escudos, brutos. (...) Eu podia ir para Angola que pagava melhor, mas quem ia a Angola tinha de pagar a própria passagem, que era muito mais cara, para ir prestar provas. A passagem para a Guiné estava muito mais à mão e no caso de as coisas correrem mal o concorrente sempre podia voltar, o prejuízo seria menor” (Lopes, 2012, p. 53).

⁴² Em maio de 1940, quando é assinada a Concordata entre a Santa Sé e o Governo português, passa a ficar a cargo da Igreja a formação escolar e moral dos “indígenas”, de acordo com as normas do colonizador.

⁴³ Excerto retirado do livro “O meu testemunho: uma luta, um partido, dois países”, de Aristides Pereira, onde é feita apenas referência ao nome do entrevistador sem nenhuma nota adicional.

O PAIGC fundou-se, assim, como um partido de quadros, composto por uma burguesia que desempenhava “papéis subalternos de auxiliares do colonialismo” e “vivia a anos-luz das preocupações, angústias, humilhações quotidianas, vividas pelas massas rurais” (Ziegler, 1983, p. 273). Amílcar Cabral era a exceção deste grupo: enquanto engenheiro agrónomo contratado pelo Ministério do Ultramar, realizou o Recenseamento Agrícola de 1953, para o qual percorreu o interior da Guiné e conheceu de perto a realidade das pessoas que aí viviam⁴⁴. Apesar de, em teoria, perspetivar na pequena-burguesia nativa um potencial capaz de fazer a revolução e detonar a dominação colonial, salientou a importância de esta ter de “suicidar-se como classe” para ser capaz de unificar o povo explorado da Guiné e Cabo Verde (Cabral, 2013b, p. 255)⁴⁵.

Entre cabo-verdianos e guineenses existiam diferenças estruturais que se tornariam numa das pontas mais frágeis do movimento de libertação nacional, uma cisão que poderá ajudar a melhor compreender a falta de identificação de muitos guineenses com o projeto político do PAIGC. Uma divisão que, nos últimos anos do conflito, António de Spínola evidenciou e instrumentalizou com o objetivo de minar a luta. Como adiante se verá, atentar à origem da presença do Estado na Guiné e de quem o representava, bem como à origem dos cargos de cúpula do PAIGC que encabeçaram a luta de libertação nacional, é relevante para conseguir analisar as muitas nuances da guerra.

⁴⁴ “O Recenseamento Agrícola, que permitiu a Cabral conhecer mais de perto as populações e os seus problemas, constituiu-se assim na antecâmara da mobilização urbana que se lhe seguiu” (Pereira, 2003, p. 83).

⁴⁵ “Ora os factos têm demonstrado que a única camada social capaz, tanto de consciencializar em primeiro lugar a realidade da dominação imperialista, como de manipular o aparelho do Estado, herdado dessa dominação, é a pequena-burguesia nativa. (...) O papel do sector da pequena burguesia que participa na direcção da luta é tanto mais importante quanto é certo que, também na situação neocolonial, ela está mais apta a assumir essas funções, quer pelas limitações económicas e culturais das massas trabalhadoras, quer pelos complexos e limitações de natureza ideológica que caracterizam o sector da pseudo-burguesia nacional que adere à luta. (...) Para manter o poder que a libertação nacional põe nas suas mãos, a pequena burguesia só tem um caminho: deixar agir livremente as suas tendências naturais de emburguesamento, permitir o desenvolvimento duma burguesia burocrática e de intermediários do ciclo das mercadorias, transformar-se em pseudo-burguesia nacional, isto é, negar a revolução e enfeudar-se necessariamente ao capital imperialista. (...) Isto significa que, para desempenhar cabalmente o papel que lhe cabe na luta de libertação nacional, a pequena burguesia revolucionária deve ser capaz de suicidar-se como classe, para ressuscitar na condição de trabalhador revolucionário, inteiramente identificado com as aspirações mais profundas do povo a que pertence” (Cabral, 2013b, pp. 253-255).

A “síndrome do cabo-verdiano” (Amado, p. 17)⁴⁶ foi um dos problemas que Cabral e o PAIGC tiveram de gerir durante toda a luta de libertação, que viria a motivar o golpe de Estado de 14 de novembro de 1980 e que paira até hoje sobre a “alma” da Guiné-Bissau. Afinal, uma evidência parece inegável: foram os oriundos daquele arquipélago que estiveram nos primórdios da administração colonial na Guiné e, anos depois, na implementação de um Estado independente no território.

Não era, pois, de um dia para o outro que os cabo-verdianos, secularmente considerados “colaboradores” dos portugueses na sua acção colonial na Guiné conquistariam a confiança dos guineenses, não obstante ser possível a constatação de que, aqui e acolá, em muitas ocasiões, este latente antagonismo político era puramente fictício e que era abusivamente utilizado com arma de arremesso político. (Amado, p. 16)

2.3 A emergência dos movimentos pela libertação da Guiné e o início da guerra

Nos anos 1950, como atrás se refere, o Estado Novo encetou uma “viragem jurídico-política” (Silva, 2008) que se traduziu em algumas mudanças estruturais: a revogação do Acto Colonial⁴⁷, em 1951; a eliminação da categoria de “assimilado”⁴⁸ e o acesso dos “indígenas” à cidadania portuguesa, previstos no “Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique” promulgado em 1954; e a revogação deste mesmo documento em 1961, como resposta aos tumultos que se faziam sentir em Angola, naquela que constituiu a última tentativa de integração das províncias ultramarinas numa

⁴⁶ O artigo “Da embriologia nacionalista à guerra de libertação na Guiné-Bissau” está disponível em <http://www.didinho.org/Arquivo/daembriologianacionalista.htm> sem qualquer referência ao ano em que foi escrito.

⁴⁷ As colónias passaram a chamar-se províncias, o Ministério das Colónias passou a designar-se Ministério do Ultramar, e a “Guiné Portuguesa” passou a chamar-se “Província da Guiné”, dotada agora de um governo com autonomia administrativa e financeira com o objetivo de reforçar a ideia de um Estado português pluricontinental;

⁴⁸ A Guiné foi a primeira colónia portuguesa em África a ver abolida, em 1946, a categoria de “assimilado”. Em Cabo Verde e em São Tomé e Príncipe, esta nomenclatura nunca chegou a existir, mas em Moçambique e Angola só viria a ser eliminada com a promulgação do “Estatuto dos Indígenas”, em 1954. Até então, os “indivíduos de raça negra, ou dela descendentes” dividiam-se em duas categorias: “indígenas” e “assimilados” (“civilizados”). Este é, no entanto, um “privilégio” pouco significativo para os guineenses se tivermos em conta que, segundo os censos de 1950, num total de populacional de 510 777 pessoas, apenas 8320 eram consideradas “civilizadas” e, destas, só 1478 eram negras. Para ser considerado “civilizado”, era necessário saber ler e escrever em português, dispor de rendimentos suficientes para o sustento familiar, ter bom comportamento e ter cumprido os deveres militares.

comunidade de Estados de língua portuguesa, são alguns exemplos. Neste embalo, em meados do século XX, vivia-se na Guiné uma aparente aceitação da administração portuguesa que, como salienta António E. Duarte Silva (2006), durante esses anos, aí consolidou uma presença mais efetiva, sem vestígios da emergência de movimentos nacionalistas e independentistas⁴⁹. Os primeiros sinais a favor de uma maior democratização começaram a sentir-se, segundo o mesmo autor, com a criação do Partido Socialista da Guiné, em 1947, e do Movimento para a Independência Nacional da Guiné (MING), em 1955, ainda que nenhum tivesse tido uma ação de destaque. Num contexto de Guerra Fria, impossível de silenciar era também a já crescente onda internacional que, apoiada pelas duas potências mundiais União Soviética e Estados Unidos, pressionava Portugal a abandonar os territórios ocupados em África e a conceder a autodeterminação aos seus povos.

Para fazer face a este clima, e depois de um maciço trabalho ideológico levado a cabo com o objetivo de criar uma ideia positiva do império, o Estado português passou a adotar um discurso luso-tropicalista⁵⁰ (Castelo, 1999), numa tentativa de ganhar legitimação interna e externa. “Um álibi legitimador” (Medina, 2000, p. 51) que passava a ideia do colonialismo português como “um caso à parte”, “melhor que os outros”. Mitos de que o Ministério do Ultramar se serviu para edificar “um sistema federal-tropicalista no império colonial português” (Ferrão, 1997, p. 7) e traçar aquilo a que Mário Pinto de Andrade (1955)⁵¹ chamou “idealismo cultural” e “mistificação colonial”. Ou seja, um cenário político-social que fazia transparecer uma ligação entre a unidade do Estado federal e a unidade nacional da metrópole e das colónias, onde a sua população vivia no “melhor dos dois mundos” e era composta por “portugueses de cor muito felizes,

⁴⁹ No artigo “Da embriologia nacionalista à guerra de libertação na Guiné-Bissau”, Leopoldo Amado subscreve esta análise mas, ao mesmo tempo, dá conta de que, depois da II Guerra Mundial, se registaram “uma série de revoltas populares na Guiné ‘portuguesa’ contra o aparelho colonial, nomeadamente, revoltas contra as mortandades e chacinas provocadas por alguns administradores de Concelhos” (p. 94).

⁵⁰ Conceito-chave para melhor compreender a aceitação acrítica que a nação portuguesa faz da dominação colonial, inspira-se nas obras do cientista social brasileiro Gilberto Freyre, sobretudo no livro “Casa Grande & Senzala”, que romantizam as relações inter-raciais, silenciando a violência que estas ocultam.

⁵¹ Mário Pinto de Andrade assina o artigo “Qu’est-ce que luso tropicalismo?” com o pseudónimo de Buanga Fele.

cujo sofrimento não passava de mera nostalgia da pátria-mãe branca, separada por fatalidade geográfica” (Cabral, 1969, p. 11).

Mas todas as visões reformistas e luso-tropicalistas que eclodiram na Guiné — apoiadas por nomes como Marcelo Caetano, Sarmiento Rodrigues e Adriano Moreira — acabariam por desvanecer-se com o eclodir dos vários movimentos nacionalistas e o início da Guerra Colonial/de Libertação (Silva, 2008, p. 15). Amílcar Cabral sempre se referiu a 19 de setembro de 1956 como a data de criação do partido que lutaria pela libertação e independência das duas províncias, mas, sabe-se hoje, esta foi por si escolhida para apaziguar as preocupações de Senghor, que via os membros do partido com desconfiança:

Achava que nós éramos um ramo guineense do PAI que havia no Senegal, criado em 1957. (...) também decidimos que o ano da nossa fundação tinha sido 1956, por coincidir com uma das passagens de Amílcar por Bissau para ver a mãe. Nessa tal reunião, como já tive oportunidade de lhe dizer um dia, na verdade, apenas estiveram presentes quatro pessoas e não seis⁵²: o Amílcar, o Fortes, o Luís e eu. Nesse dia, que calhou num sábado ou domingo, houve um jogo de futebol, por isso nos reunimos tranquilamente. (...) Mas como já disse também, não estou para discutir datas. Diga-se o que se disser, o importante é que o PAIGC existiu, lutou e conseguiu a independência da Guiné e Cabo Verde. (Lopes, 2012, p. 95)

A formalização oficial do partido só viria a acontecer em 1960, como Frente de Libertação da Guiné e Cabo Verde — PAI, em outubro desse ano, passaria a adotar a sigla PAIGC⁵³. Foi também por esta altura, num clima de “aparente calma”, sem um “despertar de consciência nacional” (Castro, 1978, p. 15), que Amílcar Cabral começou a transmitir a pequenos grupos de guineenses em Bissau a mensagem de que era necessário fazer uma luta de libertação e combater a opressão do regime colonial.

Antevendo a escalada de vozes dissidentes do regime, a Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE) instalou-se em Bissau em 1957 para “precar as províncias ultramarinas contra o aparecimento de grupos de tendências independentistas e de concomitantes revoltas anticolonialistas” (Ferrão, 1997, p. 113). Logo no ano seguinte, tendo em vista a defesa dos territórios ultramarinos,

⁵² Na versão inicial difundida pelo partido, teriam estado também neste encontro Júlio Almeida e Elysée Turpin, dois dos membros envolvidos no projeto desde o princípio.

⁵³ “A ideia de acrescentar o ‘GC’ à nossa sigla foi do Luís [Cabral], para nos diferenciar do PAI senegalês e ficou” (Lopes, 2012, p. 95).

o Exército português na Guiné foi reorganizado, e esta passou a ser considerada uma colônia prioritária dada a necessidade de fazer frente “a uma agressão de forças organizadas” pela nova República da Guiné-Conacri e à ameaça da implosão de uma “guerra subversiva” no território (Afonso & Gomes, p. 26 e 27; Cann, 1998, pp. 63-89). O cenário de aparente aceitação pacífica seria para sempre revertido depois de 3 de agosto de 1959, o dia em que os trabalhadores do Porto de Pindjiguiti, em Bissau, fizeram greve para reivindicar melhores salários e foram alvo de uma forte repressão por parte da administração colonial que culminou em 50 mortos e cerca de cem feridos. Segundo Leopoldo Amado (2006), o PAIGC “não teve, pelo menos diretamente, uma ação ou influência decisivas” nestas ações. O mesmo já não se poderá dizer do Movimento de Libertação da Guiné (MLG)⁵⁴, cujos membros se tinham “há muito empenhado em ações de discreta mobilização e consciencialização política dos trabalhadores portuários” e veem preencher um hiato deixado pelo PAI entre 1956 e 1958, depois de Amílcar Cabral ter sido proibido de estabelecer residência na Guiné. “A reivindicação *a posteriori* da paternidade de Pindjiguiti por parte do PAI(GC) só se pode compreender na medida em que tanto o MLG como o PAI partilhavam indistintamente (...) o mesmo espaço” (Amado, 2006).⁵⁵

Mas isso não impediu que o PAIGC canalizasse para a ação do partido a revolta de Pindjiguiti (Cabral, 2013a, p. 27), onde encontrou provas da “vontade espontânea” e do “desejo consciente de fazer algo de concreto e consequente” dos guineenses (Lara, 1999, p. 161). A força simbólica deste acontecimento tornou-o no “momento charneira que conduziria à reorientação do movimento nacionalista, e em particular do PAIGC, para a luta armada e para uma ação centrada na mobilização nas zonas rurais, em lugar dos centros urbanos, onde o poder colonial facilmente poderia conter as ações (Roque, 2018, pp. 35, 36)“.

⁵⁴ Nas suas origens, o MLG partilhava espaço, membros (Rafael Barbosa, que viria revelar-se um dos elementos mais ativos do PAIGC fazia parte deste movimento) e prática política com o PAIGC. Começou por defender a integração da Guiné num Estado Federado da República Portuguesa, mas em 1962, quando se transforma na FLING (Frente de Luta para a Independência da Guiné), passou a lutar pela independência total da Guiné para os guineenses, afastando-se da luta unida com Cabo Verde.

⁵⁵ “A criação em Bissau, em 1958, do MLG (Movimento de Libertação da Guiné), a par das perseguições das autoridades coloniais, constituiu o mais sério problema para os propósitos unitários que Amílcar Cabral postulava na luta contra o colonialismo português na Guiné. O MLG (...) cedo hostilizou Amílcar Cabral, a quem alcunhou pejorativamente de ‘cabo-verdiano’” (Pereira, 2003, p. 87).

Nessa altura, Cabral⁵⁶ referiu ainda que o objetivo fundamental do movimento que liderava era conseguir “uma união sólida, a formação de uma só frente para lutar” (Lara, 1999, p. 161), que teria como base um “reafricanização dos espíritos” (Andrade, 12 de Setembro de 1976)⁵⁷. Só assim seria possível escavar uma África que não constava nos programas de educação para assimilados e reclamar a herança negra, sem que este “retorno às fontes” tivesse, necessariamente, de significar “um retorno às tradições” (Cabral, 2013b, p. 288).

Durante estes anos, para fazer ecoar a causa do PAIGC, Amílcar Cabral encabeçou uma jornada internacional⁵⁸ de denúncia do colonialismo português que culminaria, em 1960, com a Organização das Nações Unidas (ONU) a não reconhecer as províncias ultramarinas como parte integrante da nação portuguesa, e a aplicar uma série de resoluções que condenavam Portugal e o incitavam a fazê-lo. Galvanizado por este acontecimento e pressionado pelo Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), que chegou a equacionar reconhecer as ações do MLG no Norte da Guiné como o início da luta armada, o PAIGC anunciou, a 3 de agosto de 1961, a “passagem à acção directa” (Pereira, 2003, p. 146; Cabral, 2013a, p. 36)⁵⁹.

Mas só dois anos depois é que este anúncio se tornaria efetivo: o ataque ao quartel de Tite, em janeiro de 1963, foi o acontecimento que ficou cristalizado como o início da Guerra Colonial/de Libertação na Guiné. A via pacífica que se

⁵⁶ “O facto de os movimentos de independência serem em geral marcados, logo na sua fase inicial, por um surto de manifestações de carácter cultural, fez admitir que esses movimentos são precedidos por um ‘renascimento cultural’ do povo dominado. Vai-se mesmo mais longe, admitindo que a cultura é o método de mobilização de grupo e até uma arma na luta pela independência” (Cabral, 2013b, p. 285).

⁵⁷ “Amílcar Cabral e a Reafricanização dos Espíritos” foi um artigo publicado por Mário Pinto de Andrade a 12 de setembro de 1976 no jornal bissau-guineense *Nô Pintcha*, disponível na plataforma Casa Comum em <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04336.003.007>

⁵⁸ A 18 de abril de 1955, participou na conferência de Bandung, que visava a constituição de uma cooperação afro-asiática em resistência à colonização dos territórios ocupados; em janeiro de 1960, numa assembleia pan-africana em Túnis, onde o PAI fez a sua primeira aparição pública; em agosto de 1960 é recebido pela República Popular da China numa missão conjunta do MPLA e do PAIGC e termina o ano com Conferência de Quadros das Organizações Nacionalistas, realizada em Dakar em outubro; a 18 de abril de 1961, participa, em Casablanca, na fundação da Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (Silva, 2006, pp. 70-73; Andrade, 2014).

⁵⁹ “(...) [Foi] um gesto nosso apenas para apaziguar os angolanos, e isso nos trouxe muitos amargos de boca. (...) os portugueses reprimiram severamente, mataram muita gente, fora os nossos activistas que foram presos e enviados para a ilha das Galinhas, Tarrafal, Angola...” (Lopes, 2012, p. 113).

iniciou com a incitação à greve e à revolta popular nas cidades foi deixada para trás, a estratégia passou a ser outra:

Os “Portugueses” tinham armas e estavam preparados para “matar”. Eles decidiram, portanto, abandonar todas as “manifestações nas cidades” e “suspender as representações pacíficas nas aldeias”. A partir de agora, iriam “mobilizar e organizar as massas camponesas” como principal força do PAIGC na luta pela libertação nacional”. (Dhada, 1993, p. 5)⁶⁰

Começou a luta armada, referida como “a mais imediata ameaça ao colonialismo português em África” (Zartman, Fevereiro 1964). Com guerrilhas baseadas nos países fronteiriços e em pontos do território guineense inacessíveis ao Exército português, o Sul da Guiné ficou isolado: as estradas foram interrompidas, os fios telefónicos cortados e as pontes incendiadas (Amado, p. 36).

Uma vez obstruídas as estradas com árvores cortadas (abatizes) e destruídos uns tantos pontões, as povoações, praticamente isoladas, seriam uma presa relativamente simples. Contra elas, realizaria o PAIGC ataques e flagelações constantes que acabariam por tornar impossível a vida dos respectivos habitantes. E a actuação das tropas portuguesas encontrar-se-ia muito dificultada não só pelo corte das estradas, como pela natureza do terreno, em grande parte alagado e pantanoso, e pela existência de exuberantes manchas florestais que forneceriam abrigo seguro para os guerrilheiros do PAIGC. (Amado, p. 44).

A estratégia do PAIGC será, até ao fim, a de uma guerra de guerrilha influenciada pelas teorias de outras guerras revolucionárias como a Guerra Americana/ Guerra do Vietname (1955-1975), a Guerra da Independência da Argélia (1954-1962), a Guerra Civil na China (1927-1950) ou a Guerra de Libertação da Malásia (1948-1960), levando Portugal a adotar estratégias de contrainsurreição também semelhantes às levadas a cabo nestes conflitos (Cann, 1998; Henriksen, 2009).

(...) “Guerrilha” não era uma “guerrazinha” ou uma simples tática — mas a guerra conduzida por um Partido e uma ideologia que renunciavam à grande batalha para combater através de elementos isolados, atacando “em pormenor” o conjunto do dispositivo adversário com a utilização de meios materiais sem qualquer relação com as novas possibilidades técnicas e dando à sua luta uma significação ética. (Amado, 2011, p. 17)

⁶⁰ The “Portuguese had weapons and were prepare(d) to kill”. They therefore decided to abandon all “demonstrations in towns”, and to “suspend all peaceful representations to the authorities in villages”. From now on, they were going to “mobilize and organize the peasant masses” as the PAIGC’s main force in the struggle for national liberation” (Dhada, 1993, p. 5).

Com o apoio de Sékou Turé, toda a ação foi organizada a partir dos escritórios do PAIGC em Conacri, onde estavam fixados sobretudo os quadros cabo-verdianos, que constituíam a cúpula do partido. Já no palco de batalha, os guerrilheiros eram, quase na totalidade, guineenses (Tomás, 2008). Os primeiros pensavam a guerra, os segundos executavam-na: “a elite da luta vai recrutar os seus membros das camadas mais baixas da sociedade colonial, mesmo se os seus elementos possuíam alguma formação, formação essa que no entanto não passava, na sua maioria, do 5.º ano do liceu” (Cardoso, 2002, p. 15).⁶¹

Em janeiro de 1962, existiam em Dakar pelo menos nove organizações políticas que dividiam a sua ação entre a luta pela independência da Guiné e pela integração do território numa comunidade lusófona. Em abril desse ano, algumas destas formações chegaram mesmo a reunir-se em Bamako com o objetivo de criar uma frente única, mas não alcançaram um consenso. Entre os líderes dos vários partidos presentes, estiveram François Mendy da MLG, que se transformaria na Frente de Luta para a Independência da Guiné (FLING) e Amílcar Cabral (Amado)⁶². Foram muitas as tentativas infrutíferas para que o MLG integrasse o PAIGC, mas o movimento acusava os “cabralistas” de quererem dominar os guineenses; e Rafael Barbosa⁶³ de ser um traidor vendido aos cabo-verdianos: “É forçoso a constatação de que nunca foi indiferente ao guineense o papel colaboracionista que o elemento cabo-verdiano desempenhou em todas as fases do processo colonial da Guiné: comércio costeiro, ‘pacificação’, ‘crioulização social, estabelecimento da administração com características repressivas etc.” (Amado, p. 16).

Será a FLING, criada em Dakar em agosto de 1962 com o objetivo de alcançar a independência da Guiné-Bissau, que absorverá quatro dos movimentos existentes — o MLG, a União Popular da Guiné (UPG), a União Popular de

⁶¹ “Quando começou a guerra, mais de 90% da população era analfabeta e apenas 14 homens, na sua maioria de origem cabo-verdiana, tinham formação universitária. Nesta situação, a consciência colonial foi, numa primeira fase, assumida pela pequena burguesia local que se integrava, de forma geral, na administração pública da Guiné. Foi neste meio de que se propagaram os ideais de independência nacional” (Afonso, 2005, p. 82).

⁶² O artigo “Da embriologia nacionalista à guerra de libertação na Guiné-Bissau” está disponível em <http://www.didinho.org/Arquivo/daembriologianacionalista.htm> sem qualquer referência ao ano em que foi escrito.

⁶³ Membro do MLG que passou a integrar, na clandestinidade, em exclusivo o PAIGC.

Libertação da Guiné (UPLG) e a União dos Naturais da Guiné Portuguesa (UNGP). Assumiu-se como “uma organização revolucionária aberta a todos os nacionalistas da Guiné chamada Portuguesa” e ambicionava a “liquidação imediata da dominação colonial portuguesa sob todos os aspectos”. Já durante a luta de libertação, terá mesmo planeado a ocupação das bases do PAIGC com o objetivo de tomar a dianteira da guerra. Mas tal nunca chegou a acontecer e a partir de 1964, à exceção do PAIGC, a maneira de atuar dos vários movimentos de libertação da Guiné foi marcada por uma “desorientação” (Amado)⁶⁴. A FLING voltaria a ser referida como uma ameaça, depois da independência da Guiné, ao ser apontada como o movimento que absorveria as tropas africanas do Exército português e encabeçaria uma guerra civil no país. Este tema será aprofundado no capítulo 5, no entanto, esta é uma hipótese que carece de evidências e que, como se verifica no capítulo 6 desta tese, não é consubstanciada pelos relatos dos comandos africanos ouvidos. Não há estudos que reflitam numericamente as preferências dos guineenses face a uma tão vasta panóplia de movimentos. Mas aquilo que se sabe é que o “magnetismo e força coerciva do PAIGC” (Dhada, 1993, p. 131) absorveram todos os grupos políticos que consigo rivalizaram.

Depois de 1965, o PAIGC passou a contar com o apoio de militares cubanos e as FAP foram empurradas para uma guerra defensiva: reagem, mas não tomavam a iniciativa (Rodrigues, 2010a, p. 95). Em 1972, realizaram-se eleições gerais, com um partido único, nas áreas rurais do Sul sob a influência do PAIGC, e em 1973, perto de dois terços do território tinha sido libertado (Pereira, 2003, p. 390)⁶⁵ e, entre guerrilha e população armada, o movimento contava cerca de 10 mil efetivos (2003a, p. 385). Amílcar Cabral tornou-se num símbolo inquestionável do pan-africanismo e a luta de libertação da Guiné ganhou a simpatia de jornalistas e intelectuais de todo o mundo, dos quais se destaca Basil Davidson, jornalista britânico, “que viria a ser o principal divulgador da luta dos povos africanos sob dominação portuguesa, e muito especialmente do PAIGC” (Castanheira, 1995, p. 37). Poucos meses depois do assassinato de Amílcar

⁶⁴ Não há referência ao ano em que o texto foi escrito.

⁶⁵ As áreas libertadas eram os territórios que se encontravam sob o domínio do PAIGC, aos que se encontravam sob a alçada dos portugueses, Amílcar Cabral chamava de “territórios ocupados”.

Cabral⁶⁶, a 24 de setembro de 1973, a independência do Estado da Guiné-Bissau foi unilateralmente declarada — depois de ter sido realizado um recenseamento da população:

Isso é algo que vinha na mente de Cabral havia já muito tempo. Não me recordo bem, mas terá sido em 1965, embora não se falasse claramente nisso. Mas quando começámos a falar de zonas libertadas, os nossos amigos argelinos, principalmente, passaram a dizer-nos: “Se vocês já têm território porque não criam um governo provisório?”, como eles tiveram, ou seja, um governo provisório no exílio. (...) Cabral chegou a dizer, em vários fóruns internacionais, que a situação na Guiné assemelhava-se a um país independente com parte do seu território ocupada por tropas estrangeiras. (Lopes, 2012, p. 197)

Aquele movimento de libertação nacional tornar-se-á, com o tempo, num “proto-Estado” e será internacionalmente reconhecido como representante único e legítimo do povo da Guiné e de Cabo Verde. E mais ainda: também ao contrário de todas as intenções portuguesas, a Guiné não foi uma “colónia modelo”, antes acabou, sim, por definir o modelo de descolonização portuguesa e ser o paradigma da formação dos novos Estados dos PALOP. (Silva, 2006, p. 19)

A existência de movimentos anteriores ao PAI que defendiam uma separação entre Cabo-Verde e a Guiné e a omnipresente desconfiança dos guineenses em relação aos cabo-verdianos são dois aspetos aqui considerados como relevantes para se compreender as resistências ao partido de Cabral e as rugosidades de um conflito que tende, com frequência, a ser analisado apenas a partir de uma perspetiva político-ideológica. Neste trabalho defende-se, por isso, que uma análise deste período alheada do contexto histórico e socioeconómico que toldou as vivências dos vários sujeitos que participaram da guerra será, à partida, fracionária e incompleta, como se provará adiante nos capítulos 4, 5 e 6 relativamente aos comandos africanos guineenses que integraram as Forças Armadas Portuguesas.

2.4 António de Spínola: a peça-chave no xadrez da guerra na Guiné

Uma guerra subversiva num território difícil como a Guiné trouxe, desde o início, inúmeras dificuldades a Portugal, que só investiu no deslocamento de meios militares para a colónia em meados da década de 1960, naquela que terá

⁶⁶ Amílcar Cabral foi assassinado a 20 de janeiro de 1973 em Canacri por Inocêncio Cani, um dos veteranos do PAIGC de naturalidade guineense. “É inegável que houve uma conspiração no interior do PAIGC, em que participou um elevado número de militantes, quadros e até dirigentes do movimento, alguns ‘históricos’ e mesmo heróis de guerrilha, todos eles guineenses, desejosos de pôr termo à liderança e hegemonia dos cabo-verdianos” (Castanheira, 1995, p. 278).

representado a primeira vaga de pessoas da metrópole enviadas para a Guiné. Até ao início da guerra, a Guiné era não só, como já referido, de todas as colónias portuguesas em África aquela que tinha menos população oriunda da metrópole, como também a que registava menos entradas de pessoas no seu território. À medida que o conflito avança, estes números também escalaram: comparando os anos de 1961 e 1973, o número de portugueses que vai para a Guiné cresce 30 vezes, passando de 1037 para 31 071, destes 25 610 eram tropas portuguesas (cf. anexos 2 e 3).

Pouco depois das primeiras ações militares do PAIGC contra o regime colonial, em 1964, o brigadeiro Arnaldo Schulz foi nomeado governador da província, numa administração marcada pela repressão das populações, e que se destacou pelo aumento da violência, por bombardeamentos indiscriminados e por ataques com helicópteros a acampamentos do PAIGC. Neste período, as FAP conduziram uma guerra defensiva que tinha como objetivo a manutenção de posições no terreno, em reação às ações desencadeadas pelo PAIGC:

Conduziram uma guerra defensiva, assente no vector da acção militar, guerra menos virada para a conquista das populações e mais para a manutenção de posições no terreno, limitando-se, de forma geral, a reagir às acções do PAIGC. Foi uma época de grande desgaste para as tropas portuguesas, que sofreram ataques, nas suas posições, nas quais a iniciativa pertenceu ao PAIGC, que gozava de grande liberdade de acção, principalmente no campo do recrutamento de combatentes e militantes, de implantação de estruturas militares e administrativas no interior do território e de controlo sobre as populações. Enquanto o PAIGC se implantava e condicionava a manobra das forças portuguesas, estas faziam a seguinte apreciação do seu inimigo: "O partido não carece, para uso interno, de qualquer ideologia doutrinária dado que os africanos não lutaram por uma ideologia, mas por benefícios materiais. Medrosa e ambiciosa, a massa africana mobiliza-se pela força e pela promessa de uma vida melhor..." (Afonso e Gomes, 2000, p. 102)

É numa tentativa de reverter este cenário que surge a figura de António de Spínola, cuja política implementada é essencial para compreender o desenrolar do conflito na Guiné e o surgimento dos comandos africanos, sobre os quais se falará em seguida nos capítulos 4, 5 e 6. Em 1968, Salazar escolheu-o para ocupar o lugar de Schulz. Spínola tinha reconhecida carreira militar, tinha-se destacado como comandante do Batalhão de Cavalaria n.º 345 em Angola, e chegou à Guiné com uma estratégia política diametralmente oposta à do seu antecessor: debatia-se por um projeto que, em primeiro lugar, dizia levar em conta o bem-estar das populações, requisito que considerava fundamental para

que Portugal pudesse sair vitorioso do conflito. Defendia que a solução para a guerra não passava por uma resposta exclusivamente militar; pelo contrário, vaticinava que a vitória só poderia ser alcançada no campo político, com um plano económico e social que promovesse a melhoria das condições de vida das pessoas (Rodrigues, 2010b, pp. 86-186). Ou seja, a sua estratégia passava por diminuir os motivos que faziam os guineenses aderir à causa do PAIGC, e defendia que a “unidade da nação portuguesa” deveria ser feita pela “via aglutinante da solidariedade” e não poderia impor-se pela “força das armas”; que a vitória só seria alcançada quando as populações compreendessem “as vantagens da união sobre os inconvenientes do separatismo” (Spínola, 1978, p. 21 e 22)

Poderia tentar-se a vitória conquistando a adesão da população, levando-a à colaboração activa contra o inimigo e fazendo-a participar na perseguição à guerrilha. Mas, nesse caso, em boa técnica de subversão, a acção inimiga seria desviada para a violência sobre a população, em ordem a obter, com a sua adesão ou sem ela, a cumplicidade do silêncio. A população cede sempre à violência e identifica-se com o mais forte; (...) Assim, pela persuasão ou pela violência, a conquista das populações resulta anulada. Poderia alcançar-se a vitória retirando às forças de subversão a vontade de combater pela adesão da sua massa à causa da ordem estabelecida, ou levando os interesses que as apoiam a retirar o seu auxílio. Em qualquer dos casos, porém, seria uma vitória política e não militar. (Spínola, 1974, p. 44 e 45)

Ainda antes de aceitar o convite para o cargo, Spínola impôs condições à partida: ter uma equipa militar escolhida exclusivamente por si; instalar uma emissora de rádio na província; ter um canal de comunicação direto com o presidente do Conselho; e ver reforçado o orçamento da PIDE na Guiné — a ação dos seus informadores, infiltrados no seio das populações guineenses, foi considerada essencial como arma de subversão (Rodrigues, 2010a, p. 106 e 107).

Em junho de 1968, apenas um mês depois de ter sido convidado por Salazar para assumir o cargo de governador da Guiné, Spínola escreve-lhe para o informar de que “os danos causados” e os “erros acumulados” eram “mais graves do que pensava”, e que Portugal perderia a colónia se o território não fosse encarado com um “regime de excepção” (Rodrigues, 2010a). Para fazer frente a este cenário, a sua estratégia passou desde o início por: 1) Tentar reunir os meios humanos e materiais necessários para reduzir a capacidade militar do PAIGC, protegendo as áreas que considerava fulcrais e desistindo de outras que dizia terem menor densidade populacional e interesse militar (Rodrigues, 2010a,

p. 106)⁶⁷; 2) Desenvolver aquilo a que chamou uma “contra-revolução social” (Bernardo, 2007, p. 279) — o programa de ação psicossocial “Por uma Guiné Melhor”. Um projeto com o qual Spínola tentava dar resposta, depois de ter contactado com a população da província e os militares portugueses no terreno, a algumas das necessidades já identificadas pelo programa do PAICG: propunha melhorias na educação e na saúde, prometia a construção de infraestruturas — como estradas e portos — e oferecia proteção às populações. Numa entrevista que deu à televisão inglesa em 1970, o então governador-geral explicou no que consistia a sua proposta:

Pela nossa parte, estamos empenhados em acelerar os programas de promoção económica e social traçados, e que só na paz podem ter autêntica expressão. Não combatemos o militante anónimo do PAICG, apanhado na complexa engrenagem de um partido político que o prende com a eficiência das organizações marxistas, e que, conjuntamente com o Povo, são as grandes vítimas desta guerra. Estamos empenhados na grande ofensiva social para o restabelecimento da paz, prontos a receber todos quantos, ouvindo a voz da razão, se juntem a nós no esforço de construção de um futuro melhor, à sombra da Bandeira Portuguesa. Alguns o fizeram já tendo encontrado o clima de perdão, de confiança de justiça social e de igualdade humana em que baseamos a nossa política. (Bernardo, 2007, p. 22)

Com este posicionamento, conseguiu atrair uma grande parte da população guineense para os aldeamentos defendidos pelos militares das FAP e pelas milícias populares, protegendo-a dos “terroristas” e criar novos aglomerados populacionais com terrenos para cultivo, assistência sanitária e ensino elementar (Spínola, 1970, p. 136 e 137). Neste ponto, os Congressos do Povo desempenharam um papel fundamental: eram reuniões que ocorriam nas diferentes regiões administrativas controladas por Portugal e ouviam, em separado, os representantes das várias etnias. Aí, era possível expor queixas, denunciar o que não estava bem e propor soluções. O primeiro congresso, realizado em 1970, foi a base na qual Spínola se terá apoiado para pensar o processo de renovação social da Guiné (Spínola, 1973, pp. 88-92).

⁶⁷ Por isso, em fevereiro de 1969, abandonou militarmente a região sul de Madina do Boé, na qual o PAICG se tinha instalado, dando como justificação o facto de aí não existir uma densidade significativa de população que justificasse a presença militar portuguesa. Este “acabou por constituir um momento traumático na sequência do qual perderiam a vida quarenta e seis militares portugueses. A situação seria aflorada pela imprensa portuguesa, que referiu que os militares tinham morrido ‘afogados’ na sequência de um ‘desastre’ com a jangada que faz a ligação entre as duas margens do rio Corubal” (Rodrigues, 2010b, p. 106 e 107).

O então governador gabava-se de “conquistar as almas” não por via da coação física, mas da persuasão. Uma perspectiva que pode ser facilmente contrariada se atentarmos, por exemplo, ao carácter meramente consultivo dos congressos, e que denunciava a demagogia adjacente a esta iniciativa: destinava-se, sobretudo, a deixar a administração bem-vista entre as populações, sem que existisse uma capacidade de ação real que fosse ao encontro dos diversos problemas identificados pelos representantes locais (Spínola, 1970, p. 138). Era, acima de tudo, uma forma de coação psicológica que instrumentalizou as fragilidades de um povo. Ainda assim, “Por uma Guiné Melhor” foi uma estratégia bem-sucedida, a que Amílcar Cabral apelidou como uma política de “sorriso e sangue” (Cabral, 2013a, p. 78)⁶⁸, e com a qual Spínola parecia conquistar parte da população pouco politizada que aderira à causa portuguesa pelas promessas de uma vida melhor (Amado, 2011, p. 279) com o objetivo de forçar o PAIGC a fazer um acordo:

Em relação à situação militar poder-se-á dizer que, subtraindo as populações às acções dos guerrilheiros, eles ficavam mais instáveis e fragilizados. Estávamos nessa altura em condições de proceder à política como sendo a continuação da guerra por outros meios. Assim, colocávamos o PAIGC em situação tal, que ele próprio sentiria necessidade de negociar. (Bernardo, 2007, p. 214)

Spínola apostava, assim, numa guerra psicológica e de propaganda. Considerava que optar por outra via seria “caminhar para um beco sem saída” que poderia “conduzir a um colapso semelhante ao da Índia” (Bernardo, 2007, p. 32). Como deixa claro no livro “Portugal e o Futuro”, que escreveu em 1974 já depois de ter deixado a Guiné, o seu objetivo era alcançar uma saída federalista onde Portugal se apresentaria não como um Estado-nação que se mantém num conflito armado, mas uma nação pluriestatal com uma política global, que os diversos Estados-membros integrariam de forma voluntária e participativa. Para alcançar o sucesso do seu projeto político, era imprescindível que se

⁶⁸ “A realização, à última da hora, das chamadas ‘obras de carácter social’, feita com grande propaganda integra-se no quadro da *política do sorriso e de sangue*, que os colonialistas inauguraram desde há quase dois anos, na intenção de desmobilizar o nosso povo. É uma tentativa, tão desesperada como vã, de pôr em prática alguns dos pontos essenciais do programa social do nosso Partido — e que nós já começámos a realizar nas regiões libertadas. Os colonialistas pretendem enganar as populações dos centros urbanos e das raras zonas que ocupam ainda, a fim de ‘provar’ que a independência não é necessária e que, como dizem na sua propaganda mentirosa, ‘essas populações poderão beneficiar da melhoria da sua situação social sob a bandeira portuguesa’” (Cabral, 2013a, p. 96).

estabelecesse um diálogo com o PAIGC, que nunca o aceitou.

A par de uma preocupação com a melhoria das condições de vida dos guineenses, houve também uma aposta no reforço militar: “para que o desenvolvimento económico-social da província se processe em tempo que permita anular as razões base da subversão (...), surge como condição *sine qua non* que as Forças Armadas reduzam a ameaça inimiga, numa evidente demonstração de força suscetível de as prestigiar perante as populações” (Rodrigues, 2010a, p. 39). A situação militar com que Spínola se deparou era muito pior do que a esperada: após seis anos de guerra, as FAP careciam de armamento, não dispunham de meios aéreos suficientes, estavam dispersas e sem capacidade de reação e tinham ao seu dispor serviços de informação débeis e desordenados. Face a um inimigo mais bem preparado para o terreno, os militares portugueses encontravam-se psicologicamente destruídos (Rodrigues, 2010a, p. 98 e 99). Em 1968, as populações encontravam-se “abandonadas e entregues a si próprias” (Rodrigues, 2010a, pp.100) e os militares portugueses encontravam-se sem rumo: “Instalou-se uma atitude defensiva, demasiado passiva, perpassando algum desnorte nos comandos das unidades e subunidades territoriais, carentes de planos, de ordens claras e de meios adequados” (Policarpo, 2010, p. 60).

Para dar resposta a este cenário, o governador-geral pediu que as condições salariais das FAP na Guiné iguallassem as das demais províncias ultramarinas; reorganizou as unidades de combate — reforçando a sua instrução; alargou o recrutamento de tropas africanas; e solicitou equipamento aéreo da metrópole (Rodrigues, 2010a, p. 21). Aos militares portugueses, pediu que alterassem o seu comportamento com o povo guineense e não incorressem em “qualquer acto injustificado de violência contra as populações autóctones (...) num clima psicológico novo onde não haja lugar para ressentimentos nem para complexos de culpa”.⁶⁹ O Governo comprometeu-se a responder a estas solicitações, ao mesmo tempo que Spínola se apressou a anunciar o nascimento de uma “nova Guiné”. A “Guiné melhor” teria uma “larga rede de hospitais, maternidades e postos de socorros” e “mais aglomerados populacionais urbanizados à luz das

⁶⁹ Arquivo Histórico Militar: 44/69, 8 de junho de 1969. AHM, 2.ª Div., 4.ª Secção, caixa n.º 226, n.º 2.

solicitações do progresso”⁷⁰. Apesar das promessas, quando Marcelo Caetano visitou esta província já como presidente do Conselho em abril de 1969, os meios humanos e materiais prometidos ainda não tinham chegado, e os anúncios públicos de Spínola contrastavam com os seus desabafos privados (Rodrigues, 2010a, p. 119). O novo presidente do Conselho confessou-se, mais tarde, de pés e mãos atados ao ver-se obrigado a satisfazer a hierarquia das FAP, que discordava das suas ideias “federalistas” e defendia a manutenção da guerra em África (Caetano, 1974, p. 14).

Além da proteção civil, as FAP tinham também a missão de realizar uma “intensa atividade de contra-guerrilha” (Spínola, 1970, p. 390), com o objetivo de manter as populações separadas dos guerrilheiros:

O trabalho de pacificação levado a cabo pelos portugueses foi semelhante ao de outras contra-insurreições, mas era adaptado aos problemas específicos de cada teatro. (...) O programa de “aldeamentos” foi uma das operações sociais mais controversas das Forças Armadas Portuguesas. Concebido em resposta às insurreições, tinha em mente resolver três funções no controlo da população rural e mantê-la separada dos guerrilheiros e das suas exigências de informação, alimentos e abrigo: administração dos programas económicos e sociais alargados; proteção da população relativamente à intimidação rebelde; execução de operações psicológicas (...) (Cann, 1998, p. 208)

Os guineenses representaram sempre o elo mais frágil deste conflito e foram, literalmente, colocados entre “dois fogos”: “enquanto uma força militar permanência numa tabanca, a população sentia-se protegida, mas não era possível ter um grupo da guerrilha do PAIGC ou do Exército português em cada tabanca, deixando as pessoas vulneráveis a represálias dos dois lados” (Amado)⁷¹. São muitos os relatos de casas queimadas, torturas, assassinatos, levados a cabo tanto pelo Exército português como pela guerrilha do PAIGC (Sousa, 2011, p. 365—369). Tendo este cenário presente, é mais fácil perceber porque aquilo que se tende a julgar como uma escolha voluntária para ir para um lado ou outro da guerra não passou, em muitos casos, de uma ação impelida – e não raras vezes forçada. Viver no campo ou na cidade revelou-se um dos fatores preponderantes para lutar ao lado de Portugal ou do PAIGC. A guerrilha de libertação da Guiné tinha uma forte ação no mato, chegava a áreas

⁷⁰ Diário de Notícias, 11 de março de 1969.

⁷¹ Não há referência ao ano em que o texto foi escrito.

inacessíveis às forças portuguesas; por outro lado, a administração colonial e a PIDE exerciam um poder ao qual era difícil escapar nas cidades. Como confirmam os relatos apresentados no capítulo 6, a geografia desempenhou um papel decisivo na distribuição dos “apoios” às duas forças em confronto.

Assim sendo, aquelas que eram consideradas as legítimas ambições da população africana da província foram instrumentalizadas⁷² para, com promessas de uma vida melhor, mobilizar os guineenses para as FAP (Spínola, 1973, pp. 75-78). O recrutamento de africanos tornou-se, como se aprofunda no capítulo 4, uma das “facetas fundamentais” na estratégia de Portugal nos últimos anos da guerra. Entre 1968 e 1973, ano em que Spínola deixou a Guiné, o número de guineenses que integraram as tropas portuguesas passou de 3280 para 6425⁷³. Foram criadas 40 companhias de milícias locais com mais de 8000 homens que operavam de forma “mais ou menos regular e autónoma” com “elevados níveis de eficiência operacional”; criaram-se destacamentos especiais de fuzileiros que desempenharam importantes funções, sobretudo nas operações especiais; e reorganizaram-se as unidades de comandos existentes — todos os negros foram reintegrados nas Companhias de Comandos Africanos⁷⁴ (Alves, Ferreira, & Rodrigues, 2008, p. 12; Rodrigues, 2010a, p. 113 e 114). Estes últimos tornaram-se, como se explica no ponto 4.4 do capítulo 4, os principais peões que a política spinolista movimentou com o objetivo de vir a erguer um Estado federal.

Com esta estratégia, Spínola diz ter tentado encetar uma “terceira corrente de pensamento” que conduziria a “uma verdadeira comunidade lusa” (1974, pp. 14-16). Ao defender um Estado constituído por nações-membro autónomas e com igualdade entre si, debateu-se pela autonomia progressiva de todos os territórios explorados por Portugal em África; por uma comunidade onde se assistiria a uma

⁷² Depois de 1968, com o apoio da Suécia, que ajudava o PAIGC com “tudo o que não fossem armas”, o PAIGC espelhou a estratégia de Spínola, tentando satisfazer as necessidades das pessoas: “(...) Nessa altura passámos a concorrer. E, com isso, deixou de haver a necessidade de as populações se deslocarem aos campos fortificados. As pessoas passaram a encontrar nos nossos postos de venda, os chamados armazéns do povo, artigos de qualidade superior, inclusive, à dos portugueses — fósforos, velas, sabão, tecidos etc.” (Lopes, 2012, p. 137).

⁷³ Fonte: Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África 1.º Volume — Enquadramento Geral, p. 261, anexo n.º 6 ao capítulo III.

⁷⁴ Esta informação foi reiterada em todas as entrevistas realizadas aos comandos africanos no âmbito desta tese e pode ser confirmada através da consulta dos nomes dos homens que integraram cada uma das companhias de comandos existentes no território.

“unidade dos portugueses, europeus ou africanos, na construção de um Portugal renovado de todos para todos” (p. 51), com uma “equitativa repartição de oportunidades de acesso aos lugares de mando político-administrativo” (p. 54). Para tal, era imperativo que os portugueses eliminassem os “preconceitos rácicos” e soubessem “conviver com povos de culturas diferentes e cativar a sua simpatia”. Porque, escreveu na altura, “ainda hoje o português é preferido pelos africanos, que nos não votam os sentimentos que lhes foram inspirados por belgas e ingleses e, até embora significativamente menor, por franceses” (Spínola, 1974, p. 149).

Ao referir-se ao colonialismo português nestes termos, Spínola revela que a proposta que desejava dissidente acabaria por assentar nos mesmos velhos pressupostos luso-tropicalistas. Previa a igualdade de acesso entre “brancos e pretos”, mas defendia que a solução não poderia passar por africanizar as estruturas provinciais ou estaduais de autóctones, porque isso seria excluir os que, não sendo negros, têm os mesmos direitos em África por também a sentirem a sua terra (Spínola, 1974, p. 165):

Entrando no âmago da questão, passei a analisar o Espaço Português em função da heterogeneidade e da descontinuidade geográfica, salientando que a primeira grande incidência desta diversificação se evidenciava no plano externo pela insistência com que, a nível internacional, se sustentava a tese da incompatibilidade entre o estatuto português e o princípio do direito de os povos disporem de si próprios. Daí ter afirmado que, qualquer que fosse a evolução política do Mundo Ocidental, a nossa soberania sobre os territórios ultramarinos jamais deixaria de ser contestada ou, mesmo, até juridicamente negada do ponto de vista das modernas tendências do direito internacional; e isto porque, ao apresentarmo-nos ao Mundo como “Estado-Nação”, desvirtuávamos a definição política de Nação e, como tal, criávamos uma figura que carecia de fundamento no plano internacional. E, nesta ordem de ideias, tudo apontava para a evolução no sentido de um estatuto que se aproximasse do conceito de “Nação Pluriestatal”, mas, para que a soberania de uma tal Nação se tornasse incontestável, seria indispensável a plena adesão dos “Estados Membros”, e esta adesão implicaria uma política global que tornasse esses novos “Estados” verdadeiramente solidários através dos indiscutíveis benefícios que lhes adviriam da Comunidade em que voluntariamente se manteriam integrados. (Spínola, 1978, p. 20 e 21)

Com este pressuposto, rejeita a evidencia de que a modernidade europeia só foi possível através do colonialismo, e que este só foi possível de efetivar com base num projeto racista (Quijano, 1992). Ao não levar em conta as desequilibradas relações de poder historicamente estabelecidas entre brancos e negros, nega o impacto que séculos de exploração colonial tiveram na população africana,

impossibilitando-a de, como defende, poder partir de um pé de igualdade. A concretizar-se, a “comunidade lusa” spinolista estava assim muito próxima de se transformar naquilo a que Nkrumah descreveu como o projeto neocolonial⁷⁵:

O neocolonialismo é também a pior forma de imperialismo. Para aqueles que o praticam significa poder sem responsabilidade, e para aqueles que dele são vítimas significa exploração sem reparação. (...) O neocolonialismo é baseado no princípio de dividir os outrora grandes e unidos territórios coloniais numa série de pequenos Estados inviáveis, que são incapazes de um desenvolvimento independente e têm de contar com o antigo poder imperial para garantir a sua defesa e segurança interna. O seu sistema económico e financeiro está vinculado, como na época colonial, aos antigos governos coloniais. (Nkrumah, 1965, p. 11 e 13)⁷⁶

“Guiné-Bissau: uma nação crioula?” (Kohl, 2018) “Quantas nações somos capazes de imaginar?” (Laranjeiro, 2016). Num país onde existem cerca de 30 grupos étnicos, com línguas e normas sociais próprias, num território onde a nação se posiciona contra o Estado (Kohl, 2010, p. 4) — primeiro o colonial e depois o da Guiné independente —, e não se revê na sua organização, estas são perguntas para as quais é difícil formular respostas unidas. Aquilo que parece, contudo, mais claro é a não existência de “uma legitimidade e continuidade territorial para a nação guineense, que não seja a imposta pela presença colonial” (Lopes, 1988, p. 61). E que, mesmo depois da independência, a heterogeneidade que caracteriza as diferentes organizações comunitárias — com uma história de luta contra ocupações que vai muito além da travada durante a segunda metade do século XX — continuou a não ser valorizada e respeitada, nem pelas fronteiras, nem pelas estruturas estatais.

Neste ponto, é importante separar aquele que foi o sonho de Amílcar Cabral e o projeto do PAIGC enquanto movimento de libertação, das realidades vivenciadas no país depois da independência.

⁷⁵ Ainda que Spínola se tenha demarcado do termo: “É importante, nesta altura, acentuar que resolver o problema ultramarino não será, de forma alguma, abandonar os territórios e populações de além-mar a soberanias duvidosas, a interesses de outras potências ou a hordas intoxicadas psicologicamente ao serviço e a soldo de neo-colonialismos” (Spínola, 1974).

⁷⁶ “Neo-colonialism is also the worst form of imperialism. For those who practise it, it means power without responsibility and for those who suffer from it, it means exploitation without redress. (...) Neo-colonialism is based upon the principle of breaking up former large united colonial territories into a number of small non-viable States which are incapable of independent development and must rely upon former imperial power for defence and even internal security. Their economic and financial system are linked, as in colonial days, with those of the former colonial ruler” (Nkrumah, 1965, p. 11 e 13).

O sonho de Cabral de criar um Estado com duas nações não correspondia à vontade do povo de Cabo Verde nem da Guiné-Bissau, e tornou-se difícil de implementar depois da independência. (Temudo, 2008, p. 248)⁷⁷

Spínola e Cabral lutaram ambos por dois projetos de pátria que tinha, na sua base, uma nação por eles imaginada (Anderson, 2012). Cabral dizia que a sua luta não era contra os portugueses, mas contra o colonialismo — evitou segmentar a sociedade e pôr portugueses contra guineenses ou cabo-verdianos contra guineenses —, enfatizando antes a dicotomia que punha os explorados contra os opressores (Temudo, 2008, p. 259); já Spínola afirmava não combater o militante anónimo do PAIGC, mas a sua estrutura subversiva; Cabral queria “reafricanizar os espíritos” (Andrade, 1976) dos guineenses e criar um “homem novo” (Cabral, 2013b); Spínola desejava que o povo colonizado abraçasse um projeto de pretensa igualdade para “brancos e pretos”, ignorando séculos de exploração e injustiça social. Ambos eram *hóspedes*⁷⁸ na Guiné e apostaram numa guerra psicológica, com uma forte componente propagandística. Ambos viram os seus projetos políticos catapultados pela enorme fragilidade em que se encontrava o povo guineense.

Cabral acusa Spínola de querer implementar um projeto neocolonial “por meio do espantalho neocolonialista de uma ‘Guiné melhor’” (Cabral, 2013a, p. 79), mas a forma como desde cedo conduziu a luta na Guiné-Bissau — reproduzindo o modelo organizacional do Estado-nação, não questionando as fronteiras definidas em Berlim, encobrendo os problemas levantados pela divisão histórica entre cabo-verdianos e guineenses no seio do partido — não será uma face anticolonial de um projeto assente numa mentalidade colonial? É, neste ponto, importante salientar que nenhuma análise deste género deverá desconectar-se das desigualdades de poder e do passado de imperialismo e exploração de que os territórios ocupados por Portugal em África foram alvo. E que não se trata aqui de questionar a constatação irrefutável do que foi o colonialismo:

É a minha vez de enunciar uma equação: colonização = coisificação. Ouço a tempestade. Falam-me de progresso de “realizações”, de doenças curadas, de níveis de vida elevados acima de si próprios. Eu, eu falo de sociedades esvaziadas de si próprias, de culturas

⁷⁷ “Cabral’s dream of creating a state with two nations did not correspond to the will of the people in either Cape Verde or Guinea-Bissau, and it became difficult to implement after independence.”

⁷⁸ Expressão do crioulo bissau-guineense que se refere a alguém que vem de fora para visitar.

espezinhadas, de instituições minadas, de terras confiscadas, de religiões assassinadas, de magnificências artísticas aniquiladas, de extraordinárias possibilidades suprimidas. Lançam-me à cara factos, estatísticas, quilometragens de estradas, de canais, de caminhos de ferro. Mas eu falo de milhares de homens sacrificados (...) (Césaire, 1978, p. 25)

No entanto, não haverá melhor forma de demonstrar o quão a mentalidade colonial continua intrincada do que só admitir uma análise capaz de distinguir o colonialista do anticolonialista, o apoiante do traidor, o patriota do vencido, impossibilitando explorar as múltiplas gradações que se podem encontrar entre os dois extremos e as várias subcamadas que suportam a sua emergência. Se atentarmos às realidades com as quais os homens que integraram o Batalhão de Comandos Africanos da Guiné se depararam, e sobre os quais esta tese se debruça, é fácil perceber como estes rótulos são manifestamente insuficientes. Para compreender a sua participação durante a guerra, e também o lugar que lhes foi destinado depois da independência, é preciso conhecer o contexto político, social e económico que antecedeu a sua integração nas FAP, apresentado neste capítulo; e assumir, desde o primeiro momento, que as motivações que levaram ao seu recrutamento (capítulos 3 e 5) e a forma como foram tratados por Portugal durante a retirada das FAP da Guiné e recebidos pelo PAIGC no novo país independente (capítulo 4) são factos que abrem caminhos de compreensão para se perceber as motivações que levaram estes sujeitos a ficar à margem tanto da narrativa que é contada por Portugal como pela Guiné-Bissau. O primeiro instrumentalizou-os e abandonou-os, o segundo escorraçou-os e perseguiu-os.

Por tudo isto, qualquer análise que se debruce sobre o período que precedeu a autodeterminação dos povos africanos não deve ignorar o conjunto de condições históricas herdadas que condicionam, até hoje, a realidade possível destes países: “Estas estavam entrelaçadas com questões temporais avassaladoras sobre a relação entre os acordos já existentes, os futuros possíveis e os legados históricos” (Wilder, 2015, p. 1).

Sendo um dos objetivos desta tese a problematização desse legado na Guiné-Bissau, pretende-se, nos próximos capítulos, confrontar a memória da história oficial com os relatos da memória de um grupo de sujeitos que traz, até hoje, a guerra inscrita na pele. E tem para contar uma narrativa díspar, muitas vezes

antagónica, da que até hoje sobre eles tem perpassado. A história da nação é, assim, encarada como uma edificação em permanência (Ranger, 2004), para a qual podem e devem contribuir diversas vozes e experiências (Santos, 2002), e que, não raras vezes, é díspar da história das nações imaginadas pelos Estados.

2.5 Testemunhos para uma outra História

2.5.1 Os porquês da guerra

*O PAIGC atacou a nossa tabanca, saíram do mato para nos vir atacar. Naquele tempo a guerra era intensa, os portugueses tiraram-nos de lá e trouxeram-nos para Manpatá, onde juntaram muitas tabancas⁷⁹. Vim com a família toda. O PAIGC vinha de noite e disparava. Há muitas pessoas que têm histórias de o seu pai, a sua mãe ou o seu irmão terem morrido nas mãos do PAIGC. Se não saíesses com soldados portugueses, matavam-te no caminho. Não te atrevas a ir nem à fonte, ocuparam o mato todo, as pessoas não se atreviam a ir a nenhum sítio. O PAIGC não dizia o que queria, e como vieram do mato até à tabanca levar as vacas das pessoas, queimar as casas... Por isso, é que eu fui contra eles. **Braima Bari, soldado da 3.^a Companhia de Comandos Africanos da Guiné***

*Nós só sabíamos que o PAIGC vinha de noite atacar o quartel de Mansoa. Sabíamos que havia guerra, mas não sabíamos com que finalidade — se era para libertar o país ou para outra coisa —, porque davam-lhes o nome de terroristas, bandidos. Nós pensávamos que era gente só para matar, não tínhamos a noção de que a luta era para a independência e para libertar a Guiné-Bissau do jugo colonial. Não tínhamos essa ideia, não tínhamos essa noção na cabeça, não tínhamos. **Mamadu Camará, soldado da 1.^a Companhia de Comandos Africanos da Guiné***

⁷⁹ Refere-se aos aldeamentos construídos para a população durante a governação de António de Spínola.

Não conhecia a finalidade da guerra, achava só que o PAIGC era agressor. Só depois da independência vim a saber qual era a finalidade da guerra do PAIGC. Por que razão é que eu pensava que era agressor? Porque naquele tempo se viessem atacar a tabanca, não escolhiam o quartel, escondiam-se e atacavam a população, as pessoas morriam à toa. Eu sabia que o PAIGC estava no mato, mas não sabia bem qual o seu objetivo. Atacavam Mansoa e muita gente morria. Atacavam com armas pesadas, morteiros e bazucas. Nasci aqui, cresci aqui, não sabia nada do problema da guerra. **Mário Umaru Sani, soldado da 1.^a Companhia de Comandos Africanos da Guiné**

Os portugueses torturavam-nos, por isso é que a guerra começou. Se não fosse por isso, não tinha chegado a haver guerra... Não vês os senegaleses com os franceses, chegaram a ir à guerra? Até hoje vivem bem um com o outro. **Fernando Cabral, soldado da 1.^a Companhia de Comandos Africanos da Guiné**

Para mim, no tempo dos portugueses era melhor, vou pensar assim até ao dia em que morrer. Porque foi o PAIGC que matou o meu pai: um tenente veio tirar as nossa laranjas e o meu pai disse-lhe para não se aproximar das laranjas. Pegaram nele, levaram-no e deram-lhe coronhadas. Morreu. Não me esqueço disso: quem te fizer o bem, não esqueces; quem te fizer o mal, não esqueces. Deus fará justiça para eles. Não me lembro em que ano foi, nessa altura fugi, escondi-me. Se não fosse assim, matavam-me. **Galé Jaló, soldado da 3.^a Companhia de Comandos Africanos da Guiné**

O meu pai era sipaio, trabalhava na administração, e a minha mãe trabalhava na bolanha. Fiz a sexta classe e comecei a trabalhar como ajudante, aprendiz de mecânico. Fui condutor nos transportes, trabalhei nas obras, na construção de estradas, no aeroporto. Nós é que construímos o aeroporto de Bissau e as estradas que ligam Bambadinca a Bafatá, Bafatá a Gabu... **Serifo Djau, soldado da 2.^a Companhia de Comandos Africanos da Guiné**

A PIDE fazia mal, prendia as pessoas, batia-lhes, matava-as. Eles vieram de Lisboa e os seus serviços chamavam-se Serviços Secretos. Vinham ao país para ver quem estava a favor do PAIGC e quem estava a favor dos portugueses. As pessoas que estavam ligadas ao PAIGC eram presas, algumas mortas. A PIDE de facto atormentava a gente, mas nós sabíamos que vivíamos bem. O arroz não era caro, tudo era barato. Sardinhas, atum, bacalhau... tudo chegava à Guiné. Vinho tinto, cerveja; Sumol, Compal de todo o tipo. Malam Samá, soldado da 1.^a Companhia de Comandos Africanos da Guiné

Eu conheci o Cabral no tempo em que ele fazia o mapa da Guiné [recenseamento agrícola], morava aqui em Quebo. Tinha uma mota de três rodas, nós corríamos atrás dele de bicicleta. O que aconteceu até ele ir para o mato, isso não sei, só ouvi que começou a guerra. Não sabia mesmo qual era o projeto do Cabral. Não sabia ler, naquele tempo era aluno de um marabu, não ia à escola. Sabíamos que o PAIGC estava na luta armada, mas não sabíamos o que queria. Havia colonos portugueses que vinham de Bissau para nos explicar a guerra do PAIGC: diziam-nos que eles queriam tomar conta desta terra, mas que quando o fizessem iam matar-nos a todos. Naquele tempo não sabíamos o que ia acontecer: aquilo que não viste, não sabes o que vai ser. Entrei para a tropa no tempo de Salazar, vi tudo o que se passou à minha frente. Naquela altura, ou ias para o PAIGC, ou ias para a tropa portuguesa. Se não, não tinhas dinheiro. Galé Jaló, soldado da 3.^a Companhia de Comandos Africanos da Guiné

A maioria dos que combateram também do lado do PAIGC eram guineenses — fulas, balantas, manjacos, mancanhas e outras etnias. Os guineenses foram os que mais morreram e sofreram. Havia um ou dois tropas cabo-verdianos no meio de cem guineenses, se caísse uma bomba, quantos é que morriam? Não eram escolhidos, mas eram maioritariamente guineenses. Na Guiné, somos irmãos, não há distância entre cabo-verdianos e guineenses. Lamarama Djaló, furriel da 2.^a Companhia de Comandos Africanos da Guiné

*Na altura, os portugueses começaram por chamar “turras” ao PAIGC. “Turras” eram as pessoas que violavam, matavam e queimavam. Depois, o PAIGC foi reconhecido e passou a ser chamado só assim. Há muita gente que diz que o Amílcar Cabral proclamou guerra contra o Exército português, mas a maioria diz que foram os portugueses que a provocaram, porque os cabo-verdianos têm cor clara, diziam que eram brancos. Quando eu era criança, recordo-me perfeitamente, em todas as áreas da Guiné, o chefe de posto era cabo-verdiano. Eles chegavam à minha aldeia e perguntavam aos velhos: “Quantos filhos tens?” Os mais novos tinham de ir capinar e arranjar a estrada, sem receber um cêntimo. Depois, o chefe do posto mandava o sipaio chicotear quem estava a trabalhar. Outro exemplo: se tivéssemos vacas ou cabras diziam “quero três cabras ou uma vaca” e levavam. Antes de Amílcar Cabral e Rafael Barbosa, o povo já se revoltava. Antes do PAIGC, existiu a FLING. **Juldé Djaguité, furriel da 2.ª Companhia de Comandos da Guiné***

Vivia em Bissau, na casa do meu pai, foi ali que nasci e fui criado. O meu irmão e alguns colegas organizavam piqueniques na mata — matavam um carneiro e assavam-no lá para comer, contavam histórias, mas o que estavam a fazer era reuniões do PAIGC. Como eu era pequeno, não sabia nada de política. Eles falavam lá a conversa deles, com uma linguagem que uma pessoa não percebia nada. Eu não tinha noção do que estava em causa. Estava lá a brincar, a correr de cima para baixo. Quando vinha a carne, a gente comia, era assim... E depois a PIDE começou a persegui-los em Bissau e começaram a desaparecer. Mesmo os brancos lá, em Bissau, ajudavam a rapaziada a fugir para o PAIGC por causa da PIDE. A PIDE dava mais força ao PAIGC do que qualquer outra força. Os meus dois irmãos mais velhos foram para a luta clandestina — ficaram dentro da capital, mas na luta clandestina: levavam e traziam papéis. Tinha outro irmão que foi mesmo para a Guiné-Conacri, era electricista e, depois de ir para a luta, tornou-se comandante. Se não fosse o meu pai ser perseguido, eu poderia ter ido para o PAIGC Vou dizer uma coisa, um segredo aqui... pronto, vou falar: muitos comandos eram PAIGC, muitas pessoas roubavam a farda dos portugueses lá no quartel para mandar para o PAIGC. A minha mãe não dormia. Quando o meu irmão foi para o mato e chovia muito, a minha mãe sentava-se à

noite a chorar; quando via aviões a bombardearem, não comia. Depois, quando eu fui para a tropa, aí, pronto, estragou mais ainda. Um filho num lado, o outro noutro. Quando um dia voltámos da operação, perguntou-me:

— Não viste o teu irmão?

— Não.

— O teu irmão está vivo?

— Está.

Sabia que ele estava vivo porque havia pessoas do PAIGC que traziam essa informação.

Havia muitos guineenses contra o próprio PAIGC. Até diziam assim: “Quando, no tempo da guerra chegava um cabo-verdiano à Guiné-Conacri era mandado estudar; quando chegava um guineense, tinha de pegar nas armas e ir para a mata. Puseram muitos altos comandantes da Guiné que não sabiam ler com altas patentes, depois, houve a independência e não lhes puderam dizer que já não podiam ficar no Governo. **Abdulai Djaló, soldado da 1.^a Companhia de Comandos Africanos da Guiné**

Não tinha família próxima no PAIGC. Não sabia sequer o que era, a primeira vez que ouvi falar do PAIGC foi em 70 e... parece que foi em 72. Não me lembro, por acaso. **Fernando Cabral, soldado da 1.^a Companhia de Comandos Africanos da Guiné**

A luta de libertação começou clandestinamente. Vinham e mobilizavam rapazes maiores do que nós e levavam-nos; alguns foram para Conacri. Todos os nossos familiares mais velhos foram nessa via. Depois de a luta começar, as coisas evoluíram. Um dia vieram de noite, cercaram o lugar e queimaram a tabanca. Uma parte de nós foi para o quartel, outra parte foi levada para o mato. A minha irmã casou naquele lado para onde os do PAIGC a levaram, mas não foi voluntariamente: vieram, invadiram e levaram-na à força. De manhã, quando as tropas portuguesas vieram, invadiram também e levaram as pessoas que tinham ficado para o quartel. A minha tia, a minha irmã e o meu irmão mais velho foram levados para o lado de lá; tinha muita família do lado do PAIGC; os familiares do

*lado da minha mãe ficaram todos na zona libertada. Quando nos encontrávamos em casa era uma alegria — a minha família não podia rejeitar-me, não é verdade? **Lamine Camará, soldado da 2.ª Companhia de Comandos Africanos da Guiné***

*O meu pai era comandante do PAIGC. Nós nascemos em Farim, mas ele saiu e foi para a tabanca; calhou começar a guerra, o caminho fechou-se e ele ficou lá. Quando eu fui chamado para a tropa, a minha mãe não ousava falar, dizer “o meu filho não vai à guerra”. Só me deu a bênção e confiou em Deus, pediu que me trouxesse de volta. **Luís Hernâni Quecói Turé, soldado da 2.ª Companhia de Comandos Africanos da Guiné***

*Trabalhava numa oficina, na prática profissional, o meu desejo não era ir para a tropa, era ser um civil profissional. Mas, de repente, saiu o meu nome para ir — a tropa era obrigatória, não era voluntária. Nós não queríamos, ninguém queria ir para a tropa portuguesa, mas também não podias dizer que ias fugir e ir para a tropa do PAIGC. Para isso tinhas que ter um contacto com alguém que estivesse lá e te mobilizasse, não era só levantar e ir para o mato. Ou, se sofresses um castigo duro da administração colonial, fugias e ias para o mato — muita gente foi por causa disso. Se saíesses de Mansoa para vir a Bissau, tinhas que ter uma guia de marcha; se saíesses de Farim para vir a Bissau tinhas que ter uma guia; ou seja, não podias circular sem a autorização da administração colonial. **Mamadu Camará, soldado da 1.ª Companhia de Comandos Africanos da Guiné***

Muitos dos que saíram aqui da morança foram para o PAIGC. Irmãos, tios, todos foram... queriam defender a sua terra. Nós ainda éramos pequenos nessa altura; se fôssemos crescidos, teríamos ido todos. Por isso é que alguns ficaram e outros foram lá para o mato. Não tinha relação com os meus irmãos que estavam lá, não podia porque eu estava com os brancos. Se andava armado e ele andava armado, não nos podíamos ver um ao outro. Era um problema... Ao longe, no

mato, não poderia reconhecê-lo. Armando Paulo Sambú, furriel da 1.^a Companhia de Comandos Africanos da Guiné

2.5.2 As primeiras memórias de António de Spínola

*Na Guiné, havia um quartel em muitas aldeias e a população estava muitas vezes lá dentro. Spínola mandou construir casas para a população. Já era quase adulto, tinha 16 anos, quando comecei a escola e aos 20 tinha concluído a 3.^a classe; aproveitei a ação de Spínola nas escolas. Foi nessa altura que me chamaram de novo para a tropa e as minhas pernas foram cortadas, não gozei a juventude. Ainda hoje tenho dificuldade com alguns termos em português e o meu filho corrige-me: “Ó pai, não é assim que se diz”. Ele sabe porque ele estudou, mas naquela altura era obrigatório os jovens irem para a tropa. **Juldé Djaguité, furriel 2.^a Companhia de Comandos Africanos da Guiné***

*Spínola veio diretamente de Angola. Depois foi comandante das Forças Armadas na Guiné. Embarquei com o Spínola no mesmo helicóptero: ele sentado aí, eu sentado aqui. Na formatura vinha, chegava e ficava em posição firme, nós púnhamo-nos em posição firme também. Via-o quase todos os dias, saía de manhã em Bissau e visitava quartel por quartel. Falava em harmonia, dizia aos guineenses para terem coragem. Dizia “estes comandos são a minha mão direita”, falava em coisas boas — naquele tempo, ninguém esperava o que veio a acontecer. **Galé Jaló, soldado da 3.^a Companhia de Comandos Africanos da Guiné***

Spínola sentiu que a guerra estava enfraquecida e que, mais cedo ou mais tarde, as Nações Unidas obrigariam Portugal a ceder a independência à Guiné. Então, mudou de tática: começou a chamar chefes guineenses, régulos, militares de altas patentes para mobilizar a população. De facto, ele não queria deixar a independência nas mãos do PAIGC; queria deixar a independência nas mãos dos guineenses que lutavam ao lado dos portugueses. Essa é que era a sua guerra maior: mobilizar os quadros guineenses que trabalhavam ao lado de

Portugal, para ficarem à frente do país quando fosse dada a independência.

Mamadou Camará, soldado da 1.ª Companhia de Comandos da Guiné

*Conheci o general António Spínola, tinha um vidro na vista. Falava com os comandos, dava-nos conselhos, porque não queria que abusássemos de ninguém, que feríssemos a população, sobretudo as crianças. Se te visse a humilhar uma pessoa, tinhas logo problemas. Às vezes ia ao batalhão de comandos lá em Bissau para nos cumprimentar. **Luís Hernâni Quecói Turé, soldado da 2.ª Companhia de Comandos Africanos da Guiné***

Conheci o general Spínola, até lhe dei a mão, vi-o mesmo bem: eu tinha apanhado um ferimento na perna e ele foi-me visitar ao hospital, cumprimentámo-nos. Ele dizia-nos que defendêssemos a bandeira, que nós éramos os futuros homens da Guiné. Spínola foi um grande homem, era um político com uma grande cabeça. Dizia-nos para termos coragem, que defendêssemos a nossa terra, que defendêssemos a nossa bandeira. Ele falava sempre muito bem, dava-nos coragem, até nos foi visitar a Fá Mandinga, durante a instrução militar. Nós não sabíamos que estávamos a ser enganados, que era mobilização; porque tu nascas nas mãos de alguém até seres homem, tudo o que essa pessoa te disser, pensas que é verdade, ou não? Mas os portugueses educaram-me bem, puseram-me na escola para ter conhecimentos. **Mário Umaru Sani, soldado da 1.ª Companhia de Comandos Africanos da Guiné**

*O Spínola estava na Guiné desde quando eu ainda não tinha ido para a tropa. Foi ele quem formou os comandos africanos, os portugueses sozinhos já não conseguiam. Pôs pretos contra pretos para os brancos deixarem de se bater e mandou formar militares africanos. Conheci o Spínola, jurei bandeira à sua frente — era um homem alto, não tinha um olho, usava uma bengala. **Luís Sambú, soldado da 1.ª Companhia de Comandos Africanos da Guiné***

*Conheci bem o Spínola, era um homem simples. Quando íamos para o mato, ele saltava do helicóptero e ia ter lá abaixo. A qualquer lado em que houvesse problemas, lugares de perigo, o Spínola mandava os comandos africanos. Não era má pessoa, se encontrasse alguém no mato e o apanhasse, dizia “deixa-o”. A população não interessava, só quem tinha armas. **Armando Paulo Sambú, furriel da 1.ª Companhia de***

Capítulo 3 | A africanização das Forças Armadas Portuguesas

É quase um truísmo dizer que a colonização do continente africano teria sido impossível sem a colaboração local. A imagem estereotipada das forças europeias, muitíssimo superiores, que derrotam as pequenas, frágeis e desarticuladas resistências africanas, raramente corresponde à verdade histórica. Muito mais próxima da realidade está a imagem dos oficiais europeus capazes de fomentar e administrar contradições internas, atraindo forças africanas para a sua órbita, fazendo-as lutar contra outras forças africanas a fim de instalar e preservar a ordem colonial. (Coelho, 2002, p. 130)⁸⁰

O recurso a tropas africanas para engrossar as fileiras das várias guerras travadas pela Europa foi, sobretudo depois da segunda metade do século XIX, uma estratégia à qual os impérios coloniais recorreram. Por um lado, devido à escassez de homens que os impossibilitava de continuar a combater em palcos de batalha como, por exemplo, a I e II Guerra Mundial (Koller; Echenberg, 1985; Koller, 2008); e, por outro, para fazer face às múltiplas resistências locais que encontraram nas regiões ocupadas em África — primeiro, durante as chamadas “campanhas de pacificação”⁸¹ e, mais tarde, na tentativa de travar os avanços dos movimentos de libertação desses territórios (Grundlingh, 1986; Antunes, 1995; Vandervort, 2002). À semelhança de países como França, Inglaterra, Holanda ou Alemanha, a colonização portuguesa em África só foi possível com o apoio de agentes locais que constituíam um elo de ligação entre as administrações coloniais e o povo: “as estruturas de contacto incluíam as autoridades tradicionais mais ou menos controladas para garantirem a fidelidade aos poderes coloniais, e os elementos assimilados, que funcionavam nos níveis mais baixos da administração e das forças de segurança, tanto de polícia como

⁸⁰“It is almost a truism to say that the colonisation of the African continent would have been impossible without local collaboration. The stereotyped picture of immensely superior European forces defeating small, fragile and unarticulated African resistances rarely corresponds to the historical truth. Much closer to reality is the picture of European officials able to foster and manage internal contradictions, attracting African forces into their orbit to make them fight other African forces in order to install and preserve the colonial order” (Coelho, 2002, p. 130).

⁸¹“Campanhas de pacificação” é o nome dado pela narrativa oficial portuguesa à ocupação efetiva, e à força, de Angola, Guiné e Moçambique. Esta ocorre a partir do final do século XIX, depois dos acordos estabelecidos na Conferência de Berlim. Uma ocupação que foi enfrentada com resistência e revolta pelas populações que já aí habitavam, e é descrita como “desgastante”, “com inúmeras baixas” dos efetivos portugueses que tiveram de enfrentar um inimigo “bem armado” (Exército, 1988, pp. 81-91).

militares” (Gomes, 2013, p. 123). Sem esta colaboração e a participação de africanos nas fileiras dos conflitos, teria sido impossível manter o projeto colonial português até aos anos 1970.

Desde que, com propriedade, se pode falar de ocupação do território das colónias portuguesas em África, isto é, desde meados do século XIX ou, com mais propriedade ainda, dos finais desse século, as forças militares portuguesas assentaram aí numa base de recrutamento local. Vigorava o regime de tropas privativas e, já no início do liberalismo, pela década de trinta do século passado, em Angola e Moçambique eram até forças descentralizadas dentro de cada colónia, com unidades nas capitais dependentes do governo geral, e com outras forças nas sedes distritais dependendo dos governos subalternos, como então se designavam. Tratava-se de um recrutamento arbitrário, sem base legal e sem um recenseamento eficaz, contando com o apoio dos régulos para os contingentes indígenas e com deportados e degredados europeus para os quadros inferiores e funções mais especializadas, o que conferia às tropas baixíssimos níveis de disciplina e eficácia. Neste tipo de recrutamento parece ter nascido a caracterização dos “voluntários da corda”, que se vulgarizou na gíria popular portuguesa. (Correia, 2000, p. 143)

Apesar de o recrutamento destes homens ter começado por ser “assistemático” e “arbitrário”, o Exército português passou, na primeira metade do século XX e com o apoio dos censos populacionais⁸², a encará-lo como um ‘instrumento civilizatório’ e “uma importante forma de ‘nacionalizar’ a população africana das colónias” (Coelho, 2002, p. 133). Este capítulo traçará o percurso de como as “tropas nativas” foram, ao longo dos anos, integradas nas FAP, dando especial enfoque à constituição do Batalhão de Comandos Africanos da Guiné. A história oficial do grupo será cruzada com as memórias dos homens que dele fizeram parte, nos pontos 3.4 deste capítulo e 4.4 do capítulo 4.

3.1 Tropas africanas: marionetas de um regime

O recurso a africanos para combater ao lado do exército colonial português remonta, assim, ao século XIX e ao período em que começou a ser feita uma ocupação efetiva de Angola, Moçambique e da Guiné, como anteriormente se refere no ponto 2.2 do capítulo 2. Por esta altura, o Exército encontrava-se organizado em 1) unidades de primeira linha — constituídas por homens enviados de Lisboa e deportados e 2) tropas de segunda linha — mulatos e

⁸² Em 1940 os censos populacionais contabilizam, pela primeira vez, a população “civilizada” e “não civilizada” de cada colónia. Esta distinção volta a ser feita nos censos de 1950, mas não se repete em 1960 e 1970, anos em que é apenas possível saber a população total de cada um dos territórios.

negros assimilados, recrutados localmente pelos régulos das comunidades, como reflexo do precoce envolvimento das autoridades africanas na formação das tropas locais (Gomes, 2013, p. 122 e 123). Em 1931, uma nova regulamentação estabeleceu a integração oficial de “indígenas” no Exército que, mais tarde, vieram a integrar as mesmas companhias dos europeus e não indígenas naturais ou residentes nas colónias (Exército, 1988, p. 216)⁸³. Já na década de 1950, uma nova reestruturação das FAP criou unidades exclusivamente compostas por africanos e reorganizou as que existiam. Os “portugueses originários ou naturalizados, residentes no território nacional do Ultramar ou dele naturais” passaram a estar obrigados ao recrutamento e ao exercício do serviço militar em condições semelhantes às estabelecidas para os soldados da metrópole⁸⁴. No final da década de 1950, “assistiu-se em Portugal a um novo surto de reformas que traduziram abertamente uma preocupação com o Ultramar”, como resultado da pressão exercida pela Organização das Nações Unidas anteriormente referida no ponto 2.3 do capítulo 2, e que culminou na redução do “número de unidades e das regiões militares” na metrópole, em oposição ao “reforço do dispositivo militar” em África (Exército, 1988, pp. 147-150). Ao Exército cabia a “manutenção da liberdade, integridade e independência da nação”, “assegurar a defesa terrestre do território nacional metropolitano e ultramarino contra qualquer agressão externa”, “ministrar à população válida” instrução militar para “elevar o seu nível intelectual, moral e físico” e “colaborar em actividades relacionadas com o desenvolvimento e progresso dos territórios nacionais em particular no que se refere ao Ultramar, servindo como elemento civilizador e educador das populações indígenas” (Exército, 1988, p. 190 e 191).

Isto significou que, no início da Guerra Colonial/de Libertação, o “exército português dispunha em África de unidades locais organizadas nos mesmo moldes das unidades europeias” (Gomes, 2013, p. 124). Entre 1940 e 1950, de

⁸³ De acordo com o Decreto n.º 19:220, de 9 de janeiro de 1931.

⁸⁴ De acordo com a Lei n.º 2060, de 3 de abril de 1953.

⁸⁵ Até 1961, quando foi abolido o Estatuto do Indígena, fazia-se a distinção entre soldados comissionados (brancos nascidos em Portugal ou nos territórios ultramarinos), soldados ultramarinos (africanos assimilados) e soldados nativos (africanos sob o regime do indigenato). Depois desse ano, apesar da cor da pele deixar de ser um critério, as velhas distinções perpetuavam-se pela exigência de uma educação formal e a capacidade de falar português (Coelho, 2002, p. 134).

acordo com os números apresentados nos censos, o total da população civilizada nas três colónias passou de 152 884 pessoas para 235 997, muito provavelmente um reflexo do aumento do número de recenseamentos. Destes últimos, 22% (51 906) eram homens entre os 20 e os 39 anos, aptos a integrar as fileiras da tropa. E se, numa fase inicial da Guerra Colonial/de Libertação, foram atribuídas a estes homens tarefas com um papel “marginal” e funções “secundárias”, como o controlo das populações locais e a recolha de informação relevante (Coelho, 2002, p. 130), com o decorrer do conflito as tropas africanas tornaram-se cada vez mais relevantes por “razões de ordem política, militar e económica” (Rodrigues, 2013, p. 214). A dificuldade em continuar a suportar os elevados custos financeiros da guerra e do envio de homens para África; a necessidade de diminuir o número de mortes de tropas metropolitanas; a escassez de homens disponíveis (muitos desertaram para fugir à guerra); a desmoralização dos soldados metropolitanos; o facto de as tropas nativas serem fisicamente mais fortes, mais baratas, mais conhecedoras do terreno e das culturas locais; a ameaça de os africanos com formação militar poderem integrar os movimentos de libertação (Coelho, 2002, p. 140; Gomes, 2013, p. 125) são algumas das motivações que o justificam. Além disso, à medida que o conflito se intensificou nos três territórios, esta solução revelou-se também uma forma de conquistar as populações locais (Coelho, 2002, p. 138), convencendo-as de que eram, também, parte do projeto português, e garantindo-lhes uma entrada de dinheiro fixa.

Nesta sequência, a intensificação do recrutamento de tropas africanas em Angola, Moçambique e na Guiné fez parte de um conjunto de estratégias adotadas por Portugal nas décadas de 1960 e 1970, já apontadas no ponto 2.2 do capítulo 2, para tentar travar os avanços dos movimentos de libertação. Com diferentes contornos nos três palcos de guerra, a integração de habitantes locais no Exército possibilitou alcançar um objetivo comum: manter a presença portuguesa pelo máximo de tempo possível no continente, ao mesmo tempo que fazia transparecer a ideia de uma nação integracionista (Afonso & Gomes, 2000; Coelho, 2002; Tomás, 2008; Rodrigues, 2010a; Gomes, 2013; Rodrigues, 2013). Esta foi, aliás, uma estratégia adotada por outros países colonizadores e que teve como exemplos mais paradigmáticos as guerras que os Estados Unidos da

América travaram no Vietname (1963-1973) e a França na Argélia (1954-1962), onde se viram obrigados a combater guerrilhas locais fortemente organizadas. Na tentativa de as vencer, e reverter a posição de desvantagem da qual partiam, aplicaram o princípio básico das guerras contrassubversivas: conquistar e dividir as populações, baseando-se na “teoria do mesmo elemento”, utilizada durante a guerra que opôs as forças britânicas e o Exército de Libertação Nacional Malaio (1948-1960), e na qual se defendia que as guerrilhas poderiam ser mais facilmente combatidas por unidades que as reproduzissem em espelho: com tropas nativas com igual conhecimento do terreno e das populações.

Por tudo isto, a par de medidas legislativas como a revogação do Acto Colonial e da abolição do Estatuto dos Indígenas, a integração de habitantes locais nas FAP veio reforçar a imagem de Portugal como nação pluricontinental e plurirracial, já referida no ponto 2.1 do capítulo 2, conferindo-lhe uma vantagem não só militar, mas também política. Assim, consubstanciava-se a narrativa de que a presença portuguesa no continente era possível não pelo uso da força, mas porque os próprios africanos defendiam a causa:

(...) a propaganda colonial foi concedendo uma visibilidade crescente aos combatentes africanos das FAP e às suas virtudes heroicas, que promoveu e exaltou publicamente, em diversas ocasiões. A imprensa portuguesa, ao apresentar o combatente africano como um sujeito no qual as Forças Armadas e o Estado português depositavam a sua total confiança, e ao caracterizá-lo como um soldado disciplinado, corajoso, obediente e dedicado aos seus superiores, leal e solidário com os seus companheiros de armas, e agraciado com as mais altas condecorações do Exército, o poder colonial português renovou argumentos para reivindicar e legitimar a sua dominação em África. Desta vez, ao promover a ideia de que a África-portuguesa era defendida por combatentes africanos, o argumento que o poder colonial utiliza para justificar a manutenção do seu domínio é atribuído, em parte, aos “filhos da terra”. (Rodrigues, 2013, p. 115)

É, por tudo isto, legítimo dizer que sem o recrutamento obrigatório de tropas africanas para combater nas FAP, a Guerra Colonial/de Libertação não teria durado 13 anos. Mas, e apesar disso, no início do conflito, a africanização das FAP continuou a ser encarada como uma ameaça por certos segmentos mais conservadores do regime, que desconfiavam dos africanos e da sua capacidade para substituir as forças metropolitanas (Felgas, 3.º trimestre 1961, p. 421)⁸⁶. Um

⁸⁶“Não é difícil prever que a desordem se instalaria em todo o território. A segurança desapareceria e a vida e os haveres de cada um ficariam à mercê dos assaltantes, tal como sucedeu nos primeiros meses da Independência do Congo ex-belga. É claro que a solução ali adotada de promover soldados a coronéis e cabos a generais, também podia ser usada em

posicionamento que, face aos desafios levantados pela guerra anteriormente mencionados, foi perdendo apoio. Em 1961, ano em que a guerra começou em Angola, apenas 18,2% dos soldados mobilizados nos três palcos de batalha pertenciam ao recrutamento local, e aqueles que vinham da metrópole continuavam a ter preferência. Mas, com o passar dos anos, esta tendência inverteu-se e, em 1973, o último ano em guerra de que há registos, as tropas locais representavam já 41,5 % do contingente total. Numa fase inicial, em 1961, os soldados metropolitanos eram 85% do total em Angola, 73% em Moçambique e 78% na Guiné; em 1973, representavam 58% do contingente total em Angola, 46% em Moçambique e 79% na Guiné⁸⁷. De salientar que, no caso da Guiné, olhar apenas para as percentagens não permite identificar o exponencial aumento do recrutamento de tropas metropolitanas e nativas ao longo do conflito: entre 1961 e 1973, o recrutamento metropolitano passou de 3736 para 25 610 homens, enquanto o recrutamento local de 1000 para 6425 (cf. anexo 3). Em 1974, num relatório em que se descreve ao detalhe a retirada das FAP da Guiné, Portugal conta um total 17 mil africanos que combateram ao seu lado contra o PAIGC (cf. anexo 10), os números apresentados na Resenha Histórico-Militar das Companhas de África (Barata et al., 1988) apontam para um total de 42 836 “nativos” recrutados entre 1961 e 1973^{88, 89}.

No total, excluindo as forças irregulares, foram recrutados 1 milhão e 400 mil soldados para a guerra, e destes mais de 400 mil eram africanos, ou seja, aproximadamente um terço dos efetivos⁹⁰ (Exército, 1988, p. 261). Nos três palcos de batalha, começou por privilegiar-se a criação de unidades mistas, de europeus e africanos. No entanto, à medida que a guerra avançava, os grupos

Angola. Os resultados seriam porém idênticos: um exército sem força, sem coesão, sem prestígios e sem disciplina, que hoje obedece a um chefe mas que amanhã obedece a outro que lhe promete maior soldo” (Felgas, 3.º trimestre 1961, p. 421).

⁸⁷ Moçambique foi, ao longo dos 13 anos em que durou a guerra, o território que contou com uma maior percentagem de tropas africanas.

⁸⁸ Anexo 6 — “Recrutamento nos 3 TO”, pág. 261.

⁸⁹ A análise destes dados levanta a dúvida se os números apresentados na Resenha Histórico-Militar se referem aos novos recrutamentos em cada ano ou ao total do recrutamento local anual. Atendendo a que o número total de tropas africanas recrutadas para as FAP é apontado como 500 mil (Barata et al., 1988) — o que corresponde à soma anual de todos os nativos nos três teatros de operações —, depreende-se que os números se refiram aos novos recrutamentos, não contemplando os soldados registados no ano anterior.

⁹⁰Fonte: Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África 1.º Volume — Enquadramento Geral, p. 261, anexo n.º 6 ao Capítulo III. Segundo os dados disponíveis, no total, foram recrutados 1 366 896 homens, 443 019 dos quais eram tropas africanas.

quase exclusivamente compostos por tropas locais foram adquirindo importância crescente, e foi sobretudo depois de 1968, ano em que Marcelo Caetano substituiu Salazar como chefe de Estado, que os africanos passaram a ter papéis de maior relevância (Henriksen, 2009):

De agora em diante, isso não implicaria apenas uma percentagem crescente de indivíduos recrutados localmente ou negros incorporados nas forças regulares que lutavam contra os nacionalistas, no mesmo sentido em que a *jeunissement* francesa na Indochina, por exemplo. Mais do que isso, passou a significar um processo de criação e fomento de unidades de combate de africanos operando de forma mais ou menos irregular e autónoma e com altos níveis de eficiência operacional. É preciso dizer que essa mudança de atitude, que implicou o aumento da confiança nos africanos, mesmo que forçada, não foi repentina, nem nasceu apenas de considerações teóricas. De facto, na segunda metade da década de 1960, os militares enfrentavam graves problemas relacionados não só com a falta de tropas, mas também com a questão do que fazer com os africanos desmobilizados do exército regular. Suspeitas antigas de que africanos desmobilizados da força regular, já capazes de manejar armamentos, poderiam simplesmente juntar-se aos guerrilheiros nacionalistas, estavam por trás de novos esforços para criar tropas auxiliares onde esses homens seriam mantidos sob o controle de militares ou autoridades civis. (Coelho, 2002, p. 139 e 140)⁹¹

A importância das tropas africanas nas FAP foi crescente ao longo de todo o conflito. Apesar disso, é importante sublinhar que estes soldados nunca foram encarados como iguais: estavam obrigados a responder às ordens das altas patentes do Exército oriundas da metrópole e eram, constantemente, alvo de desconfiança.

3.2 A tropa comando

(...) as nossas tropas criaram, à custa da sua própria experiência, uma doutrina de guerra contra-subversiva, desenvolveram processos de instrução e de actuação e conceberam dispositivos

⁹¹“From now on this would not imply merely a growing percentage of locally recruited or black individuals incorporated in the regular forces fighting the nationalists, in the same sense as the French *jeunissement* in Indochina, for example. More than that, it now meant a process of creating and fostering combat units of Africans operating more or less irregularly and autonomously, and with high levels of operational efficiency. It must be said that this change in attitude, which implied increased trust in the Africans, even if forced, was not sudden, nor was it just due to theoretical considerations. In fact, in the second half of the 1960s the military were facing serious problems related not only to a shortage of troops but also to the question of what to do with the Africans demobilised from the regular army. Old suspicions that Africans demobilised from the regular force, already capable of handling weaponry, might simply join the nationalist guerrillas, lay behind new efforts to create auxiliary troops where those men would be kept under the control of military or civil authorities” (Coelho, 2002, p. 139 e 140).

específicos que lograram obter uma melhor adequação dos meios humanos e técnicos disponíveis aos procedimentos do inimigo e, simultaneamente, ao apoio das populações. (...) Em Angola julgou-se também oportuno criar tropas especializadas em luta antiguerrilha, organizadas e treinadas nas condições reais de combate e mentalizadas para actuarem com grande eficácia e com menores efectivos do que as tropas normais. Assim nasceram, em 1962, os Comandos, treinados em contacto com o inimigo, e cujo emprego se generalizou aos três teatros de operações. Em breve se verificou ser vantajoso aumentar o número destas unidades. Algumas delas vieram depois a ser constituídas na quase totalidade por naturais, prática que teve especial dimensão na Guiné e Moçambique. (Exército, 1988, p. 124)

As tropas africanas das FAP foram organizadas em três tipos de unidades que “desempenharam papéis muito diferentes”: 1) tropas regulares do Exército, às quais pertenciam as companhias e os batalhões de caçadores e grupos de artilharia e de cavalaria; 2) milícias, grupos de base local que tinham como função a autodefesa da população 3) tropas especiais de características ofensivas e elevada capacidade de combate — algumas estavam integradas nas FAP (como as Companhias de Comandos Africanos e os grupos de fuzileiros da Guiné), outras dependiam dos governos locais (como os Grupos Especiais de Angola e Moçambique) ou de instituições que não as FAP (como os Flechas da PIDE/DGS e outras forças oriundas de territórios estrangeiros) (Gomes , 2013, p. 126)⁹². Será nos comandos, unidades criadas para serem “mais flexíveis, mais ligeiras e mais eficientes” (Alves et al., 2008, p. 44), “uma tropa de qualidade superior que era objeto de uma selecção rigorosa no recrutamento para a especialidade” (p. 7) que este trabalho se deterá.

As unidades de comandos foram criadas em Angola, em 1962, face à necessidade de ter um grupo de homens capazes de enfrentar a guerrilha, suportar longos períodos de isolamento no mato, e em quem os seus companheiros e superiores pudessem ter confiança absoluta, garantindo-lhes total protecção. Para tal, era-lhes exigido robustez física e psicológica,

⁹² Em 1966, quando se começaram a criar os primeiros grupos de milícias para autodefesa das populações em Angola e Moçambique, na Guiné existiam já 18 companhias de milícias. Com a chegada de Spínola ao cargo de governador-geral, as milícias passaram a operar “como força étnica de intervenção, enquadradas pelo Comando Geral das Milícias, que dispunha de um centro de instrução próprio” (Gomes et al., 2013, p. 130). A este grupo estava sobretudo destinada a autodefesa da população.

invulnerabilidade à surpresa e uma utilização exímia das armas com o objetivo de

criar soldados capazes de fazer a guerrilha, de raciocinar sob as piores condições de clima, dotados de inteligência para poder desembaraçar-se duma situação perigosa, audácia para dar caça sem tréguas ao inimigo, coragem para fazer uso de armas silenciosas, dotado de espírito de equipa de modo a actuar em conjunto tendo sempre em vista que o grupo a que pertencem não pode ser comprometido. Ter sangue frio necessário para deixar o inimigo aproximar-se ou aproximar-se do inimigo sem se precipitar, comprometendo-se ou comprometendo o grupo a que pertence, ter preparação física necessária para poder fazer longas marchas, ser resistente fisicamente e moralmente para passar as maiores provações, sem desânimo e sem desalento. Ter paciência de, se necessário, esperar horas, sem falar e sem se mexer para surpreender o adversário: a perseverança para caçar o adversário custe o que custar. Ser capaz de desencadear um golpe brutal e desaparecer rapidamente, actuando como verdadeiros fantasmas, quer de noite quer de dia. Não é possível encontrar todas estas qualidades na maioria dos casos. Daqui a necessidade de criar equipas especialmente seleccionadas e preparadas para o efeito, baseadas essencialmente no voluntariado. (Alves et al., 2008, p. 45)

Os comandos estavam também sujeitos a uma instrução física e psicológica dividida em quatro componentes: educação física, instrução individual de combate, de tiro e de tática. E, quando participavam em operações, cada um levava consigo uma pistola-metralhadora, duas granadas de mão ofensivas, uma faca de mato, cinturão com cartucheiras e cantil, sacos de dormir e impermeáveis, cabendo ao comandante do grupo transportar a bússola e os binóculos. Atuavam como um só bloco unido, contando com um grupo de apoio, e estavam preparados para longas caminhadas e para permanecer no mato durante períodos prolongados, explorando os recursos locais. Infiltravam-se no território ocupado pela guerrilha inimiga com o objetivo de capturar ou destruir os seus membros e, após cada operação, desapareciam imediatamente (Alves et al., 2008, pp. 44-50).

Em teoria, para se ser comando era preciso possuir desembaraço físico, capacidade de resistência à fadiga, ser decidido, ter espírito de sacrifício, possuir reflexos rápidos, ser pouco impulsivo e pouco emocionável, quanto possível saber nadar, saber ler e escrever e ser voluntário (Alves et al., 2008, p. 223). Na prática, como se analisará em seguida no capítulo 4, a maioria dos homens que integraram as Companhias de Comandos Africanos da Guiné não reuniam, seguramente, pelo menos os quatro últimos requisitos. A escassez de homens, a intensidade da guerra e as características específicas da Guiné já explanadas

no capítulo 2 fizeram deste território um exemplo de como muitos dos requisitos descritos nos manuais do Exército não foram, de facto, exigidos.⁹³

3.3 Os comandos da Guiné

E se foi possível mobilizar as populações africanas da Guiné para a sua defesa e desequilibrar a nosso favor a massa combatente, tal se deveu ao facto de as perspectivas traçadas terem aberto aos africanos a esperança de poderem realizar-se no contexto lusíada. (Spínola, 1974, p. 131)

A Guiné foi dos três territórios em guerra aquele em que as tropas africanas alcançaram um papel de maior importância na hierarquia militar, exatamente por ter sido o único a ter grupos de tropas especiais (três companhias de comandos e dois destacamentos de fuzileiros), inseridos nas FAP de forma orgânica e integralmente compostos e dirigidos por africanos — apenas o capitão de cada companhia era metropolitano, os restantes eram homens nascidos ou naturalizados na Guiné. Entre 1968 e 1973, o período em que António de Spínola assumiu o cargo de governador-geral da Guiné e comandante-chefe das FAP, o recrutamento de africanos duplicou, passando de 3280 para 6425 homens (Exército, 1988, p. 261) (cf. anexo 3). Destes, mais de 550 eram comandos africanos⁹⁴ (cf. anexo 5) — tropas a quem, como anteriormente se referiu, estavam destinadas as missões mais desafiantes no mato, que pudessem envolver um contacto direto com a guerrilha do PAIGC e “cuja acção se pontuou pela realização de muitos feitos heroicos” (Carneiro, 2000, p. 94).

Não era possível suster as incursões dos guerrilheiros a partir dos países vizinhos com os meios humanos e materiais dispersos e insuficientes (...) Era necessário uma tropa diferente com capacidade para executar um tipo de manobra mais adequada às circunstâncias, ou seja, uma tropa que pela sua preparação técnica e utilização de equipamentos ajustados à realidade de combate, lhe permitisse desencadear uma contra-guerrilha; ter grande mobilidade e rapidez

⁹³ Não há investigação feita sobre Angola e Moçambique que permita dizer que a Guiné foi um caso de exceção no que toca às condições de recrutamento das tropas comando africanas.

⁹⁴ Nas listas da 1.^a, 2.^a e 3.^a Companhia de Comandos Africanos da Guiné contam-se 552 homens. Para chegar a este número, eliminaram-se as entradas onde se verificou uma ou mais repetição de nomes e números de caderneta militar. Os casos em que se detetaram apenas repetições do número de caderneta militar, mas não de nomes, foram contabilizados. Durante as entrevistas realizadas na Guiné-Bissau, identificaram-se vários homens com caderneta militar que atestava terem sido comandos, mas cujo nome não constava das listas.

nas acções num terreno fortemente adverso; que fosse aligeirada mantendo um forte poder de fogo; constituída por efectivos pequenos, agressivos e autónomos, muito bem preparados fisicamente, psicologicamente resistentes e de moral elevado. (Alves et al., 2008, p. 442)

A origem dos comandos da Guiné remonta a maio de 1963, quando o comandante territorial Independente da Guiné (CTIG), Fernando Louro de Sousa, estabeleceu contactos com Angola para que um grupo de sete militares voluntários — cinco metropolitanos e dois guineenses — aí pudesse iniciar a sua formação de comandos.⁹⁵ Um ano depois, em julho de 1964, foi criado o Centro de Instrução de Comandos em Brá, a quatro quilómetros de Bissau, que iniciou a sua atividade a 3 de agosto com o primeiro curso de formação de comandos. Os soldados que terminaram a instrução integraram, depois, os grupos de comandos “Fantasmas”, “Camaleões” e “Panteras”. Em julho de 1965, o Centro de Instrução de Comandos foi extinto e, a partir de novembro de 1965, constituiu-se a Companhia de Comandos (CCmds), que continuou a operar no quartel de Brá, onde foram formados quatro grupos — “Diabólicos”, “Vampiros”, “Centuriões” e “Apaches”.⁹⁶ Até à oficialização do Batalhão de Comandos Africanos da Guiné (BcmdsG), em 1973, foram ainda formadas as 3.^a, 5.^a, 15.^a, 16.^a, 26.^a, 27.^a, 35.^a, 38.^a e 4041.^a CCmds, compostas por soldados metropolitanos e africanos (Alves et al., 2008; Folques, 2013; Sousa & Miranda, 2014, 2015b, 2015a).

Em julho de 1969, tendo em vista a constituição de unidades essencialmente compostas por africanos, Spínola escolheu alguns militares e milícias para serem instruídos por elementos da 15.^a CCmds. Assim, poucos meses depois, em fevereiro de 1970, iniciou-se a instrução dos recrutas — selecionados pela sua robustez física e psicológica — que iriam frequentar o primeiro curso de comandos africanos.⁹⁷ Numa cerimónia realizada no Estádio Lino Correia, em

⁹⁵Este grupo era composto pelo major de infantaria António Correia Diniz, pelos alferes milicianos Maurício Leonel Sousa e Justino Coelho Godinho, pelo 2.^a sargento de infantaria Gil Roseira Dias, pelo furriel de infantaria Mário Roseira Dias, pelos furriéis milicianos Artur Pereira Pires e António Vassalo Miranda, pelo 1.^o cabo Abdulai Queta Jamanca e pelo soldado Adulai Djaló.

⁹⁶ Destes sete grupos de combate, fizeram parte os seguintes comandos africanos: 1.^{os} cabos Marcelino da Mata, Tomaz Camará e Braima Seidi e os soldados Adriano Sisseco, Braima Bá, Augusto Alfredo Sá, Bacar Mané, Raul Manuel Gomes, Pedro Costa Malan Sani, Mamadu Djaló, Gouveia Yalá, Bacar Djassi, Ligna Cumba, Momo Camará e Justo Orlando Nascimento.

⁹⁷ Raul Folques (Folques, 2013, p. 13) refere que neste curso participaram “exclusivamente voluntários africanos”, mas todos os testemunhos dos comandos africanos apresentados no ponto 3.4 do capítulo 3 referem a tropa obrigatória como o principal motivo para terem integrado esta tropa de elite.

Bissau, o governador-geral apresentou a 1.^a CCmds Africanos⁹⁸ das FAP da Guiné e graduou os seus futuros chefes. Um ano depois, em abril de 1971, foi formada a 2.^a CCmds Africanos⁹⁹; e em abril de 1972 a 3.^a CCcmds¹⁰⁰. Quando a guerra acabou, preparava-se a 4.^a companhia desta unidade que nunca chegou a combater (Sousa & Miranda, 2015a). Foi nestes homens a quem as chefias do Exército, vindas da metrópole, confiaram a vida em “ações de alta perigosidade e em situações extremas de isolamento — incluindo o combate em territórios estrangeiros” (Gomes, 2013, p. 126); eram estes homens, a quem cabia o frente-a-frente com a guerrilha do PAIGC, que participavam nas operações mais difíceis, aquelas em que, quase sempre, as tropas metropolitanas ficavam alheadas. É sobre eles, os que integraram as três Companhias de Comandos Africanos da Guiné (criadas em 1971), e mais tarde o Batalhão de Comandos Africanos da Guiné, que recai o foco desta tese e a quem serão dedicadas as próximas linhas deste capítulo.

As três Companhias de Comandos Africanos, criadas entre 1970 e 1972, foram compostas por tropas já integradas nas FAP e também por novos recrutas, e formaram — em conjunto com a 35.^a, 38.^a e 4041.^a Ccmds da metrópole e o Centro de Operações Especiais (COE) comandado por Marcelino da Mata — o Batalhão de Comandos Africanos da Guiné (BCmdsG), estabelecido a título definitivo só em abril de 1973 (Folques, 2013, p. 14).¹⁰¹ Estes homens participaram nas atividades mais intensas e arriscadas da guerra, e em diversas operações independentes — tanto em áreas de intervenção do comando-chefe, como em coordenação com batalhões de diferentes sectores. No total, contam-se, pelo menos, 17 operações comandadas pelo Bcmdsg¹⁰², mas não foi

⁹⁸ Esta companhia teve como comandantes João Bacar Djaló, Abdulai Queta Jamanca, Marques Vieira e Zacarias Saigh.

⁹⁹ Esta companhia teve como comandantes Adriano Sisseco e Armando Carolino Barbosa.

¹⁰⁰ Esta companhia teve como comandantes Jalibá Gomes e João Bacar Djassi.

¹⁰¹ Foram comandantes do Bcmdsg Almeida Bruno (abril-julho de 1973), Raul Miguel Socorro Folques (julho de 1973 – maio de 1974), Carlos Manuel S. Matos Gomes (maio de 1974 a junho de 1974), Florindo Eugénio Batista Morais (junho de 1974 a agosto de 1974) e José Castelo Glória Alves (maio de 1974 a junho de 1974).

¹⁰² “Operação “Águia Errante” (12 a 16 de setembro de 1972); “Bela Madona” (7 a 9 de outubro de 1972); “Safira Encarnada” (8 a 11 de novembro de 1972); operação “Rubi Maior” (22 a 27 de dezembro de 1972); operação “Falcão Dourado” (14 a 17 de janeiro de 1973); “Topázio Cantante” (24 a 27 de janeiro de 1973); “Esmeralda Negra” (13 a 17 de fevereiro de 1973); “Kanguru Indisposto” (20 a 23 de março de 1973); “Ágata Encantada” (2 a 5 de abril de 1973); “Jade Errante” (20 a 25 de abril de 1973); “Ametista Real” (17 a 22 de maio de 1973); “Malaquite Utópica” (22 a 24 de julho de 1973); “Gema Opalina” (24 a 27 de setembro de 1973); “Galáxia

possível, pela inexistência de uma história desta unidade, identificar a totalidade de operações em que os comandos africanos participaram, das quais se destacam a operação “Mar Verde”¹⁰³ que ocupa, até hoje, um lugar marcante nas memórias dos que nela participaram.¹⁰⁴

*O grupo de comandos que ficou em Conacri tinha 26 homens... O João Januário Lopes¹⁰⁵ tinha um irmão gêmeo no PAIGC, e entregou-se ao grupo deles. Foram todos fuzilados, aquelas pessoas foram todas fuziladas. Porquê? Ele tinha um irmão no PAIGC, estudou em Portugal e era furriel miliciano na tropa em Portugal, sabia ler e escrever. Foi para a Guiné e ficou como segundo comandante do capitão João Bacar. O capitão não tinha altos estudos, mas tinha experiência. Por isso é que pegaram no Januário Lopes e o juntaram ao capitão João Bacar¹⁰⁶, mas o Januário como tinha estudos não queria obedecer ao capitão. Qualquer coisa que ele falava, ele... estava contra. Até que chegou a operação “Mar Verde”, do grupo dele ninguém deu um tiro ou atirou uma bala. Entregaram-se, mas foram todos fuzilados. (...) Eu sabia que Governo português não mandava matar de qualquer maneira. A operação não era para matar Cabral, era para trazer Cabral. Formaram pessoas em Soga para ir para Conacri, e depois dividiram-nos por grupos, mas nós não sabíamos de nada. Foi em 70 que arrancámos lá para a Guiné-Conacri. Todas aquelas mortes que aconteceram lá, quem os matou a todos foi o Marcelino da Mata com um punhal. Ele não sabia nadar e a arma dele tinha ficado no mar, só podia usar um punhal. Uma pessoa chegava, metia o punhal e encostava-o ao lado. Mas ele fez aquilo de tal maneira que nem queira saber, tudo coragem, tudo frieza. Eu era novo, era novo, ainda não tinha tido muito contacto com a guerra... O Marcelino da Mata ajudava muito Portugal. Toda a gente dizia na Guiné que o Marcelino da Mata comia fígados de pessoas e tudo, mas isso é mentira, é lenda. Ele apanhava a pessoa e limpava-a logo. Sabe porquê? Porque ele não ia com muita gente para o mato, andava com três, quatro, cinco pessoas¹⁰⁷. **Abdulai Djaló, soldado da 1.ª CCmds Africanos da Guiné.***

Vermelha” (22 de dezembro de 1972 a 11 de janeiro de 1974); “Milho Verde II” (14 a 17 de fevereiro de 1974); “Seara Encantada” (22 a 26 de fevereiro de 1974); “Neve Gelada” (21 a 31 de março de 1974). Fonte: Arquivo Histórico Militar/ Caixa 27/3.ª Repartição/CTIG/Dossier 2).

¹⁰³ “A operação ‘Mar Verde’ é uma acção singular entre todas as realizadas durante a guerra, nos três teatros de operações. (...) Foi realizada para obter efeitos políticos directos através da execução de um golpe de Estado em país estrangeiro, a Guiné-Conacri, por militares portugueses a actuarem com uniformes e equipamentos das forças desse país e em conjunto com elementos estrangeiros opositores ao Governo, prevendo a eliminação de um chefe de Estado, Sekou Touré” (Afonso & Gomes, 2005, p. 502).

¹⁰⁴ O percurso do BCmdsG não é referenciado nas resenhas histórico-militares sobre a guerra na Guiné. Existem, contudo, elementos dispersos no Arquivo Histórico-Militar — Caixa 27/3.ª Repartição/CTIG/Dossier 2, 3 e 6 e Caixa 14/Batalhão de Comandos da Guiné — que permitem reconstituir parte da história desta unidade.

¹⁰⁵ João Januário Lopes era “um ‘comando’ africano que tinha um irmão no PAIGC e que aproveitou a escuridão da noite para desertar com os 24 homens que comandava e acabou por entregar-se às milícias da República da Guiné na manhã do dia seguinte. Foram todos sumariamente executados em Dezembro do mesmo ano” (Sousa & Miranda, 2015b, p. 520).

¹⁰⁶ João Bacar Djaló foi o capitão da 1.ª CCmds Africanos da Guiné.

¹⁰⁷ Marcelino da Mata foi monitor do 1.º curso de comandos na Guiné em 1964, foi 1.º cabo da Companhia de Comandos “Panteras” e liderou uma Companhia de Operações Especiais (COE), mas nunca integrou as CCmds Africanos criadas por Spínola em 1971.

Os homens que integraram as três Companhias de Comandos Africanos da Guiné nasceram, na sua maioria, na década de 1950 — o mesmo período em que, como se descreve no capítulo 2, a administração portuguesa teve uma presença mais marcante no território. Os treinos a que foram sujeitos garantiam que preenchessem critérios de pujança física e força psicológica, mas os requisitos habitualmente aplicados à tropa comando não lhes foram exigidos: muitos eram analfabetos ou tinham menos que a quarta classe (cf. anexo 6), jovens que, no decorrer do serviço militar obrigatório¹⁰⁸, foram recrutados, não raras vezes contra a sua vontade, jovens para quem participar na guerra não era, quase nunca, uma questão de escolha — não o fazer significava ser um desertor, um fora da lei¹⁰⁹:

O meu pai disse-me que o registo de pessoas começou praticamente quando eu nasci, que se as autoridades encontrassem uma senhora grávida, levavam-na para a administração, ficavam com o nome dela e diziam "no dia em que o seu filho nascer, o seu marido tem de cá vir dar o nome dele". O meu pai foi lá dar o meu nome, Boquindi Mané, e eles puseram João Boquindi Mané. Só quando entrei para a escola é que soube que me chamava João. Aconteceu com muita gente, tínhamos de ter nomes portugueses. Quando entrei para a tropa, tinha 23 anos, não tinha filhos nem mulher. Era para ter ido mais cedo, mas não quis... Tirei o bilhete de identidade, mas não fiz o recenseamento militar obrigatório porque não queria ir para a tropa. Estava revoltado com muita coisa: o meu pai foi preso em setembro de 1965, levaram-no para a ilha de Galinhas a mando da PIDE. Ele tinha uma horta onde os combatentes do PAIGC iam buscar comida, e alguém deu com a língua nos dentes. Quando souberam disso, os guerrilheiros do PAIGC tiveram medo de represálias, pegaram na minha mãe grávida e levaram-na para a zona libertada com os meus quatro irmãos, estiveram lá até 1975, estive dez anos sem os ver. O meu pai foi torturado e espancado, só o soltaram em 1969, quando o Spínola libertou 99 prisioneiros da ilha de Galinhas e do Tarrafal. Família é família. Dos dois lados houve gente levada à força, não ia rejeitar a minha mãe ou os meus irmãos, não fui eu que fiz a guerra, pagámos por ela, mas foi um fardo que não devíamos ter carregado. Mas, pronto, é a parte mais fraca que perde o jogo, que se sujeita, que sofre. Eu deveria ter ido para a tropa em 1967, mas só fui em 1971. Mandaram um recado ao chefe do posto para ir com urgência falar com eles. Foi nessa altura que me recenseei. Foi assim que lançaram o meu nome naquele livro de recenseamento militar. A 26 de agosto de 1970, chamaram-me logo para inspeção militar, em Bafatá. Médicos militares revistavam-nos tal como viemos ao mundo e mandavam-nos apanhar umas bolinhas onde se tirava o futuro número da tropa. Eu tirei o 590

¹⁰⁸ De acordo com a Lei do Recrutamento e Serviço Militar (Lei n.º 1961) “todo o cidadão português originário ou naturalizado, era obrigado ao serviço militar”. No caso dos nascidos em África, o recrutamento era regulado pela Lei n.º 2060, de 3 de abril de 1953, que estabelecia que “todos os portugueses naturais do Ultramar poderiam ser obrigados ao serviço militar em condições idênticas às estabelecidas para o serviço militar na Metrópole” (Exército, 1988, p. 215).

¹⁰⁹ Entre 1961 e 1973, a percentagem de “faltosos” às inspeções para recrutamento era de 17,7% na metrópole, não existindo dados relativamente a Angola, Moçambique e Guiné (Exército, 1988, p. 235).

e é o número que tenho até hoje. Em janeiro de 1971, chamaram-me para a tropa. João Séco Mané, furriel da 1.ª CCmds Africanos da Guiné.

Os motivos que levaram os guineenses a integrar as FAP são múltiplos e nada homogêneos, como se poderá constatar nos relatos apresentados no ponto 3.4 do capítulo 3. Variam de acordo com as áreas onde habitavam — viver numa zona rural ou urbana, no *mato* ou na *praça*¹¹⁰¹¹¹; as perseguições a que as respectivas famílias estavam sujeitas, tanto do lado da PIDE como do PAIGC; os laços interpessoais, muitas vezes aleatórios, que estabeleceram com um lado e outro do conflito. Ser colonizado e fazer a guerra no seio do exército colonial estava longe de ser uma opção voluntária e sem constrangimentos. Era um destino quase sempre imposto pela força coerciva e manipulatória a que tanto a administração portuguesa como o movimento de libertação da Guiné submetiam estes indivíduos¹¹².

Várias vozes (Coelho, 2002, Cabral, 2013a, p. 127; Gomes, 2013) se referem ao recrutamento de africanos para as FAP como uma estratégia que pôs “irmãos a combater contra irmãos”. No entanto, é preciso não esquecer que estes homens eram portugueses que viviam sobre a alçada das regras impostas pela administração do Estado colonial. Muitos nunca tinham, antes de a guerra começar, ouvido falar do PAIGC ou de Amílcar Cabral, acreditavam estar a lutar contra “terroristas” que queriam destruir o projeto ao qual tinham jurado fidelidade.

Quando o meu nome saiu para ir para a tropa, quisesse ou não quisesse, tinha de ir. Era o que a lei dizia. Por isso, é que digo que fui forçosamente, mas não me vieram prender, isso não. Entrei na vida da tropa à força, não foi por minha vontade, mas acabei por cumprir. Fiz só 24 meses como operacional, entreguei a farda, e saí. Quando saí da tropa, ainda nem o 25 de Abril era sonhado. Não tinha família próxima no PAIGC. Não sabia sequer o que era, a primeira vez que ouvi falar do PAIGC foi em 70 e... parece que foi em 72. Não me

¹¹⁰ Expressão do crioulo bissau-guineense que se refere a um centro urbano.

¹¹¹ O facto de os quartéis dos portugueses se encontrarem nas cidades, enquanto a guerrilha do PAIGC atuava no mato foi, em alguns casos, decisivo no destino de quem integrava um lado ou outro do conflito.

¹¹² Em 1972, numa mensagem pronunciada aquando do sexto aniversário do PAIGC, Amílcar Cabral fala dos comandos africanos, referindo que “(...) um número crescente de elementos das chamadas companhias africanas da tropa colonialista na Guiné, tem vindo a desertar para se juntar às nossas fileiras. Isso é um facto muito importante, porque mostra que os nossos irmãos africanos que foram enganados ou metidos à força na tropa colonialista, aprenderam muito com a própria experiência e estão decididos a sair honrosamente da situação indigna e vergonhosa que os colonialistas lhes orlaram” (Cabral, 2013a, p. 144).

Assim, ao contrário do que defendem alguns autores, as motivações que levaram os comandos africanos a ingressar nas FAP na Guiné não estão, necessariamente, relacionadas com uma identificação ideológica com o regime colonial português (Gomes, 2013, p. 127), não foram sustentadas por um entendimento politizado da guerra, nem têm na sua origem divisões étnicas que tendem a polarizar o apoio dos fulas ao exército colonial e dos balantas à guerrilha do PAIGC (Spínola, 1970; Chabal, 1983; Cabral, 1984; Afonso & Gomes, 2000; Temudo, 2008; Tomás, 2008; Rodrigues, 2010a; Amado, 2011; Green, 2016)¹¹³. Estas hipóteses, que a escassa bibliografia sobre o tema tem levantado ao longo dos anos, não são consubstanciadas na pesquisa realizada no âmbito desta tese, nem pelos testemunhos recolhidos e apresentados no final dos capítulos 2, 3 e 4, e tendem a afunilar uma realidade ampla e complexa, bem como a reforçar divisões que, de forma mais ou menos implícita, tanto as FAP como o PAIGC tiveram de promover para poderem continuar a angariar apoios para a luta.¹¹⁴

Estas divisões foram alimentadas pela política promovida por Spínola que dividia para poder governar, mas também por Amílcar Cabral que se, por um lado, apelava à unidade e à dissolução das diferenças étnicas em prol de uma Guiné unida contra o colonialismo; por outro, não escondia a sua especial admiração pelos balantas:

Nesta sociedade do mato, grande número de balantas pegou na luta e não é por acaso, não é porque os balantas são melhores que os outros.

¹¹³ Os fulas e balantas são, de acordo com os censos populacionais de 2008, as duas etnias maioritárias na Guiné-Bissau. Os fulas são geralmente referidos como as chefias locais intermédias, historicamente aliadas do regime colonial — na sua maioria comerciantes a quem interessava uma estabilidade que permitisse continuar a fazer negócio; já os balantas, maioritariamente camponeses dependentes do cultivo de arroz, são rotulados como os grandes apoiantes da guerrilha anticolonial e aqueles que mais opressão sofreram por parte dos portugueses (Chabal, 1983, p. 69), e são considerados pelo PAIGC como o "motor da revolução" (Tomás, 2008, p. 161).

¹¹⁴ Na Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África, na qual é apresentada a história da tropa comando, é referido que, em 1964, foi ministrada instrução a companhias de milícias fulas em Catió e que estas companhias foram a base, anos mais tarde, do recrutamento dos elementos que viriam a integrar as Companhias de Comandos Africanos (Alves et al., 2008, p. 483). No entanto, todos os testemunhos apresentados nos pontos 3.4 e 4.4 dos capítulos 3 e 4 não vão neste sentido, dando conta de que estas companhias eram compostas por elementos de todas as etnias e de várias regiões da Guiné.

É por causa do tipo de sociedade que eles têm, sociedade horizontal mas de homens livres, que querem ser livres, que não têm nenhuma opressão em cima, a não ser a opressão dos tugas. (...) Já entre Fulas e Manjacos não é assim. A grande massa que sofre de facto é a de baixo, os trabalhadores de terra, os camponeses. Mas entre eles e os tugas há muita gente. (...) Essas são sociedades que têm classes: classe dirigente, classe de artesãos, classe de camponeses. (Cabral, 2014, pp. 75, 76)

As motivações que, depois de obrigados a integrar as FAP, levaram os comandos africanos a abraçar a causa portuguesa estarão muito mais relacionadas com a figura de António de Spínola do que com qualquer motivação de cariz ideológico. O então governador foi o único a bater-se para que as tropas locais tivessem o mesmo salário das metropolitanas¹¹⁵ e pela “criação de um exército regular africano coerente que fosse um espelho do metropolitano” (Coelho, 2002, p. 140) e dizia:

Estou activando a crescente africanização dos quadros das unidades africanas (...) as Companhias de Comandos africanos do Exército são totalmente comandadas por africanos, embora tenham um mínimo de enquadramento administrativo de um supervisor europeu. Pretendo africanizar nos mesmo moldes o último destacamento de Fuzileiros levantado (...) Aqui tens, meu caro, a minha proposta, que se enquadra num plano de progressiva substituição dos Destacamentos de Fuzileiros metropolitanos por Destacamentos de Fuzileiros africanos com um mínimo de enquadramento europeu. E assim caminharemos para a solução do problema ultramarino português, que tu sentes tão bem como eu. (Rodrigues, 2010b, p.116)

Spínola promoveu a criação de dois destacamentos de fuzileiros, reorganizou as companhias de comandos existentes e reintegrou todos os comandos locais em companhias compostas apenas por africanos. Fez promessas de igualdade e reconhecimento à população local e foi o responsável por fazer nascer uma “elite militar africana”, em quem projetou a possibilidade de vir a formar o “embrião de futuras Forças Armadas da Guiné independente, mas integrada no espaço português” (

Afonso, 2005, p. 204 e 205). Nunca o Estado colonial esteve tão presente na Guiné como no período spinolista, ao ponto de ter sido com o eclodir da guerra e o envio maciço de tropas metropolitanas que se pode identificar o momento em que mais portugueses viveram no território, como já se mencionou no ponto 2.4 do capítulo 2.

¹¹⁵ Reivindicação que nunca chegou a ser feita em Angola e Moçambique.

Foi também aos comandos africanos que Spínola dedicou uma mensagem de agradecimento especial, antes de ter deixado a Guiné e abandonado o cargo de governador:

“E embora as minhas palavras sejam para todos, sem distinção de origem ou hierarquia, elas destinam-se em especial aos soldados e marinheiros europeus e africanos. (...) Dirijo-me também aos africanos que encontraram, finalmente, na justiça, na valorização e dignificação humana o caminho da verdadeira independência, e que por ele optaram empunhar as armas. E dentro de vós, a primeira palavra é para os “Comandos Africanos” que se cobriram de glória em defesa do “chão” português da Guiné e das suas martirizadas gentes. Formulo votos para que o vosso ânimo não esmoreça na luta para a construção de uma fraterna comunidade luso-africana, em cujo seio os guineus se sintam conscientes da sua dignidade de homens e orgulhosos da sua qualidade de cidadãos livres. (Spínola, 1973, pp. 619-621)

Spínola prometeu proteção, melhores condições de vida e igualdade de tratamento a uma população vulnerável, com um objetivo bem definido em vista: a construção de um Estado federal¹¹⁶. Defendeu que resolver o problema ultramarino e construir uma comunidade lusófona não passaria por abandonar os territórios em África àquilo a que chamou de “soberanias duvidosas”, pois, defendia, não representavam os interesses das populações africanas (Spínola, 1974, p. 150 e 151). Para tal, instrumentalizou a cisão entre guineenses (a quem dizia defender) e cabo-verdianos (que apontava como os representantes do PAIGC) e, com base nela, construiu o campo de batalha no qual os guineenses se teriam de debater para serem “donos” do seu destino. Queria que os negros tomassem conta dos desígnios do território, em colaboração com os brancos que já ali viviam, projetando nos comandos africanos a defesa da ordem:

Haverá, assim, que fomentar e dar expressão às verdadeiras elites africanas dentro de um contexto assente nas estruturas tradicionais, que terão de evoluir por síntese natural em ordem a evitar-se a anarquia tribal a que por essa África se assiste. Essas elites africanas devem ser progressivamente solicitadas aos diversos níveis e sectores da administração pública e da actividade privada, dispondo os governos regionais de autonomia suficiente para prover às necessidades específicas do desenvolvimento sem condicionalismos atrofiantes. (Spínola, 1974, p. 169)

Não prevendo um cenário como o que se verificou depois da independência, Spínola manipulou e movimentou os homens que fizeram parte da tropa de elite africana na Guiné como peões. O seu plano era que o conflito evoluísse para

¹¹⁶ Para tal, contou com o apoio de homens da sua confiança como Almeida Bruno, Carlos Fabião, Lemos Pires, Mário Firmino Miguel, Carlos Azeredo, Manuel Monge, Casanova Ferreira, considerados o “grupo spinolista” e que vieram a ter um papel importante durante a descolonização da Guiné (Bernardo, 2007, p. 214).

uma guerra que oporia “um exército africano semelhante ao português às forças do PAIGC” (Gomes, 2013, pp. 132-133). Mesmo depois do 25 de Abril de 1974, quando tomou posse como presidente da República, não desistiu de o tentar pôr em prática e adiou ao máximo o reconhecimento da independência das colónias, tornando-se alvo de críticas.

Em relação à Guiné, a situação tinha contornos diferentes dos outros territórios, pois a independência, proclamada pelo PAIGC em 24-9-1973, fora reconhecida por quase uma centena de países. António de Spínola, ao fazer exigências que nunca seriam aceites por aquele partido, acabaria por manter um impasse prolongado e demasiado arriscado, face às realidades existentes no terreno. À semelhança do sucedido em outros territórios africanos, era notória a desmotivação dos militares portugueses para continuar a guerra, depois do golpe de 25 de Abril. (Bernardo, 2007, p. 109)

Foi também porque as suas ambições se revelaram impossíveis de realizar que abandonou o cargo de presidente da República em setembro de 1974, com um discurso proferido a partir de Belém no qual disse:

Esteve no espírito do Movimento das Forças Armadas definir, concreta e objectivamente, uma política ultramarina que conduzisse à paz entre os Portugueses de todas as raças e credos, objectivo que o anterior regime se revelou totalmente incapaz de atingir. Essa política definimo-la nós, ao estabelecer inequivocamente e com geral aceitação os princípios programáticos do processo de descolonização que o mundo e os homens de sã consciência reconheceram válidos. Toda essa política e conseqüente processo de descolonização foram deturcados, numa intenção deliberada de os substituir por medidas antidemocráticas e lesivas dos interesses das populações africanas. (...) O meu sentido de lealdade inibe-me de traír o Povo a que pertenço e para o qual, sob a bandeira de uma falsa liberdade, se estão preparando novas formas de escravidão.¹¹⁷

É neste contexto que os homens que integraram o Batalhão de Comandos Africanos da Guiné deixam de ocupar um lugar de privilégio, de ser vistos como os futuros guardiões do território. Passaram, assim, a ser figuras incómodas, que personificavam a primeira tentativa sólida e organizada de formar uma estrutura local com capacidade para representar o Estado português na Guiné, num possível cenário onde as tropas metropolitanas se retirassem. Por tudo isso, com a chegada do PAIGC ao poder, não poderiam representar outra coisa senão uma ameaça:

Os dirigentes dos movimentos de libertação temiam esses militares a dois níveis, em primeiro lugar, porque eles podiam constituir uma ameaça militar, um exército oponente, e em segundo, mesmo que

¹¹⁷ Diário do Governo n.º 228/1974, 1.º Suplemento, Série I de 30 de setembro de 1974 — mensagem de renúncia do general António de Spínola ao cargo de presidente da República a 30 de setembro de 1974.

aceitassem integrar a “nova ordem” eles iriam concorrer com eles pelos lugares de comando e chefia, para os quais estavam tecnicamente mais habilitados, o que era insuportável para os vencedores. No fundo, eles representavam a realidade que era necessário destruir para construir uma outra, e foram o bode expiatório que justificou a violência utilizada pelos vencedores para imporem a sua lei e demonstrarem o seu poder. Os vencedores dos movimentos de libertação tinham por objectivo não só criar um Estado, mas governá-lo. Governar o novo Estado era a recompensa natural para quem tinha feito a guerra de libertação. (Gomes, 2013, p. 133)

Os conflitos eram enormes. Como integrar no mesmo exército pessoas que se opuseram durante todo o tempo? Era extremamente arriscado qualquer integração nas Forças Armadas. Não vejo como viável. Na sociedade, está claro, eles como naturais da Guiné tinham direito de viver na Guiné. Portanto, seriam cidadãos comuns como outros quaisquer. Teriam dificuldades de se integrar? Certamente. Os processos pós-guerra são processos complicados que temos dificuldades de compreender ou de apreender na sua totalidade. Porque há o aspeto físico, há o aspeto económico, mas há também o aspeto mental — o que é que as pessoas estão a pensar, do que é que estão a desconfiar, os fantasmas, os pesadelos etc. De modo que é de gestão difícil; para entender isso devemos pensar que são fenómenos, situações de gestão muito complicada. (P. Pires, comunicação pessoal, 10 dezembro, 2017)¹¹⁸

Os comandos africanos da Guiné foram, durante os últimos anos em que o território esteve subjugado ao regime colonial, o substrato de uma estratégia de convencimento e subversão que os conduziu até ao “supremo sacrifício da vida”, fazendo-os “sentir que se morre com uma finalidade, ou mais claramente por um objetivo suscetível de ser atingido” (Rodrigues, 2010a, p.99). Ainda que para muitos o fim da guerra tenha significado um alívio, o terminar de um “trabalho” a que estavam sujeitos; o facto de, num cenário de independência, serem os principais representantes de uma solução neocolonial, e consubstanciarem o projeto spinolista de um Estado federal, fez deles alvo de perseguições e chacinas, sujeitos que ficaram entre duas nações que os repeliram e lhes negaram o direito a serem cidadãos:

*No tempo da guerra, eram os comandos que davam as maiores canseiras ao PAIGC, que mais matavam, que ousavam enfrentá-los. Por isso, sentiram raiva de nós. Tinham ódio, muito ódio. Fizeram-nos passar muito mal. Os portugueses perderam a guerra e foram embora, disseram-nos que iam ajudar a quem quisesse ir, mas quem não arranhou meios, paciência. Pagaram-nos uma vez só, está aqui escrito. Disseram que iam voltar, mas, até agora, não vieram. Não cumpriram a promessa, não vieram. Não podemos fazer nada. **Braima Bari, soldado da 3.ª CCmds Africanos da Guiné***

¹¹⁸ Cf. anexo 9.

Naquele tempo pensávamos que o PAIGC não tinha razão. Pensávamos. No fim é que vimos que os portugueses foram embora e nos deixaram com a nossa gente. Se eles tivessem razão, não tinham ido embora, estariam aqui, não é assim? Quantos anos os portugueses colonizaram a Guiné-Bissau? Cinquenta e tantos anos. Ir à Embaixada de Portugal na Guiné é igual a zero. Já lá fui, mas nem para registar os meus filhos; disseram que não tinham tempo. Galé Jaló, soldado da 3.ª CCmds Africanos da Guiné

Com a conquista das independências, o lugar que as tropas africanas ocuparam na hierarquia militar durante a guerra determinou a forma como foram tratados pelos novos poderes. As tropas especiais, sobretudo os comandos africanos, foram as mais perseguidas, e a Guiné-Bissau o país onde houve uma menor integração destes homens na nova ordem política — enquanto em Moçambique os antigos militares portugueses tiveram de fazer pedidos de desculpa públicos para se libertarem do seu passado¹¹⁹, em Angola foram absorvidos pelos três movimentos de libertação (MPLA, UNITA e FLA) que competiam entre si, na Guiné tornaram-se alvo de perseguições e execuções sumárias (Coelho, 2002, p. 149), como se aprofundará nos capítulos 5 e 6.

3.4 Testemunhos para uma outra História

3.4.1 A entrada para a tropa

Depois de se jurar proteger a pátria, começava-se a receber a palavra dos comandos, o emblema, a boina e o punhal. Mas houve alguns que não conseguiram acabar o curso, foram eliminados por problemas de respiração e tosse. O comando tinha sangue quente, mas era sempre frio. Estivemos em Bolama a fazer a instrução militar e um sargento e um alferes de Bissau foram recrutar voluntários: “Aqueles que quiserem ir para os comandos, que levantem o braço.” Eu quis ir porque tinha visto os homens da 1.ª companhia e era muito bom. Em Fá Mandinga fizemos nove meses de instrução e dois meses de treino operacional para aprender a combater. Quando se ia para uma operação e a ração de combate acabava, cada um é que sabia como iria sobreviver: matar uma pomba ou alguns pardais, assá-los e comê-los; se alguém ficava doente,

¹¹⁹ Segundo João Paulo Borges (Coelho, 2002), muitas das antigas tropas especiais oriundas do centro do país estavam conectadas com o movimento de Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO), que se opunha à Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO).

tínhamos os comprimidos que levávamos na ração de combate, misturados com um bocado de sal. Depois de os tomar, não se sentia sede. **Serifo Djau, soldado da 2.^a Companhia de Comandos Africanos da Guiné**

O meu pai era professor e alguns dos seus alunos foram para a mata com o PAIGC. Por esse motivo, a PIDE perseguia-o. Quando entrei para a tropa pensei: “Isto vai acabar, o meu pai vai deixar de ser levado para a esquadra.” Calhou ter ido para os comandos africanos, não interessava se tinhas ido à escola, só interessava se sabias mexer na arma, havia oficiais que não sabiam ler nem escrever, mas eram oficiais. Fomos 200 homens, ficámos 80, todos fizeram o curso da 1.^a Companhia de Comandos Africanos. Jurámos bandeira em Bissau, e depois fomos para Fá Mandinga, ao pé de Bafatá. Ficámos lá um ano e tal a tirar o curso, íamos para as operações no mato e, quando voltávamos, continuávamos o curso. Queríamos a independência, mas estávamos com o Exército português porque, assim, tínhamos muita comida em casa. **Abdulai Djaló, soldado da 1.^a Companhia de Comandos Africanos da Guiné**

Fui para a tropa com 26 anos. Fiz a inspeção em Bissau e, como estava bem, passei. Em Bolama, escolhiam um certo número de pessoas para irem para os comandos. Se o teu nome saísse na lista, tinhas que ir, levavam-te, tiravam-te da formatura. Se dissesse que não ias, perguntavam-te porquê. Fui obrigado, contra a minha vontade. Eu queria acabar a tropa em Bolama. Não fiquei contente quando soube que o meu nome tinha sido escolhido, mas não podia recusar. Fiquei lá até 74, quando acabou a guerra. Quando chegavas aos comandos, tinhas que fazer a instrução, mas, se fizesses malandrices, se dissesse que estavas cansado e querias ser eliminado para regressar, não aceitavam. A instrução era dura, tinhas que aguentar, preparavam-nos bem. Consegui ser furriel pelo meu comportamento — observavam o comportamento durante a instrução, para ver como é que tu eras. Se tivesses um bom comportamento, viam que eras um homem valente, sem medo... Não era a todos que dão o grau de furriel, davam a cinco ou seis ou sete. Entrei na 3.^a companhia, mas cheguei a Bissau e mudaram-me para a 1.^a companhia. Era lá que estava quando a guerra acabou. As operações mais difíceis, mais perigosas, que fiz

foram as de Cobia, Canquelifá e Cumbanghor — aquilo era um fogo mesmo grande, que ficava quase um dia inteiro. Os brancos tinham mapas, tinham bússolas, tinham tudo, sabiam o sítio para onde íamos; se fosses e não chegasses ao destino, eles sabiam. Caminhávamos dois, três, quinze dias no mato a comer ração de combate. Arranjavam sardinhas, pão, aquele pão grande. Não podias ter medo, como é que ias fazer? Não matávamos ninguém diretamente, mas trocávamos tiros. Eles disparavam, nós disparávamos. Nos comandos havia todas as etnias da Guiné: fula, balanta, manjaco, felupe, bijagó, estavam todas. **Armando Paulo Sambú, furriel da 1.ª Companhia de Comandos Africanos da Guiné**

Chamaram-me para a tropa em 1966, mas só fui em 67 — tive de falar com o meu pai e o meu irmão para me deixarem ir, porque um homem da polícia perseguia-me. Tinha 19 anos: vivo ou morto, era obrigado a cumprir o meu dever. Fui forçosamente para os comandos; por minha vontade, não tinha ido. Queriam formar uma companhia de comandos africanos para acabar com a guerra e a tropa especial era muito melhor do que a tropa normal, tinha outro método: podia atuar em todas as partes, tinha todas as soluções. O salário que ganhava era só para comer, para paródias, não interessava para mais nada. Naquele tempo era jovem, não pensava mais à frente. Nos tempos de descanso não vinha para casa, ia passear na mota com o meu primo. Se nós tivéssemos serviço, tínhamos de nos apresentar; se não houvesse uma operação, então cada um ia para a sua casa. **Paulo Rodrigues, 2.º sargento da 1.ª Companhia de Comandos Africanos da Guiné**

Quando uma pessoa caía na emboscada, abria fogo. Agora, dizer que matei ou não matei, não sei. Nunca vi um homem ter uma mão tão certa como o capitão João Bacar, ele atirava e acertava no chapéu que estava cabeça das pessoas. O primeiro morto que eu vi na mata, fiquei quase uma semana com trauma, deitava-me na cama e não conseguia dormir. Uma vez fui ferido em combate, levaram-me para o hospital militar e vi que havia lá tropas sem pernas, sem braços, sem olhos. Puxei pela cabeça e pensei: “Djaló, isto não é vida, tu também

podes vir a ficar assim.” **Abdulai Djaló, soldado da 1.^a Companhia de Comandos Africanos da Guiné**

A operação “Mar Verde” é aquela de que mais me lembro até agora, foi muito dura. Foram comandos, fuzileiros e paraquedistas — quase todos os fuzileiros e paraquedistas eram brancos, havia poucos pretos; levámos seis barcos e tínhamos apoio aéreo de Cabo Verde com o Mirage, um avião americano que levava bombas; eles é que olhavam por nós. Libertámos os portugueses, pusemo-los num barco e levaram-nos. Quando chegaram a Lisboa foi uma festa. Nós tínhamos conhecimento de que Cabral não estava lá, se estivesse e saísse à rua, teria sido morto, mas Deus ajudou-o. Acabou por ser morto pelos próprios guerrilheiros. **Joaquim Boquindi Mané, furriel da 1.^a Companhia de Comandos Africanos**

A operação que me marcou mais foi a de Cumbanghor. Foi a primeira vez que fui para fora do país fazer uma ação de guerra. Fomos queimar a base do PAIGC e regressámos; a segunda foi a operação a que chamámos “Mar Verde”. Fui lá para não voltar, tive medo de morrer, estava preparado para isso. Não fomos informados de nada, levaram-nos para a ilha de Soga e ficámos lá três dias. Mostraram-nos todos os planos para Conacri, onde íamos atuar... O nosso capitão, João Bacar Djaló, recusou: “Nunca enviarei os meus filhos para serem todos mortos em Conacri.” Mas o comando-chefe do Estado-Maior deu-lhe um ultimato: “Ou vocês vão, ou todas as tuas tropas são postas no barco, o barco é armadilhado e ficam lá todos.” Tivemos de ir. Não me deixaram ir com nenhum tipo de fardamento que identificasse Portugal — o fardamento veio de fora, o armamento veio de fora, a comida veio de fora, até os cigarros vieram de fora. Sentia que não ia regressar, assim como outros colegas que foram e não regressaram. Tinha medo que o submarino viesse interpelar-nos no caminho e desse cabo de nós todos antes de chegarmos a Conacri. Mas chegámos ao porto, descemos, cumprimos a missão e regressámos. **Mamadou Camará, soldado da 1.^a Companhia de Comandos Africanos da Guiné**

*A operação de que me lembro com mais força é a Conacri. Spínola viu que a situação estava um pouco rija, levou-nos para onde não queríamos ir, fomos obrigados. Íamos perdendo a vida nessa brincadeira. O objetivo da operação era libertar os portugueses. Num primeiro momento, os portugueses presos não acreditaram que éramos comandos, porque vestíamos o fardamento do outro partido: farda, botas, armas. Deus ajudou: descobrimos aqueles portugueses todos e tirámo-los, eles apanharam o barco e nós ficámos. Chegaram a Bissau e foram para Lisboa, nós fomos os últimos a voltar. **Luís Sambú, soldado da 1.ª Companhia de Comandos Africanos da Guiné***

Entreí na milícia que servia para defender o povo porque o PAIGC atacava as aldeias, incendiava-as e matava a população, e o Exército português começou a formar a milícia. Posso dizer que a morte do meu pai foi um acidente — o PAIGC atacou o quartel, lançou o morteiro e matou-o. Fui obrigado a ir para o serviço militar — a partir dos 20 anos tínhamos de ir para a tropa, senão a PIDE prendia algumas pessoas dizendo que eram formadores do PAIGC. Aos 20 anos, fiz o recrutamento em Bolama, depois fui voluntariamente para os comandos, aí todos eram voluntários. Fui porque na altura éramos obrigados a ir para a tropa e os comandos eram um exército especial, tinham muita fama. A maioria não foi para a tropa por vingança ao PAIGC, mas nem todos os guineenses queriam entrar para a fileira do partido. Enquanto estive nos comandos, ninguém da minha família foi ameaçado, porque estavam todos dentro do quartel — na Guiné, havia um quartel em muitas aldeias. Fizemos o treino operacional, com balas verdadeiras. Quando somos jovens, nunca temos medo, nem vemos o perigo. Se um jovem fosse para o mato a chorar, no regresso à aldeia, como é que os colegas o iriam olhar? A instrução era muito dura, havia mortos e feridos. No nosso tempo, qualquer pessoa que ficasse ferida na instrução não servia para os comandos. Tínhamos um hino, um grito de guerra — “Mama suma”. Quando um gritava “mama”, outro respondia “suma”. Na minha companhia, recordo-me de haver todas as etnias. Só depois do 25 de Abril, quando o PAIGC entrou, é que começou a haver conflitos entre etnias, mas no nosso tempo não, no nosso tempo havia disciplina. Pode dizer-se que os conflitos foram uma criação do PAIGC; começaram a partir da independência.

Havia cabo-verdianos, mas eram minoritários. Os cabo-verdianos não eram guineenses, eram portugueses como nós, e nasceram em Cabo-Verde. Juldé Djaguité, furriel da 2.^a Companhia de Comandos da Guiné

O PAIGC estava no mato. Nós juntámo-nos aos portugueses, fomos os filhos que foram obrigados a ir para a tropa — se tinhas 20 ou 22 anos, tinhas de ir. Fui obrigado, o meu nome saiu na lista da administração. Fiz a inspeção militar em Bafatá em 1969, os médicos disseram-me que estava apurado para todo o serviço militar e que tinha de esperar que me chamassem, não havia dia certo. Quem não fosse apurado estava isento do serviço militar. Em 1970 fui para a tropa e fiquei até 74. Nós, pretos, fazíamos três anos, os brancos faziam só dois e iam embora. Mas se te dessem galão, ficavas cinco anos. Nem todas as pessoas de Gabu com o nome na lista foram para os comandos; viam a qualidade de homem. Fiz a recruta já nos comandos, primeiro era soldado, depois passei a furriel. Nós, na primeira companhia, não éramos voluntários. Esses eram os que viam a nossa ação, a nossa farda, as nossas brincadeiras — todos queriam ser comandos e marchar também para o povo ver. Os nossos comandantes eram homens de classe, homens fortes, e os que estavam aqui queriam isso. Não fiquei contente quando me escolheram, não sabia o que eram os comandos, explicaram-me no dia em que cheguei. Já tinha ouvido histórias — ouvi dizer que um comando não fugia ao perigo, amava os chefes, era um intelectual. Não eram homens meninos, ser comando não era brincadeira. Tinhas de ser rápido, ágil, ter uma mão com mira certa; o disparar um tiro — tá! — tinha de cair. Eu, se for hoje caçar rolas, disparo e mato duas ou três. Na instrução, diziam que cada bala tinha o nome, não ousávamos disparar à toa.

A instrução era difícil, muitos morreram lá. Aprendíamos a disparar, a guiar um carro, a saltar de um helicóptero. Nos comandos havia uma mezinha que nos davam para não termos medo. Punham comprimidos num bidão de 200 litros com água, bebíamos daí todos os dias, durante a inspeção, para ter coragem. Se tivéssemos medo, vinha-nos a coragem. Alguns pensavam que era droga e não bebiam, mas disseram-nos: “Não é droga, é para te dar coragem.” Na companhia onde eu estava havia de tudo: mandinga, balanta, manjaco, papel, felupe, fula. Só os comandos usavam farda justa, os outros vestiam largas,

usávamos botas de cabedal — uma farda bonita, bonita, bonita, bem preparada, cintada ao nosso corpo. As raparigas andavam atrás de nós, o tempo todo. Nos dias de marcha, tínhamos festa, iam ver-nos ao Palácio da República; enchia-se de pessoas até ao mar. A marcha dos comandos era diferente das outras, nós não corríamos, todos nos olhavam. Ó pá, aquilo era formidável, era uma coisa bonita. No mato combatíamos, na cidade gostavam de nós.

*O objetivo dos comandos era ganhar a guerra. O chefe dizia: “Vamos ganhar a guerra, não vamos perder. Cada um tem de ter coragem.” Os chefes também eram corajosos, um deles tinha estado na Guerra do Vietname, outro na guerra de Angola, outro saiu de Moçambique e veio para a Guiné. Diziam-nos: “Se vamos, vamos para o objetivo. Para as operações instantâneas só chamavam os homens de verdade. **Joaquim Boquindi Mané, furriel da 1.ª Companhia de Comandos Africanos da Guiné***

Sou carpinteiro, fazia mobília: camas, mesas, cadeiras, portas, guarda-fatos, cómodas e outras coisas. Quando fui para a tropa tinha 23 anos, já era casado e tinha uma filha, que está em Portugal. Quando o meu nome saiu, não queria ir porque tinha acabado de me casar; mas tive que ir, à força, não era vontade de ninguém. Em 1970 estava a trabalhar nas oficinas navais e recrutaram-me: apresentei-me, fiz a inspeção e levaram-me. Foi no dia 20 de janeiro de 1970 que eu entrei, depois fiz o recrutamento cá em Bissau na 15.ª Companhia de Comandos. Jurámos bandeira no Campo Sacramento Rodrigues — Sou português, juro!” “Por ti, Portugal, eu juro!” —; depois mandaram-nos para Fátima Mandinga. Se não fosse, o Governo português matava-me, faziam-me o que quisessem. Nunca quis cumprir a vida militar, mas tinhas de ir, custasse o que custasse. É a força da guerra: todos os que fossem chamados para a tropa tinham que ir cumprir a missão como cidadãos portugueses. Ninguém se podia esconder, se o fizesse, a mãe ou o pai poderiam ser presos. Eras um fugitivo. A guerra da Guiné não foi como a de Angola e Moçambique, era uma coisa muito intensa — os homens do PAIGC estavam fortes, as tropas portuguesas também estavam muito fortes. As tropas especiais não foram voluntárias, na 1.ª Companhia de Comandos fomos obrigados. Fiz a preparação durante três meses, mas não consegui continuar.

O treino era muito forte: saíamos às sete da noite e ficávamos até às duas horas de madrugada no mato; fazíamos ginástica das cinco da manhã ao até meio-dia; tínhamos só duas, três horas de descanso. Morria-se porque nos treinos eram balas reais. Nós saíamos de Bissau à procura deles no mato. Eram espertos, são homens como nós, estavam preparados com boas armas, escondiam-se por todo o lado. A guerra que fazíamos era de militares contra militares, não fazíamos tiro contra as tabancas. Quem ia para o mato e não morria, chegava ao quartel e fazia uma festinha, a cantina estava aberta: quem queria beber uma cervejinha, bebia; quem queria beber um vinho tinto, bebia; quem morria, perdia. A operação que mais me marcou foi a de Cubucaré, estivemos lá quatro dias, sem comer, sem beber água, tiroteio intenso em todo o lado. O avião que levava a ração de combate não podia pousar no chão, largavam-na lá de cima. Isso me marcou, morreu muita gente. Em ambas as partes houve mortes. O PAIGC sofreu, nós também sofremos; e guerra é assim. Eu escapei, graças a Deus.

Não aguentei porque tinha os pulmões um bocadinho carregados, bati num pau, senti-me mal, e disse ao comandante "não posso aguentar o curso", pedi para sair dos comandos e saí. Naquela altura, quem queria sair, saía, não era obrigatório ficar. Os que foram para o lado do PAIGC, foram porque tinham possibilidade de ir; eu nunca pensei ir para lá, não ligava à guerra, para mim era uma coisa inválida, era só preciso sentar, conversar e, no fim, cada qual ficava do seu lado. A guerra destrói, não traz nada de bom, muitos e muitos homens morreram. Qual é o benefício que isso trouxe para as suas famílias na Guiné e em Portugal? Qual foi o benefício para eles? Só prejuízo. Fiquei na tropa 36 meses, até acabar a minha comissão. Não quis continuar porque tinha muito que fazer. Era um profissional, tinha outras coisas para fazer. Depois de três anos, acabou a missão e, pronto, entreguei a farda, procurei a minha vida, estava livre.

Julião Correia, soldado da 1.^a Companhia de Comandos Africanos da Guiné

Nasci em Mansoa. Depois da quarta classe, só fazia lavoura e futebol. Era futebolista, extremo-esquerdo, na equipa dos Balantas. Joguei quase até ir para a guerra; com a vida militar, tinha de se deixar o futebol. Naquele tempo em que fui enganado, jogar à bola é que era o meu trabalho — correr os 100 metros, fazer preparação. Aos 19 anos, fui para a vida militar, lançavam o teu nome no

*Comité de Estado e saías — quisesses ou não quisesses. Tive de deixar a bola. las para os comandos porque te escolhiam, se tu não prestasses, se perdesse o fôlego, não aguentasses, eliminavam-te e mandavam-te para outra companhia. Os portugueses tinham um curso de comandos em Fátima, eu apanhei a primeira companhia, escolheram 200 homens e foram eliminando. Como jogava à bola, era forte, estava rijo. As operações eram um pouco chatas, passavas uma semana no mato. **Luís Sambú, soldado da 1.ª Companhia de Comandos Africanos da Guiné***

Em 1964, tinha sete anos, comecei a fazer serviço nas milícias à noite. Se fosses menino, ias à força. Não te atrevas a não ir, se recusasses, acusavam-te de estar com gente má — havia o medo de dizerem que estavas com o PAIGC, logo tinhas que estar perto do quartel para sobreviver. Se tivesses a tua farda, a tua arma, não diziam que tu eras isto e aquilo. Isso era o que obrigava uma pessoa a ir para a tropa naquele tempo. Depois, como tinha documento, chegou a altura de ir para a vida militar. Fui para a vida militar por minha vontade, quando saías para ir para a tropa, a pertença às milícias acabava. Saímos de Farim e fomos para Bissau, diretamente para os comandos. Fizemos aquela instrução, terminámos e voltámos para Bissau. Estive na 2.ª Companhia de Comandos Africanos até ao fim da guerra. Luís Hernâni, deram-me esse nome lá; até então era Quecói Turé. O PAIGC não vinha à cidade — uns estavam só com o PAIGC no mato, outros só com os portugueses na cidade. Naquele tempo não sabia o que se passava, só sabia que estávamos em guerra. Os comandos eram sempre voluntários. Faziam uma lista com os nomes das pessoas e, quando eras chamado, diziam-te: “Fica aqui. Precisamos de ti para ir para Fátima.” Logo vinha um camião, subíamos e partíamos. Tinha 14 anos quando fui para Fátima. Naquele tempo, os comandos tinham aquela fama, éramos jovens, tínhamos coragem, não era qualquer um que era escolhido: se estivesses doente, não ias; se te faltasse um órgão, não podias ir. Em Fátima havia treinos pesados. No primeiro dia — se a memória não me falha — tivemos dois mortos, tinhas que ser rápido, cuidadoso, lá utilizavam mesmo armas. Quando te diziam “sai!”, se não saíesses rápido apanhavas um tiro, estás a ver? Não podíamos ter medo. Nos primeiros dias é difícil, mas depois de um mês, dois

meses, habituas-te. Na formatura, de manhã, explicavam como é que os comandos deviam andar na vida, que não podia praticar abusos com ninguém e tinha de se saber vestir. Havia muitas etnias: fula, mandinga, manjaco, papel. No tempo da guerra, só voltava à tabanca nas férias; em Bissau, ficava na casa do meu irmão mais velho — ele também foi militar português, mas morreu em Portugal. **Luís Hernâni Quecói Turé, soldado da 2.^a Companhia de Comandos Africanos da Guiné**

Quando entrei para a tropa não tinha mulher nem filhos, fui chamado em 1968, mas só fui em 71. O meu pai disse-me: “Tens que ir cumprir a vida militar. Todo o cidadão tem que cumprir a vida militar.” E assim fui. Fomos para a recruta em Bolama durante dois meses, e depois fomos para Fátima Mandinga fazer o curso de comandos. Como o meu pai sempre foi do Estado, eu não podia deixar de cumprir a vida militar. **Serifo Djau, soldado da 2.^a Companhia de Comandos Africanos da Guiné**

Nas operações, os comandos iam em grupo, com a companhia ou com um batalhão. Éramos um grupo armado. Encontrávamos o PAIGC no mato, às vezes encontrávamos alguma população, mas eram poucas pessoas. Na maioria das vezes, só havia guerrilheiros no mato e a guerra era contra eles.—Disparar um tiro quando encontramos alguém, sim, é uma guerra, mas prender e matar não. Um jovem com 22 anos de idade quando tem uma arma na mão está confiante, não pensa na morte.—Tinha sempre confiança de que ia vencer, mas quando via um colega apanhar com uma bala, era fácil lembrar-me que, se calhar, eu também podia ser apanhado. Naquele momento nós não sentíamos que íamos perder a guerra. **Lamarama Djaló, furriel 2.^a Companhia de Comandos Africanos da Guiné**

Quando entrei para a tropa, trabalhava nas obras militares, estava em Cuntima quando o meu nome saiu. Naquele tempo, para ir, tinhas que ter bilhete de identidade da Guiné; fi-lo, um cartão só de um ano, e o meu nome saiu. Disse ao meu pai: “Vou mesmo, mas para te defender. Se não for assim, vão-te matar.”

Saí de Farim e fui para Bissau, um barco grande veio-me buscar. Chegou aqui e embarcou-nos a todos os de Farim que iam para a tropa. Éramos muitos! Mil e tal. Quando chegámos a Bissau, embarcámos noutra navio que ia para o centro de recrutamento de Bolama, estivemos lá dois meses e 15 dias. Em Bolama dividiram-nos e escolheram as pessoas que queriam levar para comandos. No juramento da bandeira juravas pela parte dos portugueses — “juro pela minha pátria”, cruzas os braços, lês o código e, quando terminas, pões-te em sentido. No dia em que jurámos a bandeira, o Spínola deu a mão a cada pessoa, fui com ele à operação de Canquelifá; ele foi no helicóptero, não andou muito, mas desceu, falou com as pessoas lá e regressou. Ele era bom para os comandos, sempre nos apoiou, punha-nos como os primeiros homens na Guiné-Bissau. Era um grande homem e um grande guerreiro.

Na recruta, havia um furriel que me disse: “Vou-te mandar para os comandos, tu não te mexes; se fores para os comandos, vais ser obrigado a mexer-te.” Eu disse-lhe: “Deixa-me, não me leves para os comandos”, porque naquele tempo os comandos morriam; cada vez que iam para uma operação, muitos deles regressavam mortos. Jurámos bandeira e chamaram-me logo. Chorei, não queria ir. Pensei: “Bom Deus existe, nada de mal me vai acontecer.” Depois de dois dias no quartel dos comandos em Bissau, disseram-nos que íamos para Fá Mandinga, para a 1.^a companhia. O João Bacar Djaló morreu nesse dia, até interrompemos a viagem para assistir ao seu funeral. Chegámos a Fá Mandinga, lá havia um quartel grande, e dividiram-nos em grupos, cada grupo um tinha 25 homens. Os treinos eram fortes — de dia e de noite. Estivemos um ano naquela terra, só no curso de comandos. Fazíamos muitos exercícios: flexões, movimentos com as armas... Havia gente que morria nos treinos, mas na nossa companhia só tivemos um morto na recruta, no rio de Bafatá: fomos fazer a instrução de mar, ele entrou no rio, não sabia nadar, engoliu água e afogou-se. Ficou lá, mas depois apareceu e fomos enterrá-lo. Alguns também levaram tiros e houve um a quem uma granada lhe rebentou nas mãos e destruiu-as completamente — esse está em Lisboa.

Eu tinha uma mezinha que o meu pai me fez, uma corda que se amarrava ao corpo, à volta da cintura, para as balas não me atingirem no mato. Se Deus ajudasse, livrava-me das balas. Os comandos estavam sempre à frente, de 1971

até 74, quando a guerra acabou, os comandos fizeram muitas operações. Nunca fizemos mal à população — éramos, muitas vezes, todos do mesmo sítio, como é que lhes íamos fazer mal? Se matávamos alguém no mato era sem querer. O meu pai disse-me: “Vais para a tropa. Se matares alguém, vais ser morto e não te tornarei a ver.” Por isso, eu nem ousava disparar; quando disparava, apontava só para o ar. Não tinha coragem. **Malam Samá, soldado da 1.ª Companhia de Comandos Africanos da Guiné**

Não houve nenhuma operação que me tivesse marcado em especial. Éramos jovens, não sentíamos nada. Tudo o que se fazia era debaixo de camaradagem. Havia muita camaradagem nos comandos.... Ainda hoje, quando nos encontramos com colegas nossos, somos como irmãos. Entre brancos e pretos não havia discriminação, nada. Nunca vi os comandos a serem violentos com civis, pode ser que tenha acontecido, mas eu nunca assisti. Quando prendíamos um civil, passavam dez, 20 dias, e não o soltávamos — isso é verdade, mas fazer mal? Os próprios comandantes não deixavam, éramos castigados. Não podíamos fazer mal a mulheres e crianças desarmadas. **João Séco Mané, furriel da 1.ª Companhia de Comandos Africanos da Guiné**

Nunca matei uma pessoa. Quer dizer, na guerra, faziam-se emboscadas, abria-se fogo e não se sabia se morreu ou não; mas a olho nu, nunca. Nem torturar, porque eu fui criado pelos padres, na casa deles, não gosto dessa coisa de maltratar pessoas. Não tinha medo, mesmo que tivesse, tinha de ir na mesma. **Paulo Rodrigues, 2.º Sargento da 1.ª Companhia de Comandos Africanos da Guiné**

Fui para as milícias porque apareceu um capitão que apanhava as pessoas e as matava. O PAIGC queimou a nossa aldeia, saímos de lá e fomos para o quartel. Mas, no quartel em que estávamos, também estava o tal capitão que prendia e matava. Ninguém sabia onde é que começou a guerra, nem onde iria acabar. Ninguém sabia que o PAIGC fazia a guerra para libertar a Guiné. Só víamos que a guerra rebentou, feriu pessoas e levou os nossos familiares mais velhos, e isso

custou muito. Se eu soubesse, teria ido para o lado vencedor, de qualquer maneira, o que eu defendi foi a pátria portuguesa. O colonizador português tinha o domínio de tudo, cumpríamos as suas leis. Quando fui para a tropa, tinha a quarta classe e na tropa estudei até à sexta. Naquele tempo, os comandos eram as pessoas mais famosas na Guiné. A operação de Canquelifá foi a última que fiz, uma operação muito dura porque tivemos 25 comandos feridos. Púnhamos os mortos no helicóptero e traziam-nos. Não havia contacto nenhum com o PAIGC, como é que vais contactar o teu inimigo durante os disparos? Quando íamos para uma operação o major estava no avião e apontava os locais por onde passar.

Eu tinha a patente de sargento de milícias, chamaram-me e perguntaram-me se queria ir para os comandos e disse: “Vou.” Nós pavoneávamo-nos com a farda de camuflado bem tratada, boina, botas. Quando nos vestíamos e saíamos, todo o mundo se detinha a olhar para nós. Quando vínhamos de carro, não dizíamos ao carro para parar, saltávamos e ficávamos de pé. Na vida de comando, não estávamos dentro do quartel, o nosso maior trabalho eram as operações. Depois de terminar cada operação, davam-nos uma semana de repouso, em casa. Se soubéssemos que o PAIGC ia ganhar a guerra, ninguém teria ido para o Exército. Porque aqueles que lutavam eram pretos como nós, o que eles procuravam era a independência para nós. Então, se nos juntássemos, teríamos tido maior força. Mas como não sabíamos, aquilo atraiu-nos. **Lamine Camará, soldado da 2.^a Companhia de Comandos Africanos da Guiné**

Quando o meu nome saiu para ir para a tropa, quisesses ou não quisesses, tinha de ir. Era o que a lei dizia. Por isso, é que digo que fui forçosamente, mas não me vieram prender, isso não. Entrei nos comandos em 1970 e fiz 24 meses como operacional. Ao fim de 24 meses, se quisesses saías. Eu queria ser civil, não queria dedicar a minha vida à guerra. Quando saí da tropa, ainda nem o 25 de Abril era sonhado. Não me lembro do dia do juramento de bandeira; para mim, foi um dia normal, de trabalho, não tive nenhuma felicidade. Vivia em Bissau e fui para a tropa, em Brá. Depois de Brá, fui... como é que dizem... esqueci-me já do nome daquela terra. Fá! Fui para Fá Mandinga, foi lá que fizemos a especialidade. Com 21 anos entrei diretamente para os comandos, para a 15.^a

Companhia de Comandos, depois fomos passados para a 1.^a Companhia de Comandos Africanos. Alguns pediram para ir para os comandos, mas não era assim com todos. No fim da instrução, perguntavam quem é que queria ser comando; eu, pelo menos, não levantei a mão. Naquele tempo tinha um grande cabedal — a preparação era altamente forte. Tínhamos um furriel, branco, não me lembro do nome dele... mas foram os guineenses que me deram instrução. Havia um outro sargento, chamava-se Teixeira, se fôssemos para o mato e nos perdêssemos, dizia-nos que folhas é que podíamos chupar para matar a sede. Como é que não havia de me lembrar dos tempos no mato? Foi duro, de facto. Não gosto de falar do que nós fizemos, do que se passou. Vais com o destino de guerra, tens de guerrear: se não matas, outro pode matar-te. Querendo ou não querendo tens de disparar. O João Bacar Djaló morreu na minha presença em Tite, só vi o helicóptero a vir buscá-lo e a levá-lo.

*No quartel, não havia diferença entre nós e os brancos. Só se fosse dia de descanso é que não ias para lá. Nos tempos livres ia divertir-me, fazer agricultura... naquele tempo, fazia muitas coisas. Quando o dia chegava, pagavam. Vivia normalmente como qualquer pessoa, mas quando me vias a passar sabias que era uma pessoa bem-parecida. Agora já não valho nada, estou doente há anos, sem tratamento. **Fernando Cabral, soldado da 1.^a Companhia de Comandos Africanos da Guiné***

Uma das vezes, quando chegámos a Tite, até pedimos ao comandante lá da região para nos dar géneros para cozinarmos à nossa maneira: estávamos habituados a arroz com carne, arroz com peixe, óleo de palma, aquela coisa toda, e eles faziam comida de Portugal. Mas mesmo os brancos vinham pedir: “Eh, pá, deixa-me provar um bocadinho.” Éramos diversas etnias. Havia pessoas muito sentimentais nos comandos, que não queriam fazer mal a ninguém; mas também havia pessoas robustas, que tinham coragem. E essas duas coisas davam um choque lá dentro. Os comandos eram máquinas de guerra, foram formados só para a guerra — um assalto, um ataque, era brincadeira. Nós, soldados, tínhamos um bocadinho de medo porque nunca entrámos na guerra. Éramos jovens... a maioria tinha 18, 19, 20 anos. Cada um conta a sua história, mas dizer que os comandos chegavam à população e abriam tiro... isso não é

*verdade. Chegar a uma povoação onde está povo e abrir fogo contra aquelas pessoas? Os comandos não faziam isso. Não, no meu tempo. Pode ser que tenha acontecido, mas não meu tempo. Porque é que iríamos deitar fogo para eles? Fui incorporado em 70, mas havia comandos que entraram antes, quando ainda estavam misturados brancos e pretos. Fazíamos assaltos de helicóptero e bombardeamentos... A gente dava, mas também levava, levava muito. Tantos ataques de quartéis que houve, em que o PAIGC vinha atacar de noite quando estavam lá pessoas, tanta população que morreu. **Abdulai Djaló, soldado da 1.ª Companhia de Comandos Africanos da Guiné***

Em 72, fiz o curso de comandos. Nós dávamos o nosso nome para ir para os comandos — vinham a Quebu, chamavam-nos e afixavam uma lista no quartel. No dia em que nos chamaram, entregámos as armas, fomos para Bissau e tirámos o curso em Fá Mandinga. Estivemos lá um ano, regressámos a Bissau e começámos a combater. Fui eu quem deu o nome, queria ir. Os comandos eram bons, tinham fama, ensinam-te a combater e ficas a saber defender-te de muitas coisas; podes fazer a guerra. Quando havia alguma coisa, diziam-nos que íamos para tal zona e nós preparávamo-nos. Levávamos muitos materiais de guerra — armas, granadas. Os comandos iam em grupos de 25 homens, e tínhamos um alferes por grupo. Quando íamos para o mato, dividiam-nos, olhavam para o mapa e diziam: “Este alferes vai para ali com o seu grupo, tal alferes vai para lá... Fiz a instrução em Fá Mandinga, na região de Bafatá. Os exercícios eram muito complicados, era preciso uma força grande. Fazíamos ginástica, ensinavam-nos a disparar, ordenavam-nos: “Deitem-se, rastejem com força, arrastem-se rápido, levantem-se depressa.” Ensinavam-nos muitas coisas: como deves fazer quando és ferido no mato, quando os mantimentos se acabam... Havia pessoas que morriam lá, que apanhavam com tiros, mas não tínhamos medo, continuávamos. A guerra era forte, mas nós não tínhamos medo de nada. Íamos ao marabu para ele fazer um amuleto para nos proteger, para não termos nenhum acidente, dávamos-lhe alguma coisa e ele arranjava-nos um amuleto para pôr no corpo. Andávamos por todo o lado: Sul, Norte, Leste, por toda a Guiné. Quando íamos para o mato não atirávamos contra os civis, encontrávamo-los, mas não atirávamos contra eles. Só contra a tropa do PAIGC,

só com eles é que combatíamos: fazíamos fogo uns contra os outros. Não matávamos mulheres, não matávamos crianças, só soldados. Nas operações, havia brancos, mas não muitos — às vezes, andávamos com um capitão português, ele é que mandava na companhia. No quartel havia brancos e pretos, estávamos todos juntos. Conheci bem o Spínola, fazia bons discursos para os comandos, para que nos empenhássemos, que éramos uma grande ajuda.

Braima Bari, soldado da 3.^a Companhia de Comandos Africanos da Guiné

Vieram tomar-nos e fomos para a instrução lá em Bolama. Em Bolama escolhiam-te — viam quem era mais competente e iam para Fá Mandinga, para o centro de instrução militar dos comandos. Escolhem-te e perguntam-te se estás apto para ir, dizes “sim” e levam-te. Não te obrigavam a ir — perguntavam-te se querias fazer a instrução de comandos, e levavam-te. Antes de ir eu tinha visto outros comandos: o fardamento e a instrução eram bons, foi o que me levou: a maneira como estavam belamente fardados, muito bem equipados. Eram os homens mais poderosos. A qualquer parte perigosa nós íamos — de helicóptero, fazíamos assalto e voltávamos no mesmo dia. Éramos corajosos, recebemos uma formação muito dura e sem piedade. Naquele tempo, a guerra estava muito forte, em qualquer parte de perigo em que houvesse embaraço, eram os comandos quem ia. Se apanhássemos o inimigo no mato, trazíamos-lo; houve muitos que prendemos, perguntávamos-lhe se tinham parentes, se tivessem, eram devolvidos, não os tratávamos mal. **Mário Umaru Sani, soldado da 1.^a Companhia de Comandos Africanos da Guiné**

Nunca me ofereci para ir para os comandos. Quando fomos para o Centro de Instrução em Bolama, era tudo malta jovem, corríamos 15 km, fazíamos flexões, e depois mediam-nos as pulsações e selecionavam as pessoas. Muitos dos que tinham dado o nome não chegavam ao fim dos treinos e tinham de selecionar outros. Depois fui e gostei, fiz amizades. A tropa comando era tropa bruta, mas era tropa muito amiga. Lá dentro, toda a gente se trata como irmão, havia entreajuda. Fizemos seis meses de instrução e mais três meses de treino operacional para receber o crachá, ao todo foi um ano de curso. Alguns foram sendo eliminados — por comportamento ou por falta de preparação física, outros

*ficaram. Corríamos desde Fá Mandinga até Bambadinca — íamos e voltávamos, no total eram 36 km por dia em pleno mês de abril à hora de almoço. Não era para toda a gente, alguns caíam. Se alguém ficasse mais de duas vezes pelo caminho, já não servia. Havia quem morresse durante o curso. No rio onde passa a ponte na entrada de Bafatá? Muitos colegas morreram aí: nós atravessávamos o rio a nado, com tiros pelo meio. Mas tiros verdadeiros, não eram fingidos. Tínhamos de nadar e passar para o outro lado do rio, com equipamento de combate e tudo. Preparavam-nos para sabermos, desde logo, que a morte era natural. A maioria de nós éramos miúdos que nunca tinham dado um tiro, mas habituámo-nos. Também lançávamos granadas, às vezes quatro vezes por dia. Um jovem de 20 anos não tem medo, quando a pessoa pensava em ir embora, havia sempre um colega que dizia “aguenta”. Às vezes tínhamos cinco, seis dias de férias e aí esquecíamos-nos, voltávamos fresquinhos. Depois, no final do curso, havia uma festa, uma formatura, davam-nos o crachá, na altura não havia boinas e diziam: “A partir de agora já são comandos.” O treino físico era só preparação, no treino operacional aprendíamos a combater, dentro da mata, no silêncio. Os comandos eram capazes de passar um dia inteiro sem falar, só por sinais. Éramos a tropa mais bem vestida, havia rigor, não podíamos andar como um bandalho, sujos, nada disso. A roupa era apertadinha, tratávamos o camuflado por Sr. Camuflado, não era por tu, como na tropa normal. **João Séco Mané, furriel da 1.ª Companhia de Comandos Africanos***

Em 1963, fui para as milícias e entrei nos comandos em 72. Gostava dos portugueses, estávamos aqui, fomos nós que construímos esta cidade, este alcatrão. Trabalhei em todo o lado: participei na construção da ponte do Saltinho, com um balaio à cabeça, a deitar areia no caminho. Paguei imposto durante oito anos, depois entrei na tropa. Não me revoltava: Estado é Estado; agora passo pior do que no tempo colonial. Toda a minha família estava aqui, em Quebo, ninguém foi para a mata. Um sargento da 18.ª companhia chamou-me e disse-me: “Tens que dar o nome nos comandos ou nos fuzileiros, se não, vais para a ilha de Caravela. Dei o nome; pediam cinco pessoas. Recebemos a farda em Bissau e fomos diretamente para Fá Mandinga, começar a instrução. Se estivesses em boa forma, se fosses rápido, se te vestisses bem, ias. Ah, naquele

*tempo, tinha boa forma! Veja só a caderneta.... Corria este campo de aviação aqui em Quebo quatro vezes, ida e volta de manhã. O treino dos comandos era duro: largavam-nos do helicóptero, cinco metros sem paraquedas sem nada, diziam-nos só “abre a porta”; de carro, o mesmo, a 80 km à hora, saltavas para o chão com arma e tudo, o carro não parava para os comandos. Depois de três ou quatro dias, acostumávamo-nos e deixávamos de ter medo, não queríamos que os colegas dissessem “este é covarde”. No nosso quartel do batalhão de comandos só havia oficiais brancos de alta patente, o resto era tudo africano. Os comandos brancos, se viessem, tinham a sua caserna à parte. Não me vou esquecer de como se apresentava a arma até ao dia em que morrer. Se me desse uma arma agora, ia ver uma coisa bonita: punha-me em sentido, arma ao ombro, descansar a arma, apresentar a arma. Era diferente para os oficiais de alta patente e de baixa patente. De manhã, fazíamos formatura com o capitão e era ele que nos dizia “têm uma operação”. Não sabíamos para onde é que íamos, só quando chegávamos ao local. Vestíamos o camuflado — calça terylene, camisa branca, boina, sapato de couro — não tínhamos outra roupa. Quando saíamos para uma operação, cada um ia ao seu armário com chave — era lá que estava guardado todo o material de guerra, não o levavas para casa, ficava no quartel. Os comandos não eram tropa normal: comíamos no quartel e dormíamos em casa; quando íamos a uma operação, davam-nos ração de combate. Não havia distinção entre etnias, quem é que não estava lá? Estavam balantas, fulas, mandingas, bijagós, gente da fronteira... felupes! Os comandos ganhavam mais do que a outra tropa normal, tinham dinheiro e prestígio. As mulheres diziam: “Aqui chegou o macho.” Uma vez, passámos 12 dias em Gabu e, quando regressámos, tínhamos 75 mulheres à nossa espera no porto, atrás dos jovens comandos. Deus ajudou, até a guerra acabar não fui ferido e hoje estou aqui. **Galé Jaló, soldado da 3.ª Companhia de Comandos Africanos da Guiné***

Capítulo 4 | Descolonização e promessas por cumprir

Nascemos como qualquer português. Essa razão obrigou-nos a sermos incorporados como mancebos “cidadãos”, para cumprirmos o serviço militar obrigatório. Muitos saíram desse serviço, com quadro de honra (...). Quanto à independência nunca fomos ouvidos, nem tão pouco as nossas vidas e os nossos interesses foram defendidos. Lembramos que na Guiné havia 17 mil militares portugueses nascidos na Guiné, enquanto do lado do então inimigo apenas existiam cinco ou seis mil homens. Estes foram ouvidos e até negociados. Digam-nos onde está a justiça. (...) Nunca houve uma única voz que nos defendesse das represálias.¹²⁰ (Bernardo, 2007, p. 228)

A saída de Portugal dos territórios ocupados em África não foi consensual (Aguiar, 1977) e decorreu ao longo de pouco mais de um ano¹²¹ num processo “pantanosos e armadilhado” (Gomes, 2017, p. 22) ao qual na Europa se dá o nome de “descolonização”, e em África de “libertação”.¹²² Se, por um lado, as reuniões que decorreram entre 1974 e 1975 com os movimentos de libertação da Guiné, Angola e Moçambique não davam grande margem para negociações — a ameaça da retomada da guerra era um risco que o frágil Governo Provisório nomeado pela Junta de Salvação Nacional não queria correr; por outro, os ciclos de decisão em Portugal dividiam-se entre a linha spinolista, que ambicionava constituir uma federação lusófona que incluísse os territórios africanos, e os que defendiam o fim da guerra e uma saída total do continente. “São as tensões entre estes dois grupos — os spinolistas e o núcleo inicial do movimento dos capitães — com um objectivo comum: o fim do regime, mas distintas visões sobre o futuro de Portugal e o das colónias, que estarão desde o início até ao fim no centro do processo revolucionário em Portugal e da descolonização” (Gomes, 2017, p. 16). Este capítulo debruçar-se-á sobre um universo muito específico deste contexto: o desmantelamento do Batalhão de Comandos da Guiné (BCmdsG), cuja

¹²⁰ Documento apresentado na reunião preliminar para a constituição da Associação Portuguesa dos Antigos Combatentes da Guiné, formalmente constituída a 29 de março de 1995 em Queluz, de acordo com o DR 184/95 de 10/8/1995.

¹²¹ A independência da Guiné foi reconhecida por Portugal a 10 de setembro de 1974, a de Moçambique a 25 de junho de 1975 e a de Angola a 11 de novembro do mesmo ano.

¹²² Durante o Simpósio Internacional Aristides Pereira, que decorreu na cidade da Praia, Cabo Verde, entre 16 e 18 de novembro de 2017, ao utilizar o termo “descolonização”, durante uma apresentação, um dos presentes questionou-me e defendeu que a expressão correta a ser utilizada é “libertação”, ponto de vista que acolhi e ao qual quis dar eco nesta tese.

criação foi previamente enquadrada no capítulo 4, e o destino para o qual foram atirados os homens que o constituíam depois da saída das FAP do território.

4.1 O desmantelamento do Batalhão de Comandos Africanos da Guiné

Depois da vitória dos movimentos de libertação de Angola, Moçambique e da Guiné-Bissau e Cabo Verde e do 25 de Abril de 1974, a Guiné-Bissau foi o país que mais rapidamente chegou a um acordo de independência com Portugal, a 24 de setembro de 1974¹²³. Desde o início das negociações entre o PAIGC e o Estado português, em maio de 1974, até à assinatura do Acordo de Argel, a 26 de agosto do mesmo ano, o “problema dos comandos”¹²⁴ foi alvo de especial preocupação por ambas as delegações¹²⁵:

As indicações que levava do general Spínola eram muito claras e eram as mesmas que tinha recebido, na Guiné, o major Carlos Fabião: aceitação pelo PAIGC de que ninguém tocava nos Africanos, não só nos oficiais e sargentos do Batalhão de Comandos Africanos, como nos comandantes das milícias, que tinham cerca de 20 000 homens, com insígnias e uniformes próprios, e que tinham sido comandados pelo major Fabião. Nas nossas conversas com o PAIGC ficou sempre assente que haveria uma integração desse pessoal: não iam, com certeza, continuar a ser oficiais e sargentos, isso percebia-se, mas seriam reabsorvidos como civis. (Bruno, 1995, p. 85 e 86)

Considerados traidores de raça e de classe, estes homens tornaram-se os principais alvos da violência originada pela africanização das Forças Armadas Portuguesas durante a Guerra Colonial/de Libertação na Guiné-Bissau (Gomes, 2013). Uma das peças mais delicadas de mover no tabuleiro de xadrez político onde se jogou a libertação/descolonização deste território porque levantavam dois níveis de preocupação: 1) podiam constituir uma séria ameaça militar; 2) se integrassem o novo Estado, estavam tecnicamente mais habilitados para os lugares de comando e chefia do Exército (Gomes, 2017, p. 25).

¹²³ O reconhecimento formal foi feito a 10 de setembro de 1974, mas 24 é o dia em que o PAIGC decidiu assinalar o acontecimento por se tratar da mesma data em que, um ano antes, tinha sido declarada unilateralmente a independência da Guiné. A cerimónia decorreu nas matas do Boé: a delegação do Governo português era composta por Almeida Santos, ministro da Coordenação Interterritorial; Jorge Campinos, secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cruz Salazar, secretário de Estado da Saúde e o major Hugo dos Santos, do Movimento das Forças Armadas e outros elementos do Partido Comunista Português (Silva, 2017, p.271).

¹²⁴ Fonte: Acordo de Argel (cf.cf. anexo 13).

¹²⁵ Os fuzileiros africanos, também tropas especiais, “foram desmobilizados e integrados nas suas comunidades de origem sem retaliações” (Gomes, 2017, p. 25).

Conquistada a independência do país, os comandos africanos das FAP ficaram num limbo identitário, um entre cá e lá onde não eram desejados em nenhum dos lados: para o novo Governo da Guiné, representavam a contranação; para Portugal, um fardo pesado para resolver. Personificavam seres à margem das identidades nacionais-modelo que ambos os países queriam integrar, e a partir das quais fazerem-se perceberem, e punham em cheque o ideal de Estado-nação uno e indivisível. Por confrontarem ambos os projetos nacionalistas com as suas próprias divisões internas e trazerem à tona a heterogeneidade dos sujeitos que os constituíam (Bhabha, 2004b, pp. 209-217), foi-lhes negada a possibilidade de serem cidadãos de plenos direitos.

Ao atingir-se o “cessar fogo de facto” esse mesmo conjunto [tropas africanas], que dispõe de alguns chefes de prestígio e de uma importante capacidade bélica, representa, apesar de se não encontrar coeso, uma grande incógnita para todas as forças políticas interessadas no processo de descolonização da Guiné. Com efeito: **a.** para o Governo Português uma aliança desta força africana com o PAIGC poderá provocar uma retirada precipitada das nossas tropas ou a aceitação de condições impostas pelo PAIGC que possam ser lesivas do prestígio nacional. Ainda para o nosso Governo, um entendimento desta força com as correntes políticas que se opõem ao PAIGC (FLING, LPG-MDG) poderá conduzir à rotura das negociações já encetadas com o PAIGC e à destruição da imagem favorável que Portugal vai ganhando na Comunidade Internacional (...) **b.** para o PAIGC ele [o conjunto de tropas africanas] representa uma importante força armada que, aliada à FLING e aos interesses internacionais que apoiam aquele agrupamento político, e com ou mesmo sem a ajuda das autoridades portuguesas, poderá dificultar em extremo o enquadramento de toda a população despolitizada que até aí viveu sob a autoridade portuguesa. Uma segunda hipótese que inquieta a cúpula do PAIGC é a de que esta força africana, chegando a um entendimento com as forças combatentes do PAIGC preponderantemente guineenses, elimine dos quadros políticos do partido os cabo-verdianos que ali ocupam posições dominantes. **c.** para as correntes políticas adversas ao PAIGC (FLING-LPG-MDG) a força africana, constitui o único aliado armado com que contam para enfrentarem uma evidente oposição ao PAIGC a determinadas situações de privilégios e se oporem a previsíveis represálias daquele Partido sobre os seus militares activos. **d.** Para os oficiais guineenses do Batalhão de Comandos Africanos (BCA) esta força africana, enquanto coesa, constitui importante factor de pressão para obterem do PAIGC garantias quanto à segurança pessoal e à integração dos seus componentes na sociedade da nova Nação e para, junto do Governo Português, alcançarem como contrapartida da sua desmobilização, as maiores vantagens económicas possíveis. (c.f anexo 10)

Pouco depois do 25 de Abril, as companhias de comandos metropolitanas que operavam na Guiné regressaram a Lisboa, Raul Folques deixou o comando do Batalhão de Comandos da Guiné (BCmdsG) para dar lugar a Florindo Morais e,

em maio, Carlos Fabião ocupou o cargo de governador-geral¹²⁶. Quando chegou pela primeira vez ao quartel de Brá, onde estava aquartelado o BcmsG, Florindo Morais recorda ter sido recebido pelo capitão Zacarias Saiegh¹²⁷ num ambiente de grande tensão:

Afinal, eles estavam mesmo convencidos que iriam ser os futuros comandantes das tropas da Guiné após a independência! E a partir daí começou a minha principal acção como comandante e mentalizador. Iniciei um programa de reuniões diárias, de manhã à noite, em que ia procurando fazer-lhes ver a realidade, explicando-lhes o que tinha acontecido e estava a acontecer, qual ia ser o destino da Guiné: a independência e, obviamente, qual seria o seu papel na futura sociedade civil. Foram horas infindáveis de reuniões que afinal de muito pouco servira. Recusavam-se a aceitar a realidade e exigiam que o General Spínola cumprisse a sua promessa: a Guiné para os Guinéus, e exigiam mesmo a sua presença para lhes fazer a entrega da Guiné. (Bernardo, 2007, p. 293 e 294)

De acordo com o mesmo relatório anteriormente referido, a 14 de junho de 1974, furriéis e praças das CCmds Africanos da Guiné encontraram-se com o encarregado do Governo português na Guiné, onde manifestaram aceitar o PAIGC e reconhecer a luta do partido pelo povo, mas não abdicavam de vir a desempenhar um papel importante no futuro do país, sublinhando que “não pretendiam ir embora mas sim ficarem e trabalharem na reconstrução da Guiné”. Nesse encontro, pediram para ter uma delegação própria a representá-los nas negociações, considerando-se os mais bem posicionados para interpretar as reações dos membros do PAIGC, que diziam conhecer “melhor do que ninguém”. Num comunicado público emitido a 15 de julho¹²⁸ (cf. anexo 10), o Batalhão de Comandos apelou também a que todas as tropas africanas se aliassem em seu torno, por se tratarem da unidade “detentora dos militares africanos mais graduados e experientes”, salientando que não eram políticos, mas sim militares “unidos para a realização dum fim digno e justo, na comunhão

¹²⁶ “Respeitado, mas carregando o peso do ‘spínolismo’, Carlos Fabião chegou a Bissau a 7 de maio de 1974, duas semanas depois do 25 de Abril, para substituir Eduardo Mateus da Silva. Levava (...) uma missão em três pontos atribuída por Spínola: (1) Negociar o cessar-fogo; (2) Tratar o PAIGC como um partido igual aos outros, que ele incentivou a apresentar-se em Bissau; (3) Promover um referendo com vista a uma solução federativa. (...) Rapidamente percebeu o desajustamento da realidade das determinações de Spínola e perfilhou as teses do MFA na Guiné. (...) No ponto em que a situação política e militar se encontrava na Guiné, em maio de 1974, tratava-se apenas de encontrar uma situação exequível, com os menores custos possíveis para o reconhecimento da independência da Guiné-Bissau e transferência de poderes para o PAIGC” (Gomes, 2017, p. 20 e 21).

¹²⁷Zacarias Saiegh, capitão graduado, comandou a 1.ª Ccmds Africanos.

¹²⁸ Relatório CAP 33/74 citado no relatório que relata o desarmamento das tropas africanas das FAP, a que tive acesso no arquivo pessoal de um soldado africano que prefere não ser identificado.

de ideias com todos os nossos irmãos, filhos da mesma terra, atirados uns contra os outros por um regime político fascista-colonialista”. Por esta mesma altura, um grupo de ex-elementos do Centro de Operações Especiais (COE)¹²⁹, comandado por Marcelino da Mata¹³⁰, divulgou um comunicado¹³¹ em Lisboa onde recriminava e contrariava as declarações de elementos das tropas africanas que manifestaram apoiar o PAIGC porque, defendiam, tendiam a generalizar a ideia de que as forças africanas se recusavam a combater o partido porque se identificavam com ele.

As cisões faziam-se sentir e a independência da Guiné não introduziu, ao contrário do que defende Fanon (2015, p. 95), quando se refere à guerra de libertação dos territórios colonizados em África, “em cada consciência a noção de causa comum”. Foram formuladas propostas que tinham em vista a desmobilização das milícias e tropas africanas, sugerindo que cabia ao Exército português promover a readaptação “ao seu meio sócio-familiar e a reconversão dos seus componentes de para-militares e militares em agentes integrados na estrutura produtiva” e a propaganda da FLING foi proibida, o PAIGC considerou a presença de membros deste partido com sede no Senegal indesejável e a sua presença foi, desde logo, considerada uma ameaça (Golias, 2017, p. 197). As suspeitas de que os comandos africanos estabeleceram com este partido uma aliança que poderia pôr em causa o Governo do PAIGC parece, no entanto, não ter um sustento sólido: “[os comandos africanos] não pertenciam à FLING nem a qualquer outra organização nacionalista, constituindo um agrupamento de característica semi-política, mas que estava gradualmente a degradar-se em virtude de os seus elementos terem sido dispersos pela circunstância do exílio” (Sambu, 1989, p. 65).

Ainda assim, e à medida que o BCmndsG começou a ver o seu potencial de força a diminuir, a desmobilização das tropas africanas suscitou “graves apreensões” e a situação era considerada “preocupante” pela delegação portuguesa:

Pelas atitudes que o Batalhão de Comandos tem vindo a tomar tem ficado claro que pretende conjugar à sua volta todas as Unidades Africanas da Guiné, de modo a alcançar uma posição de força face ao

¹²⁹ Fala-se da diferença entre este grupo e os homens que integraram as três CCmnds Africanos da Guiné no capítulo 3 e 5.

¹³⁰ Quando se deu o 25 de Abril, Marcelino da Mata encontrava-se em Lisboa.

¹³¹ Comunicado público emitido a 15 de julho, é um anexo do relatório n.º 33/74 da CAP.

PAIGC que permita aos seus elementos (na grande maioria profissionais da guerra) assegurar uma posição vantajosa na Guiné independente. Esta posição é compreensível da parte de indivíduos que têm a noção de que num futuro de paz será difícil manterem a situação económica privilegiada que actualmente desfrutam. No entanto, neste momento tal posição contraria objectivamente a política governamental pois opõe-se à desmobilização das milícias e tropas regulares africanas, (que é inevitável) contra a liberdade de acção do Governo (comprometendo a manobra de contracção do dispositivo e dificultando o entendimento com o PAIGC, que evidentemente não tenciona suportar o fardo de tão numerosos efectivos) e perpetua ao Governo Português um importante encargo financeiro. (cf. anexo12)

Confrontado com a resistência dos comandos africanos à desmobilização das tropas, Florindo Morais diz ter chamado ao quartel, a 30 de julho, uma delegação militar do PAIGC para uma reunião de modo a “amainar os ânimos” e debaterem “como seria o futuro no pós-independência”. Um encontro que recorda ter terminado num “clima de grande afectividade, com juras e abraços”, mas no decorrer do qual, veio mais tarde a saber, o tenente Queta Jamanca¹³² perguntou: “Já assisti à independência de vários países em África. Em todos eles o que vi foram homens dependurados nas árvores, mulheres violadas, crianças mortas. Será que na Guiné vai acontecer o mesmo?” (Bernardo, 2007, p. 295 e 296).

Com o objetivo de proteger estes homens e as suas famílias de represálias futuras, foi levantada a possibilidade de levar oficiais e alguns sargentos e praças para continuarem a vida militar em Portugal e, tendo isso em vista, o 2.º comandante do BCmdsG, Glória Alves, ficou encarregado de abrir uma lista de inscrições, para que aqueles que não quisessem ficar na Guiné pudessem dar o nome:

Em determinada altura recebi ordens do comando para fazer uma lista do pessoal do B.Cmds/G., que estivesse interessado em ir para a Metrópole e continuar a prestar serviço ao Exército Português. As condições propostas eram as seguintes: podiam fazer-se acompanhar das respectivas famílias e seriam reintegrados no actual posto (...). Estas instruções foram transmitidas pela cadeia de comando do batalhão e a adesão foi média. Recordo-me que, entre cerca de 600 militares (200 por companhia) que constituíam o batalhão, ofereceram-se para seguir para a Metrópole cerca de 200 militares. (Bernardo, 2007, p. 300).

Nesta sequência, ainda no mês julho, Carlos Fabião decidiu adiantar até 31 de dezembro de 1974 os salários de todos os africanos que combateram ao lado

¹³² Abdulai Queta Jamanca foi um dos guineenses a receber instrução de comando em Angola e foi comandante da 1.ª CCmds Africanos da Guiné.

de Portugal na Guiné, prometendo-lhes que seriam informados sobre o futuro no primeiro dia do ano de 1975, data na qual se deveriam apresentar no quartel (cf. anexo 7). Depois disto, relatam as chefias militares, muitos dos que se tinham inscrito para serem transferidos para Portugal desistiram, como testemunha Glória Alves:

Das diligências para providenciar transporte a quem queria ir para a Metrópole, interessa referir que, dos 200 nomes de militares interessados em fazê-lo, e que perante mim se inscreveram, fui sendo contactado individualmente, no meu gabinete do Quartel, por cada um dos inscritos, no sentido de riscar o seu nome, porque tinham decidido ficar. Isto até ao riscar do último nome. (Bernardo, 2007, p. 300)

Segundo Florindo Morais, esta foi uma atitude motivada por Carlos Fabião que terá ficado “pouco agradado” com a possibilidade de enviar estes homens para Portugal (Bernardo, 2007, p. 296). Carlos Fabião não corrobora estes testemunhos¹³³, havendo, ainda que sem nenhuma evidência, outras possíveis explicações relatadas como a possibilidade do capitão Saiegh se ter reunido com familiares seus do PAIGC e estes o terem convencido a ficar, garantindo-lhes que os comandos se tornariam tropa de elite (Golias, 2017, p. 199).

Entretanto, num documento¹³⁴ que apresentou no BcmdsG (Pereira, 2003, p. 911 e 912), o PAIGC salientou ser a ideologia, e não a força das armas, que punha o partido e as tropas africanas das FAP em posições opostas, deixando claro que os interesses que estes homens queriam ver salvaguardados não encontravam eco no novo Governo da Guiné-Bissau. O partido salientou que o único direito que lhes seria reconhecido era o de “servir o povo e a terra sem nenhum compromisso de ordem material”:

(...) o PAIGC tem um exército de paz, não estava interessado num exército clássico e, por isso, muitos elementos dos BCAG têm de ser desmobilizados. Recusa o posicionamento deste grupo como terceira força política; e as graduações dos comandos africanos que dizem

¹³³“Eles [os comandos africanos] disseram-me que não, que era a terra deles, a história deles, e queriam ficar. E ficaram. [Depois] Mataram-nos. Não a todos, porque já encontrei aqui em Portugal dois ou três. Sabe que ainda hoje penso que no PAIGC devem ter aproveitado a altura do 11 de Março¹³³... para começar a arranjar um pretexto para proceder a esses fuzilamentos... (...) No próprio dia 11 de Março, estava eu já em Lisboa e telefona-me de Bissau um dos dirigentes do PAIGC a comunicar-me que o 11 de Março tinha raízes na Guiné, que tinham até prendido uma série de pessoas. Perguntei como era isso, o que significava etc., e ele disse-me apenas que estavam a fazer averiguações... Entretanto, mete-se o ‘Verão quente’ e eu, dado estar aqui envolvido em muita confusão, não dei tanta atenção à Guiné, como devia... E soube mais tarde que eles tinham fuzilado uns quantos... Claro que não os mataram a todos... Só milícias eram cerca de nove mil” (Avillez, 1994, p. 184).

¹³⁴Este documento é referido no relato da 3.^a sessão das conversações efetuadas entre as delegações de Portugal e do PAIGC.

respeito ao exército português não serão transferidas para as novas estruturas do exército. (cf. anexo 10)

O posicionamento dos homens que integraram o BCmdsG sofreram muitos reveses ao longo de todo o processo. Inicialmente, em meados de junho, furriéis, oficiais e praças dos comandos africanos exigiam um papel de relevância na reconstrução da Guiné-Bissau e ambicionavam integrar as Forças Armadas do novo país¹³⁵:

(...) os soldados deste Batalhão oferecem resistência à desmobilização argumentando que o trabalho que fizeram foi superior ao do PAIGC. Não só lutaram pela liberdade como defendiam as famílias face à ameaça dos “tugas”. Destacam serem uma força reconhecida em todo o mundo. Posta a hipótese de terem de enfrentar o PAIGC, os soldados afirmam que nunca lutariam contra o Partido, só contra os “tugas” que lhes fizeram promessas que agora têm de cumprir. Quem os criou agora que os extinga. E ameaçam desencadear acções violentas se isso não for cumprido. (cf. anexo 10)¹³⁶

Cerca de um mês depois, em julho, recuaram, pedindo para “passar à disponibilidade”, com reivindicações muito mais modestas: ao Governo português solicitavam “as regalias que entenda que eles merecem e as pensões de reforma, invalidez e sangue” e “cursos de formação profissional acelerada, capazes de lhes assegurar o futuro”; ao Governo da Guiné-Bissau “a garantia de igualdade de direitos em relação aos outros cidadãos e a salvaguarda da integridade física”. “De um modo geral, todos vêm com apreensão o futuro e afirmaram que, no caso de haver represálias, fugiriam todos para o mato onde iria haver ‘muito sangue’”.¹³⁷ Pouco antes do desmantelamento do BCmdsG, a Comissão de Assuntos Políticos (CAP) relatou que o tenente Jamanca organizava uma “conspiração entre a tropa africana contra o PAIGC, à qual tinham aderido todos os fuzileiros africanos e todos os comandos, exceto os capitães Saiegh”¹³⁸ e Sisseco, e também muitos combatentes do PAIGC¹³⁹. A

¹³⁵ As reivindicações foram feitas a 14 de junho de 1974 numa reunião com um encarregado do Governo português e são citadas no relatório anteriormente.

¹³⁶ Relatório CAP 61/74.

¹³⁷ Relatório CAP 58/74.

¹³⁸ O capitão Saiegh dizia “não recear o futuro dado que a luta do Batalhão de Comandos foi sempre norteadada por ideias de uma Guiné livre e que estes saberão encarar qualquer tipo de julgamento. Fez notar que o actual grande inimigo dos Comandos é a população, a mesma população que os edificou como ídolos há tempos atrás” (cf. anexo 10).

¹³⁹ Relatório CAP 73/74 citado no relatório que relata o desarmamento das tropas africanas das FAP, a que tive acesso no arquivo pessoal de um soldado africano que prefere não ser identificado.

relação histórica entre cabo-verdianos e guineenses, abordada no capítulo 2, voltava aqui a ser uma questão:

Na verdade, as tentativas de união entre as tropas africanas e os elementos combatentes do PAIGC representam um perigo real para o Partido, pois poderão levar a um isolamento e conseqüente afastamento dos dirigentes cabo-verdianos, caso a solidariedade entre guinéus se consiga sobrepor à doutrinação política daqueles elementos combatentes. A FLING e os elementos que estavam ligados à LPG poderão também jogar neste entendimento a sua última cartada. (cf. anexo 10)¹⁴⁰

Quanto ao posicionamento oficial de Portugal, numa entrevista que deu ao jornal francês *Jeune Afrique*, a 1 de junho de 1974, Mário Soares¹⁴¹¹⁴² tinha também já antecipado que deixaria o problema dos comandos africanos para a Guiné-Bissau resolver, assumindo apenas o papel de mediador entre os “dois lados inquietados”:

Sabem bem que ao lado das tropas portuguesas combateram nas colónias tropas africanas. Ora, a integração destes soldados africanos na vida futura dos Estados independentes pode suscitar inquietudes dos dois lados. (...) da parte dos movimentos de libertação e da parte das tropas africanas. É necessário resolver esta questão com o máximo de delicadeza, inteligência e compreensão.

Durante todo o processo de descolonização, o Governo português encarou as tropas africanas que arriscaram a vida em nome do país como um empecilho para o qual tinham de arranjar uma solução rápida, de modo a não comprometer o fluxo das negociações com o PAIGC. Como apresentado no capítulo 4, durante a guerra, estes homens tomaram a dianteira das operações mais desafiantes, foram cruciais para Portugal garantir uma imagem de império multirracial e ainda evitar que os soldados metropolitanos continuassem a morrer em África, mas, quando esta acaba, são tratados como militares de segunda, como não-

¹⁴⁰ Relatório CAP 70/74 citado no relatório que relata o desarmamento das tropas africanas das FAP, a que tive acesso no arquivo pessoal de um soldado africano que prefere não ser identificado.

¹⁴¹ Mário Soares, nomeado ministro dos Negócios Estrangeiros a 16 de maio de 1974, foi o responsável por gerir as negociações com os movimentos de libertação: “Considerámos se a descolonização não devia, com efeito, começar só depois das eleições gerais. Mas depois tornou-se evidente que, para nós, o problema era muito urgente e que surgiriam problemas se houvesse demoras no processo de descolonização. Convencemo-nos assim de que tínhamos que nos apressar um pouco” (Soares, 1975).

¹⁴² Numa outra entrevista que dá a 19 de agosto de 1974 ao jornal alemão *Der Spiegel*, num tom quase profético, Mário Soares diz querer fazer a paz “imediatamente” e que, para isso, de um ponto de vista pragmático, faz sentido negociar exclusivamente com os movimentos de libertação africanos, que foram quem lutou contra os portugueses, reconhecendo nos seus líderes “chefes cômicos das suas responsabilidades e muitos qualificados”. O então ministro dos Negócios Estrangeiros diz que Portugal se sente responsável pelos africanos que colaboraram com as suas tropas e refere que o seu futuro já foi “várias vezes” falado durante as negociações.

-cidadãos. Este posicionamento sofreu, logo na altura, duras críticas por parte de muitos capitães portugueses, como demonstra o testemunho de Alpoim Calvão:¹⁴³

Sobre o período negocial entre as autoridades portuguesas e o PAIGC, antes da assinatura do Acordo de Argel, poder-se-á dizer que os nossos representantes não fizeram bem o chamado “trabalho de casa”. Digo isto a propósito do que veio a acontecer aos guinéus que combateram, ao nosso lado, contra a guerrilha. Pois já se podia prever, através das leis de justiça militar aprovadas em Setembro de 1973, pelo PAIGC, que os fuzilamentos daqueles homens acabariam por se concretizar após a independência. O que veio mesmo a acontecer, nomeadamente em relação à grande maioria dos oficiais e sargentos das forças especiais. Também houve muitos que fugiram ou mudaram de nome, e depois de 1997 (luta entre Nino Vieira e Assumane Mané), alguns foram recuperados e até estão actualmente na Polícia e nas Forças Armadas. Sei ainda do caso do oficial dos “comandos” africanos, Capitão Zacarias Saiegh, que foi bastante prestável desde o início das negociações. No entanto, foi preso pelo PAIGC em 1975, sendo depois fuzilado clandestinamente em 1978. (Bernardo, 2007, p. 278).

Durante as reuniões que decorreram entre os meses de julho e agosto na mata de Cantanhês, para negociar os moldes da transferência de poderes para o PAIGC, o BcmdsG foi um assunto omnipresente, considerado “o problema mais sério” (Pereira, 2003, p. 910 e 914) para resolver. Do lado do PAIGC, reforçou-se a ideia de que este era um problema das FAP, a quem cabia encontrar “as melhores soluções para os problemas humanos” que a existência destes homens levantava no novo cenário político; o partido disse também já ter estado em contacto com os homens do BCcmdsG, esclarecendo-os de que não existia “ódio ou qualquer ressentimento, quer individual quer respeitante à própria unidade” que pudesse originar vingança, ou motivos para temerem ser “as primeiras vítimas da República da Guiné-Bissau”. Do lado de Portugal, numa tentativa de suavizar as responsabilidades que lhe cabiam, Carlos Fabião relembrou que o BCcmdsG foi criado com a promessa de que iria combater pela autodeterminação progressiva da Guiné, de que seria o futuro embrião da independência da sua terra, promessa da qual o regime fascista se descartou com “falsidade”, sendo esse um dos motivos que terão levado ao seu derrube (Pereira, 2003, p. 910 e 914).

¹⁴³Alpoim Galvão foi o comandante da operação “Mar Verde” e um dos braços direitos de Spínola antes e depois do 25 de Abril.

Ao analisar o fragmento de um filme gravado junto ao quartel de Brá, Catarina Laranjeiro descreve o ambiente de medo que aí se fazia sentir, a antecipação de que algo de tenebroso estava para acontecer:

Em cima de uma porta, há uma placa de madeira onde podemos ler a palavra “Comando” em letras brancas. Um homem branco, de aspecto forte, careca, bigodudo e vestido com uniforme militar, está à porta, depois do texto em português. Uma das próximas imagens mostra as cinco quinas portuguesas e em baixo tem escrito “5.ª Companhia de Comandos”. Depois entramos num quarto. O filme não tem som, mas o silêncio grita, sublinhando a necessidade de o analisar. Podemos perceber através da linguagem corporal — homens negros apreensivos, a fumar repetitivamente, mãos nervosas, olhos fixos a olhar par ao chão, sobranceiras franzidas — que esses homens não acreditam no que estão a ouvir. (...) Mas esses homens estão no lado errado da história e têm medo. Estão cheios de medo. Um homem branco com um uniforme da marinha entra no próximo plano. Sorri, mas está desconfortável. De facto, ninguém ali está a gostar de ser filmado. A sala está cheia de homens negros vestidos com as fardas de camuflagem de guerra usadas pelo exército colonial. A guerra acabou, a camuflagem já não os pode proteger. (...) Neste fragmento de filme somos confrontados com a precariedade e fragilidade destas vidas humanas que nos levam a reagir com indignação à sua degradação. (...) Além disso, o contraste entre a tensão corporal destes homens e a mobilidade livre da câmara ao serviço do Estado que começará a trabalhar no próximo dia permite-nos inferir que estes homens não serão incluídos nos dispositivos ideológicos da Guiné-Bissau depois da independência. (Laranjeiro, 2017, pp. 7-9)

A 19 de agosto de 1974, as tropas africanas começaram a ser desarmadas e os seus efetivos passaram à situação de disponibilidade. A desmobilização do BcmdsG foi feita sem que nenhuma das reivindicações previamente feitas pelos comandos tivessem encontrado eco, levando a que as praças “muito excitadas”, não obedecessem aos seus oficiais. Na tarde desse dia, os ânimos terão serenado e os militares começaram a passar, um a um, à disponibilidade (cf. anexo 10)¹⁴⁴. Depois da entrega das armas e das fardas, os comandos africanos passaram à disponibilidade e Carlos Fabião mandou-os para as suas residências, com todos os salários pagos até dezembro e uma guia de marcha para se apresentarem a 1 de janeiro de 1975 no quartel de Brá (cf. anexo 7). A 7 de setembro de 1974, o BCcmdsG foi desativado e extinto (cf. anexo10)¹⁴⁵ e Portugal cumpria, assim, parte do que prometera no Acordo de Argel¹⁴⁶ — o desarmamento das tropas africanas; ao mesmo tempo abandonava estes homens sem um plano concreto de como planeava pôr em prática a segunda

¹⁴⁴ Relatório CAP 76/74.

¹⁴⁵ Relatório CAP 76/74.

¹⁴⁶ Documento assinado a 30 de agosto de 1974 que formalizou a transferência de poderes do governo português para o PAIGC.

parte deste acordo — o pagamento das pensões de sangue, invalidez e de reforma a que tinham “direito quaisquer cidadãos da República da Guiné-Bissau por motivo de serviços prestados às Forças Armadas Portuguesas”, bem como a organização de um plano que os reintegrasse na vida civil.

4.2 Abandono e perseguições

Ao lado de todas as negociações levadas a cabo durante este período, parece ter passado a Lei da Justiça Militar do PAIGC (Bernardo, 2007, p. 149) que considerava crime de traição à pátria, e sancionava com pena de morte por fuzilamento, qualquer pessoa originária da Guiné ou Cabo Verde que pegasse em armas contra as forças do movimento de libertação ou estabelecesse colaborações que favorecessem o domínio colonial. Ou seja, depois da independência, todas as tropas africanas das FAP estavam legalmente sujeitas a ser sentenciadas à morte por fuzilamento porque, ao contrário de Cabo Verde, a pena de morte continuou prevista na lei guineense.

Os factos históricos hoje conhecidos provam que as promessas feitas e subscritas pelos representantes dos dois países durante o período de negociações nunca saíram do papel. No documento apresentado na reunião preliminar para a constituição da Associação Portuguesa de Antigos Combatentes da Guiné (Bernardo, 2007, p. 228), lê-se que, mesmo durante as negociações de independência, foram presos, com conhecimento de todos, guineenses que colaboravam com portugueses, sem que ninguém os defendesse.¹⁴⁷ O novo executivo entrou em Bissau quatro dias depois da saída do último contingente português, a 19 de outubro de 1974 (Bernardo, 2007, p. 104) e a 1 de janeiro de 1975, como seria de prever, não existia já nenhuma autoridade portuguesa na Guiné-Bissau. Nesse dia, os homens que integraram o Batalhão de Comandos Africanos da Guiné manifestaram-se à porta da Embaixada de Portugal, em Bissau, para reclamar os direitos que lhes tinham sido prometidos, ao mesmo tempo que exigiam saber qual seria o seu futuro:

¹⁴⁷ Situação semelhante é referida no relatório sobre a retirada das tropas portuguesas da Guiné (cf. anexo 10).

“em vez de encontrarmos militares portugueses, encontrámos os do PAIGC” (Bernardo, 2007, p. 228).

O protesto foi reprimido pelo então chefe de Estado-Maior das Forças Armadas da Guiné-Bissau, o coronel Umaro Djalo. Desde então, deixaram de ser apenas objeto de atenção especial para passarem a ser vigiados pelos órgãos de segurança de Estado — foram feitas prisões e torturas arbitrárias, apenas inicialmente ocultadas da população que, em pouco tempo, tomaria conhecimento de tudo o que se passava (Sambu, 1989, pp. 57-59).

Os quadros do PAIGC chegaram à independência política comportando-se como a única elite de poder competente para assumir as tarefas de reconstrução do país, isolando ou, em alguns casos, perseguindo, os que não tinham participado nesta luta. O poder político e as posições-chaves foram arrebatadas por indivíduos oriundos, na sua maioria, das camadas mais baixas (camponeses, assalariados, lumpem-proletariado), que na maior parte dos casos tiveram menos possibilidades para se educar durante a época colonial. Assim, este processo fez com que, após a luta de libertação nacional, se criasse um conflito entre aqueles que, embora tivessem uma instrução académica limitada e experiência administrativa incipiente, eram supostos ser os melhores preparados politicamente para dirigir o Estado e as novas instituições políticas e aqueles que, não tendo embora uma preparação política adequada, se julgavam aptos a dirigir o novo aparelho de Estado porque possuíam uma melhor instrução académica e maior experiência de administração pública. A correlação de forças na altura ditou que o conflito ficasse resolvido a favor do primeiro grupo, isto é, dos que vinham das *matas*. E, deste modo, a luta de libertação nacional constituiu uma autêntica revolução social, na medida em que permitiu uma rápida ascensão social dos que outrora se encontravam na base da pirâmide social. A mobilidade social outrora retida pelos mecanismos clássicos de discriminação social foi, neste caso, facilmente conseguida, constituindo-se quanto a nós num dos fenómenos sociais mais marcantes da conquista da independência política. (Cardoso, 2002, p. 18)

Os comandos africanos tornaram-se, assim, nas principais vítimas de um caldeirão político e social em ebulição e, enquanto coletivo, foram encarados como um elemento que poderia perturbar a paz social e empurrar o país para uma guerra civil.

Os conflitos eram enormes. Como integrar no mesmo exército pessoas que se opuseram [ao PAIGC] durante todo o tempo? Era extremamente arriscado, qualquer integração nas Forças Armadas era extremamente arriscada. Não via como viável. Na sociedade, está claro: eles como naturais da Guiné tinham direito de viver na Guiné. Portanto, seriam um cidadão comum como outro qualquer. Teriam dificuldades de se integrar? Certamente teriam, porque estariam sempre desconfiados. Os processos pós-guerra são processos complicados que temos dificuldades de compreender, ou de apreender na sua totalidade. Há o aspeto físico, o aspeto económico, mas também o aspeto mental: O que é que as pessoas estão a pensar? Do que é que estão a desconfiar? Os fantasmas, os pesadelos etc. Do

meu ponto de vista, devemos pensar que são fenómenos, são situações de gestão muito complicada. Estaríamos em condições de compreender isso na altura? Eu acho que não. Ultrapassava-nos e ultrapassava qualquer um. Ninguém pode prever essas coisas, do meu ponto de vista, quer de um lado quer de outro. (P. Pires, comunicação pessoal, 10 dezembro, 2017)¹⁴⁸

É neste contexto que, entre janeiro e março de 1975, Queba Sambu, ex-combatente do PAIGC e chefe dos Serviços de Contra-Inteligência das Forças Armadas depois do golpe de Estado de Nino Vieira, diz ter sido encarregado de fazer uma tarefa que rejeitou: realizar um “recenseamento secreto” que “tinha por finalidade o fuzilamento, também secreto, dos ex-comandos considerados mais influentes” (1989b, p. 57 e 58). Segundo Queba Sambu (p. 67), os Serviços de Segurança da Guiné-Bissau, criados para impedir uma contrarrevolução e defender a manutenção da paz, acabaram por degenerar e enveredar por uma ação política antipopular, contrária aos princípios defendidos pelo PAIGC de Amílcar Cabral.

Os únicos números compilados referem o fuzilamento de 53 comandos africanos da Guiné, dos quais dez eram oficiais, 29 sargentos e quatro soldados, de acordo com o artigo publicado no jornal bissau-guineense *Nô Pintcha* a 29 de novembro de 1980 (Bernardo, 2007, p. 119 — 121)¹⁴⁹. Mas os relatos dos guineenses em cidades como Mansoa, Farim, Quebú apontam para um número muito superior, sendo difícil encontrar pessoas nas regiões onde existiram fuzilamentos que não saibam indicar a localização das valas comuns onde os corpos, muitos mais do que os que se conseguiram contabilizar, estão enterrados. Dos comandantes das 1.^a, 2.^a e 3.^a CCmds Africanos da Guiné, com exceção de João Bacar Jaló que morreu em combate e de Jalibá Gomes, todos foram fuzilados depois de setembro de 1974.¹⁵⁰

O documento apresentado na reunião preliminar para a constituição da Associação Portuguesa de Antigos Combatentes da Guiné (Bernardo, 2007, p.

¹⁴⁸ Cf. anexo 9

¹⁴⁹ No mês de março de 2021 regresssei à Guiné onde procurei exemplares do *Nô Pintcha* de novembro de 1980 no arquivo do jornal, no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa e em vários arquivos pessoais. “Esses jornais do tempo do golpe de Estado desapareceram todos”, foi a conclusão a que chegaram os seus proprietários ao constatarem a sua inexistência.

¹⁵⁰ Os comandantes das três Companhias de Comandos Africanos fuzilados foram: Zacar Saiegh, Abdulai Queta Jamanca, Cicri Marques Vieira, Adriano Sisseco, Armando Carolino Barbosa, Bacar Djassi (Bernardo, 2007, pp. 143-147).

228), já anteriormente citado, corrobora estes dados e faz referência a um abrigo subterrâneo em Farim onde morreram dezenas de ex-militares portugueses asfixiados; refere homens refugiados no Senegal que foram obrigados a regressar para depois serem fuzilados em Cuntima e Bafatá, pormenorizando que num só dia, em 1975, foram executadas 480 pessoas “confirmadas à rádio pelo Ministro da Segurança do Sr. Luís Cabral”. O mesmo documento denuncia os locais onde estes fuzilamentos ocorreram: Cuntima, Farim, Mansoa, Bissorá, Mata de Mansabá, Mata de Jugudul, Madina, Mandinga, Ponte Caio, Cumeré, Bula, Teixeira Pinto e Bolama.¹⁵¹

Segundo os vários relatos recolhidos por Manuel Amaro Bernardo (2007, p. 242), as execuções sumárias começaram mesmo antes da retirada das FAP da Guiné Bissau, quando “ainda lá estava o Carlos Fabião, mas ele não ligou nenhuma”. E Marcelino da Mata recorda que o também comando africano Tomás Camará foi preso no aeroporto de Bissau e levado para Cumeré, onde o fuzilaram, quando regressava de Lisboa depois de um ferimento durante o 25 de Abril: “(...) a família apenas ficou com a mala, que ele levou de Lisboa. Isto tudo se passou ainda com o Exército português na Guiné, antes da independência (...)” (Bernardo, 2007, pp. 231-244). Mais de um ano depois, em meados de junho de 1975, seria Otelo Saraiva de Carvalho, aos microfones da Rádio Clube Português, um dos primeiros a fazer declarações públicas sobre as prisões e fuzilamentos na Guiné daqueles a quem chamou de “contrarrevolucionários”, referindo que nem uma linha se escrevera na imprensa sobre o assunto (Bernardo, 2007, p. 17).

¹⁵¹“Gostaríamos de saber, da boca do Sr. Luís Cabral, o que aconteceu aos nossos camaradas militares portugueses, que o seu regime encarcerou num abrigo subterrâneo, que em tempos tinha sido paiol de munições pertencente ao Exército Português, em Farim, onde dezenas deles morreram de claustrofobia (asfixiados). (...) O que foi feito dos militares portugueses, nossos colegas, presos de 1975 a 1978? Consta que o Sr. Luís Cabral mandou trazer para a Guiné os militares portugueses refugiados no Senegal, para, de seguida, os fuzilar em Cuntima (fronteira) e Bafatá: nesta localidade, num só dia, no ano de 1975, foram executadas 480 pessoas, confirmadas à rádio pelo Ministro da Segurança do Sr. Luís Cabral. (...) Houve fuzilamentos em Cuntima, Farim, Mansoa, Bissorá, Mata de Mansabá, Mata de Jugudul, Madina, Mandinga, Ponte Caio, Cumeré, Bula, Teixeira Pinto e Bolama. (...) Em 1978, [Luís Cabral] mandou fuzilar clandestinamente o Capitão Comandos Adriano Sissecó, o Capitão Comandos Zacarias Saiegh e o Tenente Comandos Cicri Marques Vieira, que foram enterrados em valas comuns. Quando lhe falavam nisso, vinha para a rádio dizer que não confundia o povo com a população sendo que para ele o povo era o que estava do lado do PAIGC e a população, a que estava ao lado das autoridades portuguesas e esses não tinham direito a votar. (Bernardo, 2007, p. 228)”

Na Guiné, apesar de ser do conhecimento geral aquilo que se passava, o tema só chegou às páginas dos jornais em 1980, depois do golpe de Estado encabeçado por Nino Vieira,¹⁵² através de dois artigos publicados no *Nô Pintcha*, a 24 e 29 de novembro de 1980 — “Guiné-Bissau na hora di cambança” e “500 pessoas foram fuziladas sumariamente, sem julgamento e enterradas em valas comuns nas matas de Cumeré, Portogole e Mansabá” (Bernardo, 2007, p. 119—121).

As pessoas que tiverem, um dia, a oportunidade de ver as fossas comuns das matas de Portogole, não deixarão certamente de concordar connosco de que estamos sentados sobre a lama, sem o saber. Entre a indignação e a surpresa, interrogar-se-ão também de, como filhos da nossa terra prestigiados na luta anti-colonial, foram capazes de entrar em contradição com a natureza profundamente humanista da causa dos combatentes da liberdade. Matar friamente outros guineenses, apenas porque discordaram – à sua maneira – com a forma injusta e incorrecta como estavam sendo aplicados os princípios do Partido. (...) A unidade pela qual Amílcar Cabral arriscou a sua própria vida, pela qual Domingos Ramos morreu, na flor da idade, foi traída. E essa traição não é de hoje. (...) A ponto de instituir no nosso país, um grupo de repressão de todo aquele que fizesse a mais legítima comparação entre certas realidades de Cabo Verde e da Guiné. (...)

Publicamos hoje os nomes de algumas pessoas que foram massacradas pelo regime de Luís Cabral, pois só as fichas criminais é que chegaram ao conhecimento do Conselho da Revolução. Soube-se que muitos camaradas das FARTP, que discordaram do regime e das injustiças de que eram alvo, e elementos do grupo de Malam Sanhá, e antigos comandos africanos criados pelas autoridades do colonialismo português na nossa terra, foram mortos pelos Serviços de Segurança do Governo deposto. São bem conhecidos do nosso povo os crimes cometidos pelos elementos dos “comandos africanos” junto das populações indefesas. Era justo que fossem julgados, mesmo eles, e condenados pelos seus crimes. Mas tal não aconteceu. O regime de Luís Cabral violou flagrantemente as normas dos Direitos do Homem e nenhum comando africano, nenhum dissidente foi levado a tribunal. Foram executados barbaramente no meio das florestas contra os mais elementares princípios da justiça e contra os princípios do nosso glorioso Partido. (...) Se é iníqua a liquidação física dos opositores sem julgamento, em tempo de paz, não é isso que transforma em vítimas inocentes os “pides” e os “comandos”, que foram os maiores criminosos ao serviço da opressão da colónia e da luta armada contra o PAIGC, mesmo depois da Independência.¹⁵³

Luís Cabral, primeiro presidente da República da Guiné-Bissau entre 1974 e 1980, nega as acusações que lhe são feitas, garante que as execuções sumárias

¹⁵² Nino Vieira foi presidente da Assembleia Nacional Popular do PAIGC, depois das eleições do conselho regional no final de 1972, primeiro-ministro da Guiné-Bissau entre 1978 e 1980, encabeçou o golpe de Estado de 1980 e foi presidente do país entre 1994 e 1999, e 2005 e 2009.

¹⁵³ “Guiné-Bissau na hora di cambança”, *Nô Pintcha*, 24 de novembro de 1975.

realizadas foram feitas à sua revelia e acusa Nino Vieira de ter forjado as imagens publicadas pelo diário *Nô Pintcha*:

Posso afirmar que eu não autorizei nem tive conhecimento de quaisquer fuzilamentos sumários. Vim a saber disso tempos depois de ter saído do poder. Eu nunca intervim. Posso dizer que nunca mandei matar uma única pessoa... (...) Isso [as fotografias das valas comuns publicadas no *Nô Pintcha*] foi encenado pelo Nino Vieira, em que mostrou uma vala com uma caveira. Depois foram lá jornalistas portugueses e não conseguiram ver nada. (Bernardo, 2007, p. 227)

Sobre este tema, o responsável do PAIGC disse ainda ao programa Grande Reportagem, em 2005 (Bernardo, 2007, p. 221 — 230):

(...) [os fuzilamentos] foram casos pontuais. A lei militar previa a pena de morte, por isso nunca terão sido resultado de caprichos ou de ressentimentos. Louvo as actividades dos meus companheiros da Justiça Militar. Cumpriram a sua missão, de certeza, sem cometerem abusos nenhuns. Por isso não tivemos guerras civis como em Moçambique e em Angola. Os comandos portugueses cometeram crimes incalculáveis nas áreas que tínhamos libertado. Mataram mulheres grávidas e abriram-lhes a barriga para castigar as populações. (...) Se ele [Nino Vieira] sabia onde estavam [as valas] era porque participava nesses actos. Eu nunca tive conhecimento de valas comuns. O Nino precisava de inventar um pretexto porque traiu os objectivos da nossa luta. Para justificar uma traição, todas as mentiras são possíveis. (pp. 221-230)

Fugir para a fronteira com o Senegal ou adotar uma vida onde pudessem passar o mais despercebidos possível — evitando circular em espaços públicos e livrando-se de todos os objetos (documentos, fardas, fotografias) que os conectassem com o exército colonial — foram as duas vias que permitiram aos comandos africanos escapar à tortura. Determinantes revelaram-se também as relações pessoais que mantinham com representantes das autoridades e indivíduos com acesso a informação privilegiada, que lhes possibilitaram ser reintegrados nas estruturas do novo Governo ou fugir antes que o pior acontecesse, como testemunham os relatos apresentados nos pontos 3.4 e 4.4 dos capítulos 3 e 4.

Com o “reajustamento”, nome dado ao golpe de Estado de 14 de novembro de 1980 liderado por Nino Vieira, abriu-se uma porta de esperança para as ex-tropas portuguesas que ainda viviam na Guiné ou se tinham refugiado no Senegal. Amadú Djaló conta que com o fim do primeiro Governo da Guiné-Bissau acabaram também as perseguições aos ex-comandos africanos: “Estava cadastrado no aeroporto, como todos os africanos que tinham sido militares portugueses. Todos os cadastros foram levantados” (2010, p. 284). Mas a

esperança de paz rapidamente esmoreceu, as perseguições e fuzilamentos continuaram, só que, desta vez, os alvos eram aqueles que durante os últimos cinco anos tinham apoiado as medidas tomadas por Luís Cabral:

Cinco anos passados sobre o Golpe de Estado de 14 de Novembro, em Outubro de 1985, deu-se o chamado Caso de 17 de Outubro. Este acontecimento conduziu ao desaparecimento de grandes combatentes da liberdade da Pátria e de intelectuais guineenses torturados até à morte nas prisões e de outros que chegaram a julgamento e foram condenados à morte e executados. (Induta, 2001, p. 26)

A falta de membros do PAIGC dedicados a consolidar o partido e a construir um novo Governo, o recurso a quadros da antiga administração colonial, escolhidos pelas novas lideranças e com pouca ligação ao povo e o fraco estudo e implementação das ideias políticas de Amílcar Cabral terá contribuído para aquilo que J. Forrest (1992) chamou de “desvinculação política” e que se traduziu na incapacidade de pôr em prática, quando a Guiné-Bissau se tornou um país independente, os ideais defendidos durante a luta. Uma análise que é corroborada por Carlos Cardoso: “Poucos membros do partido estavam realmente comprometidos com algum programa ideológico ou político, exceto para assentar a autoridade do PAIGC, enquanto se limitavam a professar compromisso com um vago e indefinido conceito de nacionalismo africano” (2002, p. 19). Eram muitas as tensões adormecidas e a chegada do novo Governo a Bissau exponenciou-as: “Divergências entre cabo-verdianos e guineenses, velhos conflitos étnicos, disputas entre guerrilheiros e dirigentes, desconfianças e traições, ambições pessoais, todas as velhas contas por ajustar se cruzaram nas estruturas do PAIGC (...)” (Gomes, 2017, p. 24).

Como refere Maria Paula Meneses (2015), ao discutir a forma como a FRELIMO impôs um determinado projeto ideológico depois da independência de Moçambique, a “identificação de ‘quem é o inimigo’ e o entendimento da sua forma de actuar teve um papel decisivo, que continua presente nas disputas entre os vários projectos políticos contemporâneos”. Para o PAIGC, os comandos africanos das FAP representavam um inimigo interno, o polo oposto daquele que se pretendia que fosse o “homem novo” forjado na luta e ao qual o novo Estado-nação daria continuidade. Ou seja, tal como a autora defende no caso de Moçambique, também na Guiné-Bissau “o projecto produzido a partir das experiências da luta armada não terá sido o melhor substrato para o

desenvolvimento de um sistema de governação democrática, após a conquista da independência” (Meneses, 2015). Deve-se, também por isso, evitar análises simplistas que reduzem a emancipação do poder colonial e a autodeterminação conquistada durante a luta de libertação à soberania do Estado (Wilder, 2015).

No que toca a Portugal, houve um total abandono destes homens à sua sorte, numa saída que, até hoje, muitos descrevem como uma descolonização “à pressa”, mas sobre a qual não se sabe realmente se, e como, poderia ter sido diferente; por outro lado, é importante lembrar que Spínola e os capitães que tinham estado ao seu lado na Guiné — e o continuavam a apoiar — nunca desistiram de um projeto político federalista, uma insistência que culminou numa tentativa de golpe de Estado malsucedida a 11 de março de 1975. As relações que este grupo terá, ou não, continuado a manter, com as tropas africanas da Guiné é um dos temas sobre este período que carecem de aprofundamento, sobre o qual a multiplicidade de boatos é proporcional à falta de investigação que os fundamentem. É, ainda assim, inegável que esta possibilidade representou uma ameaça que influenciou o destino dos comandos africanos, como refere Aristides Pereira:

Spínola nunca desistiu da Guiné. A Guiné foi a derrota dele como militar e como político. Prometeu acabar com a guerra e não conseguiu; tentou impor uma solução política e também não conseguiu... Mas até deixar o poder, ele procurou manobrar o tempo todo, criando tensões desnecessárias. Tivemos informações neste sentido. Aliás, vem daí a confusão dos comandos africanos e outras coisas mais. Da nossa parte, estávamos abertos a uma solução acerca dos comandos com os portugueses, mas soubemos que o Spínola tinha dado garantias a alguns chefes desses comandos... (...) Marcelino, Saiegue e outros, de que podiam preparar-se, partindo do princípio que, uma vez reconhecida a independência, iríamos a correr para Bissau, e então eles, os comandos, abafavam-nos ali. E tivemos indicações de que eles estavam a concentrar-se numa das ilhas dos Bijagós. A partir daí tivemos as nossas reservas. Do Spínola sempre esperámos tudo. (Lopes, 2012, p. 214)

4.3 A luta por um reconhecimento

A lei n.º 308 — A/75, também apelidada de lei “celerada” (Santos, 2006, p. 275), determina que deixariam de ser portugueses todos aqueles que nasceram em Angola, Guiné e Moçambique — funcionários públicos e tropa das FAP incluídos — que não fossem “descendentes até ao terceiro grau” de: 1) portugueses “nascidos em Portugal continental e nas ilhas”; 2) nacionalizados, 3) nascidos no estrangeiro de pai ou mãe nascidos em Portugal ou naturalizados; 4) nascidos

no antigo Estado da Índia que tivessem querido conservar a nacionalidade portuguesa. Almeida Santos, autor da lei e então ministro da Coordenação Interterritorial, explica nas suas memórias o que a motivou e, em 2016, continuava a orgulhar-se de ter “salvo o país de uma “catástrofe” com aquela que considerou a “mais patriótica das leis” (Santos, 2006, p. 283):

E nunca havia estado no meu espírito ajudar os ex-portugueses africanos a continuarem portugueses em Portugal. Eram portugueses em resultado de uma ficção jurídica da Constituição de 1933, de um delírio salazarista que concebia Portugal e as suas colónias como império uno e em tudo igual do Minho a Timor. Se alguém levou esse mito a sério, não tive culpa disso. O próprio Salazar admitiu, às tantas, que os africanos não faziam parte da Nação portuguesa. Como, assim, podiam ter direito à nacionalidade de uma Nação de que não faziam parte? (...) Havia assim que salvaguardar a nacionalidade portuguesa dos que, tendo nascido em território ultramarino, tinham laços de consanguinidade com cidadão português nascido no Portugal europeu. (Santos, 2006, p. 278 e 279)

Foi desta forma que os homens do BmcdsG, e todos os africanos que integraram as FAP ficaram de fora da nação à qual juraram fidelidade, da pátria que tinha sido, até então, a única que conheciam e pela qual lutaram. São, ainda hoje muitas as tropas africanas a reivindicar a nacionalidade portuguesa — a mesma que lhes foi exigida para combater nas Forças Armadas — para terem direito à cidadania e à reforma militar, como comprovam os testemunhos apresentados adiante neste capítulo.

Apesar de terem sido elaborados dois decretos-lei que obrigavam ao pagamento das pensões prometidas no Acordo de Argel, os ex-combatentes das FAP que ficaram na Guiné nunca receberam as remunerações previstas. O primeiro, Decreto-Lei, n.º 2/75 determinava as pensões de aposentação a serem pagas pelo Estado português ao Comissariado de Estado da Guiné, a quem caberia a distribuição; o segundo, Decreto-Lei, n.º 17/77, estabelecia o compromisso de o Estado português fazer o pagamento destas reformas através do Banco Nacional da Guiné e referia a aprovação do “(...) Acordo Especial entre a República Portuguesa e a República da Guiné-Bissau, relativo às Pensões Devidas aos Serviços Prestados às Forças Armadas Portuguesas (...)”. Nestes documentos não é explicado, no entanto, como se pretendia levar a cabo este procedimento que, até hoje, nunca foi efetivado; ou sequer como se faria chegar o dinheiro aos visados, num período em que era conhecido estarem a ser feitas perseguições e execuções sumárias no território. Foram poucos os homens que conseguiram

pagar um bilhete de avião para viajar para Portugal, por isso, são poucos os africanos do Exército português na Guiné que têm hoje uma pensão ou reforma do Estado. Mesmo os que conseguiram chegar a Lisboa, viram-se esmagados por processos burocráticos que levaram anos a serem concluídos e os empurraram, de novo, para um lugar de desumanização, como exemplificam os testemunhos apresentados em seguida.

Em julho de 2020, foi aprovado pelo Parlamento português um novo Estatuto do Antigo Combatente que alega querer, mais de 45 anos depois, “fazer justiça” aos que participaram na Guerra Colonial/de Libertação e sublinha “o lugar digno dos combatentes na História de Portugal”. Por esta altura, debateu-se a “injustiça” de os militares que combateram na Guiné-Bissau serem prejudicados de forma automática nos cálculos para atribuir o suplemento de pensão — porque o valor máximo era, até agora, apenas atribuído a quem esteve dois anos numa zona perigosa, e a regra era tirar os soldados metropolitanos da Guiné antes dos dois anos por ser muito duro. Sobre as tropas africanas que combateram nesse mesmo território nada se falou.

Como recorda Carlos Cardoso, as transições democráticas são “situações de anormalidade, onde a ação das elites, o talento, a habilidade política dos líderes, são decisivos para pensar o momento da mudança do regime e compreender as divergências de trajetória” (2002, p. 2). O destino dos comandos africanos depois da independência da Guiné-Bissau materializa esta afirmação. É impossível compreender o abandono e violência a que foram sujeitos sem desmembrar, por um lado, as desigualdades que o sistema colonial sempre perpetuou — mesmo para aqueles que, dentro dele, eram considerados privilegiados; e, por outro lado, sem atentar ao papel encarnado pelas elites políticas que, no pós-independência, tomaram o poder tanto na Guiné-Bissau como em Portugal.

Libertação nacional, renascimento nacional, restituição da nação ao povo, Commonwealth, sejam quais forem as cifras utilizadas ou as fórmulas novas introduzidas, a descolonização é sempre um fenómeno violento. Seja qual for o nível a que a estudemos, encontros interindividuais, novas denominações dos clubes desportivos, composição humana dos *cocktails parties*, da polícia, dos conselhos de administração dos bancos nacionais ou privados —, a descolonização é muito simplesmente a substituição de uma “espécie” de homens por outra “espécie” de homens. Sem transição, há substituição total, completa, absoluta. (Fanon, 2015, p. 39)

Fanon fala da violência da descolonização, mas, ao separar o colonizador do colonizado, ao afirmar que a descolonização unifica a dicotomia que o contexto colonial infligiu ao mundo (Fanon, 2015, p. 49), não identifica as matizes que podem existir entre estes dois grupos, a hibridez de sujeitos, a existência de homens que não encontram lugar dentro da gaveta onde se “arrumam” os colonizados. E esta é também uma das violências da colonização. O fim abrupto da Guerra Colonial deixou um legado difícil de gerir para os novos países independentes, e os milhares de africanos com um passado de luta ao lado do exército colonial constituíram um dos desafios mais difíceis, por representarem a alternativa ao projeto que se impunha, a resistência ao novo Estado que se começava a erguer e no qual não encaixavam:

Mais do que uma questão de quantidade de homens e unidades, foi uma questão de qualidade dessas tropas e, acima de tudo, de qualidade dos papéis políticos que elas desempenhavam ou estava previsto virem a desempenhar (...) Relativamente aos africanos que integraram as unidades regulares do Exército e os que pertenceram às milícias, eles foram tratados como os restantes elementos da administração colonial, em regra sem particular violência, pelo menos a que excedesse vinganças localizadas e ajustes de contas. Já quanto aos elementos das “tropas especiais africanas” a situação foi radicalmente diferente (...) (Gomes, 2013, pp. 125-133)

Os comandos africanos da Guiné foram abandonados pelo país que os doutrinou, pelo país pelo qual lutaram, pelo país ao qual entregaram a juventude em troca de uma guerra. Eram cidadãos portugueses a quem nunca foi dada uma possibilidade de o serem em plenitude. Cidadãos portugueses que foram perseguidos e fuzilados não porque eram comandos, mas porque representavam a contranção, porque o Estado português, a única entidade a quem devem ser imputadas responsabilidades, os abandonou à sua sorte.

4.4 Testemunhos para uma outra História

4.4.1 Abandono e perseguições

No dia 24 de abril à noite disseram-nos que ia haver um golpe em Portugal. Prenderam o Bettencourt e, às 4 horas da tarde, levaram-no para o aeroporto, para ir para Lisboa. Lá é que a guerra acabou. Não ficámos contentes com o fim da guerra, sabíamos que ia ser mau, que iam tratar-nos mal. A partir de 75, quando os brancos já tinham ido embora, começaram os fuzilamentos. Quando o PAIGC tomou o poder, fuzilaram muita gente, muitos comandos foram

fuzilados, muitos oficiais. Eu não fui perseguido, fiquei aqui, quieto, não me disseram nada. Tinha medo! Mesmo que me deitasse, não dormia. Mas Deus ajudou-me, alguns fugiram e foram embora. Não fuzilaram ninguém em Bissau, em Gabu é que foi pior.

No tempo da guerra, eram os comandos que davam as maiores canseiras ao PAIGC, que mais matavam, que ousavam enfrentá-los. Por isso, sentiram raiva de nós, tinham ódio, muito ódio; fizeram-nos passar muito mal. Os portugueses perderam a guerra e foram embora, disseram-nos que iam ajudar a quem quisesse ir, mas quem não arranjou meios, paciência, teve de ficar. Disseram que iam voltar, mas, até agora, não vieram. Não cumpriram a promessa, não vieram. Nós não podemos fazer nada

*Em janeiro de 75, não fui à manifestação à porta da Embaixada de Portugal. Ouvei falar, mas não assisti. Pensava que Portugal ia fazer alguma coisa pelos comandos, mas não fez. Devia ter-nos ajudado, agora já não restam muitos: a maioria morreu, outros conseguiram ir para Portugal. Foi um abandono. **Braima Bari, soldado da 3.^a Companhia de Comandos Africanos da Guiné***

*Naquele tempo pensávamos que o PAIGC não tinha razão. No fim é que vimos que os portugueses foram embora e nos deixaram com a nossa gente. Se eles tivessem razão, não tinham ido embora, estariam aqui, não é assim? Quantos anos os portugueses colonizaram a Guiné-Bissau? Cinquenta e tantos anos. Ir à Embaixada de Portugal na Guiné é igual a zero. Já lá fui, mas nem para registar os meus filhos, disseram que não tinham tempo. **Galé Jaló, soldado da 3.^a Companhia de Comandos Africanos da Guiné***

Depois do 25 de Abril, soubemos que a guerra tinha que acabar. Estava contente por poder regressar a casa. Houve gente que morreu no mato, nós salvámo-nos, tinha que ficar contente. A guerra não é boa, guerra não presta, a guerra acabou, pronto. Os comandos tinham muito estatuto, éramos os mais bem vestidos... eu tinha fotografias disso, mas depois de começaram a prender as pessoas, peguei nelas e queimei-as todas. Não podia ter nada. Se os do PAIGC as vissem iam ficar irritados e podiam causar-me problemas. Depois da independência,

*entreguei todas as armas e vim-me embora. A guerra acabou e eu vim para casa, deixei Bissau e vim para Mansoa. Depois, apanharam-me aqui mesmo. Como é que souberam que eu estava aqui? Porque foi aqui que eu nasci, eles sabiam, as pessoas conhecem-se. Alguém contou onde eu estava e fui preso em 76. Da primeira vez, fiquei uma semana na prisão; da segunda, duas semanas. Nunca fiquei muito tempo na prisão, eles prendiam-te para te fazerem perguntas, ouvir declarações, e depois diziam “vai para casa”. Mas também te podiam matar. O Mário Sani passou mal, o seu corpo até hoje não está bem, apanhou muita pancada, dependia da sorte de cada um. Eu tive sorte, também me podia ter acontecido e hoje não estaria aqui. Os comandos tiveram muitos problemas quando a guerra acabou; toda a tropa teve problemas, mas com os comandos foi pior porque prenderam-nos mais, mataram-nos mais. Quase todos os oficiais dos comandos foram fuzilados. Como, durante a guerra, íamos para sítios que ficavam mais longe, sítios perigosos, fomos. **Armando Paulo Sambú, furriel da 1.ª Companhia de Comandos Africanos da Guiné***

Como soubemos que os portugueses tinham perdido a guerra? Ouvimos na rádio, soubemos que a Guiné perdeu, que os brancos perderam e tinham de ir embora. Eu estava em Bissau, no quartel. Os portugueses disseram-nos que nos iam continuar a pagar, mas afinal não pagaram. Até ao fim do ano 1974 pagaram todo o salário e mais nada; foram embora. Há em Bissau uma associação que, todos os anos, chama os antigos combatentes, e falam connosco, falam muito.

Depois da independência, os comandantes do PAIGC vieram explicar-nos a irmandade, só boas palavras, para nos podermos entender mutuamente, para não haver guerra. Entregámos as armas, mas ficámos com toda a roupa — eu não a trouxe, deixei tudo no sítio onde morava em Bissau, dentro do meu quarto. Meti tudo no saco até o encher e deixei-o lá. Deixei a chave na porta, vim-me embora logo como civil. As armas eram entregues no batalhão, não saíamos com armas para fora do quartel. Quando saí de Bissau fui trabalhar no campo, escondi-me no mato, ia a casa só se houvesse alguma reunião: falavam, eu ouvia e depois voltava para o mato. Porque, se ficasse, alguém ia dizer “tal fulano fez isto, fez aquilo”. Se fosses para o mato, punhas-te a trabalhar e ninguém te chateava. Se tivesse ficado em Bissau, sabia que ia ter problemas. Fiquei quatro

anos lá no mato, até que encontrei maneira de ir para Lisboa. Tinha medo! Não queria que ninguém me matasse. Tinha medo: Estado é Estado, não existem Estados parvos.

Não fui à manifestação à porta da embaixada em janeiro de 1975; soube, mas não fui. Ir a Bissau para quê, só para gastar dinheiro? Melhor comprar peixe e comê-lo em casa. Mas fui até Lisboa, e não consegui os meus direitos. Nunca fugi, fiquei aqui em Quebo até que o PAIGC veio com um carro até à minha porta, quando estávamos a fazer adobes, pelas 11 horas. Chamaram-me e disseram-me: “Entra.” Perguntaram-me: “Tu és milícia?”, eu disse que não; “És tropa magala?”, eu disse que não; “És o quê, comando?”, eu disse que sim; disseram: “Entra no carro.” Entrei e fomos até ao quartel. Eram duas pessoas a interrogarem-me, uma delas era o Olegário, um rapaz balanta que já morreu, com quem eu tinha trabalhado. Quando trabalhávamos juntos, houve uma altura em que o Olegário teve febre e trouxeram-no para minha casa, ficou 11 dias, até melhorar, eu é que lhe ia levar a comida à cama. Agora, era chefe das Forças Armadas nestes lados. Viu-me e reconheceu-me, falaram entre eles em balanta profundo — se fosse balanta daqui eu percebia um bocadinho porque casei com uma mulher balanta. Saí e fui de novo para a cela, não me bateram. Depois, voltei para casa e estou aqui até à data de hoje, vou onde quiser. Que eu saiba, aqui nesta zona, mataram só duas pessoas: um de Mampatá outro de Mori. São os únicos que eu sei que morreram, porque fomos lá todos ver os corpos, na descida daquela bolanha onde está a escola, no lado esquerdo de quem vai para Bissau. **Galé Jaló, soldado da 3.ª Companhia de Comandos Africanos da Guiné**

Nós não lutámos por dinheiro. Quem luta por dinheiro são os mercenários, e os comandos não o eram. Os comandos juraram defender a sua pátria até à morte, foi isso que fizemos. Spínola prometeu uma Guiné para os guineenses, várias vezes. Foi obrigado a deixar o cargo de governador por ordem de Lisboa, porque os guineenses queriam que ele continuasse. Se Spínola tivesse ficado, a Guiné seria outra coisa. A última operação que fizemos foi a “Neve Gelada”, em Canquelifá, onde apanhámos material de guerra. Quando regressámos, recebemos ordem para ficarmos de prevenção. Disseram que vinham buscar-

-nos com dois aviões que estavam em Cabo Verde. Depois, ouvi um capitão chamado Ramos, paraquedista, dizer para o capitão Saiegh: “Há uma operação para vocês, mas não vão porque o barco está armadilhado, querem acabar com o Batalhão de Comandos.” O capitão mandou cancelar a operação, disse a Bettencourt Rodrigues, que era na altura governador da Guiné, que ninguém ia. Posteriormente, soubemos que o barco não estava armadilhado. Bettencourt Rodrigues, que era general, não queria deixar os homens do Batalhão de Comandos da Guiné irem para Portugal. Estas foram as informações que recebi, não sei se é verídico ou não.-Nessa altura, já sabíamos o que tinha acontecido a 25 de abril e que Spínola era o presidente da revolução. Ficámos no quartel de prevenção e o próprio Spínola ligou para lá, falou com o capitão Saiegh, que ficou como comandante do batalhão porque o capitão Folques — capitão branco do batalhão — foi trazido para Portugal com Bettencourt Rodrigues. Posteriormente, mandaram um major e um capitão brancos para tomar conta do batalhão, porque tinham medo que nos revoltássemos e isso seria um estrago. Naquele momento, tínhamos o batalhão africano armado. Havia pessoas que queriam vir para Portugal, não queriam continuar na Guiné. Outros não, porque já tinham família no PAIGC. No princípio, como os africanos gostam de ter muitas mulheres — duas, três, quatro mulheres, depende das possibilidades —, foi-nos dito que só podia ir uma mulher, mas se tivéssemos dez ou 15 filhos podiam ir todos. O capitão Glória Alves fez a lista com os nossos nomes. A guerra não estava perdida na Guiné, digo em alto e bom som que é mentira. Porque é que depois se perdeu? Isso já é outra coisa. Se consultarem no arquivo, vão encontrar cento e tal companhias de caçadores, duzentos e tal pelotões de milícia, um batalhão de comandos e duas companhias de fuzileiros. E a guerra estava perdida? Na cabeça de quem? Só das pessoas que fizeram o 25 de Abril. Só escapei porque havia um gajo que era motorista de um comandante do PAIGC e, quando começaram as perseguições, ele veio ter à minha casa, bateu à porta e perguntou: “Você conhece Oramato Combali?” Eu respondi que sim, era a minha esposa, e ele disse: “Antes de eu ir para o mato, ela era minha mulher, tivemos três filhos... Júlio,-sai de Bissau e vai para o Senegal. Estou a dizer-te isto do fundo do meu coração, porque vi que trataste bem dos meus filhos e não te posso trair. Aquilo que eu sei é que o PAIGC vai matar todos os

comandos, incluindo os graduados. Todos vão morrer.” Eu respondi que não. “Sou cidadão nacional, não vou.” Ele pediu-me: “Não digas a ninguém o que eu te disse, senão vão matar-me.” Entrou no jipe e foi-se embora, e eu sentei-me, acendi um cigarro e pensei no que ele me tinha dito. Na altura ainda não tínhamos entregado as armas, fui para o quartel, e o Carlos Fabião alertou-nos: “Têm de entregar as armas, vão receber seis meses de salário, isto em agosto, e depois, em 1975, cada um vai apresentar-se na minha unidade.” E eu fiquei a pensar: “Porra, o outro lá disse-me uma coisa, o Carlos Fabião está a fazer outro discurso.” Saí, fui ao gabinete do Glória Alves e disse-lhe: “Pretendo ir para Portugal, não quero ficar aqui.” Informou-me que ainda estavam a juntar os nomes dos homens que queriam ir e, mais tarde, quando recebemos os seis meses de salário, comunicou que algumas pessoas desistiram de vir para Portugal. Ouvei a versão deles, mas continuava a pensar no alerta que me tinha sido feito. Em agosto, entregámos as armas, foram buscar a caderneta, deram-ma e, quando abri, vi logo escrito “passou à disponibilidade”. Eu disse: “Porra, como é que é isso?” Passar à disponibilidade significava traição. O Glória Alves é que tinha a lista das pessoas que queriam sair, o major Moraes foi falar com o Spínola sobre a nossa vinda para Portugal. Assim que souberam que o Moraes chegou, mandaram um fax, com a assinatura de Spínola falsificada, para entregarmos as armas e foi o que fizemos. Quando o major Moraes regressou ao batalhão e viu que já tínhamos entregado as armas, levou as mãos à cabeça. Juro por Deus, ele pôs as mãos na cabeça e disse: “Eh, pá, como é que é, entregaram as armas? Então, eu fui tratar de vossa ida para Portugal, e vocês entregaram as armas?! Agora nada feito.” Não sei quem nos traiu neste processo, sei que o Glória Alves está no meio.

Em setembro de 1974 tive de fugir, quando cheguei ao Senegal, não tinha dinheiro, ficou tudo com a minha mulher. Lá, trabalhei num projeto de construção de estradas — tirava medidas de distância, de largura. Fiquei dois anos a apalpar terreno, depois fui à Embaixada de Portugal, a Associação dos Comandos já tinha entrado em contacto com Francisco Sá Carneiro para trazer os antigos combatentes que estavam no Senegal, e lá fiz o meu passaporte. Quando cheguei a Portugal, havia uma delegação da associação à minha espera. Fomos para a Avenida Duque d’Ávila, número 124, tinham lá jantar e tudo; depois

*levaram-me para uma pensão mesmo na avenida. Tratámos da papelada e, dois ou três meses depois, saiu a minha nacionalidade na conservatória. Comecei a trabalhar na fábrica de lanifícios Manuel Lopes Henrique, como operador de máquinas industriais. Quando saí de lá, arranjam-me trabalho no Montijo, como segurança. Depois, a Associação de Comandos perguntou-me se eu queria ir trabalhar como secretário da sala de desporto, no Jamor, fiquei lá até chegar a altura da reforma. A Associação de Comandos arranjava trabalho, e a quem ainda não tinha conseguido, dava dinheiro para comprar comida... Quando cheguei a Portugal, fiquei contente. Havia alguns amigos que não via há já muitos anos, principalmente o meu comandante do batalhão que era o Raul Miguel Socorro Folques. Viu-me, ficou contente e disse-me: “Faça já o seu processo de reforma.” Comecei o meu processo de reforma da parte militar que ficou concluído em 1983. **Juldé Djaguité, furriel da 2.ª Companhia de Comandos Africanos da Guiné***

As tropas portuguesas tinham armas, tinham aviões, tinham barcos, tinham tudo, mas foi a força da política que venceu a guerra. Digo isso porque estive lá e vi. No mato só se vê guerra, ninguém vê a política, mas os governantes de ambas as partes estavam a discutir com a comunidade internacional; nas Nações Unidas, é aí que se ganha a guerra. Enquanto nós estamos em guerra, a matarmo-nos, outros estão a escrever à comunidade internacional. A guerra foi ganha pela escrita, não pelas armas. É por isso que eu disse que guerra é política... se fossem só as armas, estaríamos em guerra até agora. O 25 de Abril foi um grande contentamento que nós tivemos cá na Guiné porque a guerra na colónia acabou, fizeram o golpe em Portugal, já não íamos morrer — o povo português, jovens, tropas portuguesas que vêm para a Guiné, deixaram também de morrer.

Depois da independência, o PAIGC começou a perseguir, a prender e a matar as tropas portuguesas. Os oficiais dos comandos que estavam cá foram mortos. Era ódio, um ódio por nós termos combatido contra eles. Entraram com muita força, deram cabo de nós. Ficámos debaixo deles, são eles que governam, não podemos alçar a cabeça e falar sobre o assunto. Eu nunca fui perseguido, tinha a minha caderneta militar, fotografias, mas, com medo, queimei tudo. Se o

PAIGC visse... mas Portugal tem todos os nossos documentos. A Guiné é livre para alguns, mas não é livre para as tropas portuguesas que estão cá. É livre para aqueles cuja família foi para a luta... Há uma guerra fria. **Julião Correia, soldado da 1.ª Companhia de Comandos Africanos da Guiné**

Sentimos que tínhamos perdido a guerra, que o PAIGC ganhou e que eles é que iriam governar. Quem teve a sorte de ficar na Guiné, era bom obedecer ao Governo guineense e cumprir com as suas obrigações como cidadão. Ficámos todos contentes, abraçámo-nos muito como irmãos. Depois do 25 de Abril, passámos à disponibilidade e voltámos para a nossa terra natal, que era já a República da Guiné-Bissau — todos os que ficaram eram bissau-guineenses. Trocámos o bilhete de identidade — de português para cidadão da Guiné, e todas as pessoas entregaram as armas.

Pode-se dizer que foi a sorte ou Deus quem me livrou do fuzilamento. Havia perseguições, aprendi a identificar o PAIGC, a saber quem é que eram. Mas eu também fui preso, já no ano de 1981. Levaram-me para o quartel, dormi lá uma noite. Acho que foram só intrigas, depois mandaram soltar-me e voltei para casa. Ninguém me bateu, ninguém me tocou. Fui para lá porque pensavam que eu estava ligado à FLING. Eu nunca conheci uma pessoa que fosse fuzilada. Ouvei dizer que isso aconteceu, mas não sei onde é que foram os fuzilamentos. Claro que tive medo, mas o que passou, passou. Depois da guerra, fui para o comércio, todos os fulas são descendentes de comerciantes. **Lamarama Djaló, furriel da 2.ª Companhia de Comandos Africanos**

O 25 de Abril aconteceu, mas nós não sabíamos o que era. Depois, houve aquelas negociações entre o PAIGC e o Governo, porque nós éramos para ir todos para Portugal, mas os nossos oficiais superiores comprometeram-se naquelas negociações. Pensaram que éramos um só: éramos pretos. A manifestação à porta da Embaixada de Portugal em janeiro de 1975 foi brutal — recrutaram polícias e tropas para nos expulsarem de lá. Tivemos sorte, alguém podia ter morrido lá. Bateram-nos mesmo à porta da embaixada. A guerra acabou, devíamos unir-nos, mas não veio a ser assim. O PAIGC estava

de um lado, lutaram por uma causa, pelo bem-estar da Guiné-Bissau. Nós lutámos pelo bem-estar dos colonizadores — isso foi a causa de muitos problemas, por isso muita gente morreu. Pensava-se que se alguém fosse graduado era porque fez alguma coisa para o ser, era perseguido. Eu deitei todos os meus documentos na casa de banho, afundei-os, porque se alguém dissesse que era tropa, se fizesse uma buscas em casa, não ia encontrar nada, seria difícil ter provas. Faziam rusgas, batiam à porta, abriam, olhavam e, se vissem que eras comando, levavam-te. Se não tivesses sorte, matavam-te. Se tivesses sorte, salvavas-te. Nós entregámos a farda e tudo: meias, cuecas, farda, botas, boina, entregámos tudo. As meias que os portugueses me deram tomaram-nas — pediram-mas e eu entreguei-lhas. A cartucheira que me deram, tomaram-na. O cinturão que me deram e o cinto mais pequeno, levaram tudo. O que é que faltava para me descontarem?

Tal como a polícia política que estava em Portugal sabia quem eram os que estavam contra o salazarismo — havia pessoas que os vigiavam —, muita gente nos conhecia e sabia que nós éramos tropa e de que tipo. Não nos pudemos esconder, estivemos mais de dois anos no quartel, as pessoas conheciam-nos. Temos mesmo vergonha — muitas vezes quando nos sentamos a conversar, não ousamos falar muito porque éramos contra a nossa terra. Tivemos sorte, porque alguns não morreram, mas contam-se pelos dedos. Estive preso durante três dias, o marido da minha tia foi-me libertar, tirou-me e trouxe-me para casa. Desde então, nunca mais fui perseguido. Dos que foram apanhados e levados para Cumeré, quase todos os outros morreram. Não tive uma vida boa, o dinheiro que nos pagaram no fim da guerra era bom, mas em termos de indemnização das tropas não era nada. **Lamine Camará, soldado da 2.^a Companhia de Comandos Africanos da Guiné**

A caderneta militar perdeu-se, as pessoas tinham medo dessa caderneta. Em 1980, comecei a trabalhar no Comité de Estado de Mansoa. O meu irmão mais velho é que me pôs lá, ele foi para o mato com o PAIGC e era comandante da polícia. **Luís Sambú, soldado da 1.^a Companhia de Comandos Africanos da Guiné**

A guerra acabou, voltei para a minha terra, para Farim. Fiquei aqui até que me virem prender. Prenderam-me, mas Deus ajudou. Apanhei aquele castigo, mas soltaram-me. Não fui para o Senegal, não fugi. Foi no dia 7 de março, o ano é que já esqueci: um homem que já morreu veio e disse-me que o fosse ajudar a pintar um carro no clube. Fui, mal entrei no carro, apareceram os militares. Levaram-me para a prisão, fecharam-me lá e no dia seguinte vieram buscar alguns presos e eu fiquei. Fiquei ali quatro dias. Levaram-me para o abrigo que estava no hospital, um abrigo de pedra, e fecharam-me lá. Perguntaram-me quem é que me mobilizou ou a quem é que eu mobilizei. Perguntaram se sabia do problema da gente que fugiu e foi para o Senegal. Eu disse que não sabia e eles insistiram. Na verdade, eu não sabia, ninguém me disse nada porque eu não ia fugir e deixar a minha mãe e o meu filho para me instalar na fronteira, não ia fazer isso. Quando fumavam um cigarro, queimavam-nos o corpo todo. Nas costas também tenho marcas.–Aqui em Farim éramos muitos comandos, mas muitos morreram. No dia em que vieram para eu cavar a minha cova, cavei-a e terminei. Fiquei de pé lá dentro. Ao fim da tarde, trouxeram-me para Farim e, quando escureceu, disseram-me: “Podes ir para casa.” Torturavam-nos mesmo. Naquele tempo, batiam-nos a valer, batiam-nos até ao amanhecer. Depois as perseguições acabaram, as coisas passaram. Estive preso um ano.

*Sim, perdemos a guerra. Se fiquei contente? Fiquei, porque não perdi um olho, não fiquei sem braços nem pernas. Entrei inteiro e saí inteiro, só isso já é uma grande coisa. Mas as armas não acabam uma guerra, o que acaba uma guerra é a caneta. **Luís Hernâni Quecói Turé, soldado da 2.^a Companhia de Comandos Africanos da Guiné***

Foi depois do 11 de Março de 1975 que começámos a ser perseguidos, e muitos fomos presos. Mas eu, tenho de ser muito sincero, não os culpo. Não os culpo porque nós fomos abandonados aqui, não fomos protegidos, fomos deixados à sorte. Fomos enganados. O que é que Portugal fez? Pagaram, já não me lembro quanto, mas parece que foram seis meses de ordenado, a partir de agosto de 1974, e disseram para a 1 de janeiro aparecermos nas nossas unidades. Há muita gente que ainda tem essa guia enganadora que deram às pessoas. Essa guia dizia que o salário seria pago até dezembro de 1974 e que a 1 de janeiro

os comandos se deveriam apresentar no quartel de Brá. Mas a quem é que nos íamos apresentar? Engaram-nos a todos e foram-se embora. Ouvei falar da manifestação à porta da embaixada em janeiro de 1975, mas eu não estive lá. Nessa altura, penso que já estava em Gabo, só depois mais tarde é que ouvi dizer que foram lá e foram corridos.

Eu não tenho nem fotografias dessa altura... a minha família rasgou tudo quando eu fui preso pela segunda vez. O meu irmão rasgou tudo, teve medo de ser preso por minha causa; eu tinha deixado até a minha caderneta militar. Pronto, paciência, são recordações que ficaram. Mas as pessoas estão revoltadas, como nós somos — fomos e continuamos a ser — a parte mais fraca, sofremos com isso. O que é que se pode fazer? Nada! Mas contente não estou; fico feliz, sim, quando encontro os meus camaradas e antigos chefes no regimento de comandos, quando se vai lá é tudo irmão, tratam-nos bem. Agora, da parte militar, não tenho boas recordações.

Depois da independência, dei aulas como professor primário durante dois anos e também trabalhei na alfândega como guarda-fiscal. Foi nessa altura que consegui partir, ajudaram-me. Fui para Portugal e fiquei de vez. Os comandos foram os mais perseguidos porque as outras tropas não iam para as zonas perigosas. A ida para Conacri, todas essas operações, eram só os comandos — foram os homens que deram mais trabalho ao PAIGC. Fui preso em 1975, quando dava aulas ali em Bula; fui preso três vezes, mas não sinto nenhum remorso por isso, o único remorso que eu tenho é pelos colegas que perderam a vida. Olha, desculpa, o que passou, passou. Não quero falar mais nisso, esqueci, são recordações, não vale a pena estar a repisar. Não vale a pena andar com um cão morto pela estrada, arrastado de um lado para o outro. Houve muitos que perderam a vida sem mais nem menos...

Quem me salvou foi Deus. Ninguém interveio para me salvar. Quando saí da prisão, deixei de falar com os meus irmãos e a minha mãe porque não foram saber de mim. Nunca tentei fugir, um dia chamaram-me, deram-me a minha roupa e mandaram-me embora. Muitos dos que estavam presos foram para o Senegal, mas eu disse que não iria para lado nenhum. Fiquei, demonstrei que não tinha nada a ver com política, que só trabalhava e apareceu-me uma oportunidade de trabalho na alfândega. Uma pessoa sensata, humana, ajudou-

-me. Quando fui para Portugal, veio pessoal da Associação de Comandos buscar-me ao aeroporto. Deram-me tudo o que queria na altura: um emprego. Agradeço isso tudo, agora a parte do Ministério da Defesa... **João Séco Mané, furriel da 1.ª Companhia de Comandos Africanos da Guiné**

Entreguei as armas no Batalhão de Comandos e disseram: “Vem um barco, quem quiser ir para Portugal pode ir com a família.” Mais tarde, homens lá do PAIGC chegaram e falaram connosco, que não nos iam fazer mal, nós confiámos que ninguém seria tocado. Afinal, foi tudo ao contrário, foi de mal a pior. Muitos dos que fugiram foram capturados e fuzilados. Eu simplesmente não fui a lado nenhum — morto ou vivo tinha de cá ficar. Nós éramos fortes na guerra, é por isso que os comandos são malvistas pelo PAIGC — chegaram aqui e sequestraram quase todos. Acusaram-me de ser tropa dos comandos, diziam que “os comandos são criminosos”. Não somos criminosos, não matei ninguém. Nunca. Ia para o estrangeiro para quê? Muitos fugiram para o Senegal, foram capturados lá e executados aqui. Usavam uma vala comum, deixavam-nos num quarto fechado, faltava comida e eles morriam lá. Maltrataram, mataram, executaram... Para quê? **Paulo Rodrigues, 2.º sargento da 1.ª Companhia de Comandos Africanos da Guiné**

Não me lembro como é que a guerra acabou, mas no fim da guerra eu estava em Bafatá. Passei à disponibilidade e, dois meses depois, a guerra acabou. Não me senti contente, mas com medo do PAIGC nos prender e matar. No início das prisões, fugi, refugiei-me no Senegal por um tempo, em Kolda. Mas a minha mãe veio-me dizer: “Se morreres, morres, mas volta para a Guiné.” A minha mãe não queria que eu estivesse longe dela, tinha-me só a mim, era o único filho. Foi-me buscar e voltei. Pus-me a trabalhar nos carros de transporte até que as prisões acabaram, deu-se o 14 de Novembro e as pessoas ficaram livres. Mas até agora há comandos que não têm confiança para voltar para a Guiné. O ódio que o PAIGC tem aos comandos é porque fomos sempre vencedores: éramos fortes, não recuávamos, fomos sempre em frente. É disso que eles têm ódio, mais nada. **Serifo Djau, soldado da 2.ª Companhia de Comandos Africanos da Guiné**

Bastava só teres sido comando, pronto, acabou. Sofremos muito, muito, muito... foi medo constante. Lembro-me de uma vez um vizinho me vir contar que um polícia lhe disse: "Olha, hoje vamos para a mesquita e todos os comandos que lá estiverem vão ser presos." Eu saí e arranquei para o Senegal, um gajo que era taxista e polícia levou-me até à fronteira, ele não sabia que eu ia fugir. Isto foi logo a seguir ao 25 de Abril. Fiquei oito meses no Senegal e a minha mãe disse-me para voltar para Bissau, que se responsabilizava pela minha vida. Voltei e, daí para a frente, ficou tudo mais calmo. Comecei a trabalhar na Câmara Municipal de Bissau, e em 1983 vim para Portugal. Quando houve o golpe de Estado, o Nino disse: "Todos os filhos de Guiné que queiram sair, que não estejam de acordo com a política, podem sair." Ainda hoje, entras na Guiné, e ainda há atritos entre os comandos e o PAIGC.

Quando cheguei a Portugal, os meus colegas dos comandos diziam que eu era PIDE do PAIGC. Não foi fácil. Não tinha trabalho e fizeram queixa de mim na Associação de Comandos, acusaram-me de ser traidor porque se o meu irmão era comandante do PAIGC, eu não precisava de vir. Trabalhava nas obras, um dia levantei-me de manhã e decidi que tinha de pedir ajuda ao comandante Raul Folgues, quando cheguei ao Regimento dos Comandos, começaram a gozar comigo e eu disse: "Vou entrar, você pode até dar-me um tiro aqui, mas eu vou entrar." O comandante desceu do gabinete e veio-me receber na porta — toda a gente ficou com a boca aberta —, pôs a mão em cima de mim e começou a perguntar por outros colegas. Cada pessoa que ele perguntava tinha sido fuzilada. Chorou tanto, tanto, tanto, aquele comandante. Conte-i-lhe a minha história, ele pegou no telefone e a Associação de Comandos arranjou-me trabalho em três dias numa fábrica de loiças em Sacavém; depois mandaram-me para o Parque de Campismo de Monsanto.

Quando cheguei a Portugal não conhecia ninguém, vivia numa casa da Associação dos Comandos, mandaram-nos para a Zona J de Chelas. Naquela casa onde estávamos todos, eu encostava uma cadeira à parede para dormir, não tinha onde dormir. Quando saí de lá, fui para o parque de campismo e montei uma tenda... Vivi nessa tenda 11 anos, com a minha mulher e os meus filhos. Quando era verão, era um calor enorme; quando vinha o inverno, era um

congelador. Até que comprei a minha casa. Uma pessoa sofreu muito aqui, mas pronto, tudo bem, é melhor este tipo de sofrimento. Hoje em dia estou bem, graças a Deus, tenho a minha casa, tenho a minha família. A vossa geração fala da universidade, a nossa geração falamos da guerra. Sempre vivemos debaixo do medo. Até aqui em Portugal, há colegas que têm medo de falar... eu estou a falar aqui porque agora não ligo, mas há colegas que se lhes pedires para terem esta conversa, não falam. **Abdulai Djaló, soldado da 1.ª Companhia de Comandos Africanos da Guiné**

Não podemos ficar contentes com o 25 de Abril porque o PAIGC veio com força para nos liquidar. Entregámos todas as armas em Bissau, mas os comandos foram os últimos porque estávamos preparados para ir para Portugal. Todos queriam ir, porque se ficássemos iam matar-nos. Depois de termos entregado a farda, os do PAIGC prometeram integrar-nos. Mal acabou a guerra, voltei para Farim, fiquei aqui e fui preso. Acusaram-nos de ser de um partido chamado FLING, mas eu nem sabia o que isso era. Passei seis meses na prisão sem nunca sair. Alguns foram mortos, outros foram libertados, mas com o corpo todo destruído. Há um homem que conheço e tem o corpo arruinado, não fez tropa nenhuma... vieram os do PAIGC com um carro e, durante a atuação de um conjunto no porto de Farim, olharam para as pessoas, apanharam quem quiseram e levaram para a prisão. Eu fui preso no mesmo dia do Quecói Turé, ficámos na mesma prisão; levaram alguns para Bissau, mataram outros no caminho, isso aconteceu tudo depois da independência. Eu, graças a Deus, nunca fui torturado; também graças à ajuda do meu pai que fazia uma mezinha para eu beber, a minha mulher é que a levava à prisão. O medo de ser preso acabou quando deram o golpe a Luís Cabral e o Nino tomou conta. **Malam Samá, soldado da 1.ª Companhia de Comandos Africanos da Guiné**

Alguém que viveu todo o tempo na guerrilha, não sabe o que fazer com um país, não sabe o que é a administração. Foi isso que nos trouxe problemas. Vieram e fuzilaram a antiga tropa comando. Foi um grande erro, podiam ter aproveitado essa gente para formação. O PAIGC veio de fora, não sabia o que se passava aqui, conseguiu a independência porque os portugueses foram obrigados. No

aspecto administrativo, quem trabalhava na parte colonial era melhor do que a administração atual do PAIGC. Qualquer indivíduo que tivesse estado na administração colonial e entrasse no Governo, era contestado pelos outros que foram à luta. Diziam: “Este era dos tugas, não pode fazer isto nem aquilo.” Acontece até agora. Depois da independência, começaram as perseguições. Foi duro. Todos os comandos fugiram, saíram para fora. Os que não foram capturados, fugiram e foram para o Senegal. Tinham que fugir, porque, se não, prendiam-nos e matavam-nos. Nessa altura, continuei a ser condutor táxi, mas com muitas ameaças. Um dia, estava no mercado do Bandim, na polícia, e alguém disse: “Este cabelo é para queimar!” lam-me queimar o cabelo todo, porque eu não o cortava, deixava-o grande. Mas tinha cuidado, estava calmo, conformava-me com tudo. Sabia que, se respondesse, era eu quem ia passar mal, então calava a boca. Aguentava porque tinha família, tinha mulher, tinha filhos...

O Nino deu um golpe de Estado a Luís Cabral e depois disso ficámos um pouco aliviados, a perseguição parou, passámos a ser tratados um pouco como guineenses — porque nunca consideraram aqueles que integraram a tropa portuguesa como sendo guineenses. Só nos diziam: “Estes são tugas.” **Mamadu Camará, soldado da 1.ª Companhia de Comandos Africanos da Guiné**

Passei à disponibilidade em 1974. Quando se deu a independência, eu estava a trabalhar na Polícia Militar e passei à disponibilidade. Disseram-nos que os portugueses iam embora, fiquei contente quando a guerra acabou, era independente, estava livre. Os portugueses não nos disseram nada, deixaram aqui todos os papéis, o PAIGC viu aquilo e saiu à nossa procura — se encontrassem um comando, apanhavam-no e lavavam-no. Foi uma traição deixarem cá esses papéis abandonados, sem piedade. Fiquei em Bissau até 1976, tirei a carta de condução e trabalhava num táxi; quando vi que as coisas estavam a ficar mais complicadas, que estavam a prender as pessoas pouco a pouco, fugi e fui para Bafatá. Em Bafatá não escapei, procurava uma forma de atravessar para o Senegal, mas não consegui. Apanharam-me a uma quarta-feira por volta das cinco e meia da tarde e trouxeram-me para Bissau. Perguntaram-me se tinha estado nos comandos, eu disse que sim. Pegaram-me

*na camisa, tiraram-me as calças, deixaram-me nu como um recém-nascido. Amarraram-me as mãos atrás e deitaram-me dentro do abrigo. Pisotearam-me, partiram-me todos os dentes na boca, deram-me pontapés, amarraram-me a uma corda como se fosse um animal morto pendurado. Escangalharam-me na prisão. Fiquei lá até ao dia seguinte, quando me desamarraram, estava paralisado — não podia estender os braços, não podia caminhar. Estive preso em Bissau seis meses e, depois, levaram-me para Caraxe, uma ilha. Estive lá em 76, 77, 78, em fins de 79 consegui escapar e fui para o Senegal, Guiné-Concaci, Costa do Marfim... **Mário Umaru Sani, soldado da 1.ª Companhia de Comandos Africanos da Guiné***

No dia em que o Spínola anunciou que a guerra tinha acabado, houve festa em toda a Guiné. Ele deu um golpe de Estado a Marcelo Caetano, em Lisboa, que depois levaram para o Brasil. Disse na Rádio Televisão Portuguesa: “A todos os comandantes que estão em África, na África Portuguesa, a guerra acabou.” Todos os tropas saíram e foram-se encontrar. Falámos, abraçámo-nos e convivemos com os portugueses. Fizeram comida para nós. Fiquei contente, muito contente, com o fim da guerra. Fizemos uma festa, todos a dizer “a guerra acabou, a guerra acabou”. A tropa portuguesa cantou o fado à noite, cantavam “vou para a minha terra”, cantavam muitas coisas bonitas. Cantavam “Guiné minha terra, vou-me embora”, diziam “saudades, vou ter saudades da Guiné”, mas que já iam embora. “Vou ver a minha mãe e o meu pai, há quanto tempo não os vejo, mas hoje vou para lá, nossa Guiné.”

A festa aconteceu antes de entregarmos as armas. Saímos do mato, da guerra, e chegámos ao quartel. Eram só sete horas quando ligámos o rádio e ouvimos Spínola a falar. Começou no mato: dançámos, atirámos as armas ao ar, fizemos a festa. Depois, veio um governador de Lisboa que disse: “A guerra acabou. Agora somos irmãos com os nossos inimigos.” Por isso, abraçámo-nos uns aos outros. Os portugueses pagaram-nos até ao fim do ano, com esse dinheiro, fiz a minha casa e gastei em comida, tenho muitos filhos. Só tenho uma mulher, mas cinco filhos — um está em Portugal, quatro estão na aqui Guiné. Mal acabou a guerra, casei com a minha mulher.

*Depois da festa, vieram dias difíceis. Prenderam muitos comandos e também mandaram muitos para Portugal. Aquele tempo era perigoso, diziam que éramos brancos. Quem tivesse combatido ao lado dos brancos era castigado, mas eu disse-lhes que nem todos puderam ir para o mato. Eles disseram que nós éramos colonos, que os comandos fizeram ostentação e que quem mandava agora eram eles. Não me mataram porque fiquei em Bissau, se tivesse vindo para Gabu matavam-me. Ficar em Bissau era melhor para nós porque, quando alguém era preso, muitas pessoas diziam: “Larguem-no, a guerra já acabou. A guerra é que nos fez inimigos, mas agora somos irmãos. Deixem-nos.” Os que não quiseram ficar, fugiram para o Senegal e um avião português veio buscá-los. Por isso é que há muitos em Portugal. Só levaram comandos. Em 1977 eu também ia fugir para o Senegal para apanhar “o tal” avião, mas pararam-me em Ingoré e trouxeram-me de volta. Acusaram-nos de ir para a FLING e depois trouxeram-nos para Bula, onde dormimos. Bateram-nos à brava e iam levar-nos para Canchungo, mas um comandante disse para nos trazerem para Bissau. Prenderam-me em Bissau e, no dia seguinte, levaram-me com outros para Caraxe. Era uma ilha, por isso não ficámos fechados, apenas nos largaram lá. Não podíamos fugir, à volta só havia água. Em Caraxe, comíamos o produto do nosso trabalho: cortávamos árvores, lavrávamos batatas e outras coisas. Luís Cabral tinha muitas vacas em Caraxe, que mataram para nós comermos. Depois, o Nino Vieira deu o golpe e libertaram-nos a todos. **Joaquim Boquindi Mané, furriel da 1.ª Companhia de Comandos Africanos da Guiné***

Do 25 de Abril? Lembro-me. Vocês ficam contentes quando andam à guerra? Contem-me! Ficam contentes com a guerra? Não... Se eu disser que não fiquei contente quando a guerra acabou, estaria a mentir. A independência foi uma coisa boa para a Guiné, como é que não haveria ser? Para mim, foi uma grande coisa, não sabia que era assim que íamos ficar, mas...

Em 1974, ninguém me perseguiu, mas alguns colegas foram perseguidos, outros foram mortos. Tive medo de que me viessem buscar e escondi-me. Quando sabes que há alguém que te procura, como é que não te vais esconder? Como é que não tens medo, se sabes que alguém te vai bater e não podes retaliar? Escondi-me, mas não fui para nenhum outro lado: para o Senegal ou para a

Gâmbia, como outros fizeram. Não sei se me procuraram ou não, a única coisa que sei é que fiquei aqui dentro de Bissau.

Em 1978, é que comecei a sentir que as coisas não estavam bem e fugi, fui para Bubaque. Sabes, os pretos podem negar muitas coisas, mas de comer não: ia a casa de um colega e comia lá; no outro dia ia a casa de outro e ficava lá. Nos anos 80, voltei. Até 1985, tive uma vida fácil, depois começou às curvas: comecei a trabalhar com o Galvão numa empresa de sucata. Nunca ouviste o nome do comandante Galvão? Esse mesmo é que veio a ser o meu patrão. O que recebia na empresa de sucata chegava, mas não dava para construir uma casa.
Fernando Cabral, soldado da 1.^a Companhia de Comandos Africanos da Guiné

Muitos amigos, irmãos, morreram sem chegar o dia de irem para Portugal. Tinham esperança de ir para receber o seu salário, mas não puderam. Ficámos jogados aqui. Tenho esperança de ter a minha reforma, mas quando? Tenho 77 anos, vou fazer 78... estou a acabar. Quando é que eu ganho dinheiro para ir lá... quando? Quem me leva?

Até agora, sinto-me português, tenho documento de comando português, mas o povo português não reconhece as tropas que lutavam lado a lado com eles. Os portugueses não reconhecem as tropas que eles tinham na Guiné. Se eles não nos reconhecem, o PAIGC, contra quem combatemos, é que nos vai reconhecer? Ficámos assim. Ficámos filhos sem pai e sem mãe! O pai não reconhece o filho. Eu quero ir a Portugal, mas não tenho condições. Quem me dá dinheiro? Eu sou português para sempre porque jurei a minha pátria.
Julião Correia, soldado da 1.^a Companhia de Comandos Africanos da Guiné

Durante a guerra, havia igualdade nos comandos, não havia diferença entre brancos e negros. Só depois da independência é que houve essa diferença. Eles voltaram com os filhos portugueses, alguns guineenses conseguiram ir para Portugal como portugueses, os que não conseguiram ficaram como guineenses. Tive um colega que era da artilharia, já faleceu, deixou duas filhas, e nem sequer teve direito a abono familiar ou a outro apoio que o Governo português pudesse

dar à família. Eu nunca pensei ir para Portugal porque tinha o meu pai e a minha mãe já velhos, tinha os meus irmãos que eram pequenos e eu cuidava deles. Não pensei ir a lado nenhum — fiquei a educar os meus irmãos e a tratar dos meus pais, o meu maior sonho era esse.

*Nós éramos da Guiné portuguesa que depois passou a República da Guiné-Bissau e todo o cidadão passou a ser guineense. Muitas pessoas que foram para a tropa colonial e ficaram aqui passaram dificuldades, ficaram velhos e doentes e não conseguiram o visto para ir a Portugal. Eu nunca reivindiquei nada, nunca pedi a reforma. Não é uma coisa que interesse para a minha vida quotidiana, nunca tive interesse pelo dinheiro, mesmo que considere que deveriam assumir essa responsabilidade. Nós fomos obrigados a ir à tropa, cumprimos o nosso papel como cidadãos portugueses. Os portugueses têm o nome de toda a gente que foi à tropa, deveriam chamar os que estão vivos aqui na Guiné. Nós agradecemos que haja bom senso, que Portugal reconheça que há alguns africanos que deram a vida deles para ajudar a defender os interesses portugueses. Agora, alguns perderam a vida, outros foram presos, mutilados, estão cansados, velhos, não têm nada. Portugal devia reconhecer aqueles que se sacrificaram pelo bem-estar português. Não foi pelo bem-estar guineense, mas pelo português. Era bom minimizar as dificuldades dos que estão a sofrer. Portugal abandonou todas as pessoas. **Lamarama Djaló, furriel da 2.^a Companhia de Comandos Africanos da Guiné***

*Acho que foi mau terem posto africanos a lutar contra africanos. Foi injusto. Os portugueses puseram pretos a combater contra pretos e, quando viram que a situação se tornou difícil, entregaram-nos, disseram para tomarmos a nossa terra. Nós estávamos com os portugueses, mas voltámos para a nossa gente. Quando a guerra acabou e aquela máquina entrou, não tínhamos nada a fazer. Do dinheiro que temos em Portugal não vi nenhum, alguns foram lá reformar-se, eu não tenho quem me leve. **Luís Sambú, soldado da 1.^a Companhia de Comandos Africanos da Guiné***

Não fiz nada de mal, não disse nada, não cometi nenhum crime. Se não fosse para a tropa, ai de mim; se ficasse, ai de mim; portanto tive que ir. Desde então, uma pessoa está assim sem serventia, sem nada. Também queria ter ido à procura da sorte lá fora, mas sem ajuda não pude fazer nada. Deus não quis, tudo o que Deus decide é o que te acontece. Até hoje, fiquei no sofrimento. Já não tenho esperança de um dia conseguir ir para Portugal. Por isso, voltei e entrei no mato para poder semear para o meu futuro e para os meus filhos. Se ficasse só de braços cruzados, o que é que iria comer amanhã? **Luís Hernâni Quecói Turé, soldado da 2.^a Companhia de Comandos Africanos da Guiné**

Não tive oportunidade de ir para Portugal. Se alguém disser que os comandos tiveram oportunidade, não é verdade. Não podias sair daqui, não ousávamos. A gente que estava em Gabu, Pirada, escapou porque estavam perto da fronteira. Para sair de Bissau, naquele tempo, não podias passar em Safim sem documentos, tinhas de dizer para onde ias e quem eras. Ficámos só no esconde-esconde. Queria ir, se tivesse tido oportunidade, mas não tive. Não encontravas ninguém que te ajudasse. Do que eu precisava muito era da minha caderneta. Se tivesse a minha caderneta, tinha possibilidade de arranjar dinheiro para ir a Portugal. Mas sem a caderneta... a forma como a embaixada nos trata não é boa: marcamos lugar às cinco horas da madrugada, damos o nome para sermos atendidos, mas, numa semana, só atendem nove pessoas. Portugal abandonou-nos, recusou-se a reconhecer-nos, isso não está bem. Nós, os que ficámos, ficámos só nas mãos de Deus.

É triste, um homem luta por uma causa e não é reconhecido. Em outras partes do mundo... Se chegares ao Senegal, vês como os antigos combatentes que lutaram ao lado das tropas francesas são tratados. Construíram muitas casas para eles morarem. Sinceramente, porque é que não fui para a luta de libertação? Virei-me contra os meus parentes, contra os meus irmãos, afinal por quem é que lutei? É por isso que na guerra de 7 de junho fui para ser instrutor. Portugal deve reconhecer os seus antigos parceiros que o serviram. Porque nós violámos o princípio da nossa própria terra. Alinhámos com os colonizadores. Combatemos contra os nossos parentes, os nossos irmãos.

Sinto-me português porque eu sou português. Se jurei a bandeira portuguesa, sou mesmo português, ou não é verdade? Se combati contra a bandeira do PAIGC, é à outra parte que pertenço. Sou guineense, realmente sou guineense, mas, se me perguntarem, vou dizer que pertenço a Portugal. Porque eu jurei a bandeira portuguesa. Se hoje passo mal é por causa dos portugueses, não do PAIGC. Eles estavam no mato, na luta de libertação, chegaram e prenderam-me porque estava contra eles e, por isso, castigaram-me. Isso não justifica as prisões e os fuzilamentos. Se nos dissessem que o PAIGC podia ganhar a guerra na Guiné, não acreditávamos, porque nós tínhamos barcos de guerra, helicópteros, aviões de guerra, jatos, tínhamos de tudo. **Lamine Camará, soldado da 2.^a Companhia de Comandos Africanos da Guiné**

Foi um irmão que jogava no Sporting que me ajudou a conseguir o visto e o bilhete de avião para ir para Portugal. Fui em 1990 preparar a minha reforma, enquanto trabalhava nas obras. Foi na Associação de Comandos que tratei de tudo. Quando cheguei, apresentei-lhes os meus documentos, e disseram-me: “Podes circular à vontade, ninguém te vai prender aqui em Portugal.” Até que Deus me ajudou e consegui a reforma militar.

Portugal é a minha pátria porque eu vivia no sítio dos portugueses, eles é que me pagavam. Aqui na Guiné estou como estrangeiro — tenho nacionalidade portuguesa, passaporte português; nós aqui não contamos como filhos do país, dizem “vocês são portugueses”. Atualmente, tudo já passou, as pessoas têm liberdade, podem falar à vontade, ir onde quiserem sem problemas, como comandos. **Malam Samá, soldado da 1.^a Companhia de Comandos Africanos**

A princípio, chateei-me muito com o Governo português, porque não tinha condições de viver aqui. Muitos colegas foram executados, sem mais nem menos, só por intriga. Eu tive sorte, porque não fui executado. A minha esperança é ir a Portugal tratar da minha saúde: primeiro, saúde, segundo, a minha aposentação. É só o que me interessa agora. Estou a tratar da passagem, dos documentos. Só falta casar pela igreja civil, depois tratar do passaporte e ir-

-me embora; falta-me o dinheiro para acabar de tratar [do passaporte]. Quero ir e voltar, esta é a minha casa, quero ficar com a família. Tenho duas filhas e dois filhos. Eram 12, mas morreram e ficaram só quatro. Não são só de uma mulher — a minha mulher só tem três filhos, o resto foi tudo fora. Paulo Rodrigues, 2.º sargento da 1.ª Companhia de Comandos Africanos da Guiné

4.4.2 O direito ao reconhecimento

Eu sou português. Sou português porque nasci debaixo da bandeira portuguesa, tinha o bilhete de identidade antigo de Portugal. Sentia-me português, mas foi muito difícil ter a nacionalidade. Meti o requerimento e só depois de um ano e tal é que consegui, através da via militar. O meu irmão que estava cá tinha uma namorada portuguesa que me passou uma procuração, um termo de responsabilidade, juntei tudo com o documento militar e saiu a minha nacionalidade portuguesa.

Recebo uma reforma por ferimento em combate das Forças Armadas e, até hoje, tenho problemas. Fui à consulta, fizeram-me exames e o médico deu-me 60% de incapacidade, mas na Junta Militar deram-me apenas 10%. Há pouco tempo, ainda este ano, tive de meter um requerimento ao Estado Maior das Forças Armadas a pedir para reverem a minha situação, a ver se aumentavam o grau de ferimento em combate porque estou a sofrer muito da coluna. Caí nas minas, tenho cicatrizes grandes, mas o segundo médico que me consultou não foi com a minha cara e isso também conta. Os novos médicos são jovens e não dão valor a essas coisas da guerra: “Eh, pá, você sofre da coluna, mas na sua idade toda a gente sofre de coluna.” Até hoje, ainda não tive resposta. Comecei a sofrer de coluna quando caí na mina, o médico que me operou, em 1972, disse-me logo: “Ó meu filho, você vai sofrer da coluna mais tarde.”

É muito difícil para quem ficou na Guiné ter nacionalidade, e reforma também é muito difícil. Alguns, ainda agora... têm nacionalidade, mas não têm reforma. Sinto muita pena dos comandos que ficaram na Guiné — pegaram nas armas comigo, entrámos naquela mata juntos, lutámos, e estão lá sem nada! Sem terem de que comer. Há um colega meu que me ligou a pedir dez euros para comprar açúcar... Dez euros! Da Guiné para cá... Dez euros. Aqueles oficiais

tinham escola, eram militares, podiam ter sido aproveitados nas fileiras do PAIGC. Mas pegaram naquelas pessoas todas e fuzilaram. Quem é que ganhou? O que é que o país ganhou com isso?

Eu sinto muito, muito, muito, muito, mas não posso fazer nada. Cada mês, podiam dar-lhe pelo menos 20 euros para comprarem arroz, para comerem, não é muito para o Governo português, mas lá é muito.

*Sou português. Sinto-me como português, porque uma pessoa não se pode esquecer onde é acolhida. Eu sofri muito aqui em Portugal, fui discriminado, mas hoje em dia isso tudo acabou. **Abdulai Djaló, soldado da 1.^a Companhia de Comandos Africanos da Guiné***

*Ah, o comportamento de Portugal... A tropa branca foi embora, nós ficámos. Os brancos fizeram o que podiam, não há problema. Não podiam levar-nos a todos, alguns foram, outros ficaram. **Armando Paulo Sambú, furriel da 1.^a Companhia de Comandos Africanos da Guiné***

Como é que não me haveria de sentir como um português? Naquela altura eram eles que mandavam. Se os portugueses quisessem tratar bem os comandos, não os teriam abandonado. Como não fizeram nada de bem, foram embora... Apesar de que, querendo ou não, o que foi, já foi.

Não falo com nenhum dos colegas que estão em Portugal. Houve um ano em que o Abdulai veio cá, antes de o irmão morrer. Sentámo-nos e divertimo-nos juntos. Era meu amigo, dávamo-nos bem. Conta-lhe!

Há quantos anos é que o tuga se foi embora? Desde essa altura que dizem que darão o dinheiro às pessoas, mas onde é que ele está? Nem 25 francos. Acho que tenho direito porque trabalhei, deveriam pagar-me. Eu aqui doente, há quantos anos? Diziam que tínhamos direito a pensão... Até hoje. É até sairmos do caminho e morrermos. Quando morrermos, comam-no vocês. É isso que vocês querem? Uma pessoa trabalha para vocês e vocês não o reconhecem. É mau!

Queria dizer ao presidente da República de Portugal para me darem aquilo que é meu. Sei que nunca me vão mandar vir buscar, e eu não tenho nem dinheiro para ir. Se não tenho dinheiro para comer, o que fará para ir a Portugal buscar o que me devem... **Fernando Cabral, soldado da 1.ª Companhia de Comandos Africanos da Guiné**

Quando saí da prisão, procurei maneira de fugir: fiz o passaporte da Guiné-Bissau, paguei o avião para Cabo Verde, e depois fui para Lisboa. Se te vires aflito, tens que fugir. Fiquei uma semana na ilha do Sal, até encontrar maneira de viajar. Foi um colega que me pagou a viagem para poder chegar a Lisboa. Fui para Portugal ver se recebia o meu dinheiro. Um dos meus colegas disse-me: “Se fores lá consegues aquilo a que tens direito.” Tratei dos documentos, andei, andei, durante três anos sem resultado. Fui trabalhar nas obras em 1979 — a minha primeira obra foi na Estrela, no quartel da Estrela, depois trabalhei em Fátima, no Rossio... Estive nas obras até regressar e cá estou hoje. Olha só para a minha casa, ficavas contente? Eu também não estou contente.

Quando cheguei a Lisboa, fiquei na Rua das Laranjeiras, depois em Odivelas, e depois passei para a Quinta do Mocho. Fiz serviços em todo o lado para voltar, fui até à ilha do Rato, no fim de Portimão. Conheço aquilo tudo. Na barragem do Alqueva, estive seis meses. O meu último trabalho foi na boca de Odivelas — agora não me lembro do nome —, estive lá sete meses à procura de maneira de voltar para casa. Não tinha dinheiro, não tinha nada, e fiquei doente. Baixou-me a tensão, durante mais de uma semana não saí de casa. Nem a minha Segurança Social encontrei maneira de ir buscar. Tenho todos os meus documentos, mas não há nada a fazer, agora resigno-me e confio em Deus.

Quando cheguei, um homem com quem vivia disse-me para ir à Associação dos Antigos Combatentes para me darem o boletim da tropa. Deram-me o boletim da tropa e fui apresentá-lo. Fiz documentos e mais documentos, alguns tenho aqui, outros deixei em Lisboa, deitei-os fora. Corri por todo o lado, mas não resolvi nada, não tive sorte, desisti.

Estive lá uns... nove anos. No total foram uns 16 anos, estive em Espanha e Inglaterra, fui à Austrália 20 dias. Tentei, tentei e não consegui nada. Pensava

que me iam reconhecer, mas como não me reconheceram, não há nada a fazer. Pensava que estava ao lado dos brancos na guerra, que iam ter pena de nós que estivemos junto com eles. **Galé Jaló, soldado da 3.^a Companhia de Comandos Africanos da Guiné**

Ninguém me tratou mal em Portugal, sempre trabalhei num bom sítio, mas o que me revoltou mais foi a situação militar. Isso que me fizeram na tropa... Quem tem culpa é o Ministério da Defesa, meteram lá pessoas que não percebem nada, que nada fizeram por Portugal. Eu fiz mais para Portugal do que aquela gente que está lá no Ministério da Defesa. Aqui na Guiné há viúvas de comandos, filhos, mas vão lá fazer o quê? Ficam lá 15, 20 anos atrás de uma pensãozita, acabam por morrer lá também. Aí é que está o problema todo, é complicado. O balanço mais pesado está num lado só. Se eu tivesse dinheiro metia essa gente em tribunal. **João Séco Mané, furriel da 1.^a Companhia de Comandos Africanos da Guiné**

Um colega meu mandou-me o dinheiro da viagem e fui para Portugal. Lá, fiquei doente, estive no Hospital Egas Moniz — um hospital grande e bom. Quando estava lá disse ao meu médico: “Quero ir para a Guiné.” E ele respondeu: “Não vá, na Guiné não há nada.” Fiquei lá dez anos, trabalhei como guarda noturno na casa de oficiais das obras. Fui para Portugal para receber a reforma, preenchi todos os documentos, fiz tudo o que me pediram. Disse-lhes: “Nós trabalhamos para vocês, como é que vamos fazer?” Havia gente com 5% de incapacidade a receber a reforma, a mim disseram-me que, com 15%, não podia receber, só se tivesse 30% de incapacidade. Onde é que eu ia arranjar os outros 15%? Fui ferido — levei um tiro, fiquei inconsciente — e ele diz que não me encontrou nada?

Fiquei quase dez anos em Portugal para conseguir a reforma e não consegui. Andei até me cansar e pensei “bom, talvez seja Deus que não quer”. Pelo menos tenho bons amigos aqui na Guiné, com quem me dou bem. Embora sejam velhos, são os meus amigos. Tenho passaporte português, mas passou do prazo. Agora está em Bissau e vai ser renovado juntamente com o bilhete de

identidade português que também tenho. Joaquim Boquindi Mané, furriel da 1.ª Companhia de Comandos Africanos da Guiné

Digo e continuo a dizer que os comandos africanos que foram abandonados na Guiné são portugueses. Havia um exército que Portugal formou e abandonou. Estes homens foram fuzilados, não tiveram ajuda de ninguém. Na altura eram portugueses, hoje em dia são considerados estrangeiros. Eu fui sempre português e continuarei a ser português até morrer. Não sou português de segunda: estou registado na conservatória e tenho nacionalidade portuguesa. Mas também posso dizer que, mesmo sendo português de primeira, fui discriminado em Portugal. No serviço social do Campo Pequeno, sabe o que é que a senhora que lá estava me disse? “Porque é que está a reivindicar habitação? Porque é que não volta para a sua terra?” Disse-me assim, pessoalmente. Percebi que não havia hipótese de ter uma habitação digna, algo a que todos temos direito. Respondi à senhora: “Não venho pedir habitação por um favor. Lutei pela pátria portuguesa, não é você que me vai mandar para a minha terra. Sou cidadão nacional como você.”

Nos comandos não havia distinção entre brancos e pretos. Todos os que tivessem boina vermelha eram comandos. Nem posso dizer que havia diferentes graus de dificuldades entre as missões de comandos da metrópole e africanos. Não posso comparar isso porque, por exemplo, há portugueses que lutaram pela pátria no Ultramar e estão mal, mais do que africanos. Quando digo que fomos carne para canhão, refiro-me ao período depois da independência. Se uma pessoa, graduada por bravura, chega à altura de receber a reforma e lhe dizem que não tem direito... Quando alguém vai para a tropa, com 20 anos, não goza a juventude e está com 100% das capacidades e da saúde; quando sai das Forças Armadas, as capacidades e saúde estão diminuídas, por isso tem de haver direito a uma compensação.

O Acordo de Argel diz para indemnizar as pessoas que serviram a pátria portuguesa. Se esses elementos morreram, quem deve ficar com essa compensação são os familiares. Se Portugal recusou dar essa compensação, o que é que as pessoas podiam fazer? Manifestar-se, conforme os guineenses estão a fazer. Não há ninguém que viva do vento. Há alguns órfãos que não

conheceram o pai porque foi fuzilado. E porquê? Fuzilaram esses elementos porque serviram a pátria portuguesa e foram considerados traidores.

Spínola sempre disse: a Guiné para os guineenses. Quando fomos graduados no Batalhão de Comandos, Spínola dizia que os futuros graduados é que iam tomar conta da Guiné. Mas o que é que aconteceu? Na altura em que saímos da tropa deixámos de ser graduados, porque fomos carne para canhão. Hoje em dia, os que não fizeram nada na guerra estão no Parlamento, fazem o que querem. Nós, que lutámos pela bandeira portuguesa, somos abandonados.

O meu coração está partido em dois. Não aconteceu aquilo que eu desejei para a minha terra natal. Muita gente foi fuzilada, muitos colegas. É por isso que sou meio guineense. Portugal era a minha terra de sonho, mas vi que não era bem assim porque há racismo camuflado. Quando alguém vai a uma junta médica, sabe o posto que tinha — graduado por bravura — deveria receber por isso. Como é que agora dizem que o fulano graduado não tem direito a receber pelo posto que tinha?

O golpe de Estado de 14 de novembro fez-me confusão por duas coisas. Luís Cabral era presidente, Nino Vieira foi primeiro-ministro. Quando Nino Vieira diz que fez o golpe de Estado pelos guineenses que foram fuzilados, onde é que ele estava quando esses fuzilamentos aconteceram? Qual era o posto que Nino Vieira ocupava? Isto, para mim, é uma estratégia falsa, porque quando se é primeiro-ministro, quando há algo errado no país, tem-se o direito de intervir e de chamar à atenção. E, na altura, o Nino não fez isso.

*É triste, porque neste momento estou a pensar nas almas dos meus colegas que foram fuzilados vivos, com um tiro na nuca. Podiam ter ensinado aos filhos o que era ser militar, o que é conservar o património do Estado, que um militar não acaba com a população, mas mobiliza-a. Na Guiné até houve civis régulos que foram fuzilados. Será que Nino Vieira não tinha conhecimento disso? Tinha. Nino andou dez anos com o PAIGC, pegou nos seus altos dirigentes — principalmente os balantas que foram os mais sacrificados na luta armada — e matou esses elementos. **Juldé Djaguité, furriel 2.^a Companhia de Comandos Africanos da Guiné***

Gosto muito da Guiné, eu sou dos guineenses, mas o meu desejo também é ir a Portugal para tratar da minha reforma. Até hoje não tive possibilidade de contactar ninguém. Estou aqui — vivo, velho — não sei como hei de fazer. Antes sentia-me português, quando trabalhava na oficina de Mansoa, não tinha mais ninguém com quem conversar a não serem as tropas portuguesas. Só não me sentia conformado no tempo da Guerra Colonial porque, depois, o PAIGC deu-me a noção do que era a colonização. Mas eu não tenho nada contra Portugal — quando estava junto com os brancos sentia-me como português, até tínhamos bilhete de identidade na altura. Depois da independência, fiquei com o bilhete de identidade da Guiné-Bissau, portanto sou guineense. Mas até hoje tenho memória dos camaradas que tenho em Portugal, sinto muita vontade de os encontrar.

*Depois da independência, a Guiné tornou-se livre, a partir daí, comecei a sentir-me guineense. Gosto muito da minha terra, mas se naquela altura alguém me dissesse que podia levar-me para Portugal para continuar os estudos, para me formar, eu tinha ido. Naquele momento, eu era português, mas na minha cabeça não parei de ser guineense. Sinto que a própria pele diz que eu sou africano, africano da Guiné-Bissau, mas lamento pelos portugueses, coitados, que vieram para aqui trazidos à força, alguns morreram. Vieram fazer a guerra, mas têm saudades, hoje pagam bilhete só para virem encontrar-se com amigos guineenses que estão cá. Se eu tivesse possibilidade, iria à procura daqueles camaradas portugueses meus amigos, encontrávamo-nos nem que fosse pela última vez, porque tenho saudades deles. **Mamadu Camará, soldado da 1.^a***

Companhia de Comandos Africanos da Guiné

Há colegas meus que conseguiram ir a Portugal e têm reforma. Mas eu não consegui porque estou doente e não tenho ninguém que me ajude. Estou sozinho nesta casa, não tenho meios, fico aqui à espera da morte. O PAIGC devia-nos ter tratado como cidadãos, mas não o fizeram, só prenderam e mataram. Só as feras matam assim. Depois de ter escapado de Caraxe em 1979, só voltei à Guiné-Bissau no dia 6 de abril de 2006. Todos os dias olho para essa fotografia [onde está vestido com a farda dos comandos] quando me levanto e é triste. Olho para ela e lembro-me da minha vida. Não há ninguém que me diga

“venho ajudar-te”. Ninguém. Agora estou aqui na esperança de que um dia Portugal virá, mas não é possível. Se tivesse boa saúde trabalharia, tenho carta de condução... Não posso andar bem, esta anca não tem força, nem um balde de 10 quilos posso levantar, por causa da fraqueza.

Fui à Embaixada de Portugal para perguntar quais eram as possibilidades, deram-me esse papel [comprovativo em como integrou os comandos passado em 2010 pelo chefe de secção das ex-províncias ultramarinas em Lisboa]. O que é que posso fazer? Só os portugueses me podem ajudar, mas não aceitaram, abandonaram-nos. Sinceramente, abandonaram-nos a todos completamente.
Mário Umaru Sani, soldado da 1.^a Companhia de Comandos Africanos da Guiné

Portugal é que é a nossa pátria. Nós não temos outra língua que não a língua portuguesa. A independência é boa, mas nós sentíamos bem no tempo anterior porque havia de tudo. Neste momento, não temos possibilidade de ir tratar da reforma, estamos mal. Se tivéssemos meios para ir a Portugal, seria muito bom. Os portugueses disseram: “Quem tiver possibilidade de ir a Portugal, vá tratar da reforma e é português.” Há muitos colegas que foram lá — Boquindi Mané, João Seco Mané... De dois em dois meses, de três em três meses, o ordenado vem, têm lá alguém que o recebe, mas eu não tenho essa possibilidade, já sou velho e não tenho maneira de ir. Estamos assim, virados de cabeça para baixo. Seremos portugueses até sempre, bem ou mal, nós somos portugueses. A Guiné é a minha terra, mas a minha alma está em Portugal. Portugal não nos abandonou, já tinham mandado o dinheiro para pagar às tropas portuguesas que estão cá, mas as tropas do PAIGC, no tempo de Nino Vieira, detiveram-no e não nos pagaram.
Serifo Djau, soldado da 2.^a Companhia de Comandos Africanos da Guiné

Capítulo 5 | Conclusões: denunciar o silenciamento, questionar a História

Poderias ter demasiada história, se uma única narrativa histórica limitada ganhasse o monopólio e fosse infinitamente repetida. (...) Agora tem-se tornado necessário complexificar simplificações excessivas, para oferecer uma história plural. (Ranger, 2004, p. 219)¹⁵⁴

A forma como se construiu uma narrativa e memória coletivas sobre a participação dos comandos africanos da Guiné na Guerra Colonial/de Libertação deve ser problematizada de modo a possibilitar a integração das vozes destes homens numa “política de memória” (Boyarin, 1994; Hodgkin & Radstone, 2003), em contraponto à “política de esquecimento” (Yerushalmi, 1988) que a tem encoberto ao longo das últimas mais de quatro décadas. Pretende-se, assim, que o espectro do conhecimento histórico seja alargado para além das narrativas fixadas pelas histórias oficiais, desencobrando silenciamentos (Spivak, 1993) e descentralizando os saberes e experiências que contribuem para a História (Mazrui, 1985; Vansina, 1985; Thompson, 1988; Santos, 2002), numa tentativa de dar um outro corpo histórico ao passado, como profetizou Walter Benjamin (1987):

O passado traz consigo um índice misterioso, que o impele à redenção. Pois não somos tocados por um sopro do ar que foi respirado antes? Não existem, nas vozes que escutamos, ecos de vozes que emudeceram? (...) Nesse caso, como cada geração, foi-nos concedida uma frágil força messiânica para a qual o passado dirige um apelo. Esse apelo não pode ser rejeitado impunemente. (p.222)

Sobre a Guerra Colonial/de Libertação da Guiné, escreveram-se centenas de livros e publicações, organizaram-se palestras, colóquios, conferências e debates, realizaram-se reportagens televisivas, celebraram-se efemérides... Mas, passados mais de 45 anos do seu fim, são vários os fragmentos deste capítulo da História que continuam invisíveis, numa teia que, até hoje, não foi desenleada. “E dos comandos africanos, o que é que sabe?” Esta pergunta, várias vezes repetida ao longo desta pesquisa, pôs corpos a transpirar desconforto, empurrou olhares em direção ao chão, fez vozes baixarem de tom, mas também foi alvo de profunda indiferença. Reações automáticas que

¹⁵⁴ “You could have too much history, if a single narrow historical narrative gained a monopoly and was endlessly repeated. (...) Now it had become necessary to complicate over-simplifications; to offer a plural history” (Ranger, 2004, p.19).

aparentavam ter, no seu âmago, uma mistura de recalçamento, vergonha, medo, incompreensão, preconceito ou total desconhecimento. Reações que contrastaram com as da maioria dos relatos destes homens, que falaram com avidez de uma das fases mais marcantes das suas vidas, na qual muitos remexiam, agora, pela primeira vez. Um passado do qual, à distância de quase 50 anos, recordam a raiva e o sentimento de injustiça que sentiram e sentem pelo abandono a que Portugal os votou e as marcas deixadas pelas perseguições a que o PAIGC os submeteu. Mas onde coabitam, num mesmo sujeito e ao mesmo tempo, memórias de uma juventude perdida, de laços de amizade, de feitos heroicos. Reminiscências que deambulam entre a nostalgia das recordações de juventude e a amargura de quem traz à tona a aspereza da vida.

É a primeira vez que conto esta história. Nunca, nunca falei com ninguém. (...) Recuso. Recuso contá-la. Nunca aceitei contá-la, nem para alguém vir. Nunca. (...) É uma história que me faz desmoralizar completamente. Todos os dias tento e tento esquecê-la, tirá-la da cabeça. Todos os dias penso tirá-la da cabeça. Porque se ficar na cabeça é um peso para mim, um peso doloroso. Apanham-te e metem-te num tanque de água e dão choques elétricos. Atiram-te fora do tanque. Eu preciso de fazer tratamento. Mas agora não tenho possibilidades, já tenho 68 anos. Para gastar esse dinheiro no tratamento, melhor morrer. Já não há mais hipóteses. Não há hipótese.
Mário Úmaro Sani, soldado da 1.^a Companhia de Comandos

Na Guiné, os comandos africanos da FAP são até hoje apontados como aqueles que foram capazes dos atos mais atrozés durante a guerra, o inimigo, o mal, os traidores da luta de libertação, a ameaça à unidade. Desta forma, como analisa Maria Paula Meneses (2015) referindo-se ao contexto pós-guerra de libertação em Moçambique, evitam-se debater as diferenças culturais e políticas e tenta-se estender a todo o território a visão de nação assente na grande narrativa gerada pela luta anticolonial, “centrada na denúncia do colonialismo e dos seus vícios”. Durante anos, mesmo depois das perseguições e fuzilamentos a que foram sujeitos, os comandos africanos continuaram, como explanado no capítulo 4, a ser considerados criminosos de guerra. Hoje, apesar de inseridos na sociedade bissau-guineense, sem medo de falar ou sofrer represálias, continuam a ser um assunto tabu — “uma questão sensível para os guiguis” —, como tantas vezes foram referidos.

As pessoas confundem, dizem que tudo o que aconteceu foram os comandos, só por ser um preto. Os comandos africanos começaram a formação em janeiro de 1970, tudo o que aconteceu em 1963, 64, 65...

eram companhias de comandos brancos misturadas com pretos. Muita gente fala dessa altura como se fossem os comandos africanos, mas não. Pensam que é tudo comandos. Comandos era só ali em Bissau. Chamavam comandos só por serem pretos, não os distinguiam. João Séco Mané, furriel da 1.^a Companhia de Comandos Africanos

Acusavam os comandos de colaborar com a FLING para fazer um golpe. Eu nunca vi a FLING, não sei quem eram, só ouvi dizer que existiam. Lamarama Djaló, furriel 2.^a Companhia de Comandos Africanos

O PAIGC diz que os comandos faziam mal às pessoas, que eram os mais violentos.... Dizem-no porque assim não ficam mal. Eu nunca vi um comando maltratar a população. Prendiam-se mulheres e crianças e eram trazidas para a cidade. Perguntava-se-lhes se tinham algum parente na cidade, se dissessem que sim, ficavam com os seus parentes. Mas isso que dizem que os comandos faziam — que matavam, que faziam isto e aquilo —, não. Mas ninguém se atreve a levantar-se e a dizer que não é verdade, não ousas fazer isso. Se o fizeres, ficas mal; por isso, tens que ficar calado. Luís Hernâni Quecói Turé, soldado da 2.^a Companhia de Comandos Africanos

A guerra na Guiné foi um bocadinho complicada, mas, quando acabou, todos foram heróis, todos contam a história à sua maneira. Diziam que nós fomos para a guerra, que matámos e tal, mas a realidade não é assim. Estou a dizer a verdade, não estou aqui para falar pela causa de Portugal, não estou aqui para falar pela causa da Guiné. Estou aqui para dizer a verdade. Por exemplo, dizerem-me que nós cortávamos cabeças, cortar a cabeça para quê e deixar o corpo lá? Mas para quê? Para que é que aquela cabeça serve? Isto tudo é lenda, é o que as pessoas falam, mas não é verdade. Abdulai Djaló, soldado da 1.^a Companhia de Comandos Africanos

Em Portugal, alinhando pelo mesmo diapasão do profundo desconhecimento da sociedade portuguesa sobre o passado colonial do país, a africanização da guerra tem sido, até agora, um não-assunto, encoberto por um silêncio que oculta recalque e repressão (Cunha, 2005). Marcelino da Mata, o comando anteriormente apresentado nos capítulos 3 e 4 que combateu nas FAP na Guiné e morreu em 2021, é um dos poucos nomes conhecidos; uma espécie de mascote usada pelo discurso oficial para provar e reforçar o lugar-comum do cão integradora e pouco racista foi a colonização portuguesa em África. Do lado português, é invariavelmente apresentado como “um dos militares mais condecorados do Exército”, sem nunca ser problematizado o significado desse epíteto, se questionar o universo que representava ou sequer as motivações para cada medalha conseguida. Do lado bissau-guineense, é referido como um criminoso de guerra que cometeu crimes monstruosos.

Ambas as perceções são resultado de uma política de memória fortemente toldada pela história oficial dos Estados (Scott, 1998; Bhabha, 2004b). Há uma ferida aberta que, de ambos os lados, nunca foi sarada. A manutenção de uma

narrativa una, possível de manter porque um determinado regime de crenças, valores e símbolos foi transferido, e posteriormente veiculado, por um grupo coeso de indivíduos — o povo, os cidadãos. Este imaginário comum foi capaz de criar uma consciência coletiva que resultou da soma das impressões e imagens retidas no cérebro de forma individual, fazendo com que os conceitos de memória e identidade se fundissem (Boyarin, 1994, p. 23).

Neste ponto, o conceito de “memória coletiva” de Maurice Halbwachs (1992) enquanto forma de um grupo manter uma identidade partilhada através do curso das suas vidas, a par da problematização que Homi Bhabha faz (2004b) de como a história da nação se escreve partindo do pressuposto de que esta é composta por um coletivo homogêneo de pessoas, são importantes instrumentos para melhor compreender como os comandos africanos da Guiné foram fixados ou eliminados do imaginário partilhado das nações portuguesa e bissau-guineense. Sobre eles, construiu-se, como refere Jean-Michel Palmier, parafraseando Jacques Lacan, uma narrativa ilusória de coerência, controle e totalidade (1966), que fez com que a sua identidade coletiva se fundisse nas histórias nacionais dos dois países. E, por isso, aquilo que sobre eles hoje se conhece, ou desconhece, é resultado das narrativas impostas pelos dois Estados, que invocam a existência de identidades fixas de modo a convencer e controlar o grupo que se encontra sob o seu domínio (Boyarin, 1994, p. 15), e, assim, legitimar uma História monolítica. Mas, como recorda Maria Paula Meneses:

Ocultar ou aniquilar a diversidade implica sempre o retorno da exclusão. Este é um dos desafios que a grande maioria das sociedades ainda não conseguiu resolver. Ouvir histórias silenciadas, recuperar memórias, é perseguir o projeto de libertação, alargando-o ao campo analítico das ciências sociais e das humanidades. (...) O direito às histórias, em debate, implica ir muito além do projeto político nacional, das memórias oficiais do Estado; implica recuperar outras memórias e experiências amplificando imaginários geradores de novas relações e sujeitos, como forma de atrair ao cânone outros momentos, outras narrativas (...) (2015)

É, assim, imprescindível que se continue a questionar quanto do que acontece num território nacional está contido na sua autoimagem, e a forma como o Estado-nação se apodera da totalidade da história do seu território (Alonso, 1988), levando a que os grupos que não reúnam, à partida, os pressupostos impostos como constituintes da sua identidade sejam dele expelidos.

É precisamente na leitura entre esses limites do espaço-nação que podemos ver como o conceito de “povo” emerge dentro de uma gama

de discursos como um movimento narrativo duplo. Os povos não são simplesmente eventos históricos ou partes de um corpo político patriótico. São também complexas estratégias retóricas de referência social: a sua pretensão de representatividade provoca uma crise no processo de significação e de endereçamento discursivo. Temos então um território conceptual contestado, onde o povo da nação deve ser pensado num duplo-tempo; o povo como “objeto” histórico de uma pedagogia nacionalista, conferindo ao discurso uma autoridade que se baseia na nossa origem histórica pré-dada, constituída no *passado*; o povo também “sujeito” de um processo de significação que deve apagar qualquer presença anterior ou originária do povo-nação para demonstrar os princípios prodigiosos e vivos do povo como contemporaneidade: como aquele sinal do presente a partir do qual a vida nacional se redime e itera como um processo reprodutivo. (...) Na produção da nação como narração há uma cisão entre a temporalidade continuísta e cumulativa do pedagógico, e a repetitiva e recursiva estratégica do performativo. É por meio desse processo de cisão que a ambivalência conceptual da sociedade moderna se torna o lugar de *escrita da nação*. (Bhabha, 2004b, p. 208 e 209)¹⁵⁵

Como salienta Bhabha (2004b) em “Dissemination: Time, narrative, and the margins of the modern nation”, encarar a nação como um grupo coeso faz dela um “aparato de poder simbólico que produz um deslizamento contínuo de categorias, como sexualidade, afiliação de classe, paranoia territorial ou ‘diferença cultural’” (p. 201) no ato de escrever a sua história. São estas ambivalências que ameaçam a uniformidade fabricada na qual a organização do Estado-nação se escuda e que, mais cedo ou mais tarde, vão obrigá-lo a reescrever-se.

Depois de consultada a escassa informação histórica sobre a importância das tropas africanas nas FAP durante a guerra que Portugal travou no continente entre 1961 e 1974, e de esta ter sido confrontada com os testemunhos dos comandos africanos da Guiné, constatou-se que a memória coletiva que perpassou sobre estes homens é resultado de ideias pré-concebidas que

¹⁵⁵ “It is precisely in reading between these borderlines of the nation-space that we can see how the concept of the ‘people’ emerges within a range of discourses as a double narrative movement. The people are not simply historical events or parts of patriotic body politic. They are also complex rhetorical strategy of social reference: their claim to be representative provokes a crisis within the process of signification and discursive address. We then have a contested conceptual territory where the nation’s people must be thought in double-time; the people are the historical ‘objects’ of a nationalist pedagogy, giving the discourse an authority that is based on the pre-given or constituted historical origin *in the past*; the people are also ‘subjects’ of a process of signification that must erase any prior or originary presence of the nation-people to demonstrate the prodigious, living principles of the people as contemporaneity: as that sign of the present through which national life is redeemed and iterated as a reproductive process. (...) In the production of the nation as narration there is a split between the continuist, accumulative temporality of the pedagogical, and the repetitions, recursive strategy of the performative. It is through this process of splitting that the conceptual ambivalence of modern society becomes the site of *writing the nation*” (Bhabha, 2004b, p. 208 e 209).

carecem de fundamento. Estas assunções têm contribuído para que, por um lado, a narrativa oficial do Estado bissau-guineense os rotule como “assassinos”, “máquinas de guerra”, “monstros”, “mercenários” — um reflexo do poder “quase mágico” dos Estados para produzir “classificações oficiais” (Bourdieu, 1985, pp. 729-732); e, por outro, o Estado português invisibilize o abandono a que votou estes indivíduos e negligencie a “desmoralização e frustração” a que foram sujeitos, focando-se, antes, em passar uma imagem geral do Exército português que combateu em África como “corajoso, heróico e íntegro” (Power, 2001).

Sugar a humanidade destes homens, excomungá-los de uma história que nega incluí-los e problematizá-los — não só como sujeitos produtores de narrativa, mas também enquanto objeto de estudo — foram, como já se defendeu no anterior capítulo, estratégias necessárias para levar adiante os projetos políticos de Portugal e da Guiné-Bissau. Mais do que uma falsa representação de uma falsa realidade, estas pessoas foram fixadas e aprisionadas em categorias de representação (Bhabha, 2004c). Ao isolarem-se os seus atos, a perceção do passado foi também toldada, “transformando em crimes muitos gestos que na altura faziam parte da própria economia da guerra” (Tomás, 2008, p. 30). Por tudo isto, reivindicam-se um lugar para as suas vozes na escrita da História, tornando-os produtores de conhecimento sobre este período. Como já foi dito, os relatos apresentados ao longo deste trabalho não visam encontrar uma verdade, mas questionar a verdade até agora narrada. “Ao recordarem não estão simplesmente a reproduzir factos, mas a construir, de forma seletiva, uma narrativa, assumindo uma posição sobre os acontecimentos da história recente” (Macedo, Cabecinhas, & Macedo, 2011, p. 175), num processo que, assim descrito, não é tão longínquo daquilo que fazem os historiadores ou os arquivistas que, como se já se defendeu no capítulo 1, tendem a proteger-se com o manto de uma neutralidade e objetividade impossíveis de alcançar. Numa cultura como a bissau-guineense, onde a oralidade ocupa um papel central, estas vozes são um legado que nos permitirá questionar as versões das histórias oficiais até agora contadas porque “elas informam-nos não apenas sobre os factos, mas também sobre o que eles querem dizer para quem os viveu e relata. Dizem-nos não apenas o que as pessoas fizeram, mas também o que queriam

fazer, o que acreditavam estar a fazer e o que pensam ter feito” (Portelli, 2013, p. 28).

Desta forma, a memória, é aqui encarada a partir do seu potencial de colaboração criativa entre a consciência do presente e a experiência ou expressão do passado. Ou seja, não como uma pré-existência do passado, nem como uma projeção do presente, não como memória que “está constantemente a desintegrar-se ou a desaparecer, mas a ser constantemente criada e elaborada” (Boyarin, 1994, p. 22). Estes homens foram “testemunhas oculares” que viveram os acontecimentos e sentimentos sobre os quais se pronunciam e, por isso, devem também ser encarados como alicerces do conhecimento que sobre eles se produz. Os seus relatos são tão parciais como os de qualquer outra fonte sobre uma guerra (Vansina, 1985, p. 4).

Assim, os “fragmentos dos testemunhos verbais” (Vansina, 1985, p. 63) recolhidos dão a conhecer o lado privado das histórias destes indivíduos, sobre os quais foi construída uma narrativa oficial e pública que difere, em muitos pontos, da autonarração que fazem de si próprios. Por esse motivo, as reuniões, os acórdãos, as conversas das chefias, as datas exatas são neles praticamente inexistentes; recordam-se antes afetos, estados de alma desencadeados num momento ou ação concretos, a família, as amizades, as dificuldades nas operações, a juventude perdida e as cicatrizes de uma vida armadilhada pela violência da guerra. As histórias que escolhem contar emanam do seio do que significou ser comando africano na Guiné, mas têm no seu âmago os afetos e as emoções que nos fazem humanos.

São testemunhos que, ao enquadrarem a participação destes homens nas FAP de uma forma que, até aqui, não tinha sido feita, abrem novos caminhos de análise para uma revisão da História, desmontando uma retórica construída para alcançar determinados propósitos políticos (Boyarin, 1994), como se debate no capítulo 4. “A história crítica está cheia de reviravoltas e as reviravoltas nunca podem ser isentas de tensão. Abalada pela instabilidade de estar no presente e ainda se equilibrar sobre ele para continuar à procura, é a receita perfeita para o tipo de preocupação que normalmente faria a pergunta: Será que podemos lidar

com o passado nestes momentos?” (Guha, 2002, p. 550)¹⁵⁶ Ao encarar a História como uma soma de histórias, este trabalho aspira a que as vozes dos comandos africanos da Guiné constituam um contributo para a problematização e enriquecimento da forma como esta disciplina os narra e enquadra no contexto da Guerra Colonial/de Libertação, e que, deste modo, possam impactar a memória coletiva de ambas as nações

5.1 Considerações finais

O golpe de Estado do 25 de Abril de 1974 está envolto numa narrativa vitoriosa que fez vingar a ideia de uma revolução sem sangue em que as armas foram cravos. “Foi bonita a festa, pá”, cantou Chico Buarque. Uma narrativa onde se conta como um conjunto de militares brancos conquistou a liberdade através de uma revolução pacífica. À mesma velocidade com que esta versão da história foi emergindo, outra foi submergindo: a de que a liberdade conquistada pelos capitães de Abril acontece, também, porque estes combateram em África com militares negros; e a de que a luta travada pelas tropas metropolitanas, lado a lado com as tropas africanas, ajudou as primeiras a refletir sobre como o projeto português era falhado, contribuindo para que se tornassem um dos motores da revolução. Com o fim da ditadura, Portugal iniciou um caminho que cortou abruptamente com o projeto de nação multirracial até então defendido. Passou a constituir-se como um país de pessoas brancas, apagou, o quanto pode, o legado que décadas de ocupação colonial em África deixaram na sua identidade nacional, e vedou o direito à cidadania a todos os que pudessem pôr em causa este novo pressuposto — homens e mulheres negros, outrora parte integrante do império, foram expulsos do projeto do novo Estado-nação.

A violência de que as tropas africanas das Forças Armadas Portuguesas (FAP) foram alvo deve ser analisada no âmbito das ideologias defendidas quer pelos colonizadores quer pelos colonizados, e das identidades que com base nestas se foram constituindo. É, por isso, impossível compreender o abandono a que

¹⁵⁶ “A critical history so full of turns and twists can never be free of tension. Rocked by instability of being in the present and yet poised above it in order to keep looking ahead, it is a perfect recipe for the kind of worry that would typically ask: ‘Can we deal with the past at all in such times?’” (Guha, 2002, p. 550).

estes homens foram sujeitos sem desmembrar, por um lado, as profundas desigualdades que o sistema colonial sempre perpetuou — mesmo para aqueles que, dentro dele, eram considerados privilegiados; e, por outro lado, sem prestar atenção ao papel encarnado pelas elites políticas que, no pós-independência, tomaram o poder na Guiné-Bissau. Herdeiro do anterior modelo de Estado-nação, o novo país precisou de inventar uma história que o legitimasse, constituir mitos consagrados da sua modernidade. Ao romper com a presença portuguesa, o projeto nacional bissau-guineense passou a considerar inimigos, uma ameaça à nova ordem, todos os que tinham integrado a máquina do regime colonial. Nesta sequência, e arredando-se dos juízos morais que contribuem para uma análise míope da História, esta investigação constata que a narrativa erguida sobre os comandos africanos da Guiné, e que tem perpassado na memória coletiva bissau-guineense, resulta de três fatores fundamentais: 1) a assunção de que estes homens foram voluntários e escolheram de livre vontade integrar as FAP, o que, como se explana no capítulo 3 e 4, não corresponde à verdade; 2) a imputação a toda a tropa comando das ações praticadas pela Companhia de Operações Especiais liderada por Marcelino da Mata¹⁵⁷; 3) a acusação de que os comandos africanos tinham ligações à Frente de Luta para a Independência da Guiné (FLING), um elo não comprovado que sustentou a narrativa que justificou as perseguições a que estes homens foram sujeitos na segunda metade da década de 1970.

Com a conquista da independência da Guiné, os comandos africanos passaram de privilegiados no seio das FAP, que os abandonou, a perseguidos pelo PAIGC. Os poucos que, nos anos subsequentes, conseguiram ir para Portugal foram

¹⁵⁷ Os vários relatos de Marcelino da Mata recolhidos ao longo dos anos poderão ter também contribuído para esta ideia. Diz sobre a operação “Ametista Real”, realizada entre 17 a 22 de maio de 1973 e na qual participaram também os comandos africanos: “Quando chegámos ao paiol, eu e mais os seis homens do meu grupo encontrámos cerca de uma dúzia de elementos do PAIGC, que eliminámos” (Bernardo, 2007, p. 238). E sublinha: “Posso dizer que, em onze anos de guerra, onde incluo os onze meses passados em Moçambique, na área de Cabora Bassa, me vanglorio por nunca me ter ferido de maneira significativa, nem qualquer homem do meu grupo ter ido parar ao hospital ou à morgue. Isto apesar de ter participado, sozinho ou acompanhado, nas operações mais difíceis e de maior risco que se realizaram naquele território” (Bernardo, 2007, p. 240)“. Marcelino da Mata é uma figura central porque, em muitos casos, é com base nos relatos que faz das suas próprias ações que se sustentam alguns dos argumentos que levaram à perseguição dos comandos africanos. Marcelino da Mata pertencia às Companhia de Operações Especiais, mas nunca integrou nenhuma das três Companhias de Comandos Africanos da Guiné.

colocados a monte em habitações precárias, à mercê da sorte e da boa vontade com que juntas militares reconheciam, ou não, a sua participação na guerra, e o grau de incapacidade sofrido. Nos últimos anos, a Associação dos Filhos e Viúvas dos Antigos Combatentes Portugueses da Guiné tem organizado várias manifestações à porta da Embaixada de Portugal em Bissau, a reivindicar o “pagamento de pensões de sangue, invalidez e outros direitos dos seus pais e maridos”, ratificados no Acordo de Argel. Até agora, obtiveram apenas silêncio como resposta, o mesmo silêncio com que o Estado português tem tratado o não cumprimento das suas promessas.

O silenciamento e falta de debate público sobre os significados da africanização das FAP durante a Guerra Colonial/de Libertação fez com que parte substancial da memória deste acontecimento fosse aniquilada. Os comandos africanos da Guiné personificam, por isso, uma história de violência física e simbólica em relação à qual Portugal não quis, até hoje, assumir responsabilidades. Personificam um silenciamento que deve, por um lado, ser enquadrado no modo provinciano com que a Europa e o Ocidente olham para fora de si — colocando-se no centro do saber e revelando uma profunda ignorância sobre o que os rodeia —, o que resulta em discursos herméticos e propícios a análises simplistas. E, por outro, naquela que é a maneira como os portugueses autopercecionam a ocupação colonial de África — branda e integradora; tendencialmente remetendo para uma História que recorda a bravura, a coragem e o pioneirismo dos “Descobrimientos”; bem como as relações fraternas e integradoras estabelecidas com a população das ex-colónias — denominadas com frequência na retórica política como “povos irmãos”. Artifícios de linguagem que espelham um sentir e modo de olhar comum, e fazem com que, até hoje, ao contrário do que acontece, por exemplo, em França com os harkis, a africanização do Exército português que se iniciou no início do século XX e intensificou nas décadas de 1960 e 1970 seja um não-assunto na sociedade portuguesa.

Ao expor os relatos dos comandos africanos da Guiné, esta tese interrompe as narrativas maniqueístas veiculadas sobre o tema e mostra que, pelo que se ocultou ao escolher o que contar, há dimensões fundamentais deste período que permanecem como não existentes — ausências legitimadas tanto pelos países

colonizadores como pelos novos Estados fundados depois da libertação dos territórios ocupados em África. Por tudo isto, ambiciona-se que os testemunhos dos comandos africanos apresentados ao longo deste trabalho contribuam para reescrever a História da Guerra Colonial/de Libertação da Guiné e para questionar o lugar para o qual esta os atirou.

O trabalho apresentado é o resultado de uma bolsa de doutoramento de quatro anos e ambiciona ser um primeiro contributo da História Oral sobre a africanização das tropas das FAP, capaz de contribuir para investigações e debates futuros. Apesar de as quatro hipóteses de partida para este trabalho, apresentadas no capítulo 1, irem ao encontro dos testemunhos dos comandos africanos ouvidos, são também muitas as perguntas formuladas no arranque desta pesquisa que ficaram sem resposta: Existem evidências da relação do Batalhão dos Comandos Africanos da Guiné com a FLING? Com que fundamentos se tem, até agora, falado numa maioria de tropas fulas no exército colonial português na Guiné? Que histórias têm para contar as tropas africanas de Angola e Moçambique? E as tropas metropolitanas das FAP que combateram ao lado dos africanos? Qual a percentagem de tropa africana que combateu nas FAP que hoje tem direito a uma pensão de reforma portuguesa? Que impacto teve nas suas famílias o abandono, as perseguições e os fuzilamentos a que foram sujeitos os militares africanos das FAP? Depois da independência, quantos destes homens foram para Portugal? Como foram recebidos? Que direitos podem ainda reivindicar? Que resposta planeia o Estado português dar a estas reivindicações?

A africanização das tropas, em geral, e a história dos comandos africanos da Guiné, em específico, são um dos grandes elefantes na sala onde se guardam, até hoje, os destroços da Guerra Colonial portuguesa. Os estudos sobre este tema deverão ir mais além e suplantar as análises que se esgotam nas descrições técnicas sobre a formação dos agrupamentos militares, ou do contexto político, económico e social que conduziu à entrada destes homens nas FAP. Na tentativa de lhes devolver a humanidade que lhes foi amputada, é importante e urgente refletir sobre o lugar onde a História os colocou ao retratá-los como meros objetos utilitários. Continuar a olhar para estas pessoas apenas

como meios que serviram para atingir um fim, dissecando-as a partir das mais-valias que trouxeram ao regime colonial, como até agora se tem feito, é desumanizá-las e aprisioná-las num papel secundário e subalterno, não compatível com a relevância que lhes foi atribuída enquanto foram úteis à causa portuguesa.

Há um sentimento de urgência em trazer este tema para o debate público, em torná-lo conhecido do maior número de pessoas possível, enquanto alguns destes homens estão ainda vivos. Sim, é de reparação histórica que aqui se fala, com um objetivo claro: inscrever as vozes dos comandos africanos da Guiné no mapa da História e da memória sobre a Guerra Colonial portuguesa, confrontando os seus relatos com as narrativas patrióticas das nações portuguesa e bissau-guineense. Assim, os testemunhos apresentados ao longo de todo este trabalho querem-se precursores de um bulício que se espera, no futuro, poder transformar-se num eco impossível de calar.

Anexo 1 — População em Angola, Moçambique, Guiné, Cabo Verde e São Tomé

ANGOLA													
	Branços	Metrópole	Negros			Mestiços			População civilizada total			População não civilizada total	População total
			Civilizados	Não civilizados	Total	Civilizados	Não civilizados	Total	Homens 20-39	Total de homens	Total		
1 940	44 083	23 370	24 221	3 641 608	3 665 829	23 244	4 791	28 035	—	—	91 611	3 646 399	3 738 010
1 950	—	—	—	—	—	—	—	—	29 804	75 476	135 273	3 976 523	4 111 796
1 960													4 832 677
1 970													5 673 046

MOÇAMBIQUE													
	Branços	Metrópole	Negros			Mestiços			População civilizada total			População não civilizada total	População total
			Civilizados	Não civilizados	Total	Civilizados	Não civilizados	Total	Homens 20-39	Total de homens	Total		
1 940	27 438	—	1 776	5 030 179	5 031 955	15 641	0	15 641	—	—	55 451	5 030 179	5 085 630
1 950	48 910	—	4 377	—	—	24 898	—	—	20 388	51 632	92 404	5 640 363	5 732 767
1 960													6 592 994
1 970													8 233 834

GUINÉ													
	Branços	Metrópole	Negros			Mestiços			População civilizada total			População não civilizada total	População total
			Civilizados	Não civilizados	Total	Civilizados	Não civilizados	Total	Homens 20-39	Total de homens	Total		
1 940	1 419	784	2 190	—	347 457	2 200	—	2 200	1 169	3 073	5 822	345 267	351 089
1 950	2 263	—	1 478	502 457	503 935	4 568	0	4 568	1 714	4 501	8 320	502 457	510 777
1 960													544 184
1 970													487 448

CABO-VERDE											
	Branços	Metrópole	Negros			Mestiços			Populaçã o civilizada total	Populaçã o não civilizada total	População total
			Civilizados	Não civilizados	Total	Civilizados	Não civilizados	Total			
1 940	5 580	656	57 718	0	57 718	116 910	0	116 910	181 286	0	181 286
1 950	3 034	—	42 475	0	42 475	101 726	0	101 726	147 328	0	147 328
1 960											201 549
1 970											272 071

SÃO TOMÉ											
	Branços	Metrópole	Negros			Mestiços			Populaçã o civilizada total	Populaçã o não civilizada total	População total
			Civilizados	Não civilizados	Total	Civilizados	Não civilizados	Total			
1 940	995	923	28 220	28 456	56 676	2 794	0	2 794	32 034	28 456	60 490
1 950	1 152	—	37 950	16 747	54 697	4 300	21	4 300	43 391	16 768	60 159
1 960											63 676
1 970											

Fonte: Anuário Estatístico do Império Colonial (1943); Anuário Estatístico do Ultramar (1950-1960); Anuário Estatístico de Portugal (1970-1974);

Anexo 2 — Entrada de portugueses em Angola, Moçambique e na Guiné

	ENTRADA DE PORTUGUES EM ANGOLA		ENTRADA DE PORTUGUES EM MOÇAMBIQUE		ENTRADA DE PORTUGUES NA GUINÉ
1 943	9 633		4 969		419
1 950	13 986		14 444		—
1 951	16 274		15 557		347
1 955	20 295		—		—
1 961	27 285		—		—
1 965	44 804		104 092		—
1 966	48 703		115 597		—
1 967	46 772		117 869		—
1 968	52 736		126 876		12 301
1 969	60 540		146 570		10 313
1 970	72 487		132 631		14 800
1 971	79 694		184 323		13 281
1 973	86 360		181 161		23 027

Fonte: Anuário Estatístico do Império Colonial (1943); Anuário Estatístico do Ultramar (1950-1960); Anuário Estatístico de Portugal (1970-1974);

Anexo 3 — Recrutamento de tropas em Angola, Moçambique e na Guiné

ANGOLA					
ANO	Metrópole	Metrópole %	Nativos	Nativos %	Total Tropas
1 961	28 477	85,1	5 000	14,9	33 477
1 962	33 760	75,1	11 165	24,9	44 925
1 963	34 530	72,8	12 870	27,2	47 400
1 964	37 418	71,3	15 075	28,7	52 493
1 965	41 625	72,9	15 448	27,1	57 073
1 966	38 519	69,0	17 297	31,0	55 816
1 967	43 051	75,0	14 369	25,0	57 420
1 968	37 547	64,5	20 683	35,5	58 230
1 969	36 911	66,4	18 663	33,6	55 574
1 970	36 174	65,5	19 059	34,5	55 233
1 971	36 127	58,2	25 933	41,8	62 060
1 972	34 856	57,8	25 461	42,2	60 317
1 973	37 773	57,6	27 819	42,4	65 592
Total por território	476 768		228 842		705 610

MOÇAMBIQUE					
ANO	Metrópole	Metrópole %	Nativos	Naticos %	Total Tropas
1 961	8 209	73,2	3 000	26,8	11 209
1 962	8 852	74,7	3 000	25,3	11 852
1 963	9 243	64,9	5 003	35,1	14 246
1 964	10 132	56,1	7 917	43,9	18 049
1 965	13 155	57,6	9 701	42,4	22 856
1 966	19 550	63,9	11 038	36,1	30 588
1 967	23 164	66,7	11 557	33,3	34 721
1 968	22 717	62,0	13 898	38,0	36 615
1 969	23 286	59,6	15 810	40,4	39 096
1 970	22 633	58,5	16 079	41,5	38 712
1 971	21 795	49,0	22 710	51,0	44 505
1 972	22 657	48,5	24 066	51,5	46 723
1 973	23 891	46,4	27 572	53,6	51 463
Total por território	229 284		171 351		400 635

GUINÉ					
ANO	Metrópole	Metrópole %	Nativos	Naticos %	Total Tropas
1 961	3 736	78,9	1 000	21,1	4 736
1 962	4 070	80,3	1 000	19,7	5 070
1 963	8 344	86,4	1 314	13,6	9 658
1 964	12 874	84,7	2 321	15,3	15 195
1 965	14 640	84,9	2 612	15,1	17 252
1 966	17 760	90,2	1 933	9,8	19 693
1 967	18 421	85,1	3 229	14,9	21 650
1 968	19 559	85,6	3 280	14,4	22 839
1 969	22 866	86,0	3 715	14,0	26 581
1 970	22 507	84,1	4 268	15,9	26 775
1 971	23 402	80,1	5 808	19,9	29 210
1 972	24 036	80,2	5 921	19,8	29 957
1 973	25 610	79,9	6 425	20,1	32 035
Total por território	217 825		42 826		260 651

TOTAL TROPAS NATIVAS NOS TRÊS TERRITÓRIOS	443 019
TOTAL TROPAS RECRUTADAS	1 366 896

Fonte: Resenha Histórico-Militar das Companhas de África, 1.º Volume, Enquadramento Geral, Anexos n.º 4, 5 e 6 ao Capítulo III (pp. 259-261).

Anexo 4 — Alunos inscritos no ensino primário e liceal Guiné e Cabo-Verde

GUINÉ			TOTAL
ANO	MATRICULADOS ENSINO PRIMÁRIO	MATRICULADOS ENSINO LICEAL	
1 950	3 295	46	3 341
1966/1967	7 233	257	7 490
1970/1971	32 896	692	33 588

CABO-VERDE			TOTAL
ANO	MATRICULADOS ENSINO PRIMÁRIO	MATRICULADOS ENSINO LICEAL	
1 950	5 392	274	5 666
1966/1967	17 435	1 238	18 673
1970/1971	58 704	1 175	59 879

Fonte: Anuário Estatístico do Império Colonial (1943); Anuário Estatístico do Ultramar (1950-1960); Anuário Estatístico de Portugal (1970-1974);

Anexo 5 — Lista de comandos das 1.^a, 2.^a e 3.^a CCmds Africanos da Guiné (1971-1974)



BATALHÃO DE COMANDOS DA GUINÉ

1.^ª Companhia de Comandos Africana

Composição

Posto	NIM	N o m e	Obs.
Cap. Gradº.		João Bacar Jaló	Cmdt. - (F)
Cap. Gradº.	07420366	Zacarias Salegh	"
Ten. Gradº.	82067767	Cicri Marques Vieira	"
Ten. Gradº.	82119464	Armando Carolino Barbosa	
Alf. Gradº.	82068766	Paulo Rodrigues	
Alf. Gradº.	82010566	Joao Gomes Júnior	
Alf. Gradº.	82001171	Djambará Baldé	
Alf. Gradº.		Adriano Siseco	
Alf. Gradº.		António Jalibá Gomes	
Alf. Gradº.		Abílio Rodrigues Ferreira	(F)
Fur. Gradº.		Paulo Rocha Andrade	
Fur. Gradº.	82064366	Fbdé Baio	
Fur. Gradº.	82019470	Mamadú Saliú Djaló	
Sold.	82032771	Abdulai Jaló	(F)
Sold.	82064858	Zeca Lopes	Depois 2º. Sgtº.
1º. Cabo RD		Queba Sanhá	
2º. Sargtº. Gradº.	82004569	Augusto Filipe	
2º. Sargtº. Gradº.	82116170	Facene Samá	
Fur. Gradº.	82058766	Sijali Embaló	
Fur. Gradº.	82091369	Mamadú Djaquité	
Fur. Gradº.	82070170	Brandão Mané	
Fur. Gradº.	82019970	Francisco Gomes Nanque	
Fur. Gradº.	82014870	Samba Baldé ou Samba Tembe Baldé	
Fur. Gradº.	82035372	Mussá Camará	
Fur. Gradº.	82074269	Gaspar Correia	
Fur. Gradº.	82066971	Julião Mané	
Fur. Gradº.	82098470	Abel Domingos Rodrigues	
Fur. Gradº.	82011661	Mamadú Séco Djaló	
Fur. Gradº.	82010870	Silvério Samba Baldé	
Fur. Gradº.	82079872	Armando Paulo Sambú	
Fur. Gradº.	82052867	Sadjo Camará	
Fur. Gradº.	82057764	Bobo Jau	
Fur. Gradº.	82028667	Alfa Candé	
Fur. Gradº.	82147370	Lassana Cassamá	
Fur. Gradº.	82009072	António Fofana	

Posto	NIM	N o m e	Obs.
Fur. Gradº.	82079771	António Bubacar Baldé	
Fur. Gradº.	82018760	Luis Có	
Fur. Gradº.	82013469	Manga Mané	
1º. Cabo	82067867	Mamadú Bari	
1º. Cabo	82065570	Samba Sané	
1º. Cabo	82030570	Bacar Ganó	
1º. Cabo	82099664	Braima Baldé	Depois 1º. Sargtº.
1º. Cabo	82096270	Fodé Cassamá	
1º. Cabo	82100364	Baciro Seidi	
1º. Cabo	82160869	Carenque Camará	
1º. Cabo	82061667	Saliú Sané	
1º. Cabo	82005469	Bubacar Djaló	
1º. Cabo	82188770	Ansu Turé	
1º. Cabo	82004569	Sene Seidi	
1º. Cabo	82037066	Tuncan Sanhá	
1º. Cabo	82027863	Augusto Gomes	Expulso
1º. Cabo	82095570	Biló Baldé	
1º. Cabo	82059665	Mali Baldé	
1º. Cabo	82170870	Alfredo Silva	
1º. Cabo	82092671	João Cassamá	
1º. Cabo	82184971	Mamadú B. Colubali	
Soldado	82030072	Bemba Samané	
Soldado	82079772	Augusto Bacar	
Soldado	82088972	Selo Djaló	
Soldado	82255573	Uri Sidibé	
Soldado	82091272	Faustino Braima	
Soldado	82258973	Assana Canté	
Soldado	82047271	Abdu Sissé	
Soldado	82257173	Sori Embaló	
Soldado	82046972	Malam Baldé	
Soldado	82034972	Martinho O. Sanca	
Soldado	82125372	Mamadú Sané	
Soldado	82029572	Malan Dafé	
Soldado	82124372	Demba Camará	
Soldado	82025572	Francisco Camará	
Soldado	82025472	Mamadú Turé	
Soldado	82090472	Mamadú Condé	
Soldado	82061872	Mamadú Uri Só	
Soldado	82141272	Mustafá Baldé	
Soldado	82183971	Iero Juma Sané	
Soldado	82105370	Sambael Baldé	
Soldado	82260973	Samba Jau	
Soldado	82040169	Djau Jaló	
Soldado	82258473	Bocari Candé	
Soldado	82091668	Ussumane Embaló	
Soldado	82253073	Iero Jau	
Soldado	82260573	Maundé Baldé	
Soldado	82152671	Braima Bari	
Soldado	82062672	Mamadú Camará	
Soldado	82089264	Braima Bá	Depois 2º. Sargtº.

Posto	NIM	N o m e	Obs.
Soldado	82092672	Augusto Bidingole	
Soldado	82199471	Tormenta Barros	
Soldado	82038172	Fernando Sá Seque	
Soldado	82063172	Endeche Sanhá	
Soldado	82255973	Ampanhuma Guimarães	
Soldado	82098971	Domingos da Silva	
Soldado	82261873	Sancule Baldé	
Soldado	82058073	Braima Candé	
Soldado	82262273	Manuel Mamadú	
Soldado	82081172	Manuel Inumba	
Soldado	82189172	Garanque Camará	
Soldado	82250773	Carlos António Sanjai	
Soldado	82274973	Bubacar Baldé	
Soldado	82293973	Júlio Monteiro	
Soldado	82250873	Alai Djaló	
Soldado	82085871	Braima lafa	
Soldado	82294873	Mamadú Aidará	
Soldado	82279473	Sadjo Baldé	
Soldado	82293673	Fernando Damatcha	
Soldado	82053073	Braima Sila	
Soldado	82249773	Arabé Baldé	
Soldado	82175873	Jam Sidibé	
Soldado	82269373	Ernesto Mamadú Jamanca	
Soldado	82293073	Ussumane Embaló	
Soldado	82273073	Braima Bari	
Soldado	82252173	Aliu Djaló	
Soldado	82186873	Jarga Djau	
Soldado	82250473	Mama Samba	
Soldado	82251073	Samba Camará	
Soldado	82280173	Gai Baldé	
Soldado	82093668	Demba Canté	
Soldado	82054373	Coli Baldé	
Soldado	82251973	Amadú Camará	
Soldado	82056666	Balino Baldé	
Soldado	82063572	Bartolomeu Bubacar Baldé	
Soldado	82058465	Jau Baldé	
Soldado	82006871	Bubacar Jaló	
Soldado	82070792	Pascoal B. Queta	
Soldado	82079372	Manuel Jau	
Soldado	82079172	Samba Jau	
Soldado	82255073	Abido Fofana	
Soldado	82091172	Amadú T. Candé	
Soldado	82083472	Galé Jaló	
Soldado	82091072	Bacar Travalé	
Soldado	82083572	Braima Bari	
Soldado	82077072	Jamuri Colubali	
Soldado	82117072	Joãozinho Gomes da Silva	
Soldado	82070865	Quejam Baldé	
Soldado	82079072	Anso Candé	
Soldado	82251773	Sulai Colubali	

Posto	NIM	N o m e	Obs.
Soldado	82251373	Umaro Embaló	
Soldado	82283273	Braima Embaló	
Soldado	82252173	Saliú Dembo	
Soldado	82273673	Eubum Quebi	
Soldado	82272073	João Brito Silva	
Soldado	82118764	Manuel Pires Cassamá	
Soldado	82279073	Malam Baio	
Soldado	82250073	Zacara Gagico	
Soldado	82019173	Adulai Embaló	
Soldado	82252573	Queba Baldé	
Soldado	82252473	Samuel Seidi	
Soldado	82255173	Mamadú Jamanca	
Soldado	82273873	Tala Sidibé	
Soldado	82274473	Boi Mané	
Soldado	82009669	Alenha Betoca	
Soldado	82012571	Vasco Fernandes Baio	
Soldado	82257373	Amadú Candé	
Soldado	82273773	Mama Samba Baldé	
Soldado	82272973	Ussumane Djau	
Soldado	82181273	Bacar Embaló	
Soldado	82156772	Samba Baldé	
Soldado	82271973	Demba Embaló	
Soldado	82269073	Cherno Baldé	
Soldado	82268973	Cherno Demba Baldé	
Soldado	82270873	Ussumane Baldé	
Soldado	82271273	Infai Nanque	
Soldado	82069873	Demba Sané	
Soldado	82274773	Quemo Injai	
Soldado	82269173	Augusto Moro Banjai	
Soldado	82065273	Jarga Embaló	
Soldado	82281473	Domingos Djata	
Soldado	82274073	Victorino Dias Fernandes	
Soldado	82271373	Amadú Sila	
Soldado	82272873	Samba Camará	
Soldado	82271573	Camilo Ero Baldé	
Soldado	82272573	Samba Baldé	
Soldado	82279673	Lassana Sané	
Soldado	82093072	Sunha Tambá	
Soldado	82150672	João Jandim	
Soldado	82091672	Que Danabá	
Soldado	82033372	Alfredo A. V. Fofaná	
Soldado	82053172	Indafá Cumba	
Soldado	82080872	Fernando Quadé	
Soldado	82261673	Constantino A. Sani	
Soldado	82042372	Sambar Badji	
Soldado	82254873	Tala Baldé	
Soldado	82110569	Mamadú Embaló	
Soldado	82001673	Bailó Só	
Soldado	82261673	Fernando Sanhá	
Soldado	82104471	Ansumane Cassamá	

1ª COMPANHIA

COMANDO TERRITORIAL INDEPENDENTE DA GUINÉ

BATALHÃO DE COMANDOS DACQUINÉ

Relação de Processos individuais (2ª Parte) referente aos militares que entraram de licença especial, nos termos da circular nº. 12/CMD de 10AGO74 do Com. Unit/CMIG e que passam à situação de disponibilidade em 31DEZ74, que se enviam ao DEPS:

Da 1ª. COMPANHIA DE COMANDOS:

Cap.	Grado.	NM 04720366	- ZACARIAS SAEBOH
Ten.	"	NM 02007767	- QJORI MARQUES VIREHA
Ten.	"	NM 02021166	- ABULAY QUEMA JAMAICA
Alf.	"	NM 02000153	- JOAO ULOMA
Alf.	"	NM 02005960	- DEBBA CHAM DEBA
Alf.	"	NM 02014360	- BRADIA BALDE
Alf.	"	NM 02029462	- AMADU BALLO DJALO
Alf.	"	NM 02007766	- VICTOR PIERO DA SILVA
Alf.	"	NM 02010566	- JOAO COMES JUNIOR
Alf.	"	NM 02028766	- PAULO RODRIGUES
Alf.	"	NM 02001171	- DJAMBANA BALDE
2ºSarg.	"	NM 02009264	- BRADIA M
2ºSarg.	"	NM 02004366	- FODE BALLO
Par.	"	NM 02110064	- AUGUSTO ALFREDO DR SA
2º Sarg.	"	NM 02069067	- MALAM DJANSI
2ºSarg.	"	NM 02004569	- AUGUSTO PILLPE
2º Sarg.	"	NM 02091369	- MAMADU DJAQUITH
2ºSarg.	"	NM 02116170	- CARLOS DANIEL FACINA SALDA
Par.	"	NM 02018760	- LUIS OD
Par.	"	NM 02011661	- MAMADU SELO DJALO
Par.	"	NM 02057764	- BODO JAV
Par.	"	NM 02050766	- SIJALI EBERALO
Par.	"	NM 02052067	- BADO CAMARA
Par.	"	NM 02013469	- MICA MANE
Par.	"	NM 02074269	- CASPAR CORREIA
Par.	"	NM 02124169	- CORREIA
Par.	"	NM 02014070	- RAMBA BALDE
Par.	"	NM 02019970	- FRANCISCO COMES MANOUR
Par.	"	NM 02070170	- ANTONIO BRANDAO MANE
Par.	"	NM 02090470	- ABEL DOMINGUES RODRIGUES
Par.	"	NM 02147370	- IADRANA CASSAM
Par.	"	NM 02066971	- JULIÃO MANE
Par.	"	NM 02009072	- ANTONIO FOPANA
Par.	"	NM 02035372	- MUSGA CAMARA
Par.	"	NM 02079072	- ARMANDO PAULO SAMBU
Par.	"	NM 02005073	- RAMBA THIES BALDE
1ºCabo.	"	NM 02059665	- WALLY BALDE
1º Cabo	"	NM 02092671	- JOAO CASSAM
1ºCABO	"	NM 02023467	- MARTINHO PATI
1ºCABO	"	NM 02061667	- SALU SANÉ
1ºCabo	"	NM 02067067	- MAMADU BARI
1ºCabo	"	02005469	- BURACAR DJALO
1ºCabo	"	NM 02059069	- SHU SEIDI
1ºCabo	"	NM 02030570	- BACARI GAND
1ºCabo	"	NM 02065570	- RAMBA SANI
1ºCabo	"	NM 02095570	- BIJU BALDE
1ºCabo	"	NM 02096270	- FODE CASSAM
Soldado	"	NM 02140164	- JAV JALO
Soldado	"	NM 02099664	- BRADIA BALDE
Soldado	"	NM 02100364	- NACILO SEIDI
Soldado	"	NM 02118764	- MANUEL PIRES CASSAM
Soldado	"	NM 02140064	- NIARA BALDE
Soldado	"	NM 02050465	- JAV BALDE
Soldado	"	NM 02070065	- QUEJAM BALDE
Soldado	"	NM 02037066	- TUNSAM SANI
Soldado	"	NM 02056666	- BALILO BALDE
Soldado	"	NM 02010160	- FREDERICO SAMBA
Soldado	"	NM 02070960	- QUEMCO JAV
Soldado	"	NM 020936 00	- DEBBA CAMER

(CONTINUA)

(CONTINUAÇÃO)

2

- Soldado	NM 02009669	- AILENHA BUTOCA
- Soldado	NM 02110569	- MAMADU ESMALC
- Soldado	NM 02180869	- GRANQUE CAMARA
"	NM 02070770	- PASCOAL BRAIMA QUITA
"	NM 02105270	- SAIZEL BALDE
"	NM 02170870	- ALFREDO DA SILVA
"	NM 02003371	- NUNO SISSÉ
"	NM 02006071	- BUBACAR DJALÉ
"	NM 02008271	- MÁRIO UMARU SAMI
"	NM 02012571	- VASCO FERNANDO BENTO MAIO
"	NM 02047271	- ANSU SISSÉ
"	NM 02058171	- PAULO CORRÊA
"	NM 02065071	- BRAIMA IAPA
"	NM 02060971	- SELO DJALÓ
"	NM 02090971	- JOAQUIM DA SILVA
"	NM 02104471	- ANSUMANE CASSAMA
"	NM 02052671	- BRAIMA BARI
"	NM 02160371	- JO QUEMARÁ
"	NM 02174471	- SAIZO BALDE
"	NM 02183971	- IENO DJUMA SAMI
"	NM 02184971	- MAMADU HENRI COLU BALI
"	NM 02199471	- TURMENTA BARROS
"	NM 02025572	- FERNANDO WARRIRA BATEMEN CAMARA
"	NM 02034972	- MARTINHO DE OLIVEIRA SANCA
"	NM 02030072	- DEMBA SAWANÉ
"	NM 02030172	- FERNANDO SA BECO
"	NM 02042372	- SAMBA BADI
"	NM 02046972	- MALAM BALDE
"	NM 02061872	- MAMADU URY SO
"	NM 02062672	- MAMADU CAMARA
"	NM 02063172	- ENDRONEN SANHA
"	NM 02063572	- MARTOICHEU BUDACAR BALDE
"	NM 02077072	- JAMURI COLU BALI
"	NM 02079172	- SAMBA JAU
"	NM 02079372	- MANUEL JAU
"	NM 02099572	- MALAM DAPÉ
"	NM 02079672	- ANSU CANDE
"	NM 02079772	- AUGUSTO MACAR
"	NM 02080872	- FERNANDO QUADÉ
"	NM 02081172	- MANUEL CHUMBA
"	NM 02083472	- GALO JALÓ
"	NM 02083572	- BRAIMA BARI
"	NM 02090472	- MAMADU CANDE
"	NM 02091072	- JACARI TRAVALI
"	NM 02091172	- MAMADU TIJANE CANDE
"	NM 02091272	- PAUETINO BRAIMA TOTHA
"	NM 02091672	- QUE MAABE X
"	NM 02092672	- AUGUSTO BIDDICOLE
"	NM 02093072	- SUNHA TAIBE
"	NM 02093172	- INDIAPÁ CUMBA
"	NM 02090872	- JACINTO DUARTE
"	NM 02117072	- JOZAOZINHO GOMES DA SILVA
"	NM 02124372	- DEMBA CAMARA
"	NM 02125372	- MÁ RUDO SAMI
"	NM 02141272	- MOSTA PÁ BALDE
"	NM 02156772	- SAMBA BALDE
"	NM 02109172	- CARANQUE CAMARA
"	NM 02019173	- EMBALÓ ABDULAI
"	NM 02053073	- BRAIMA SILA
"	NM 02065273	- EMBALÓ DJARCA
"	NM 02069073	- DEMBA SANÉ
"	NM 02148973	- JALÁ JALÓ
"	NM 02175073	- DJAM SIDINE
"	NM 02181273	- BACAR EMBALÓ
"	NM 02186873	- DJARCA JAU
"	NM 02249773	- ARADU BALDE
"	NM 02250073	- BACAR CAGICÓ
"	NM 02250473	- MAMA SAMBA JAU
"	NM 02250773	- CARLO ANTONIO BANJAI
"	NM 02250873	- ALAY JALÓ
"	NM 02251073	- SAMBA CAMARA

(CONTINUA)

(CONTINUAÇÃO)

3

- Soldado	NM 02251273	- USUMANE EMBAIO
"	NM 02251773	- SULE COLU BALI
"	NM 02251973	- MAMADU CAMARA
"	NM 02252073	- ALIU GALO
"	NM 02252173	- SALIU DEMBU
"	NM 02252473	- SAMUEL SEIDI
"	NM 02252573	- JONA BALDE
"	NM 02253073	- IERO JAV
"	NM 02254373	- OOLI BALDE
"	NM 02254873	- TALA BALDE
"	NM 02255073	- ABILIO FOFONA
"	NM 02255373	- IERO BALDE
"	NM 02255573	- URI SIDIBE
"	NM 02255973	- APANHUNBA ALMESTRA GUIMARÃES
"	NM 02257173	- SORI KIBALO
"	NM 02257373	- AMAIU CANDE
"	NM 02258073	- ERAIMA CANDE
"	NM 02258473	- DUCARI CANDE
"	NM 02258973	- LASSANA CANDE
"	NM 02260573	- MAUDE BALDE
"	NM 02260673	- JOSÉ CARLOS SORI BALDE
"	NM 02260973	- SAMBA JAV
"	NM 02261873	- HANOULE BALDE
"	NM 02260973	- CHERNO DEMBARALDE
"	NM 02269073	- CHERNO BALDE
"	NM 02269173	- AUGUSTO MORE BAWDJAI
"	NM 02269373	- HERESTRO MINAMADO JAMANCA
"	NM 02269873	- BAKA CAMARA - BARCENAMARA - NM 822 69873
"	NM 02269873	- USUMANE BALDE
"	NM 02274273	- INFALI MANQUE
"	NM 02271373	- AMRUSILI
"	NM 02271573	- CAMILO IERO BALDE
"	NM 02272873	- JOAO BRITO SILVA
"	NM 02272573	- SAMBA BALDE
"	NM 02272873	- SAMBA CAMARA
"	NM 02272973	- USUMANE JAV
"	NM 02273073	- ERAIMA BARI
"	NM 02273673	- EMHUME QUEHE
"	NM 02273773	- MAMA SAMBA BANTE
"	NM 02274473	- DOI MANE
"	NM 02274673	- VITORINO DIAS FERNANDES
"	NM 02274773	- QUEMO INJAI
"	NM 02274973	- BURACAR BALDE
"	NM 02279073	- MALAN BAIQ
"	NM 02279473	- SADIQ BALDE
"	NM 02279673	- LASHANA SANI
"	NM 02280173	- INGAI BALE
"	NM 02281473	- DOMINGOS JATA
"	NM 02283273	- ERAIMA ESTALO
"	NM 02293073	- USUMANE BALDO
"	NM 02293673	- FERNANDO LAMACHA
"	NM 02293973	- JULIO MONTEIRO
"	NM 02294873	- MAMADU AIDORA
"	NM 02292873	- JO FERNANDES GUES

O CONVENITE, INT.

FLORIANO EDZÉRIO BATISTA KRONS
M. DR. INF. * CONVED *



BATALHÃO DE COMANDOS DA GUINÉ

2ª. Companhia de Comandos Africana

Composição

Posto	NIM	N o m e	Obs.
Ten. Gradº	82000264	Adriano Sissecó	
Ten. Gradº	82119464	Armando Carolino Barbosa	
Alf. Gradº	82013064	Mamadú Saliú Bari	
Alf. Gradº		Bubacar Jaló	(Falecido)
Alf. Gradº	82066867	Bailo Djau	
Alf. Gradº	82071065	Marcelino Pereira	
2º. Sargtº. Gradº	82086464	Califa Embaló	
Fur. Gradº	82005467	Armindo Almeida Borges	
2º. Sargtº. Gradº	82108364	Qucumba Camará	
Soldado	82014070	Aliu Jaquité	(Falecido)
Soldado	82049772	Braima Jaló	
Soldado	82153371	Mamadú Camará	(Falecido)
1º. Cabo	82057067	Buía Sali	
Alf. Gradº	82022559	Malam Baldé	
Alf. Gradº		Bubacar Jau	
Fur. Gradº		Suleimane Camará	
1º. Cabo	82014771	Domingos Braima Serra	
2º. Sargtº. Gradº	82037666	Mamadú Djaló	
2º. Sargtº. Gradº	82033264	Ussumane Baldé	
Fur. Gradº	82062165	Braima Bari	
Fur. Gradº	82071569	António Mendonça	
Fur. Gradº	82061767	Umarú Baldé	
Fur. Gradº	82029071	Fernando Gomes	
Fur. Gradº	82005571	Mussa Sanó	
Fur. Gradº	82060366	Cafi Injai	
Fur. Gradº	82063666	Dabo Baldé	
Fur. Gradº	82001371	Mamadú Sissé	
Fur. Gradº	82116671	Pedro Noque	
Fur. Gradº	82002771	Joaquim Malam Indafá	
Fur. Gradº	82005471	Aliú Jamanca	
Fur. Gradº	82022471	Lamarana Djaló	
Fur. Gradº	82181669	Adulai Bari	
Fur. Gradº	82062571	Codiba Djau	
Fur. Gradº	82004366	Armando Sambú	
Fur. Gradº	82069671	Leuro Baldé	

Posto	NIM	N o m e	Obs.
1º. Cabo	82095168	Fernando Gomes	
1º. Cabo	82043371	Pedro Sabana Djaló	
1º. Cabo	82145164	Demba Seidi	
1º. Cabo	82031867	Serifo Sané	
1º. Cabo	82065371	Amadú Baldé	
1º. Cabo	82044371	Miguel Queba Mané	
1º. Cabo	82006371	Papa Nanque	
1º. Cabo	82003271	Assana Jaló	
1º. Cabo	82114071	Enço Camará	
1º. Cabo	82075271	Braima Sani	
1º. Cabo	82112370	Braima Seidi	
1º. Cabo	82043971	Malam Sané	
1º. Cabo	82143264	Amadi Seidi	
1º. Cabo	82119471	Luís Dias Mané	
Soldado	82277573	António Gomes	
Soldado	82014773	Farim Seidi	
Soldado	82278473	Amadú Embaló	
Soldado	82250273	Fernando Lassana Camará	
Soldado	82288773	Lamiré Baldé	
Soldado	82277873	António da Mata	
Soldado	82281873	Acha Turé	
Soldado	82292173	Suleimane Mané	
Soldado	82057673	Sancun Djassi	
Soldado	82249673	Amadú Camará	
Soldado	82276973	Augusto da Silva	
Soldado	82288973	Fernando Mamadú Baldé	
Soldado	82276773	Buli Camará	
Soldado	82276873	Imbonde Indani	
Soldado	82287073	Lamine Rui	
Soldado	82123270	Fodé Braima Sani	
Soldado	82286873	Manjan Baldé	
Soldado	82295073	Fiere Cumbana	
Soldado	82292873	José Mamadú	
Soldado	82199673	Umaro Jau	
Soldado	82259273	Sambaq Candé	
Soldado	82088572	Saliú Baldé	
Soldado	82002071	Assana Bari	
Soldado	82000167	Abasse Jamanca	
Soldado	82090773	Amadú Embaló	
Soldado	82259573	Amadú Bari	
Soldado	82255873	António Saido	
Soldado	82255473	Amadú Baldé	
Soldado	82262573	Amadú Djaló	
Soldado	82259773	Gibi Djaló	
Soldado	82129473	Cherno Baldé	
Soldado	82053766	Jumpe Sanca	
Soldado	82009274	Uali Baldé	
Soldado	82005771	Sucuta Seidi	
Soldado	82083173	Sissé Candé	
Soldado	82163772	Joãozinho Baldé	

Posto	NIM	N o m e	Obs.
Soldado	82260373	Umaro Embaló	
Soldado	82261573	Bailo Candé	
Soldado	82226273	Umarú Seidi	
Soldado	82043371	Sabana Djaló	
Soldado	82262373	Mamadú Jaquité	
Soldado	82261473	Mamadú Aliú Seidi	
Soldado	82259173	Malam Gano	
Soldado	82257473	Lali Baldé	
Soldado	82261073	Mussá Seidi	
Soldado	82099572	Salifo Baldé	
Soldado	82049772	Braima Jaló	
Soldado	82140469	Saico Baldé	
Soldado	82077772	Manuel Sanhá	
Soldado	82262773	Braima Jaló	
Soldado	82008372	Samba Baldé	
Soldado	82254973	Adulai Jamanca	
Soldado	82257273	Malam Embaló	
Soldado	82062871	Demba Buaró	
Soldado	82258773	Jaliá Baldé	
Soldado	82260473	Umaro Baldé	
Soldado	82189372	Mamadú Baldé	
Soldado	82261373	Lade Baldé	
Soldado	82258173	Alsaini Canté	
Soldado	82261173	Jaié Jau	
Soldado	82252373	Madi Tchamo	
Soldado	82251573	Gaine Candé	(Falecido)
Soldado	82250373	Racido Candé	
Soldado	82251473	Gibril Candé	
Soldado	82292273	Fernando Sanca	
Soldado	82292773	Victor Incui	
Soldado	82292573	Uetende Cuba	
Soldado	82292473	Iana Chene	
Soldado	82037969	Gruta Tamba	
Soldado	82159171	António Mota	
Soldado	82278773	Longna Indi	
Soldado	82279873	Demba Candé	
Soldado	82280273	Jarga Injai	
Soldado	82186972	Bedeta Belafe	
Soldado	82292673	Domingos Caba	
Soldado	82099372	Francisco Cherno Baldé	
Soldado	82287473	Duarte Lopes	
Soldado	82286573	Jorge Sanhá	
Soldado	82275473	Imbasse Breta	
Soldado	82282773	Bacar Bala	
Soldado	82106869	Suleimane Djope	
Soldado	82039473	Bianca	
Soldado	82293573	Mana Indafá	
Soldado	82043672	Mário Adelino	
Soldado	82294573	Bacar Djaló	
Soldado	82271673	José A. Vieira Faria	

Posto	NIM	N o m e	Obs.
Soldado	82116572	Mamadú Jaia Seidi	
Soldado	82268873	Lamarana Tchano	
Soldado	82269673	Carlito Amadú Embaló	
Soldado	82293373	Alfredo da Silva	
Soldado	82291873	Mamadú Cuaté	
Soldado	82187871	Francisco Indute	
Soldado	82270073	João Abasse Baldé	
Soldado	82272673	Amadú Bari	
Soldado	82293273	Adul Djaló	
Soldado	82272773	Bubacar Djaló	
Soldado	82274873	Valdemar Custódio Talhado	
Soldado	82294773	Carlos António	
Soldado	82294773	José Manuel	
Soldado	82081471	Bacar Seidi Mané	
Soldado	82283373	Francisco Sanó	
Soldado	82284973	Mustafá Baldé	
Soldado	82283573	Amadú Mamadú Dafé	
Soldado	82280773	Luis Bacar Injai	
Soldado	82291573	Manuel Braima Benguré	
Soldado	82283173	Anteiro João Miroelho	
Soldado	82282073	Faustino Gomes	
Soldado	82251173	Mário Telame	
Soldado	82284073	Ussumane Baile	
Soldado	82284873	Aruma Baldé	
Soldado	82285373	Bacar Embaló	
Soldado	82291473	Seni Ba Baldé	
Soldado	82249973	Sájo Fati	(Falecido)
Soldado	82250573	Lamiré Camará	
Soldado	82251373	Umaro Embaló	
Soldado	82250173	Mamadú Camará	
Soldado	82270173	Bibiano João Ferreira	
Soldado	82283673	Orlando Mamadú Jamanca	
Soldado	82283073	Fernando Gibril Seidi	
Soldado	82282673	Bagana Dam	
Soldado	82014473	Bubacar Seidi	
Soldado	82053371	Guela Djau	
Soldado	82262873	Tijana Baldé	
Soldado	82090872	Abasse Jamanca	
Soldado	82008171	João Sampa	
Soldado	82034369	Carlos A. Baldé	
Soldado	82004473	Amadú Candé	
Soldado	82035770	Lassana Queta	
Soldado	82077972	João Ença Bucar	
Soldado	82079472	Malam Cassamá	
Soldado	82087164	Iero Seidi	
Soldado	82080068	ou 82080768 – Sali Candé	
Soldado	82122271	Carlos Gomes	
Soldado	82106870	Sani Sané	
Soldado	82003671	Bubacar Seidi	
Soldado	82119171	Saido Djau	



BATALHÃO DE COMANDOS DA GUINÉ

3ª. Companhia de Comandos Africana

Composição

Posto	NIM	Nome	Obs.
Ten. Gradº.	82053172	Bacar Djassi	
Alf. Gradº.	82022559	Malam Baldé	
Ten. Gradº.		Jani	
Alf. Gradº.		Mama Samba Baldé	(Falecido)
Alf. Gradº.		Samba Djuma Jaló	
Alf. Gradº.		Carlos Bubacar Djau	
1º. Sargtº. Gradº.	82052666	Queba Dabó	
1º. Sargtº. Gradº.	82027761	Fodé Embaló	
1º. Sargtº. Gradº.	82010758	Col Quesangue	
1º. Sargtº. Gradº.	82057567	Bula Sali	
2º. Sargtº. Gradº.		Mamadú Jaló	
Fur. Gradº.		Manua Jeromane	
Fur. Gradº.		Saico Baldé	
Fur. Gradº.		Saino Baldé	
Fur. Gradº.	82153171	Juldé Jaquité	
Fur. Gradº.	82136071	Lourenço Lopes Correia	
Fur. Gradº.	82145570	Ansumane Djassi	
Fur. Gradº.	82032169	Adriano Baldé	
Fur. Gradº.	82036970	Mussa Djau	
Fur. Gradº.	82181770	Cristovão Baticã Ferreira	
Fur. Gradº.	82110371	Ricardo Bioché	
Fur. Gradº.	82142770	Duarte Afonso Conduz	
Fur. Gradº.	82060870	Francisco Sombili Jaló	
Fur. Gradº.	82037970	Cesário Sambú	
Fur. Gradº.	82044366	Amarante Sadja	
Fur. Gradº.	82043169	Joaquim Buquindi Mané	
Fur. Gradº.	82114871	Mário Luís Proa	
Fur. Gradº.	82059071	João Séco Mané	
Fur. Gradº.	82090272	Afonso Bissate	
Fur. Gradº.	82004071	Domingos Cuba	
Fur. Gradº.	01346268	João Nandingna <i>PEREIRA</i>	
Fur. Gradº.	82003068	Mário Bubacar Jaló	
Fur. Gradº.	82037665	Blente Mepe	
Fur. Gradº.	82008270	Bubacar Camará	
Fur. Gradº.	82058366	Samba Djamanca	

Posto	NIM	Nome	Obs.
Fur. Gradº	82069565	António Correia	
1º. Cabo	82066771	Salifu Cimbassé	
1º. Cabo	82077572	Filomeno Bedam	
1º. Cabo	82042072	Belifo Tenda	
1º. Cabo	82035966	Serifo Candé	
1º. Cabo	82043372	Armando Muna	
1º. Cabo	82077672	Luís Alves Almada	
1º. Cabo	82186471	Gibril Baldé	
1º. Cabo	82051772	Carfole Banjarai	
1º. Cabo	82051667	Mamadú Sissé	
1º. Cabo	82093472	Cocara Chuda	
1º. Cabo	82035372	Gibril Dabó	
1º. Cabo	82054768	Bega Embaló	
1º. Cabo	82039572	Edmundo Évora	
1º. Cabo	82107464	Joãozinho Sá	
1º. Cabo	82042472	Ota Sambú	
1º. Cabo	82009572	Francisco Jaló	
1º. Cabo	82076772	José Cumba	
1º. Cabo	8205866	Iero Seidi	
Soldado	82051868	Ansumane Sanhá	
Soldado	82032670	Mamadú Djaló	
Soldado	82129369	Tamba Jana	
Soldado	82253973	Infone Brassa	
Soldado	82093572	Insigne Cudum	
Soldado	82082472	Aliú Queta	
Soldado	82181371	Liu Jau	
Soldado	82149871	Seco Fati	
Soldado	82030472	Jorge Camará	
Soldado	82092872	Becute Bessau	
Soldado	82041366	Sila Sabali	
Soldado	82092972	Sintachi Cul	
Soldado	82253873	Morgado Lama	
Soldado	82253373	Joaquim Té	
Soldado	82155571	Vieira Litna	
Soldado	82253673	Bossa Lata	
Soldado	82075767	Sanha Cá	
Soldado	82254273	Indeli Incura	
Soldado	82162872	Domingos Fernandes	
Soldado	82059165	Umarú Seidi	
Soldado	82256573	José Pereira	
Soldado	82110272	Mamadú Baldé	
Soldado	82186071	Umarú Baldé	
Soldado	82043272	Demba Embaló	
Soldado	82257073	Arafam Mané	
Soldado	82080772	Satenem Camará	
Soldado	82110172	Sadjuma Turé	
Soldado	82064467	Mamadi Seidi	
Soldado	82005373	Nhate Intumba	
Soldado	82118471	Mamadú A. Baldé	
Soldado	82120971	Dembo Mané	

Posto	NIM	N o m e	Obs.
Soldado	82253273	Ocante Jú	
Soldado	82160271	João Manuel	
Soldado	825253573	Chico Indi	
Soldado	82286273	Bailo Djaló	
Soldado	82098372	Mané Lama	
Soldado	82069771	Mamadú Culubali	
Soldado	82254573	Iero Baldé	
Soldado	82057169	Temba Tacá	
Soldado	82080769	Intonga Nhaga	
Soldado	82256273	Ernesto Jemba	
Soldado	82042772	Imbemba Darame	
Soldado	82129871	Inácio Luis Brague	
Soldado	62253473	Domingos Lopes Cardoso	
Soldado	82256873	Soquel Baldé	
Soldado	82044272	António Camará	
Soldado	82097372	Mamadú Sidibé	
Soldado	82082872	Babacar Sané	
Soldado	82043072	Tamba Beifa	
Soldado	82030372	Abdul Queba	
Soldado	82035072	Trigo Camará	
Soldado	82069872	João C. Embaná	
Soldado	82042972	Dure Embaló	
Soldado	82042572	Augusto Sanhá	
Soldado	82193972	Lamiré Sinjancam	
Soldado	82115472	Sila Embaló	
Soldado	82022762	Mamadú Serra	
Soldado	82047067	Sunto Fati	
Soldado	82099272	Mário Victor	
Soldado	82042272	Filipe Banhe	
Soldado	82184672	Malam Candé	
Soldado	82070072	Marce Malam Sambu	
Soldado	82040472	Fernando Mané	
Soldado	82052472	Alfine Sissé	
Soldado	82098372	Malamine Mané	
Soldado	82056767	Jambela Demba	
Soldado	82157772	Demba Jamanca	
Soldado	82047672	Munine Sané	
Soldado	82081072	Armino Siga	
Soldado	82050572	Mamadú Sila	
Soldado	82289373	Techenda Candé	
Soldado	82291973	Mussa Jaló	
Soldado	82278873	Issufi Seidi	
Soldado	82013573	Bubacar Baldé	
Soldado	82061072	Pio Indini	
Soldado	82293473	Quemo Seidi	
Soldado	82007973	Mamadú Colubali	
Soldado	82047667	Amadú Bari	
Soldado	82281673	Infama Banjai	
Soldado	82057967	Alfa Umaru Bari	
Soldado	82039170	Manuel Sambu	

Anexo 6 — Lista dos comandos africanos da Guiné entrevistados

Abdulai Djaló, soldado da 1.^a Companhia de Comandos Africanos da Guiné

Armando Paulo Sambú, furriel da 1.^a Companhia de Comandos Africanos da Guiné

Braima Bari, soldado da 3.^a Companhia de Comandos Africanos da Guiné

Fernando Cabral, soldado da 1.^a Companhia de Comandos Africanos da Guiné

Galé Jaló, soldado da 3.^a Companhia de Comandos Africanos da Guiné

João Séco Mané, furriel da 1.^a Companhia de Comandos Africanos da Guiné

Joaquim Boquindi Mané, furriel da 1.^a Companhia de Comandos Africanos da Guiné

Juldé Jaquité, furriel da 2.^a Companhia de Comandos Africanos da Guiné

Julião Correia, soldado da 1.^a Companhia de Comandos Africanos da Guiné

Lamarama Djaló, furriel da 2.^a Companhia de Comandos Africanos da Guiné

Lamine Camará, soldado da 2.^a Companhia de Comandos Africanos da Guiné

Luís Sambu, soldado da 2.^a Companhia de Comandos Africanos da Guiné

Luís Hernâni Quecói Turé, soldado da 2.^a Companhia de Comandos Africanos da Guiné

Malam Samá, soldado da 1.^a Companhia de Comandos Africanos da Guiné

Mamadú Camará, soldado da 1.^a Companhia de Comandos Africanos da Guiné

Mário Umarú Sani, soldado da 1.^a Companhia de Comandos Africanos da Guiné

Paulo Rodrigues, 2.^o sargento da 1.^a Companhia de Comandos Africanos da Guiné

Serifo Jau, soldado da 2.^a Companhia de Comandos Africanos da Guiné

Anexo 7 — Licença das FAP e pedido de apresentação no Batalhão de Comandos da Guiné a 1 de janeiro de 1975

Modelo n.º 13 — O. do Exército n.º 15-914

(a) BATALHÃO DE COMANDOS DA GUINÉ
1.º COMD. COMANDOS

Tem licença nos termos da circ. n.º 12/COM 106074 CAB/
por 132 dias, com princípio em 20 de AGOSTO de 19 74
o SOLANO n.º 82083572 BRATMA BARE

a qual lhe foi concedida para COZAR
em Zafate, devendo apresentar-se no BAT. COMANDOS
até às 8 horas do dia 1 de JANEIRO de 19 75.

Não poderá ser impedido no seu trânsito durante o referido prazo de tempo, devendo apresentar-se à autoridade local militar ou civil da terra onde goza a dita licença.

(b) Estado de pagamento PAGO TV ATÉ 31 DE 74
Débito _____
Vencimento a que tem direito _____

(c) _____

Quisito em BRNA, 26 de AGOSTO de 19 74.

O Comandante,
(d) NÃO HÁ SELO BRANCO

(a) Designação da unidade.
(b) Só devem ser preenchidos estes quisitos quando a licença seja com vencimentos.
(c) Declaração se tem direito a transporte de regresso ou se este lhe foi fornecido.
(d) Assinatura do comandante da unidade e selo.

Com. Assma Serra - Afis

Anexo 8 — Guião de entrevistas

1. Contexto familiar/etnia a que pertence/localidade onde vivia?
2. Que memórias tem da primeira vez que ouviu falar que a Guiné estava em guerra?
3. Que nomes — de pessoas, de movimentos — associava ao conflito (explorar outros nomes além do PAIGC e de Cabral, por exemplo, as FLING)?
4. O que se falava sobre Amílcar Cabral e o PAIGC?
5. Qual foi o seu primeiro contacto com o Exército português?
6. Como era a sua rotina na Companhia de Comandos Africanos?
7. Tinha relação com as tropas da metrópole?
8. Como era a instrução dos comandos?
9. Havia diferenças entre os comandos da metrópole e os comandos africanos?
10. Dentro dos comandos africanos, recrutava-se alguma etnia em específico?
11. Recorda-se de algum episódio com António de Spínola?
12. O que significava para si ser comando?
13. Tinha um bom salário?
14. O que é que a sua família e os seus amigos achavam de ser comando?
15. Muitas vezes, numa mesma família, havia pessoas do lado de Portugal e outras do lado do PAIGC. Também aconteceu na sua?
16. O que fazia nos tempos livres?
17. Conseguia esquecer-se da guerra?
18. Ouviam-se muitas histórias violentas sobre os comandos... O que é que acontecia quando iam para as operações no mato?
19. Quando descobriam infiltrados ou se deparavam, frente a frente, com o inimigo, como é que atuavam?
20. Tinham alguma crença quando iam para o mato? Respeitavam algum tipo de ritual ou consultavam adivinhos?
21. Qual era o procedimento quando um comando se feria durante uma operação?

22. A morte passou a ser uma presença constante... tinha medo?
23. Sentia que estava a combater contra os seus irmãos africanos?
24. Alguma vez pensou em lutar ao lado do PAIGC?
25. O que significava para si, na altura, a independência da Guiné?
26. Alguma vez sentiu que Portugal ia perder a guerra?
27. Como se recorda do 25 de Abril de 1974?
28. E os dias seguintes, como foram?
29. Foi perseguido ou preso?
30. Teve ajuda de alguém para conseguir escapar?
31. Tentou ir para Portugal?
32. Em 1980, muitos comandos referem ter sentido uma “nova esperança” com o golpe de Estado de Nino Vieira. Foi assim consigo?
33. E hoje, ainda se sente português?
34. Arrepende-se de alguma coisa que tenha feito?
35. Tem alguma mensagem que gostasse de enviar para Portugal?
36. Porque decidiu dar esta entrevista?

Anexo 9 — Entrevista a Pedro Pires, comandante do PAIGC na Frente Sul entre 1969 e 1973; primeiro-ministro de Cabo Verde entre 1975 e 1990; presidente de Cabo Verde entre 2001 e 2011

Quando falou no simpósio sobre a fraude da africanização da guerra, disse que não percebe como isso não é considerado um crime sujeito a julgamento. Explique-me um pouco melhor essa ideia...

Porquê a fraude? Está claro, esta é a minha visão, não é a visão dos outros. Acho que é fraude porque não se garante nada aos africanos. Eles vão participar nessa guerra contra eles mesmos. Estavam a participar na conservação de uma relação de poder a que estavam acostumados, na sua condição de dependente e de aceitação da sua condição de colonizado. Portanto, não era uma solução séria, era uma solução para resolver os dilemas em que se encontravam as Forças Armadas Portuguesas na Guiné. Ora, a africanização da guerra não começou com a Guiné, com Angola ou com Moçambique. A africanização da guerra é um fenómeno histórico contíguo, mesmo nos primeiros anos da dominação colonial em que os africanos colaboraram para a derrota dos resistentes contra a penetração colonial. Portanto, esse recurso — porque no fundo é um recurso que tinha por objetivo transferir para o colonizado uma parte do custo humano da guerra; o custo humano da guerra é enorme e há pessoas que morrem, há pessoas que são destruídas, portanto uma das formas de compensar isso seria a utilização dos soldados nativos. Por outro lado, o soldado africano era mais barato, custava menos, materialmente e economicamente — caso morresse, não havia reclamações. As consequências da morte de um soldado africano eram muito menores do que as consequências de um soldado metropolitano, cuja família em Portugal ia exigir, perguntar “afinal o que é que aconteceu?” Ora, tudo isso junto mostra-nos que, de facto, foi uma fraude. Portanto, não era uma proposta séria, que favorecesse o colonizado ou que favorecesse o africano. Daí que, ao falar nisso, encontrei a ideia da fraude, do engano, do logro. Foi um logro, foi um engano.

O que era dito a estas pessoas, sobretudo quando Spínola chegou à Guiné, é que estavam a lutar para que a Guiné fosse independente de Portugal. Hoje sentem-se enganadas.

Mas é mesmo a fraude.

Considera estes homens vítimas do sistema colonial? A figura de vítima pode aqui ser, na sua opinião, aplicada?

Eu acho que pode, mas pode também não ser. Há que atenuar os dois lados. Porquê? Pergunto-me a mim mesmo se podemos considerar essas pessoas ingénuas, sem espírito crítico, sem análise e apreciação... A questão é essa: se as pessoas não tiveram nunca, durante esse tempo, a possibilidade de raciocinar um bocadinho, de pensar um bocadinho e de fazer uma autocrítica à sua postura, à sua opção. Estavam diante de duas opções: ou continuar como colonizado e favorecer a continuação da colonização ou revoltar-se contra isso. Estou a tentar compreender e também questionar as pessoas. Não é só compreender que tivessem sido manipuladas, porque, na verdade, os serviços de ação psicológica tinham um certo peso — eu acho que sim, a ação psicológica quer através da comunicação social quer através dos contactos tinha o seu peso, o que chamava a mentalização das populações. Agora, não se pode é aceitar que isso fosse determinante de tal modo que os outros não tivessem um rebate de consciência ou uma interrogação a si próprio: “Mas, afinal, onde é que isso nos vai conduzir?” A meu ver, deviam ter, deviam pensar um bocadinho porque se, de um lado, havia, de facto, ação psicológica, havia os programas de condicionamento mental da população, a apresentação do outro como o diabo, como o mau; do outro, há a vivência: esqueceram-se da sua própria vivência e dos males por que passaram, das humilhações por que passaram, esqueceram tudo isso e assumem a defesa — consciente ou inconsciente — do sistema colonial. Bom, isso pode ser entendido de certo modo: as pessoas acostumaram-se a isso, aceitaram isso como uma fatalidade, têm dificuldades em opor-se. Na verdade, quando vemos as guerras e as suas consequências, sim, são vítimas. As guerras têm esses custos e isso devia levar as pessoas a pensar se vale a pena fazer a guerra. Isso é uma outra interrogação que nos interpela a todos. Sim, são vítimas, sim, mas não tiveram essa atitude de analisar as coisas. Porque nós não podemos — acho que nem devemos — considerar que as pessoas não

pensam. Pensam, sim! Fizeram mal os cálculos, calcularam mal aquilo que vinha a acontecer. Mas depois de resultados, na condição em que ficaram, sim, foram vítimas. Não quero é ir na direção de dizer “vítimas inocentes”.

Os comandos eram tropas especiais e participavam nas missões de alto risco. O que é que se falava deles no lado do PAIGC?

Os comandos africanos eram conhecidos como tropa especial, faziam assaltos e colocavam em causa a capacidade dos combatentes do PAIGC. Deste modo, eram uma tropa especial como todas as tropas especiais. Que diferença existia entre um comando africano e um paraquedista português? Não há grandes diferenças porque os objetivos são os mesmos. A vantagem dos comandos africanos é que eram originários do meio, estavam adaptados a esses meios, tinham mais facilidades na realização das operações.

Os comandos africanos que entrevistei dizem que a narrativa que sobre eles se construiu é resultado da História contada pelo PAIGC. Pode comentar?

Eles chegavam e deitavam fogo. As populações, as populações é que sofriam, portanto eles eram repressores como outro qualquer. Há alguns casos até de crueldade, narrados por alguns... não entro nessa versão, mas há mesmo casos de crueldade em relação às populações, em relação aos combatentes do PAIGC. Portanto... se a única missão deles era queimar tabancas? Certamente que não. Agora, eles faziam repressão e toda a repressão passa também por isso. Em contrapartida, eu acho que eles não deviam fazê-lo porque são seus patrícios.

Porque é que os comandos eram os mais temidos?

Eu não sei se seriam os mais temidos, tenho dúvidas que o fossem. Mas... tem-se medo, tem-se respeito; uma coisa é o medo, outra é o respeito, valorizar a capacidade e a valentia do outro. Eles eram tropas especiais. Enviavam-nos à frente, eram quem podia intervir mais, sobretudo nos últimos tempos da guerra, mas isso não significa que fossem gente com capacidade superior. Todas as tropas especiais têm essa possibilidade e, além do mais, toda a tropa especial é essencialmente repressiva.

Na altura das negociações com Portugal, em 1974, há um relatório que diz que o comandante Pedro Pires isolou, unilateralmente, o problema das tropas especiais africanas das restantes tropas. Porque é que na altura das negociações, estas tropas mereceram um tratamento diferenciado?

Onde é que encontrou isso?

Num relatório na Fundação Amílcar Cabral sobre a descolonização. A fonte não está identificada...

Negociámos há 43 anos e não me lembro dos detalhes, não me lembro francamente dos detalhes. O que é certo, em relação a eles, mas certamente uma questão que nós teremos posto é a questão do desarmamento. A condição essencial para garantir a estabilidade e a instalação do novo poder era o desarmamento dessas tropas. Discutimos e decidimos que seriam desarmadas as tropas africanas que ficassem na Guiné. Não me lembro de mais, mas, refletindo um pouco, só posso dizer que sim, tínhamos de insistir nisso. O contrário seria a nossa perda, seria ter dois exércitos, duas forças armadas, polícias etc.

Os relatórios sobre as negociações entre julho e setembro de 1974 passam a ideia de que, inicialmente, os comandos africanos não querem entregar as armas, mas acabam por fazê-lo sem que nenhuma das suas reivindicações esteja garantida. Recordar-se do que aconteceu?

O desarmamento era condição essencial para a instalação do novo poder. A questão que coloca já era entre eles e as autoridades portuguesas, não era connosco. Nós púnhamos as nossas reivindicações, aquilo que considerávamos indispensável que fosse cumprido, mas o resto não era connosco, tinha de ser resolvido com as autoridades portuguesas.

Além da entrega das armas, havia também o receio de que estes homens se juntassem à FLING...

A FLING tinha pouca expressão, nós não víamos essa possibilidade. Uma outra coisa, nós confiávamos na boa-fé das autoridades portuguesas para resolver esse problema, de acordo com os interesses das duas partes. Eles eram soldados portugueses, sob o comando das autoridades militares portuguesas, a servir os interesses de Portugal... A questão de fundo aí são as relações entre o

poder político em Portugal e os seus antigos servidores, porque eles lutaram por Portugal, lutaram pela continuação do poder português na Guiné. Portanto, aí o conflito maior não está entre eles e o novo poder instituído, mas entre eles e as autoridades pelas quais combateram. Portanto, o conflito maior não era entre eles e o PAIGC, mas entre eles e o poder político em Portugal. Agora, pode colocar a questão: “Mas o que é que foi decidido entre as autoridades portuguesas e o novo poder instituído na Guiné? O que é que negociaram? Que compromisso é que as autoridades guineenses assumiram?” Eu aí não lhe posso dar informações concretas porque eu tomei parte nas negociações, mas não tomei parte na implementação dos compromissos assumidos. Porque, nessa altura, eu já estava a vir para Cabo Verde para liderar o PAIGC em Cabo Verde.

O comandante esteve presente no Acordo de Argel, as perseguições aos comandos africanos começaram em janeiro de 1975. Já não estava na Guiné, mas teve conhecimento... Como é que é hoje olhar para essa parte da História?

Assinámos o Acordo de Argel e ficou estabelecido que as autoridades, o Estado português faria o reconhecimento da República da Guiné-Bissau a 10 de setembro de 1974, em Lisboa. De novo fui indicado para liderar a representação do novo Estado, não sei se foi do novo Estado ou do PAIGC, na altura as coisas confundiam-se. Depois disso, fui destacado para vir a Cabo Verde. Não participei em nada em Bissau; nada, nada. Voltei para continuar as minhas obrigações enquanto primeiro responsável do PAIGC em Cabo Verde. Quando fala em "perseguição dos comandos", será que os comandos estiveram inocentes? Não havia nada? Não entendo que se persiga alguém sem nenhuma motivação. Podia haver desconfianças, podia haver intrigas, podia haver falsas notícias, falsos factos, podia haver tudo isso, mas porque é que seriam perseguidos? Essa é a pergunta.

Quais considera que foram as motivações?

Quero ser o mais objetivo possível, mas eles dizem que foram perseguidos, eu não sei como. Vá à Guiné, fale, por exemplo, com o Lúcio Soares, com o Luís Correia e veja se eles têm mais informações do que eu, porque eles viviam lá. Eram responsáveis de diversas áreas: da área militar, da área da segurança na Guiné-Bissau. Eu não tenho dados... Agora, diz-me se tinha conhecimento?

Sim, tinha, mas não tinha os dados fidedignos para dizer “foi assim e assim”. Mesmo nessa participação de comandos, se perguntar quais foram as pessoas perseguidas: foram os soldados, foram os sargentos, foram os oficiais? Quem foi perseguido? Com quem houve conflito? Eu sei que alguns oficiais foram condenados ou fuzilados, não sei como. Como disse, tinha algum distanciamento em relação a isso. Penso que terá sido algo seletivo, deve ter havido uma causa qualquer. Para se ser justo nessa matéria, e objetivo, há que ir às causas, às motivações. E depois há que ter em conta um dado que para mim é importante: as consequências de ordem comportamental nas pessoas que fizeram a guerra.

A tal desumanização de que falava...

Desumanização... Não, as pessoas podem tornar-se violentas ou não se tornarem violentas, mas pensarem que a solução mais simples está na liquidação do adversário! A solução mais simples, porque essa é a solução da guerra. De modo que de todos os lados há deformação comportamental. São os males da guerra. Não posso olhar da mesma maneira para uma pessoa que fez a guerra. E há que procurar também entender as pessoas.

(Entrevista realizada a 10 de dezembro de 2017, depois do Simpósio Aristides Pereira na cidade da Praia, Cabo Verde, que decorreu entre 11 e 21 de novembro e 2017.)

Anexo 10 — Relatório sobre o desarmamento das tropas africanas na Guiné

Em 06AGO o DFE5 passa a efectuar serviços externos de patrulhamento e escoltas em navios e embarcações ficando o DFE4 como força de intervenção à ordem do CCFAG.

Em 13AGO o cargueiro "BRAGANÇA" armado em Lisboa como transporte militar, chega a Bissau. É montado por Fuzileiros um dispositivo de segurança ao navio que inclui guarda permanente a bordo e patrulhamento em botes.

No mesmo dia 13AGO regressa a Bissau o Comandante da Defesa Marítima ausente em serviço na Metrópole desde 07AGO p.p.

Em 16AGO, o Cap.m.g. Almeida d'Eça, designado para, como representante do Brigadeiro Comandante-Chefe, fazer parte da delegação portuguesa às negociações com o PAIGC em Argel, segue novamente para Lisboa.

Nessa data, estando ausente também desde 14AGO na situação de licença o Cap.m.g. Emmanuel Ricou assume interinamente as funções de 1º Comandante da Defesa Marítima da Guiné, em acumulação com as de 2º Comandante e de Chefe do Estado Maior do mesmo Comando o Cap.frag. Garcez de Lencastre.

No período de 16 PM a 17 AM, enquanto decorrem conversações entre S.EX^o o Encarregado do Governo e os Oficiais do Batalhão de Comandos Africanos e simultaneamente se registam incidentes graves com a tropa africana na região de Xime-Bambadinca, são colocadas de prevenção as forças metropolitanas da área de Bissau.

No dia 19 AGO, enquanto decorre o desarmamento do pessoal do Batalhão de Comandos Africanos em Bissau, são de novo colocados de prevenção as forças metropolitanas da área de Bissau.

Em 20 AGO chega a Bissau o T/T "UIÇE", sendo-lhe dada escolta por uma LFG desde a boia de espera do Caió, e montada segurança dentro do porto.

Na mesma data chega a Bissau para uma visita de 3 dias, o Cap.Frag. Cardoso Tavares que, como membro de um grupo de trabalho criado no EMCFA, vai recolher dados para o planeamento da participação naval na manobra da retirada final das NT'S da Guiné.

Em 23 AGO, ao mesmo tempo que em Argel se iniciam as conversações para o cessar-fogo "de jure", começa em Bolama a desmobilização dos DFE'S Africanos.

1. Considerações gerais

03
 Ao dar-se o 25ABR o CDMG tem sob as suas ordens cerca de 250 fuzileiros africanos repartidos pelos DFE'S 21 e 22 e pelo Centro de Preparação de Fuzileiros Africanos (Polama) onde um efectivo destinado à formação do DFE23 em JUL74, frequenta o curso de fuzileiros especiais.

Embora em todas as negociações o Comandante do CDMG procure e consiga manter sempre o processo da desmobilização dos fuzileiros africanos no âmbito das relações entre as marinhas portuguesa e do PAIGC, dissociando-o portanto o mais possível do processo mais geral da desmobilização das tropas africanas, o que é facto é que, na sua evolução, os dois processos nunca deixaram de estar interligados e assim crê-se que ficará incompleto o relato do primeiro se não for enquadrado na descrição do segundo.

Ora o conjunto dos africanos em armas que combateram ao nosso lado contra o PAIGC totaliza cerca de 17.000 homens repartidos por um Corpo de Milícias, por Companhias de Caçadores e Grupos de Artilharia nativos, por Unidades de Fuzileiros e de Comandos Africanos e ainda por um pequeno grupo de intervenção de um "Centro de Operações Especiais (COE)".

Ao atingir-se o "cessar fogo de facto" esse mesmo conjunto, que dispõe de alguns chefes de prestígio e uma importante capacidade bélica, representa, apesar de se não encontrar coeso, uma grande incógnita para todas as forças políticas interessadas no processo de descolonização da Guiné. Com efeito:

- a. Para o Governo Português uma aliança desta força africana com o PAIGC poderá provocar uma retirada precipitada das nossas tropas ou a aceitação de condições impostas pelo PAIGC que possam ser lesivas do prestígio nacional. Ainda para o nosso Governo um entendimento desta força com as correntes políticas que se opõem ao PAIGC (FLING LPG - MDG) poderá conduzir à rotura das negociações já encetadas com o PAIGC e à destruição da imagem favorável que Portugal vai ganhando na comunidade internacional e que se torna indispensável para se iniciarem contactos com os movimentos de emancipação dos restantes territórios ultramarinos.
- b. Para o PAIGC ela representa uma importante força armada que, aliada à FLING e aos interesses internacionais que apoiam aquele agrupamento político, e com ou mesmo sem a ajuda das autoridades portuguesas,

poderá dificultar em extremo o enquadramento de toda a população despolitizada que até aí viveu sob a autoridade portuguesa. Uma segunda hipótese que inquieta a cúpula do PAIGC é a de que esta força africana, chegando a um entendimento com as forças combatentes do PAIGC proponderantemente guineenses, elimine dos quadros políticos do partido todos os cabos-verdeanos que ali ocupam posições dominantes.

4

- c. Para as correntes políticas adversas ao PAIGC (FLING-LPG-MDG) a força africana constitui o único aliado armado com que contam para enfrentarem uma evidente oposição do PAIGC a determinadas situações de privilégio e se oporem a previsíveis represálias daquele partido sobre os seus militantes mais activos.
- d. Para os oficiais guineenses do Batalhão de Comandos Africanos (BCA) esta força africana, enquanto coesa, constitui importante factor de pressão para obterem do PAIGC garantias quanto à segurança pessoal e à integração dos seus componentes na sociedade da nova Nação e para, junto do Governo português, alcançarem como contra partida da sua desmobilização, as maiores vantagens económicas possíveis.

Nos parágrafos que se seguem relatam-se cronologicamente os acontecimentos mais relevantes de todo este processo pacífico de desmobilização que só com a boa fé, a coragem serena, a generosidade e o realismo político dos principais responsáveis de todas as partes intervenientes, foi possível levar a bom termo.

2. Enquadramento das Unidades Africanas

Ao longo do mês de Maio face aos escassos resultados obtidos nos primeiros contactos com o PAIGC, a deterioração da disciplina verificada nos efectivos metropolitanos e ainda em virtude da retirada para a Metrópole de algumas das nossas melhores unidades combatentes (Comandos e Paraquedistas), as forças africanas e principalmente o Batalhão de Comandos Africanos, ganham progressiva importância no xadrez político militar da Guiné. Tal facto e a necessidade de, sem lhe diminuir o potencial bélico, se evitar que esta força se alie a interesses contrários aos nossos, levam o Encarregado do Governo e o Comandante-Chefe a reestruturar a respectiva cadeia de Comando dos efectivos africanos. Assim:

5 ✓
Em 8MAI é novamente proposta ao EMA a criação, já antes sugerida por memorandum de 11ABR, de uma Força de Fuzileiros da Guiné que englobe todos os DFE'S e fique sob o comando de Cap.Ten. FZE Rebordão de Brito. O EMA dá a sua concordância desde que daí não resulte acréscimo de pessoal (MSG. R-150930Z MAI74).

Em 21MAI por despacho do Encarregado do Governo é criado o Comando-Central das Unidades Africanas que passa a englobar o Corpo de Milícias e todas as unidades africanas recrutadas pelo nosso Exército.

3. Inquietação do DFE22 estacionado em Cacine

Em 1JUN o DFE22 que com suas famílias se encontra aquartelado em Cacine começa a dar sinais de nervosismo face a uma certa hostilidade que começa a notar na população local de quem depende em alguns aspectos de abastecimento. Uma visita do Comandante Rebordão de Brito contribuiu para os tranquilizar (Rel CAP 13/74).

No final do mês o ambiente desanuvia-se. Numa reportagem de 25JUN um jornalista do "NYORKTIMES" salienta a coexistência pacífica entre a população local e o DFE22 e a confiança dos Fuzileiros Africanos na acção do PAIGC (Rel. CAP 34/74).

4. Primeiras tomadas de posição dos Comandos Africanos

Em 14JUN avista-se com o Encarregado do Governo uma delegação de Oficiais, Furrieis e Praças dos Comandos Africanos que expõem a sua posição acerca da situação política decorrente que é em síntese a seguinte: Aceitam o PAIGC, a quem reconhecem ter lutado pelo Povo, mas afirmam que o Povo, não é só o PAIGC, tendo as tropas africanas um papel importante a desempenhar na Guiné do futuro, pois não pretendem ir embora mas sim ficarem e trabalharem na reconstrução da Guiné.

Dentro desta perspectiva, propõem a ida às negociações numa delegação sua, argumentando que eles, melhor do que ninguém conhecem os elementos do PAIGC e sabem interpretar as suas reacções. Afirmam ainda que este desejo não implica falta de confiança no General Spínola nem no Encarregado do Governo em quem realmente confiam.

É-lhes respondido que na fase actual das negociações (encetadas em 25MAI em Londres) não se justificava a sua presença, embora numa fase mais adiantada pudesse ser encarada a sua participação. (Rel CAP 23/74)

5. Tomada de posição de ex-elementos do Centro de Operações Especiais (COE) evacuados em Lisboa

Em 24JUN toma-se conhecimento em Bissau de que 2 alferes e 3 sargentos Comandos ex-elementos do COE e encabeçados por Marcelino da Mata acabam de divulgar em Lisboa, onde se encontram evacuados, um comunicado em que recriminam e contrariam declarações de destacados elementos das Tropas Africanas que, em seu entender, tem servido uma via de especulação tendente a generalizar a ideia de que as forças africanas se recusarão a combater o PAIGC por estarem completamente identificadas com os ideais daquele Partido.

Comentando o facto a CAP (Rel 30/74) salienta que o comunicado contém afirmações que não correspondem à realidade, faz notar que ele é altamente inconveniente face à evolução política na Guiné e pode fazer perigar as negociações com o PAIGC.

Primeiras tentativas do PAIGC para contactar com elementos do B.C.A.

Em 25JUN o Cap.Ten. Santos Patrício (COP5) transmite ao CCPAG o desejo manifestado por elementos do PAIGC presentes em Cacine de se avistarem com o capitão Sayegh e com mais dois elementos dos Comandos Africanos. É-lhe respondido pela 2ª Rep. do CCPAG que o assunto está a ser estudado (Rel. CAP 31/74).

7. Regresso às actividades agrícolas de alguns efectivos africanos

Em conjugação com uma campanha destinada ao aumento da produção agrícola a proposta pela CAP e uma vez que a actividade operacional é praticamente nula, passa o Comando-Geral das Unidades Africanas a desenvolver intensa acção mentalizadora no sentido das milícias e tropas africanas se dedicarem ao trabalho nos campos. (Rel CAP 31/74).

8. Apelo dos Oficiais do BCA à coesão de todas as tropas africanas que se propõem liderar

Em 25JUN é tomado público um comunicado dirigido pelo Batalhão de Comandos a todas as forças africanas (incluído em anexo "INDIA") em que os capitães Sisseco e Sayegh apelam para a coesão das mesmas forças em torno do BCA que, como unidade de elite e detentora dos militares africanos mais graduados e experientes, constitui a "pedra de toque" e o "Comando Central" das citadas forças.

Comentando este comunicado refere a CAP:

7
7

"Neste comunicado o Batalhão de Comandos institui-se como força dirigente de todas as forças africanas, o que poderá ser contestado em alguns casos, nomeadamente pelos fuzileiros e por certos grupos especiais de milícias. Pretende-se através dele pôr fim às posições divergentes que se começam a desenhar em relação à linha de aceitação do PAIGC tomada pelos capitães que assinam o documento.

Como foi referido em relatórios anteriores, é especialmente preocupante a adesão à FLING que a CCAC 21 está a demonstrar.

Este comunicado é simultaneamente uma resposta às reacções que se manifestaram às declarações do Capitão Sa'feh à correspondente da France Press". (Rel CAP. 33/74).

9. Proibição de propaganda da "FLING" junto das tropas africanas

Em 02JUL a CAP do CCFAG proíbe a propaganda da FLING junto das unidades africanas. Este partido político, sediado no Senegal, não se encontra reconhecido pelo Governo Português e a entrada dos seus elementos passa a ser quasi indesejável.

10. Propostas da CAP para a desmobilização das milícias e tropas africanas

Em 05JUL formula a CAP no seu Relatório 39/74 propostas concretas para a desmobilização das milícias e das tropas africanas, nos termos seguintes:

1. O problema das milícias e das tropas africanas, já do anterior dos de mais melindrosa solução devido às suas implicações sócio-política; decorrentes de hábitos de vida estreitamente ligados à presença portuguesa e da posição do PAIGC, ganhou maior acuidade e urgência devido à concretização da 1ª. fase do plano de retracção do dispositivo.
2. A política geral a seguir em relação a estas Forças, parece ser a sua readaptação ao seu meio sócio-familiar e a reconversão dos seus componentes de para-militares e militares em agentes integrados na estrutura produtiva.
3. O primeiro ponto que ressalta dessa reestruturação é que ela compete fundamentalmente às NT, pois foi o Exército Português que as formou, armou, integrou e ao serviço de quem combateram. Além disso é o Exército que tem por obrigação desarmar as populações pois foi quem deu armas. Além disso a própria posição do PAIGC sobre o assunto é a de estas Forças entregarem as armas às NT, não fazendo portanto sentido que não seja uma tarefa a realizar por nós.

4. Devido aos parâmetros sócio-políticos e militares que condicionam as milícias e as tropas regulares africanas serem diferentes analisa-se as duas situações distintamente.

a. Assim em relação às milícias é de considerar os seguintes pontos:

Serem forças, na maioria dos casos, integradas no seu ambiente tradicional.

A sua situação de agricultores armados que não os deve ter afastado fundamentalmente das fontes primárias de produção.

8 O seu vencimento tem um carácter de gratificação a título com pensatório dos tempos gastos em actividades militares e de segurança. Daí se poder admitir que o fim do corpo das milícias não trará problemas insolúveis, na generalidade dos casos.

Para isso devia-se iniciar de imediato:

- Uma campanha de persuasão quer rádio (PLN), quer aproveitando as deslocações das delegações do MFA ao interior, quer principalmente pelos comandos das unidades do interior, assentando, fundamentalmente nos seguintes pontos:
 - A guerra acabou deixa de ser precisa a espingarda mas sim só a enxada.
 - A necessidade de incrementar a agricultura (estamos em plena época das chuvas) para o desenvolvimento do povo da Guiné.
 - O subsídio de três mil escudos pela entrega da arma como recompensa por um certo abandono das bolanhas que a actividade militar dos milícias tenha originado e para permitir a subsistência até às próximas colheitas. Poder-se-á também optar pelo pagamento do ordenado até ao fim das colheitas (Dezembro) o que parece porém levantar certos problemas técnicos no campo da execução.
 - Para campanha de intimidação, caso a campanha de persuasão não leve a milícia a entregar a arma a curto prazo, assentando:
 - . No não pagamento de mais vencimento em caso de recusa de entrega voluntária do armamento e munições.
 - . Na negação de facilidades de transporte e outras regalias sócio-sanitárias.

Bibliografia

- Abrantes, M. P. A. d. B. (2018). *Kaabu, história de um império do início ao fim*. (Doutor em História). Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- Afonso, A., & Gomes, C. M. *Guerra colonial — Angola, Guiné, Moçambique*. Lisboa: Diário de Notícias.
- Afonso, A., & Gomes, C. d. M. (2000). *Guerra colonial* (4ª ed.). Cruz Quebrada: Editorial Notícias.
- Aguiar, L. (1977). *O livro negro da descolonização*. Barga: Intervenção.
- Alberti, V. (2004). *Manual da História Oral*. São Paulo: Editora FGV.
- Alonso, A. M. (1988). The Effects of Truth: Re-Presentations of the Past and the Imagining of Community. *Journal of Historical Sociolog*, 1.
- Alves, J. C. G., Ferreira, H. d. S., & Rodrigues, C. N. C. (2008). *Resenha histórico-militar das campanhas de África (1961-1974): Comandos* (Vol. 14º). Lisboa: Comissão para o Estudo das Campanhas de África Estado-Maior do Exército Associação de Comandos.
- Alves, J. C. G., Ferreira, H. d. S., & Rodrigues, C. N. C. (2009). *Resenha histórico-militar das campanhas de África (1961-1974): Comandos* (Vol. 14º). Lisboa: Comissão para o Estudo das Campanhas de África Estado-Maior do Exército Associação de Comandos.
- Amado, L. Da embriologia nacionalista à guerra de libertação na Guiné-Bissau. Acedido em maio de 2019 <http://www.didinho.org/Arquivo/daembriologianacionalista.htm>
- Amado, L. (2006). Simbólica de Pindjiguiti na óptica libertária da Guiné-Bissau. Acedido em maio de 2019 <http://guineidade.blogs.sapo.pt/15548.html>
- Amado, L. (2011). *Guerra Colonial & Guerra de Libertação Nacional 1950-1974*. Lisboa: IPAD.
- Amselle, J.-L. (1990). *Logiques métisse: Anthropologie de l'identité en Afrique et ailleurs*. Paris: Payot.
- Amselle, J.-L. (2005). Ethnies et spaces: pour une anthropologie topologique. In E. M. B. Jean-Loup Amselle (Ed.), *Au couer de l'ethnie: Ethnies, tribalisme et état en Afrique* (pp. 11-48). Paris: La Découverte.
- Anderson, B. (2012). *Comunidades imaginadas*. Lisboa: Edições 70.

- Andrade, M. d. (2014). *Amílcar Cabral: ensaio de biografia política*. Praia: Fundação Amílcar Cabral.
- Andrade, M. P. d. (12 de Setembro de 1976). Amílcar Cabral e a Reafricanização dos Espíritos. *Nô Pintcha*. Acedido em junho de 2020 <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04336.003.007>
- Andrade, M. P. d. (1955). Qu'est-ce que luso tropicalismo? *Présence Africaine*, 4. Acedido em outubro de 2020 <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04330.008.006#!1>
- Andrade, M. P. d. (1997). *Origens do nacionalismo africano*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Aniceto Afonso, C. d. M. G. (2005). *Guerra Colonial*. Cruz Quebrada: Editorial Notícias.
- Antunes, J. F. (1995). *A Guerra de África* (Vol. 1). Lisboa: Círculo de Leitores.
- Antunes, M. J. L. (2015). *Regressos Quase Perfeitos: Memórias da Guerra em Angola*. Lisboa: Tinta da China.
- Ashcroft, B., Griffiths, G., & Tiffin, H. (2002). *The empire writes back* (2ª ed.). London: Routledge.
- Avillez, M. J. (1994). *Do fundo da revolução*. Mirandela: Público, Comunicação Social, SA.
- Banaszynski, J. (2007). Stories Matter. In M. Kramer & W. Call (Eds.), *Telling True Stories*. London: Plume.
- Barata, M. F. T., Garcia, H. A. d. N., Moreira, M. d. S., Antunes, A. V., Caldeira, F. d. R. F., & Nunes, A. L. P. (1988). *Resenha histórico-militar das campanhas de África (1961-1974)* (Vol. 1º). Lisboa: Comissão para o estudo das campanhas de África.
- Barros, M. d., & Lima, R. W. (2018). Assassinato de Amílcar Cabral. In M. Cardina & B. S. Martins (Eds.), *As voltas do passado. A guerra colonial e as lutas de libertação* (pp. 240-248). Lisboa: Tinta da China.
- Barry, B. (1998). *Senegambia and the Atlantic Slave Trade*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Benjamin, W. (1987). Teses sobre o conceito de história, 1940. In *Obras escolhidas. Vol. 1. Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura*. (pp. 222-232). São Paulo: Brasiliense.
- Bernardo, M. A. (2007). *Guerra, Paz e Fuzilamentos dos Guerreiros*. Lisboa: Prefácio.
- Bhabha, H. (1990). *Nation and narration*. Londres: Routledge.

- Bhabha, H. K. (2004a). *The Location of Culture*. New York: Routledge.
- Bhabha, H. K. (2004b). DissemiNation: Time, narrative and the margins of the modern nation. In R. Classics (Ed.), *The Location of Culture* (pp. 199-244). New York: Routledge.
- Bhabha, H. K. (2004c). The other question: Stereotype, discrimination and the discourse of colonialism. In R. Classics (Ed.), *The Location of Culture* (pp. 94-120). New York: Routledge.
- Bhambra, G. K. (2014). Postcolonial and decolonial dialogues. *Postcolonial Studies*, 17, 115-121.
- Boni, V., & Quaresma, S. J. (2005). Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. *Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC*, 2, 68-80.
- Bourdieu, P. (1985). The Social Space and the Genesis of Groups. *Theory and Society*, 14, 723-744.
- Boyarin, J. (1994). Space, time, and the politics of memory. In J. Boyarin (Ed.), *Remapping Memory: The Politics of TimeSpace*. Minnesota: University of Minnesota Press.
- Brisola, E. M. A., & Marcondes, N. A. V. (2011). A História oral enquanto metodologia dentro do universo da pesquisa qualitativa: um foco a partir da análise por triangulação de métodos. *Revista Ciências Sociais - UNITAU*, 4, 124-136.
- Brooks, G. E. (1987). Historical perspectives on the Guinea-Bissau region, fifteenth to nineteenth centuries. In V.-A. T. d. Mota (Ed.), *In memoriam*. Lisboa: Academia Militar, ICTT.
- Brooks, G. E. (1993). *Landlords and strangers: ecology, society, and trade in Western Africa, 1000-1630*. Boulder: Westview Press.
- Bruno, A. (1995). In R. Rodrigues (Ed.), *Os últimos guerreiros do império*. Lisboa: Erasmós.
- Butler, J. (1990). *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity*. Suffolk: Routledge.
- Cabral, A. (1969). Introduction. In B. Davidson (Ed.), *Révolution en Afrique — La Libération de la Guinée Portugaise*. Paris: Combats Seuil.
- Cabral, A. (1984). *A arma da teoria: Departamento de informação, propaganda e cultura do C.C do PAIGC*.
- Cabral, A. (2013a). *Unidade e luta. A prática revolucionária*. Praia: Fundação Amílcar Cabral.

- Cabral, A. (2013b). *Unidade e luta. A arma da teoria*. Praia: Fundação Amílcar Cabral.
- Cabral, A. (2014). III - Os Princípios do Partido e a Prática Política. In *Pensar para Melhor Agir*. Praia: Fundação Amílcar Cabral.
- Caetano, M. (1974). *Depoimento*. São Paulo: Record.
- Cann, J. P. (1998). *Contra-insurreição em África (1961—1974): o modo português de fazer a guerra*. S. Pedro do Estoril: Atena.
- Carby, H. V. (1995). Prefacy. In M.-R. Trouillot (Ed.), *Silencing the past: power and the production of history*: Beacon Press.
- Cardoso, C. (2002). A formação da elite política na Guiné-Bissau. *Centro de Estudos Africanos*.
- Carneiro, A. S. O. S. (2000). As transformações operadas nas Forças Armadas para responder às exigências do conflito em África. In A. Moreira, M. J. Nunes, F. Balsemão, A. S. O. S. Carneiro, J. C. Rodrigues, P. P. Correia, A. R. Coelho, A. B. A. Corbal, A. E. Sachetti, G. A. d. E. Santo, M. Soares, L. F. T. Nunes, L. A. Serqueira, J. L. A. Canêlhas, P. A. G. Cardoso, & J. E. M. G. Leandro (Eds.), *Estudos sobre as Campanhas de África (1961—1974)* (pp. 85-96). S. Pedro do Estoril: Atena.
- Castanheira, J. P. (1995). *Quem mandou matar Amílcar Cabral?* (3ª ed.). Lisboa: Relógio D'Água.
- Castelo, C. (1999). *O Modo Português de Estar no Mundo. O Luso-Tropicalismo e a Ideologia Colonial Portuguesa (1933-1961)*. Porto: Edições Afrontamento.
- Castoriadis, C. (1987). *The Imaginary Institution of Society* (K. Blamey, Trans.). Cambridge: Polity Press.
- Castro, A. (1978). *O sistema colonial português em África*. Lisboa: Caminho.
- Césaire, A. (1978). *Discurso sobre o colonialismo* (N. d. Sousa, Trans.). Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora.
- Chabal, P. (1983). *Amílcar Cabral: Revolutionary Leadership and People's War*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Coelho, J. P. B. (2002). African troops in the Portuguese colonial army, 1961–1974: Angola, Guinea-Bissau and Mozambique. *Portuguese Studies Review*, 10(1), 129-150.
- Correia, P. P. (2000). A participação local no desenvolvimento das campanhas: o recrutamento africano. In A. Moreira, M. J. Nunes, F. Balsemão, A. S. Carneiro, J. C. Rodrigues, P. P. Correia, A. R. Coelho, A. B. A. Corbal, A. E. Sachetti, G. A. d. E. Santo, M. Soares, L. F. T. Nunes, L. A. Serqueira, J. L. A. Canêlhas, P. A. G. Cardoso, & J. E. M. G. Leandro

- (Eds.), *Estudos sobre as Campanhas de África (1961—1974)* (pp. 143-159). S. Pedro do Estoril: Atena.
- Cunha, T. C. e. (2005). *Silêncio e comunicação*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Daum, P. (2015). *Le dernier tabou: les 'harkis' restés en Algérie après l'indépendance*. Paris: Soun Actes Sud.
- Derrida, J. (1995). *Mal de arquivo: uma impressão freudiana*. Rio de Janeiro: Relume Dumarã.
- Dhada, M. (1993). *Warriors at Work: How Guinea Was Really Set Free*. Colorado: University Press of Colorado.
- Djaló, A. B. (2010). *Guineense, Comando, Português*. Lisboa: Associação dos Comandos.
- Duarte, F. (1952). A libertação da Guiné Portuguesa pela Carta de Lei de 1879. *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa, VII*, 789-831. Acedido em dezembro de 2019 <http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/BCGP/BCGP-N028&p=135>
- Duarte, R. (2004). Entrevistas em pesquisas qualitativas. *Educar em Revista, 24*, 213-225.
- Echenberg, M. (1985). 'Morts pour la France': the african soldier in France during the Second World War. *Journal of African History, 26*, 363-380.
- Exército, E.-M. d. (1988). *Resenha histórico-militar das campanhas de África (1961-1974)* (Vol. 1º). Lisboa: Comissão para o estudo das campanhas de África.
- Fanon, F. (2015). *Os Condenados da Terra*. Lisboa: Letra Livre.
- Felgas, H. A. E. (3.º trimestre 1961). Necessidade recíproca da ligação metrópole-províncias ultramarinas. *Revista Militar, 13*, 399-464.
- Ferrão, N. d. S.-M. Q. M. (1997). *O pensamento colonial de Sarmento Rodrigues enquanto Ministro do Ultramar (1950-1955)*. (Mestrado). Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa.
- Filho, W. T., & (eds), J. K. (2010). *The Powerful Presence of the Past: integration and conflict along the Upper Guinea Coast*. Leiden: Brill.
- Folques, R. (2013). Os comandos na Guiné. *Mama Sume — Revista da Associação de Comandos, 75*, 13-20.
- Fontana, A., & Frey, J. H. (2005). The Interview: from neutral stance to political involvement. In N. K. Denzin & Y. S. Lincoln (Eds.), *The Sage handbook of qualitative research* (pp. 695-727). New York: Sage Publications.

- Forrest, J. (1992). *Guinea-Bissau: power conflict and renewal in a West African nation*. Oxford: Westview Press.
- Forrest, J. B. (2003). *Lineages of State Fragility: Rural Civil Society in Guinea Bissau*. Athens: Ohio University Press.
- Golias, J. S. (2017). *A descolonização da Guiné-Bissau e no Movimento dos Capitães* (2ª ed.). Lisboa: Edições Colibri.
- Gomes, C. d. M. (2013). A africanização na Guerra Colonial e as suas sequelas. In M. P. Meneses & B. S. Martins (Eds.), *As Guerras de Libertação e os sonhos coloniais: alianças secretas, mapas imaginados*. Coimbra: Almedina (pp. 123-142): Almedina.
- Gomes, C. d. M. (2017). Prefácio. In J. S. Golias (Ed.), *A descolonização da Guiné-Bissau e no Movimento dos Capitães* (2ª ed.). Lisboa: Edições Colibri.
- Green, T. (2016). Dimensions of Historical Ethnicity in Guinea-Bissau Region. In P. Chabal & T. Green (Eds.), *Guinea Bissau Micro-State to 'Narco-State'* (pp. 19-36). United Kingdom: Hurst.
- Grundlingh, L. (1986). The Recruitment of South African Blacks for Participation in the Second World War. In D. Killingray & R. Rathbone (Eds.), *Africa and the Second World War*. London: Palgrave Macmillan.
- Guha, R. (2002). *The small voice of history*. Delhi: Permanent Black.
- Halbwachs, M. (1992). *On Collective Memory* (L. A. Coser, Trans.). United States of America: The University of Chicago Press.
- Hall, S. (2003). Introducción: ¿quién necesita identidad? In P. d. Gay & S. Hall (Eds.), *Cuestiones de identidad cultural* (pp. 13-39). Buenos Aires/ Madrid: Amorrortu Editores.
- Havik, P. J. (2004). *Silences and Soudbites: The Genderes Dynamics of Trade and Brokerage in the Pre-colonial Guinea Bissau Region*. Munique: LIT Verlag.
- Hawthorne, W. (2013). States and Statelessness. In J. Parker & R. Reid (Eds.), *The Oxford Handbook of Modern African History*. Oxford: Oxford University Press.
- Henriksen, T. H. (2009). Lessons from Portugal's counter-insurgency operations in Africa. *The RUSI Journal*, 123, 31-35.
- Hodgkin, K., & Radstone, S. (2003). Transforming memory. In K. Hodgkin & S. Radstone (Eds.), *Contested pasts, the politics of memory*. London: Routledge.
- Induta, Z. (2001). *Guiné 24 anos de independência 1974-1998*. Lisboa: Hugin.

- Kohl, C. (2010). National integration in Guinea- Bissau since independence. *Cadernos de Estudos Africanos*, 20.
- Kohl, C. (2018). *A creole nation: National integration in Guinea-Bissau*. New York: Berghahn Books.
- Koller, C. (2008). The Recruitment of Colonial Troops in Africa and Asia and their Deployment in Europe during the First World War. *Immigrants & Minorities: Historical Studies in Ethnicity, Migration and Diaspora*, 26, 111-133.
- Krackhardt, D., & Porter, L. W. (1986). The Snowball Effect: Turnover Embedded in Communication Network. *Journal of Applied Psychology*, 71, 50-55.
- Kvale, S. (1996). *InterViews: an introduction to wualitative research interviewing*. New York: Sage Publications.
- Lara, L. (1999). *Documentos e comentários para a história do MPLA*. Lisboa: Dom Quixote.
- Laranjeiro, C. (2016). Quantas nações somos capazes de imaginar? *Comunicação e Sociedade*, 29.
- Laranjeiro, C. (2017). Invisible Dialogues Between Death and Nation-State. In N. F. Filipa César, Tobias Hearing (Ed.), *The Struggle is not over yet* (pp. 209-231). Berlin: Archive Books.
- Lettau, S. (2019). «Je suis harki»: les sphères de la mémoire harkie. Undergraduate Honors Theses. Paper 1387. Acedido em fevereiro de 2020 <https://scholarworks.wm.edu/honorstheses/1387>
- Levi, P. (1989). The Grey Zone (R. Rosenthal, Trans.). In *The drowned and the saved* (pp. 22-51). London: Abacus.
- Lopes, C. (1988). *Para uma leitura sociológica da Guiné-Bissau*. Bissau: INEP.
- Lopes, J. V. (2012). *Aristides Pereira, minha vida, nossa história* (2ª ed.). Praia: Spleen Edições.
- Lyotard, J.-F. (1984). *The post-modern condition*. Manchester: Manchester University Press.
- Macedo, I., Cabecinhas, R., & Macedo, L. (2011). Narrativas identitárias e memórias pós-coloniais: uma análise da série documental “Eu sou África”. *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona*, 9, 1731-1191.
- Marcus, G. E. (1995). Ethnography in / of the World System: The Emergence of Multi-Sited Ehnography. *Annual Review of Anthropology*, 24, 95-117.

- Mazrui, A. A. (1984). Dilemmas of African historiography and the philosophy of the Unesco general history of Africa. In *The methodology of contemporary African history*. Paris: United Nations.
- Mazrui, A. A. (1985). African archives and the oral tradition. *UNESCO Courier: a window open on the world*, XXXVIII, 12-15. Acedido em fevereiro de 2020 <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000062740>
- McCall, L. (2005). The Complexity of Intersectionality. *Journal of Women in Culture & Society*, 30, 1771-1800.
- McDonnell, H. (2018). Complicity and memory in soldiers' testimonies of the Algerian war of decolonisation in *Esprit* and *Les Temps modernes*. *Memory Studies*, 1-17.
- Medina, J. (2000). Gilberto Freyre contestado: o lusotropicalismo criticado nas colónias. *Revista USP*, 45, 48-61.
- Meneses, M. P. (2009). Justiça cognitiva. In A. D. Cattani, J.-L. Laville, L. I. Gaiger, & P. Hespanha (Eds.), *Dicionário Internacional da Outra Economia* (pp. 231-236). São Paulo: Almedina Brasil.
- Meneses, M. P. (2015). Xiconhoca, o inimigo: Narrativas de violência sobre a construção da nação em Moçambique. *Open Edition Journals*, 106, 9-52. Acedido em setembro de 2020 <https://journals.openedition.org/rccs/5869>
- Minayo, M. C. d. S. (1993). Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In M. C. d. S. Minayo (Ed.), *Pesquisa social: teoria, métodos e criatividade*. Petrópolis: Vozes.
- Nelson, K., & Fivush, R. (2019). The Development of Autobiographical Memory, Autobiographical Narratives, and Autobiographical Consciousness. *Psychological Reports*, 123, 71-96.
- Nkrumah, K. (1965). Introduction. In *Neo-Colonialism - The Last Stage of Imperialism*. New York: International Publishers.
- Palmier, J.-M. (1966). *Lacan: Le Symbolique et l'imaginaire*. Paris: Éditions universitaires.
- Pélissier, R. (1989). *História da Guiné — portugueses e africanos na Senegâmbia(1841–1936)*. Lisboa: Estampa.
- Pereira, A. (2003). *O meu testemunho. Uma luta, um partido, dois países*. Lisboa: Editorial Notícias
- Policarpo, F. (2010). *A Guerra da Guiné 1963 | 1974*. Lisboa: QuidNovi.
- Portelli, A. (1996). A filosofia e os fatos. *Tempo*, 1, 59-72.

- Portelli, A. (2013). *A morte de Luigi Trastulli e outros ensaios. Ética, memória e acontecimentos na história oral* (B. Codovil & M. Cardina, Trans.). Lisboa: Unipop.
- Power, M. (2001). Geo-politics and the representation of Portugal's african colonial wars: examining the limits of "Vietnam syndrome". *Political Geography*, 20, 461-491.
- Quijano, A. (1992). Colonialidad y modernidad/racionalidad. *Perú Indígena*, 13, 11-20.
- Quijano, A. (2005). Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina". In E. Lander (Ed.), *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas*. (pp. 118-142). Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales.
- Ranger, T. (1971). The 'New Historiography' in Dar es Salaam: an answer. *African Affairs*, 70, 50-61.
- Ranger, T. (2004). Nationalist historiography, patriotic history and the history of the nation: the struggle over the past in Zimbabwe. *Journal of Southern African Studies*, 30, 217-234.
- Ranger, T. (2012). The invention of tradition in colonial Africa. In E. Hobsbawm & T. Ranger (Eds.), *The invention of Tradition*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Rodney, W. (1970). *History of the Upper Guinea Coast, 1545-1800*. Nova Iorque: Oxford University Press.
- Rodrigues, F. d. C. (2013). A desmobilização dos combatentes africanos das Forças Armadas Portuguesas da Guerra Colonial (1961-1974). *Ler História*, 65, 113-128.
- Rodrigues, L. N. (2010a). Momentos de Glória: No Comando da Guiné. In *Spínola: biografia* (pp. 85-198): A Esfera dos Livros.
- Rodrigues, L. N. (2010b). *Spínola*. Lisboa: A Esfera dos Livros.
- Roque, S. (2018). Massacre de Pidjiguiti, Bissau (1959). In M. Cardina & B. S. Martins (Eds.), *As Voltas do Passado. A guerra colonial e as lutas de libertação* (pp. 33-39). Lisboa: Tinta da China.
- Sambu, Q. (1989). *Ordem para matar: Dos fuzilamentos ao caso das bombas da embaixada da Guiné*. Lisboa: Edições Referendo.
- Santos, A. d. A. (2006). *Quase memórias: do colonialismo e da descolonização* (Vol. 1º). Cruz Quebrada: Casa das Letras.
- Santos, B. d. S. (2000). *A crítica da razão indolente: Contra o desperdício da experiência*. Porto: Afrontamento.

- Santos, B. d. S. (2002). Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. *Revista crítica de ciências sociais*(63), 237-280.
- Santos, B. d. S. (2007, Outubro de 2007). Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia dos saberes. *Revista crítica de ciências sociais*.
- Santos, B. d. S. (2013a). Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes. In B. d. S. Santos & M. P. Meneses (Eds.), *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez Editora.
- Santos, B. d. S. (2013b). Prefácio. In M. P. Meneses & B. S. Martins (Eds.), *As guerras de libertação e os sonhos coloniais*: Leya.
- Santos, B. d. S., & Meneses, M. P. (2013). *Epistemologias do Sul* (1ª ed.). São Paulo: Cortez Editora.
- Scott, J. C. (1998). *Seeing like a state*. New Haven e Londres: Yale University Press.
- Scott, J. C. (2009). *The Art of Not Being Governed: An Anarchist History of Upland Southeast Asia*. New Haven e Londres: Yale University Press.
- Semedo, O. (2018). Proclamação Unilateral da Independência da Guiné-Bissau. In M. Cardina & B. S. Martins (Eds.), *As voltas do passado. A guerra colonial e as lutas de libertação* (pp. 266-277). Lisboa: Tinta da China.
- Senghor, L. S. (1965). *Um caminho do socialismo* (V. Barretto, Trans.). Rio de Janeiro — São Paulo.
- Silva, A. E. D. (2006). Guiné-Bissau: a causa do nacionalismo e a fundação do PAIGC. Acedido em outubro de 2019 <http://journals.openedition.org/cea/1236>
- Silva, A. E. D. (2008). Sarmiento Rodrigues, a Guiné e o luso-tropicalismo. *Revista de História e Teorias das Ideias*, 25, 31-55. Acedido em dezembro de 2019 <https://doi.org/10.4000/cultura.586>
- Silva, T. C. e. (2018). Assassinato de Eduardo Mondlane (1969). In M. Cardina & B. S. Martins (Eds.), *As voltas do passado. A guerra colonial e as lutas de libertação* (pp. 184-190). Lisboa: Tinta da China.
- Soares, M. (1975). *Democratização e descolonização*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Sousa, H. A. C. d., & Miranda, Á. B. (2014). *Resenha histórico-militar das campanhas de África (1961-1974): Aspectos da Actividade Operacional — Guiné* (Vol. 6º | Tomo II | Livro I). Lisboa: Comissão para o Estudo das Campanhas de África

Estado-Maior do Exército
Associação de Comandos.

Sousa, H. A. C. d., & Miranda, Á. B. (2015a). *Resenha histórico-militar das campanhas de África (1961-1974): Aspectos da Actividade Operacional — Guiné* (Vol. 6º | Tomo II | Livro III). Lisboa: Comissão para o Estudo das Campanhas de África

Estado-Maior do Exército
Associação de Comandos.

Sousa, H. A. C. d., & Miranda, Á. B. (2015b). *Resenha histórico-militar das campanhas de África (1961-1974): Aspectos da Actividade Operacional — Guiné* (Vol. 6º | Tomo II | Livro II). Lisboa: Comissão para o Estudo das Campanhas de África

Estado-Maior do Exército
Associação de Comandos.

Sousa, J. S. d. (2011). *Amílcar Cabral (1924-1973) — vida e morte de um revolucionário africano*. Cidade da Praia: Spleen.

Spear, T. (1981). Oral traditions: whose history. *History in Africa*, 8, 165-181.

Spínola, A. d. (1970). *Por uma Guiné melhor*. Lisboa: Agência-Geral do Ultramar.

Spínola, A. d. (1973). *Por uma portugalidade renovada*. Lisboa: Agência-Geral do Ultramar.

Spínola, A. d. (1974). *Portugal e o futuro* (3.^a ed.). Lisboa: Arcádia.

Spínola, A. d. (1978). *País sem rumo*. Lisboa: Scire.

Spivak, G. C. (1993). Can the subaltern speak? In L. Chrisman & P. Williams (Eds.), *Colonial discourse and post-colonial theory: a reader* (pp. 66-111). New York; Sidney: Harvester Wheatsheaf.

Stoler, A. L. (2002). Colonial Archives and the Arts of Governance. *Archival Science*, 2, 87-109.

Tavares, G. (2013). *Uma viagem à Índia* (6.^a edição). Alfragide: Leya.

Taylor, C. (2004). *Modern Social Imaginaries*: Duke University Press.

Teixeira, R. J. D. (2015). *Cabo Verde e Guiné-Bissau As relações entre a sociedade civil e o Estado*. Recife: Editora UFPE.

Temudo, M. P. (2008). From 'people struggle' to 'this war of today': Entanglements of peace and conflict in Guinea-Bissau. *Africa: Journal of the International African Institute*, 78, 245-263.

Temudo, M. P. (2009). From the margins of the state to the Presidential Palace: the balanta case in Guinea Bissau. *African Studies Review*, 52, 47-67.

- Thompson, P. (1988). *The Voice of the Past* (2 ed.). New York: Oxford University Press.
- Tickner, J. A. (2005). What Is Your Research Program? Some Feminist Answers to International Relations Methodological Questions. *International Studies Quarterly*, 49, 1-21.
- Tomás, A. (2008). *O Fazedor de Utopias*. Lisboa: Tinta da China.
- Vandervort, B. (2002). Colonial wars, 1815-1960. In J. Black (Ed.), *European Warfare* (pp. 147-161). New York: Palgrave.
- Vansina, J. (1985). *Oral tradition as history*. Wisconsin: The University of Wisconsin Press.
- White, L. (2000a). *Speaking with vampires*. Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press.
- White, L. (2000b). Telling more: lies, secrets, and history. *History and Theory*, 39.
- Wilder, G. (2015). Unthiking France, rethinking decolonization. In *Freedom time: negritude, decolonization, and the future of the world* (pp. 1-16). Durham and London: Duke University Press.
- Yerushalmi, Y. H. (1988). *Usages de l'oubli*. Paris: Editions du Seuil.
- Zartman, W. (Fevereiro 1964). Africa's quiet war: Portuguese Guinea. *Africa Report*, 9, 8-12.
- Ziegler, J. (1983). *Contre l'ordre du monde — les rebelles: Mouvements armés de libération nationale du tiers monde*. Paris: Éditions du Seuil.
- Zizek, S. (2008). *Seis Notas à Margem*. Lisboa: Relógio D'Água Editores.